

MENSAGEM

À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

2016



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

TITULARES DO PODER EXECUTIVO

CARLOS ALBERTO RICHA

Governador do Estado

MARIA APARECIDA BORGHETTI

Vice-Governadora do Estado

VALDIR LUIZ ROSSONI

Secretário Chefe da Casa Civil

CORONEL ADILSON CASTILHO CASITAS

Secretário Chefe da Casa Militar

PAULO SERGIO ROSSO

Procurador Geral do Estado

CARLOS EDUARDO DE MOURA

Controlador Geral do Estado

CYLLÊNEO PESSOA PEREIRA JUNIOR

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

MARCIA CARLA PEREIRA

Secretária de Estado da Administração e da Previdência

MAURO RICARDO MACHADO COSTA

Secretário de Estado da Fazenda

MÁRCIO SOUZA VILLELA

Secretário de Estado da Comunicação Social

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA

Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

JOÃO CARLOS GOMES

Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

JOÃO LUIZ FIANI DE ASSIS BAPTISTA

Secretário de Estado da Cultura

ANA SERES TRENTO COMIN

Secretária de Estado da Educação

JOÃO DOUGLAS FABRICIO

Secretário de Estado do Esporte e do Turismo

CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR

Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano

FERNANDA BERNARDI VIEIRA RICHIA

Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

JOSÉ RICHIA FILHO

Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR

Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos

ANTONIO CARLOS BONETTI

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

MICHELE CAPUTO NETO

Secretário de Estado da Saúde

WAGNER MESQUITA DE OLIVEIRA

Secretário de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária

FLÁVIO JOSÉ ARNS

Secretário Especial para Assuntos Estratégicos

DEONILSON ROLDO

Secretário Especial da Chefia de Gabinete do Governador

EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES

Secretário Especial do Cerimonial e Relações Internacionais

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

Com votos de que o ano legislativo que se inicia seja profícuo em prol do nosso Estado e em benefício dos paranaenses, e

No uso das atribuições constitucionais que me são conferidas no artigo 87 da Magna Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a essa Assembleia Legislativa Mensagem Governamental e caderno expositivo das atividades deste Poder Executivo no exercício de 2016.

Curitiba, fevereiro de 2017.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Sumário



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

SUMÁRIO

O Panorama da Economia Paranaense em 2016	19
1 Casa Civil	27
1.1 Gabinete do Secretário	27
1.2 Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude (AEJ)	27
1.3 Assessoria Especial para Assuntos Fundiários	29
1.4 Diretoria Geral.....	30
1.5 Núcleo Jurídico da Administração (NJA)	30
1.6 Núcleo de Informática e Informações (NII)	30
1.7 Centro de Edição de Expediente Oficial (CEE).....	31
1.8 Centro de Redação de Atos Oficiais (CRA).....	31
1.9 Centro de Apoio Operacional (CAO)	32
1.10 Núcleo de Controle Interno (NCI)	32
1.11 Diretoria Administrativa Financeira.....	32
1.12 Grupo Orçamentário Setorial (GOS)	33
1.13 Grupo Administrativo Setorial (GAS)	34
1.14 Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS).....	34
1.15 Grupo Financeiro Setorial (GFS).....	35
1.16 Coordenadoria do Cerimonial e de Relações Internacionais (CCRI)	35
1.17 Coordenadoria Técnico Legislativa (CTL)	38
1.18 Coordenadoria de Assuntos Políticos (COAP)	38
1.19 Escritório de Representação do Governo.....	39
1.20 Agência de Fomento do Paraná S.A. (AFPR).....	39
1.21 Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR).....	41
1.22 Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).....	43
1.23 Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR).....	45
1.24 Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR)	46
2 Casa Militar	53
2.1 Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC).....	53
3 Companhia de Habitação do Paraná	59
4 Companhia de Saneamento do Paraná	63
4.1 Mercado e Investimentos	64
4.2 Concessões	64
4.3 Fontes de Financiamento	65
4.4 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	65
4.5 Outras Fontes de Recursos.....	66

4.6	Resultados Financeiros	66
4.7	Meio Ambiente	66
4.8	Tarifa Social	67
5	Companhia Paranaense de Energia	71
5.1	Destaques de 2016	71
5.2	Modelo de Excelência da Gestão	71
5.3	Acompanhamento dos Projetos Corporativos.....	72
5.4	Geração de Energia Elétrica.....	72
5.4.1	Operação e Manutenção de Usinas	72
5.4.2	Expansão da Geração de Energia.....	74
5.4.3	Complexo Hidrelétrico do Tapajós.....	75
5.4.4	Participação em Leilões de Energia Nova	76
5.4.5	Petróleo e Gás	76
5.4.6	Outras Fontes de Energia Renovável.....	77
5.5	Transmissão de Energia Elétrica	77
5.5.1	Novos Empreendimentos	78
5.5.2	Operação e Manutenção da Rede Básica	80
5.6	Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Inovação Tecnológica.....	81
5.7	Distribuição de Energia Elétrica.....	82
5.7.1	Mercado de Energia Elétrica	82
5.7.2	Ações Relevantes da Distribuidora.....	82
5.8	Telecomunicações	84
5.9	Tecnologia da Informação	85
5.10	Regularização Fundiária.....	87
5.11	Responsabilidade Corporativa - Programas Socioambientais	87
5.11.1	Sustentabilidade Empresarial e Responsabilidade Social.....	87
5.11.2	Gestão Socioambiental.....	92
5.12	Administração	96
5.12.1	Gestão de Pessoas	96
5.13	Resultados Econômico-financeiros.....	97
5.14	Reconhecimentos.....	99
6	Controladoria Geral do Estado	103
6.1	Observatório da Despesa Pública do Paraná	103
6.2	Assessoria Técnica	104
6.3	Coordenadoria de Controle Interno	104
6.4	Coordenadoria de Transparência e Controle Social	105

6.5	Coordenadoria de Corregedoria.....	106
6.6	Coordenadoria de Ouvidoria	106
7	Procuradoria Geral do Estado	111
8	Secretaria de Estado da Administração e da Previdência	121
8.1	Recursos Humanos.....	121
8.2	Saúde do Servidor.....	124
8.3	Segurança e Saúde Ocupacional.....	125
8.4	Seguridade Funcional	126
8.5	Capacitação Estratégica dos Quadros Públicos	126
8.6	Gestão do Transporte Oficial.....	127
8.7	Gestão de Compras	128
8.7.1	Licitação - Fase Interna e Externa.....	129
8.7.2	Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS)	129
8.7.3	Dados Gerenciais.....	130
8.7.4	Economicidade Obtida nos Processos Licitatórios	130
8.8	Gestão de Serviços.....	131
8.9	Gestão Patrimonial.....	132
8.10	Gestão Documental.....	133
8.11	Registro Mercantil	134
8.12	Serviço Social Autônomo PARANAPREVIDÊNCIA	135
9	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento	139
9.1	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável (DEAGRO)	139
9.2	Departamento de Economia Rural (DERAL)	140
9.3	Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN).....	142
9.4	Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR)	142
9.5	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)	145
9.6	Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA).....	148
9.7	Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR).....	148
9.8	Instituto de Florestas do Paraná (IFPR)	149
9.9	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR).....	150
9.10	Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. (CEASA/PR)	151
10	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	155
10.1	Sistema Estadual de Ensino Superior	155
10.2	Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF)	161
10.3	Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)	162
10.4	Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR)	163
11	Secretaria de Estado da Comunicação Social	167
11.1	Coordenadoria de <i>Marketing</i>	167

11.2	Coordenadoria de Imprensa e Conteúdos.....	167
11.3	Coordenadoria de Comunicação Integrada.....	168
11.4	Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE).....	169
11.4.1	Jornalismo.....	169
11.4.2	Departamento de Assessoria de Imprensa e Mídias Digitais.....	170
11.4.3	Rádio.....	170
11.4.4	Central de Produção Cultural.....	171
11.4.5	Diretoria de Relações Institucionais.....	171
11.4.6	Eventos.....	171
11.4.7	Diretoria Técnica.....	172
11.5	E-Paraná Comunicação.....	172
12	Secretaria de Estado da Cultura.....	177
12.1	Administração Indireta.....	181
12.1.1	Centro Cultural Teatro Guaíra (CCTG).....	181
12.1.2	Biblioteca Pública do Paraná (BPP).....	182
13	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.....	187
13.1	Administração Direta.....	187
13.2	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC).....	189
13.3	Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.....	191
14	Secretaria de Estado da Educação.....	195
14.1	Grupo Recursos Humanos Setorial (GRHS).....	195
14.2	Superintendência da Educação (SUED).....	196
14.2.1	Departamento de Gestão Escolar (DGE).....	196
14.2.2	Departamento de Educação Especial (DEE).....	197
14.2.3	Departamento de Educação Básica (DEB).....	198
14.2.4	Departamento de Educação e Trabalho (DET).....	202
14.2.5	Departamento de Diversidade (DEDI).....	202
14.2.6	Departamento de Políticas e Tecnologias Educacionais (DPTE).....	205
14.2.7	Departamento de Legislação Escolar (DLE).....	207
14.3	Superintendência de Desenvolvimento Educacional (SUDE).....	208
14.4	Colégio Estadual do Paraná (CEP).....	210
15	Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo.....	215
15.1	Ações do Esporte.....	215
15.2	Ações do Turismo.....	218
15.2.1	Promoção de Investimento no Turismo.....	218
15.2.2	Paraná Turístico.....	218
16	Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social.....	225

16.1 Programa Família Paranaense.....	227
16.2 Assistência Social	230
16.2.1 Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).....	230
16.2.2 Proteção Social Básica.....	232
16.2.3 Proteção Social Especial	235
16.2.3.1 Programas e Serviços de Média Complexidade.....	235
16.2.3.2 Programas e Serviços de Alta Complexidade	236
16.3 Garantia de Direitos	237
16.3.1 Política da Promoção de Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência	238
16.3.2 Política da Defesa de Direitos da Mulher.....	239
16.3.3 Política dos Direitos da Criança e do Adolescente.....	241
16.3.4 Política Estadual da Pessoa Idosa.....	242
16.4 Participação e Controle Social.....	243
16.5 Resumo da Execução Financeira.....	244
17 Secretaria de Estado da Fazenda	247
17.1 Redução de Despesas	247
17.2 Redução da Dívida.....	248
17.3 Ampliação de Receitas.....	248
17.3.1 Tributárias	248
17.3.2 Receitas Não-Tributárias	251
17.4 Melhoria da Gestão.....	251
17.5 Atração de Novos Investimentos.....	252
17.5.1 Programa Paraná Competitivo.....	252
17.6 Resultados Alcançados.....	252
17.7 Evolução dos Indicadores	253
18 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística	257
18.1 Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP)	257
18.2 Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística Municipal (DFIL)	258
18.3 Departamento de Gestão do Plano de Obras de Infraestrutura e Logística (DGPO) ...	259
18.4 Departamento de Estradas de Rodagem (DER).....	260
18.5 Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA).....	262
18.6 Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE).....	264
18.7 Paraná Edificações (PRED)	265
19 Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos	269
19.1 Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC).....	269
19.2 Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR).....	272
19.3 Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE).....	273

19.4 Departamento do Trabalho (DET)	276
20 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	281
20.1 Recursos Hídricos e Atmosféricos.....	281
20.2 Mudanças Climáticas	282
20.3 Biodiversidade e Florestas	283
20.4 Educação Ambiental e Jardins Botânicos.....	284
20.5 Resíduos Sólidos	285
20.6 Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT).....	286
20.7 Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA)	286
20.8 Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR)	287
20.9 Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ)	289
20.10 Instituto Ambiental do Paraná (IAP).....	290
20.11 Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITC).....	291
21 Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	297
21.1 Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA).....	297
21.2 Coordenação de Modernização Institucional (CMI)	298
21.3 Coordenação de Desenvolvimento Governamental (CDG)	299
21.3.1 Projetos e Programas em Desenvolvimento e em Negociação	299
21.3.2 Desenvolvimento Regional.....	300
21.3.3 Projetos Estruturantes e Captação de Recursos junto ao Governo Federal.....	302
21.4 Coordenadoria de Promoção Industrial e Comercial (CIC)	302
21.4.1 Programa Paraná Competitivo	303
21.5 Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CDI).....	304
21.6 Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI).....	306
21.7 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).....	307
21.7.1 Diretoria do Centro de Pesquisa	307
21.7.2 Diretoria do Centro de Estatística (CEE)	308
21.8 Instituto de Pesos e Medidas do Estado (IPEM).....	309
21.9 Contrato de Gestão - Serviço Social Autônomo Agência Paraná de Desenvolvimento (APD)	309
21.10 Contrato de Gestão - Serviço Social Autônomo Paraná Projetos	311
22 Secretaria de Estado da Saúde	315
23 Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária.....	325
23.1 Departamento de Inteligência do Paraná (DIEP)	326
23.2 Polícia Militar.....	327
23.3 Corpo de Bombeiros	327
23.4 Polícia Civil.....	328
23.5 Polícia Científica.....	328

23.6 Departamento de Execução Penal (DEPEN).....	329
23.7 Operações Sistemáticas	329
24 Secretário Especial para Assuntos Estratégicos.....	335
24.1 Energias Renováveis	335
24.2 Cidadania Digital	335
24.2.1 Rede 399 - <i>Internet</i> para Todos.....	335
24.2.2 Espaço Cidadão	336
24.3 Relação com a Sociedade.....	337
24.4 Parcerias Internacionais	338

Economia Paranaense 2016

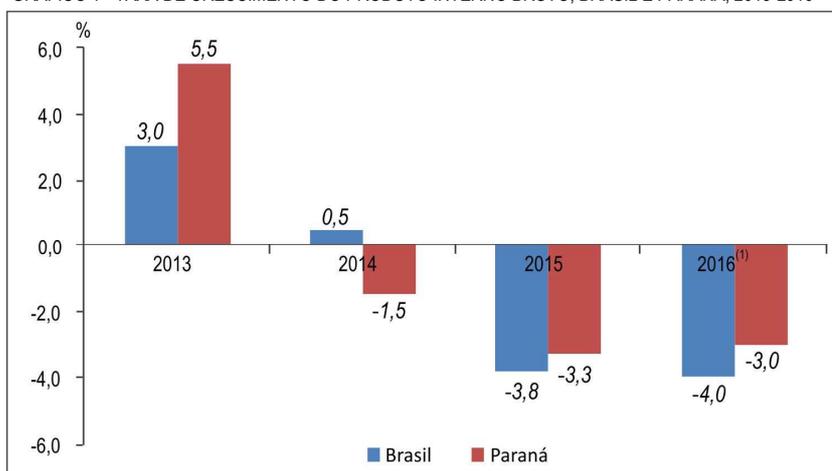


PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

O Panorama da Economia Paranaense em 2016

No ano que se encerrou, a economia brasileira permaneceu com todos os ingredientes recessivos já observados nos dois anos anteriores, e os resultados alcançados pelo PIB do terceiro trimestre de 2016 frustraram sobremaneira todos aqueles que, meses antes, acreditavam em início de recuperação no período recente. Em termos sazonais, o agregado recuou 0,8% contra o segundo trimestre, e a taxa acumulada no ano apresenta um decréscimo de 4,0% (gráfico 1), o que faz projetar mais uma taxa negativa para o ano, podendo alcançar algo em torno de -3,48%, segundo estimativas do Boletim Focus de 16 de dezembro último. Os principais componentes dessa trajetória expressam-se nos ainda decrescentes níveis de consumo das famílias, com recuo de 4,7% e queda de 11,6% dos investimentos, o que consolidou a trajetória decadente desse agregado, registrada a partir do final de 2013 e fez a formação bruta de capital fixo retornar a patamares observados em 2009.

GRÁFICO 1 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO, BRASIL E PARANÁ, 2013-2016



FONTES: IBGE

(1) Taxas acumuladas até setembro.

Sem dúvida, a performance global veio sendo determinada pelo ambiente político conturbado e por expectativas dos agentes econômicos que, ao contrário do captado pelos indicadores antecedentes, permanecem tomadas por elevado grau de incerteza. Além da vertente política, a paralisação observada no mercado de trabalho (a propósito, componente razoavelmente subestimado por ampla maioria dos analistas em suas projeções durante o primeiro semestre do ano passado para o PIB de 2017), condições financeiras das empresas, elevado endividamento das famílias, com impacto direto sobre o setor imobiliário, constituem importantes impeditivos da tão desejada recuperação econômica do país.

Cabe atentar, ainda, para a forte restrição fiscal do governo federal e dos governos estaduais, oriunda da combinação entre contínua elevação da despesa em anos anteriores e queda de arrecadação, em alguma medida interferindo no curtíssimo prazo tanto na execução orçamentária como nos níveis de massa salarial das economias regionais em função dos atrasos e parcelamentos de vencimentos da folha em algumas unidades da Federação.

Nesse contexto, aprofundou-se a crise do mercado de trabalho, cujas taxas de desocupação (tabela 1), em contínuo aumento, partem de 7,9% da força de trabalho no início de 2014 para 11,8% no terceiro trimestre de 2016 – em medida importante, afetada pela diminuição do número de vagas desde meados de 2015.

TABELA 1 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO E VOLUME DE OCUPADOS, BRASIL E PARANÁ - 2014-2016

TRIMESTRE	TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)		OCUPADOS (Abs.)	
	Brasil	Paraná	Brasil	Paraná
Jan.-fev.-mar./2014	7,2	4,1	91 252	5 516
Abr.-maio-jun./2014	6,8	4,1	92 052	5 548
Jul.-ago.-set./2014	6,8	4,1	92 269	5 568
Out.-nov.-dez./2014	6,5	3,7	92 875	5 510
Jan.-fev.-mar./2015	7,9	5,3	92 023	5 428
Abr.-maio-jun./2015	8,3	6,2	92 211	5 433
Jul.-ago.-set./2015	8,9	6,1	92 090	5 435
Out.-nov.-dez./2015	9,0	5,8	92 245	5 521
Jan.-fev.-mar./2016	10,9	8,1	90 639	5 450
Abr.-maio-jun./2016	11,3	8,2	90 798	5 446
Jul.-ago.-set./2016	11,8	8,5	89 835	5 378

FONTE: IBGE

A perda no volume de emprego, associada à estagnação dos rendimentos do trabalho, veio provocando expressiva perda da massa salarial, a qual entre o terceiro trimestre de 2014 e o terceiro de 2016 acumula queda de 3,9%, conforme a PNAD Contínua. O impacto mais imediato dessa perda de rendimentos recai sobre a capacidade de consumo das famílias, refletido nos índices do comércio varejista, que segundo a Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE registram perdas acumuladas de 6,7% e 9,3% no conceito ampliado (que inclui veículos e material de transporte) até outubro último, determinadas por fortes retrações em bens de consumo semiduráveis e duráveis, como vestuário e calçados, móveis e eletrodomésticos, além de veículos e materiais de construção.

Em meio a esse contexto, o Paraná, nos cálculos preliminares do IPARDES, teve declínio acumulado até o terceiro trimestre do ano, de 3,0%, influenciado por sua indústria de transformação, pelo baixo dinamismo verificado no setor de serviços e comércio, e por uma frustração de safra, com relação àquela de 2015.

Na agropecuária, a queda de 5,7% da safra de grãos paranaense apontada pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (com fechamento até novembro) foi influenciada por condições menos favoráveis do clima, atingindo a produtividade e a produção, tendo particularmente soja e milho recuado 1,5% e 11,7%, enquanto o trigo teve sua produção ampliada em 1,6%.

A indústria paranaense acumula declínio de 6,2% até outubro conforme o IBGE, significativamente afetado pelo recuo da produção automotiva, que acumulou queda de 11,8%. Além disso, tal desempenho associa-se a outros traços da recessão brasileira, que se refletem no decréscimo de 6,7% no setor de máquinas e equipamentos, em bens duráveis como mobiliário e em minerais não metálicos – os últimos, particularmente em resposta ao arrefecimento da construção civil.

Em parte, a indústria tem buscado compensação no mercado externo, o que certamente contribuiu para a elevação das exportações globais do Estado no ano passado, em 1,1% em valores acumulados até novembro, contra o declínio de 2,9% registrado pelas exportações nacionais em idêntica comparação. São exemplares nesse sentido, conforme a tabela 2, o segmento automotivo (material de transporte e componentes), com expansão de 31,1%, o de máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, com ampliação de 17,7%, e vidros, com aumento de 287,9%. Percebem-se, ainda, os impactos da operação de novo empreendimento do Estado na produção de celulose, que determinou forte salto nas exportações do grupo papel e celulose, de US\$ 527 milhões de janeiro a novembro de 2015, para 782 milhões no mesmo intervalo de 2016.

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A NOVEMBRO 2015-2016

GRUPO	JANEIRO-NOVEMBRO 2015		JANEIRO-NOVEMBRO 2016		TAXA DE CRESCIMENTO (%)
	(US\$)	Part. (%)	(US\$)	Part. (%)	
Complexo soja	4 513 630 640	32,8	4 293 227 998	30,8	-4,9
Complexo carnes	2 401 925 975	17,4	2 420 179 363	17,4	0,8
Material de transporte e componentes	1 208 828 310	8,8	1 585 301 292	11,4	31,1
Açúcar	782 210 998	5,7	858 215 858	6,2	9,7
Madeiras e manufaturas de madeira	821 545 272	6,0	822 359 756	5,9	0,1
Papel e celulose	527 347 516	3,8	782 202 175	5,6	48,3
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	518 929 422	3,8	610 545 001	4,4	17,7
Produtos químicos	554 244 098	4,0	446 288 720	3,2	-19,5
Café	349 561 887	2,5	344 709 434	2,5	-1,4
Cereais	550 894 286	4,0	324 796 128	2,3	-41,0
Calçados e couro	183 209 512	1,3	175 453 098	1,3	-4,2
Produtos metalúrgicos	161 959 088	1,2	163 567 683	1,2	1,0
Materiais elétricos e eletrônicos	151 724 010	1,1	153 999 840	1,1	1,5
Petróleo e derivados	233 659 358	1,7	129 842 135	0,9	-44,4
Produtos têxteis	109 947 607	0,8	89 273 245	0,6	-18,8
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	83 836 333	0,6	76 476 838	0,5	-8,8
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	35 697 647	0,3	38 257 245	0,3	7,2
Suco de laranja congelado	32 271 875	0,2	33 723 511	0,2	4,5
Ferramentas	27 645 454	0,2	26 988 494	0,2	-2,4
Produtos cerâmicos	27 010 089	0,2	22 653 390	0,2	-16,1
Bebidas - cerveja e refrigerante	27 228 806	0,2	16 249 336	0,1	-40,3
Metais e pedras preciosas e joalheria	12 900 374	0,1	14 731 461	0,1	14,2
Chocolate e suas preparações	7 649 691	0,1	14 364 156	0,1	87,8
Vidro e suas obras	2 086 916	0,0	8 094 638	0,1	287,9
Obras de pedras e semelhantes	5 780 097	0,0	6 302 075	0,0	9,0
Demais produtos	443 475 979	3,2	463 838 823	3,3	4,6
TOTAL	13 775 201 240	100,0	13 921 641 693	100,0	1,1

FONTE: MDIC-SECEX

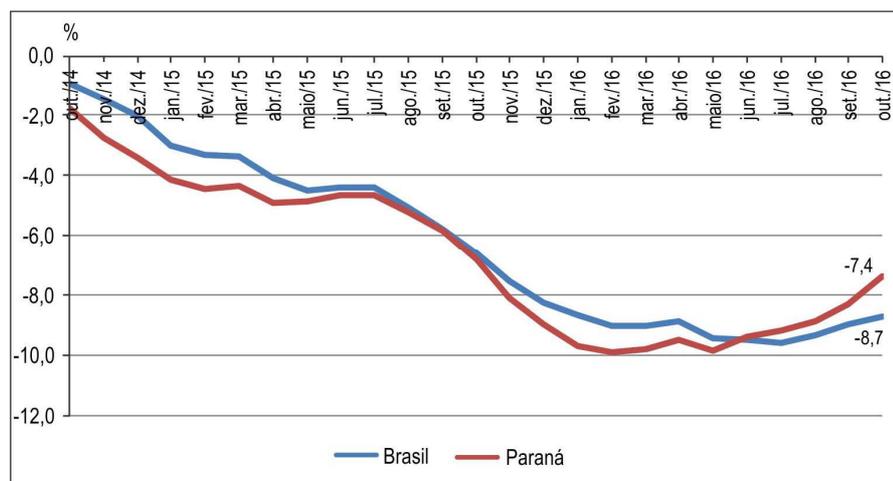
NOTA: Elaboração do IPARDES.

O mercado de trabalho paranaense não deixou de sentir a crise nacional, havendo importante aumento em sua taxa de desocupação, ainda que mantida entre as menores do país, com patamar significativamente abaixo da média nacional (8,5% contra 11,8%), e com os maiores padrões de rendimentos do trabalho e acima da média nacional (respectivamente, R\$ 2.172,00 e R\$ 2.015,00 no terceiro trimestre).

Em consequência da falta de fôlego do mercado de trabalho, o desempenho do comércio estadual também manteve índices expressivamente negativos nas vendas, acumulando quedas de 6,3% e 7,4%, a última no conceito ampliado da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE.

Em que pese o ambiente recessivo do país, o Estado do Paraná apresentou alguns indicativos mais favoráveis a uma retomada, em caso de recuperação da economia brasileira a partir de 2017. Aponte-se inicialmente, tendo em perspectiva o impacto sobre os níveis de consumo e os índices do comércio, o crescimento real, após vários trimestres de declínio, de 1,2% da massa salarial, do segundo para o terceiro trimestre de 2016, enquanto no país a massa prosseguiu em queda, ainda que pequena, de 0,1% na mesma comparação. A propósito, um comportamento mais favorável, de minoração de performances negativas do comércio no conceito ampliado, é perceptível para o Estado desde meados do ano passado, alcançando -7,4% contra 8,7% do Brasil em período de doze meses (gráfico 2).

GRÁFICO 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO EM PERÍODOS ANUAIS, BRASIL E PARANÁ - 2014-2016



FONTE: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio (Ampliado)

Por sua vez, o movimento observado no último trimestre do ano, dos agricultores paranaenses, de antecipação do plantio da safra (particularmente, a soja) permite, contando com um regime de chuvas adequado, projetar um desempenho de safra superior para 2017, com óbvios efeitos positivos sobre o PIB do Estado, tanto em termos diretos como indiretos, dados os encadeamentos produtivos e correspondentes efeitos sobre o emprego e a renda. Em caso de colheita bem sucedida, a safra paranaense pode crescer até 3,3% segundo estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), e contribuir para a ampliação de até 15% da safra brasileira em 2016/2017, segundo a mesma fonte.

Conforme tratado anteriormente, o setor manufatureiro estadual prossegue em queda, ainda fortemente influenciado pela baixa produção de segmentos como o de automóveis e outros vinculados à construção civil. Mesmo assim, vale registrar, nos últimos três meses até outubro de 2016, certa estabilização nos níveis de produção de alguns setores da indústria paranaense com relação ao ano anterior, principalmente daqueles que são importantes na estrutura estadual, como alimentos e bebidas, madeira e papel e celulose. Entre outros, estes, além de demonstrar alguma recuperação de volume, superam o desempenho registrado pela indústria nacional nesse comparativo, conforme disposto na

tabela 3. Mesmo com taxas negativas, em geral revelam alguma recuperação ou ao menos aproximação dos índices registrados no ano anterior, como em produtos químicos e produtos de borracha e material plástico.

TABELA 3 - TAXA DE CRESCIMENTO (%) DA PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA, BRASIL E PARANÁ, 2016-2017

ATIVIDADES	TRIMESTRE AGO-OUT/2017/ TRIMESTRE AGO-OUT/2016 (%)	
	Brasil	Paraná
Indústria geral	-5,7	-4,8
Indústrias de transformação	-5,0	-4,8
Fabricação de produtos alimentícios	-1,6	-1,6
Fabricação de bebidas	-3,6	1,5
Fabricação de produtos de madeira	2,2	10,6
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	2,9	9,6
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-11,5	-9,4
Fabricação de outros produtos químicos	0,6	-0,6
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	-4,1	-0,2
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-13,1	-6,0
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-4,4	-1,0
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-3,7	-5,7
Fabricação de máquinas e equipamentos	-10,0	-4,3
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	-4,6	-6,6
Fabricação de móveis	-6,8	-9,2

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

A consolidação do cenário recessivo e uma trajetória muito lenta de minimização da queda da renda em 2016 deslocaram para frente o início de uma retomada efetiva da economia brasileira. Essa retomada e, em decorrência, a da economia paranaense, deverá continuar dependendo de progressiva melhoria das condições fiscais do país e de uma contribuição do governo federal em investimentos administrados e operacionalizados em parceria com a iniciativa privada. Por outro lado, dependerá da resposta à trajetória cadente dos juros básicos praticados pelo Banco Central ao longo do próximo ano, da melhoria marginal das condições de endividamento e financiamento de famílias e empresas, conforme buscado pelo Ministério da Fazenda em minipacote anunciado em dezembro último, da melhoria, de fato, das expectativas dos agentes econômicos e, fundamentalmente, da recuperação do mercado de trabalho, a ponto de propiciar uma guinada nos volumes de crédito e nos níveis de consumo e investimento.

01

Casa Civil



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

1 Casa Civil

O campo de atuação da Casa Civil, de acordo com as Diretrizes do Governo, envolveu atribuições, tarefas e responsabilidades diretas, advindas de sua existência como órgão do primeiro nível hierárquico da administração pública estadual, típicas de um órgão de assessoramento político e administrativo de vinculação direta ao Chefe do Poder Executivo; e também tarefas de apoio, conforme determina a legislação vigente, as unidades e órgãos desprovidos ou providos apenas parcialmente, de estrutura própria, entre eles o Secretário Especial para Assuntos Estratégicos, a Chefia de Gabinete do Governador e o Escritório de Representação do Governo.

1.1 Gabinete do Secretário

A atuação envolveu o planejamento, a coordenação, a organização e a promoção do relacionamento do Poder Executivo Estadual, intermediando contatos e relações com autoridades e organizações dos diferentes níveis governamentais; a prestação de assistência direta e imediata ao Governador; o acompanhamento das atividades relativas ao processo político legislativo, bem como, o relacionamento com as lideranças políticas do Governo; o atendimento a Deputados Federais, Estaduais, Secretários de Estado, Prefeitos, Vereadores, Presidentes de Partidos e de Câmaras Municipais, representantes de movimentos classistas, de sindicatos e público em geral.

1.2 Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude (AEJ)

A Assessoria Especial da Juventude realizou as seguintes atividades:

- Índice de Vulnerabilidade Juvenil do Paraná (IVJ/PR) - foram concluídos os indicadores dos anos de 2012/2013/2014, com a participação da AEJ em conjunto com IPARDES e CELEPAR. O IVJ tem por objetivo fornecer indicadores às prefeituras do Paraná sobre a vulnerabilidade dos jovens em cada um dos 399 municípios, considerando indicadores de saúde, segurança, educação e emprego e renda.
- Rede Jovem - o Projeto de Lei do Rede Jovem foi concluído e encaminhado à Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP). O programa visa combater a vulnerabilidade juvenil tendo como base o IVJ/PR dos municípios paranaenses por meio de uma rede de dados, que retrate a condição de vida dos jovens estendendo um plano de ações intersetoriais no enfrentamento das fragilidades

constatadas, decorrentes de indicadores e equipamentos existentes, com implantação prevista a partir de 2017.

- Sucessão Familiar Rural - em parceria com a EMATER, a AEJ promoveu um amplo debate com as entidades envolvidas sobre a importância de se conter a evasão rural. Foi realizado o Seminário sobre Sucessão Familiar Rural em 08, 09 e 10/11. Os anais do evento integrarão as propostas de políticas públicas sobre o tema. Participaram do GT a AEJ, a EMATER e demais órgãos intersetoriais e do terceiro setor, determinado no Decreto 1182/15.
- Grêmios do Paraná - com o objetivo de atender os jovens no início de sua participação na sociedade e aproximá-los do Governo Estadual, incentivando-os a integrar os Grêmios Estudantis de seus colégios para despertar uma atitude cidadã. E para tanto, foram visitados os seguintes Núcleos Regionais de Educação: Ibaiti, Wenceslau Braz, Londrina, Apucarana, Dois Vizinhos e Cornélio Procópio. Em razão das interrupções no calendário escolar ficou programado finalizar a visita aos Núcleos em 2017. A CELEPAR está desenvolvendo um hot-site específico para esse projeto a ser disponibilizado em 2017.
- UPS Cidadania / Paraná Cidadão – participamos das ações da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos aplicando um questionário socioeconômico e cultural nos jovens que participaram da ação para obter um mapeamento da situação do jovem paranaense em sua municipalidade. AEJ esteve presente nos seguintes eventos da SEJU - UPS: Tatuquara/Novo Mundo, Osternack, Vila Sandra, Parolin, Vila Torres, Cascavel, Vila Zumbi/Liberdade. Paraná Cidadão: Pitanga, Teixeira Soares, Reserva Marilândia do Sul, Rio Branco do Ivaí, Ivaiporã, Mamborê, Laranjeiras do Sul e Quarto Centenário.
- Geração Atitude - a AEJ participou da etapa Gincana da Cidadania com palestras sobre protagonismo juvenil nos municípios de Irati, Pato Branco, Guarapuava, Cascavel, Laranjeiras do Sul, dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Toledo, Cianorte, Paranavaí Loanda, Umuarama, Ibaiti, Jacarezinho, Cornélio Procópio, Londrina e Apucarana. Objetivo final é a formação cidadã. A “Geração Atitude” é um projeto ligado ao Movimento Paraná Sem Corrupção, e tem como principal objetivo apoiar a formação cidadã de estudantes paranaenses, promovendo a participação social e o protagonismo juvenil.
- Dia do Estudante - o colégio Estadual Prof. Altair da Silva Leme do Município de Colombo participou com 40 alunos. Foram realizadas inúmeras atividades, dentre elas palestras, visitas ao Palácio Iguaçu e ao Museu Oscar Niemeyer. A data, incluída no calendário anual da AEJ, tem por objetivo proporcionar aos estudantes de escola pública situada em município com IVJ baixo um dia especial para comemorar a data do estudante, promovendo a conscientização e o protagonismo juvenil.

- Comitê Intergestor de Políticas Públicas para a Juventude (COIPPJ) - participam a AEJ e 20 secretarias estaduais que atuam com projetos e programas para a juventude presidida pela AEJ. Busca-se, como resultado, manter as políticas públicas de Juventude como pauta de todas as secretarias, atuando de forma transversal.
- Atuação Intersetorial: a) Conselho de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR) - Integrante do Conselho de Promoção da Igualdade Racial atua fortemente nos debates e na gestão do Conselho. Participou da organização e produção da Campanha oficial do Governo do Paraná sobre o Racismo Institucional; b) Secretário Especial de Assuntos Estratégicos - Participação do Curso de Formação em Parcerias Internacionais - integra o Ponto Focal de Parcerias Institucionais.

1.3 Assessoria Especial para Assuntos Fundiários

Assessoria Especial para Assuntos Fundiários realizou as seguintes atividades:

- Mediação de conflitos e reforma agrária em aproximadamente 326 assentamentos e 126 acampamentos: a) Programa Paz no Campo - trata a reforma agrária como questão social, buscando soluções pacíficas para os conflitos fundiários; b) parceria junto à Secretaria de Estado da Educação (SEED), para levar educação às escolas no campo, visando atender os assentamentos e acampamentos; c) parceria junto à Secretaria de Estado da Saúde (SESA), para construir postos de saúde no campo, discutir, promover e prevenir doenças nos acampamentos; d) parceria junto à Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) para realização da 15.^a Jornada de Agroecologia junto aos movimentos sociais, incentivando a participação dos acampamentos nos eventos; e) em conjunto à Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (SEET) levamos às comunidades indígenas materiais esportivos; f) incentivo à produção agrícola nos acampamentos junto da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.
- Questão indígena - promoção de atendimento em 70 acampamentos/aldeias, distribuídos em 30 municípios; discussão junto às etnias Guarani, Kaingang e Xetá, em parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sobre a questão fundiária no Paraná, e sobre os processos de demarcação, para que se evitem atritos desnecessários; trabalho junto aos Povos, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Organizações Não-Governamentais (ONGs), buscando formar uma Política Indígena no Estado, com debates sobre educação, saúde, cultura, esporte e produção agrícola; no período de greve escolar, os colégios indígenas continuaram suas atividades normais.

- Questão quilombola - trabalho realizado junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para resgatar com segurança e pacificamente os quilombos no Estado.
- Questão dos sem-teto - trabalho realizado junto à Polícia Militar, Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e municípios na busca de soluções para as famílias.

1.4 Diretoria Geral

Realizou as atividades de registro, controle e atribuição de celeridade ao trâmite dos processos referentes aos programas, projetos e ações foco da atuação da Casa Civil. Manteve-se em constante contato, principalmente, com as Secretarias de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), da Fazenda (SEFA) e Procuradoria Geral do Estado (PGE), a fim de efetuar o alinhamento necessário às diretrizes do Governo e as atribuições da Casa Civil.

Promoveu o desenvolvimento funcional de seus subordinados e fiscalizou o pleno funcionamento das dependências da Casa Civil, de modo a realizar a efetiva integração com os objetivos do Governo do Estado; representou o Chefe da Casa Civil nas suas ausências, assim como coordenou as atividades inerentes a Governadoria.

Supervisionou os despachos preparados pelo Núcleo Jurídico da Administração (NJA) submetidos ao Chefe da Casa Civil e ao Governador; participou em reuniões no decorrer do exercício, realizadas com o Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas e as diversas Secretarias de Estado; elaborou minutas de respostas em procedimentos instaurados pelo Ministério Público e em trâmite junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

1.5 Núcleo Jurídico da Administração (NJA)

Prestou assessoramento jurídico, objetivando subsidiar decisões governamentais mediante exame, instrução e emissão de pareceres em processos submetidos à apreciação do Chefe do Poder Executivo e os de competência do Chefe da Casa Civil, Casa Militar, Secretários Especiais e a Vice-Governadoria. Realizou a análise de 3.421 processos entre informações, despachos administrativos e cotas.

1.6 Núcleo de Informática e Informações (NII)

Executou as seguintes atividades:

- Manutenção da estrutura de informática da Governadoria, no Palácio Iguazu.
- Administração e atualização do Sistema de Cadastro de Autoridades (G-CAU) e do Sistema de Acompanhamento da Gestão Governamental (G-GOV).

- Implantação e disponibilização de ferramentas de consulta GEO e *Business Intelligence* (BI) no G-GOV para dar suporte à Agenda do Governador e ao Portal da Transparência em conjunto com os órgãos da Administração Estadual.
- Manutenção e adequação dos *sites* da Casa Civil.
- Apoio a Agenda do Governador na geração do Briefing, com informações municipais.
- Desenvolvimento do Sistema Gerador de Atos (SGAO) para a formatação de Decretos, Leis, Portarias e Resoluções, de modo simplificado. Contempla a integração com outros sistemas (sistema de publicação do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, e-ORG da SEPL e Meta4 da SEAP) e controles da CGE.

1.7 Centro de Edição de Expediente Oficial (CEE)

Prestou assessoramento ao Governador do Estado, ao Chefe da Casa Civil, à Diretoria Geral, à Diretoria Administrativa Financeira e às demais unidades da Casa Civil, na preparação das matérias que necessitaram de formalização documental.

Atendeu a outros órgãos ligados diretamente ao Palácio Iguazu, tais como, o Gabinete da Vice-Governadora e a Assessoria Especial do Governador. Foram igualmente atendidos a Coordenadoria do Cerimonial e Relações Internacionais, o Núcleo de Informática e Informações, a Coordenadoria Técnico-Legislativa, a Coordenadoria de Assuntos Políticos, os Grupos Administrativos, de Recursos Humanos e Orçamentário Setorial, e, esporadicamente outros setores.

Expedientes circulares da Chefia do Poder Executivo foram enviados aos Secretários de Estado, aos titulares dos órgãos vinculados do Poder Executivo, parlamentares, e outras lideranças nacionais e internacionais. Todas as solenidades e eventos realizados no âmbito da Governadoria tramitaram pelo CEE.

Foram elaborados e expedidos 258.935 expedientes, entre ofícios, cartas, telegramas, fax, *e-mails*, cartões e mensagens. Realizada revisão de protocolos de intenções, acordos técnicos, acordos de cooperação e termos aditivos, bem como efetuados o registro e a guarda dos documentos.

1.8 Centro de Redação de Atos Oficiais (CRA)

Responsável pela edição de todos os Decretos do Poder Executivo, bem como Resoluções e Circulares afetas à Casa Civil. Promoveu a lavratura de 2.523 decretos, 33 resoluções e sete circulares, que após assinados e numerados são enviados ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná (DIOE) para publicação e inserção junto ao Sistema de Legislação.

1.9 Centro de Apoio Operacional (CAO)

Promoveu a entrada de documentos oriundos das Secretarias de Estado, suas autarquias e vinculadas, e demais documentos endereçados ao Governador do Estado, Chefe da Casa Civil e aos assessores do Governador, que são direcionados às unidades afins; preparou 221 processos de disposições funcionais e realizou o controle da divulgação dos atos oficiais. Tramitaram pelo CAO cerca de 9.850 processos, 1.900 correspondências, 1.060 Despachos, 12 Portarias e 48 Resoluções.

1.10 Núcleo de Controle Interno (NCI)

As principais ações foram desenvolvidas, tendo como norteador o Sistema Integrado de Avaliação e Controle (SIAC), utilizado pelos Agentes de Controle designados, com o objetivo principal de avaliar o Sistema de Controle Interno e propiciar a avaliação da Gestão do Estado, por meio de quesitos indexados por área (administração, planejamento, recursos humanos, financeira e acompanhamento de gestão), subárea (adiantamento, administração de materiais e bens, deslocamento de servidores, acompanhamento de metas, etc.) e objeto (obras, bens móveis, bens imóveis, licitações, etc.).

A Controladoria Geral do Estado (CGE) enviou um total de quatro formulários contemplando os mais diversos objetos (áreas avaliadas: planejamento, financeira, administrativa e recursos humanos), promovendo o diagnóstico e avaliação dos controles utilizados e o Órgão encaminhou à Controladoria medidas implementadas e a implementar visando o saneamento das desconformidades. Participação presencial nos processos licitatórios, observando e posteriormente interagindo com a comissão. Realização de acompanhamento e esclarecimento, junto aos setores da Casa Civil, sobre a elaboração das respostas para as recomendações demandadas pela CGE, referentes aos achados apontados pelo SIAC enviadas ao TCE. Realizada informação do Controle Interno, para compor o contraditório aos acórdãos 4449/16 e 4450/16 da prestação de contas da Casa Civil, referente ao ano de 2014.

1.11 Diretoria Administrativa Financeira

Criada pela Lei Estadual n.º 18.106/2014, a Diretoria manteve-se em constante contato, principalmente, com as Secretarias de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) e da Fazenda (SEFA), a fim de efetuar o alinhamento necessário às diretrizes do governo.

No âmbito interno, desenvolveu as seguintes atividades:

- Coordenação técnica e administrativa das unidades que compõem a Casa Civil.

- Promoção da administração geral do Órgão, em estreita observância aos dispositivos legais e normativos da administração pública.
- Ordenação de despesas e demais documentos correlatos, a manutenção do Palácio Iguazu e das residências oficiais.
- Elaboração de minutas e análises, bem como o controle e encaminhamento dos documentos submetidos ao Chefe da Casa Civil e ao Governador do Estado.
- Acompanhamento dos processos de nomeação de pessoal do Estado e das demandas apresentadas por diversos órgãos.

1.12 Grupo Orçamentário Setorial (GOS)

Responsável pelas matérias de cunho orçamentário e de planejamento estadual da Casa Civil; suas entidades vinculadas Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Companhia Paranaense de Energia (COPEL), Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), Banco Regional de Desenvolvimento (BRDE), Agência de Fomento do Paraná e Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR); os Secretários Especiais e o Escritório de Representação do Governo. Em 2016, executou as seguintes ações:

- Elaboração de estudos e pareceres sobre questões técnicas da administração direta e indireta, no tocante ao planejamento e orçamento.
- Orientações às unidades de execução da Casa Civil, Escritório de Representação do Governo e Secretários Especiais quanto à programação orçamentária anual.
- Elaboração em torno de 125 informações técnicas solicitadas pela Direção Geral e Administrativa Financeira da Casa Civil, SEFA e SEPL; 85 declarações de adequação da despesa e regularidade do pedido; e 150 processos de alterações orçamentárias para ajuste de contas e suplementações de recursos da Casa Civil e suas vinculadas e Escritório de Representação do Governo.
- Coordenação e orientação técnica no tocante à elaboração da Proposta Orçamentária Anual 2017 da Casa Civil e suas vinculadas, do Escritório de Representação do Governo e Secretários Especiais.
- Acompanhou e atualizou os planos e programas sob a ótica orçamentária e programática das unidades da Casa Civil.
- Divulgação sistemática das informações técnicas geradas pelo Sistema Estadual de Planejamento.
- Coleta e preparo das informações necessárias à atualização do sistema SIGAME da SEPL, que acompanha a execução orçamentária da LOA e do PPA 2016-2019; elaboração do relatório de atividades da Casa Civil, do Escritório de Representação do Governo, dos Secretários Especiais, bem como a compilação dos dados das entidades vinculadas; entre outras.

1.13 Grupo Administrativo Setorial (GAS)

Administração dos serviços meio necessários ao funcionamento da Casa Civil, dos Secretários Especiais e Assessorias, privilegiando todas as questões administrativas. Em conjunto com o Grupo Financeiro Setorial (GFS) e GOS, buscou gerir as demandas emanadas de normativas, Resoluções e Decretos em vigor.

- Almoxarifado - 349 itens em estoque; acompanhamento dos avisos por e-mail enviados pelo DEAM para construção de Termo de Referência e adesão às atas de registro de preço, para as compras via Gerenciamento do Sistema de Almoxarifado (GMS).
- Administração Patrimonial - catalogação do acervo de móveis, objetos e obras registrados no Sistema AAB, em conjunto com a Comissão de Acervo criada em 2015. Foram realizadas 305 incorporações, 4.595 movimentações de itens e um procedimento de inservibilidade.
- Protocolo - movimentação de 50.263 documentos.
- Arquivo Geral - Setor Documental - responsável pela inclusão no cadastro, de pastas e documentos com scanner de fichas funcionais, pesquisas realizadas no antigo arquivo Casa Cível e baixa de sistema, separação de documentos, classificação e eliminação; realizou reuniões junto às unidades envolvidas no acervo documental da Casa Civil, com documentação acumulada e necessitando de digitação para baixa e descarte; cadastramento junto ao sistema documentador de parte significativa dos documentos em arquivo, abrangendo na maioria os Setores de RH, GFS e GAS.
- Licitações, Contrato e Convênios - realizou a ampliação de 48 itens dos já catalogados no Sistema de Gestão de Materiais e Serviços - GMS; realização de 16 procedimentos de licitação; três dispensas de licitação, formalização publicação de 30 termos aditivos e 28 contratos firmados.
- Promoveu a alimentação do sistema GMS em conjunto com o SEI-CED do TCE/PR e o controle de despesas da Casa Civil e suas unidades.

1.14 Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS)

As seguintes atividades foram desenvolvidas:

- Atendimento, informação e encaminhamento dos procedimentos devidos, demandados pelo TCE e Ministério Público.
- Participação em projetos realizados em parceria com a SEAP.
- Prestação de informações diversas aos servidores; liberação de senhas do sistema de consignação PR-CONSIG e contracheques.

- Controle da lotação e frequência dos servidores; controle de férias; análise de relatórios referentes à folha de pagamento; controle, cálculo e conferência de verbas rescisórias.
- Recebimento, análise e providência dos ressarcimentos dos salários dos servidores a disposição; acompanhamento dos Termos de Cooperação Técnica; manutenção da folha de pagamento e Dossiê Histórico Funcional. Emissão de pareceres, informações e certidões pertinentes à área de Recursos Humanos.
- Análise, instrução e encaminhamento de processos referentes à disposição funcional; promoção e progressão; licença especial; acervo; contagem de tempo; desconto previdenciário; abono permanência; aposentadoria; licença médica; pensão alimentícia; avaliação de estágio probatório; remoção; contratação e demais procedimentos ligados ao sistema da Central de Estágio; e elaboração de proposta para contratação de servidores por meio de concurso público.

1.15 Grupo Financeiro Setorial (GFS)

- Gerenciamento dos recursos financeiros, pela execução orçamentária por meio de 946 empenhos e 1.451 liquidações.
- Central de viagens - realizadas 743 viagens com prestação de contas auditadas pelo Setor Financeiro.
- Elaboração e execução dos Balancetes Mensais das Secretarias, promovendo os assentamentos, escriturações e registros contábeis e financeiros para o efetivo controle dos atos contábeis de acordo com a Lei n.º 4.320/1964.
- Atendimento às demandas da Inspeção Interna do Tribunal de Contas e orientação técnica e administrativa aos grupos auxiliares da Casa Civil.

1.16 Coordenadoria do Cerimonial e de Relações Internacionais (CCRI)

Planejamento, coordenação, organização, direção e o controle das atividades relativas à observância e aplicação das Normas do Cerimonial Público e da Ordem Geral de Precedência, bem como a coordenação das atividades de apoio administrativo na organização de recepções, eventos e festividades. Cabe destacar na atuação da Coordenadoria as seguintes atividades realizadas:

- Apoio ao Governador nas visitas do Presidente da República Federativa do Brasil, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF); Ministro de Estado do Esporte; Ministro de Estado da Saúde; Ministro de Estado da Indústria, Comércio e Serviços; Ministro de Estado das Cidades; Governador do Estado de Santa Catarina; Governador do Estado do Rio Grande do Sul; Vice-Governadora do

Estado do Mato Grosso do Sul e Representante do Governador do Estado do Mato Grosso do Sul.

- Apoio ao Governador e a Embaixadores de Países Estrangeiros em visita ao Estado: Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Italiana e Comitiva; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da Croácia; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Canadá e Comitiva; Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da Mongólia e Comitiva; Ministro de Indústria e Comércio da República do Paraguai; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Federação Russa e Comitiva; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Argentina e Comitiva; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Estado da Palestina e Decano do Conselho dos Embaixadores Árabes no Brasil; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Estado do Kuwait; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Reino Hashemita da Jordânia, Embaixatriz e filha; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Estado da Líbia, Embaixatriz e filhas; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Árabe do Egito, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Sudão e filho; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Islâmica da Mauritânia e filha; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Liga dos Estados Árabes, Embaixatriz e filha.
- Apoio a Outras Autoridades Estrangeiras e Brasileiras em visita ao Estado: Delegação da Província de Ghizhou - República Popular da China; Ministra da Cultura do Paraguai e Comitiva; Chefe do Escritório Econômico e Cultural de Taipei em Brasília; CEO do Grupo Olympic City; Cônsul Honorária da Suíça no Paraná; Cônsul da República Argentina em Curitiba; Delegação da Universidade de Twente - Holanda; Prefeito de Assunção - República do Paraguai; Delegação do Bloco Econômico da ASEAN; Cônsul-Geral da República Federal da Alemanha em São Paulo; Vice-Governador da Província de Zhejiang e Membro do Comitê Permanente e Diretor-Geral da Organização do Comitê Provincial do Partido Comunista da República Popular da China; Novo Representante do Governo da Província de Hyogo - Japão; Novo Cônsul da República Argentina em Curitiba; Delegação da Agência de Cooperação do Japão (JICA) e Empresa *Japan Radio Company* (JRC); Presidente da Sumitomo Rubber do Japão; Diretor Executivo da Sumitomo Rubber do Japão; Presidente da Sumitomo Rubber do Brasil; Presidente Mundial da Holding Zhegnchang Shangai - China; Diretor da NBSO - Escritório de Apoio a Negócios da Holanda; Ministro da Área Econômica da Embaixada do Japão; Cônsul-Geral do Japão em Curitiba; Vice-Presidente da Yazaki do Brasil; Presidente da NH *Foods* do Brasil; Gerente da NEC LATAM; Vice-Presidente da Marubeni TERLOG; Gerente Estratégico da JT *International*; Presidente da Denso do Brasil; Presidente da Café Iguazu; Presidente do Banco

Sumitomo Mitsubishi do Brasil; Presidente da Ajinomoto do Brasil; Gerente de Qualidade da Ajinomoto do Brasil; Gerente da Sysmex; Presidente da Sumitomo Rubber do Brasil; Presidente da Harima do Brasil; Diretor da Furukawa Industrial; Coordenador-Residente do Sistema das Nações Unidas no Brasil e Representante-Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD; Príncipe do Reino da Dinamarca e Comitiva; Secretário-Geral das Nações Unidas e Comitiva; Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores do Reino da Bélgica e Comitiva; Ministro do Desenvolvimento Social e Familiar e Presidente do Comitê Olímpico Nacional de Singapura; Ministro de Indústria e Comércio da República do Paraguai; Princesa do Reino da Tailândia; Primeiro-Secretário da Embaixada da Federação Russa no Brasil; Cônsul da Federação Russa em São Paulo; Consulesa da Federação Russa em São Paulo; Vice-Governador da Província de Hyogo - Japão e Comitiva; Representante do Escritório da Província de Hyogo no Paraná; Cônsul da República Argentina em Curitiba; Cônsul Adjunto da República Argentina em Curitiba; Segunda Secretária da Embaixada da República Argentina no Brasil; Governador do Departamento de Alto Paraná e Comitiva; Encarregada de Negócios da Embaixada da República da Tunísia e Esposo; Encarregado de Negócios da Embaixada do Reino do Marrocos, Esposa e filhos; Presidente da *Foudatrice* d'AK-ONG – Costa do Marfim; Governador da Província de Angofagasta – República do Chile; Patriarca da Igreja Síria Ortodoxa da Antioquia; Atendimento ao Representante de Relações Internacionais da Universidade do Arizona - Estados Unidos da América); Delegação do Estado da Renânia - Palatinado - República Federal da Alemanha; Vice-Governadora da Província de Hubei - República Popular da China; Secretário-geral do Departamento da Frente Unida do CPC na Província de Hubei - República Popular da China; Diretor-geral do Escritório de Explorações Agrícolas da Província de Hubei; Membro da Comissão Permanente do CPC no Município de Yichang, Província de Hubei e Diretor-geral do Departamento da Frente Unida do CPC no Município de Yichang, República Popular da China; Chefe da Divisão para Américas e Oceania, Escritório de Relações Exteriores da Província de Hubei, República Popular da China; Vice-chefe da Divisão para Américas e Oceania, Escritório de Relações Exteriores da Província de Hubei, República Popular da China; Intérprete, Escritório de Relações Exteriores da Província de Hubei, República Popular da China.

- Apoio ao Chefe do Executivo nas 122 viagens realizadas nos municípios do Estado.

- Apoio ao Chefe do Executivo em suas viagens a outros Estados e ao Distrito Federal: para a Inauguração Parque Eólico e Lançamento da Pedra Fundamental do Complexo Eólico Cutia no Rio Grande do Norte.
- Apoio a 345 eventos que contaram com a presença do Governador e Vice-Governadora do Estado, realizados na Capital com lideranças políticas.

1.17 Coordenadoria Técnico Legislativa (CTL)

Realizou em sua área de competência o exame, a informação e a instrução de expedientes oriundos da Assembleia Legislativa; promoveu a análise e o preparo de projetos de lei e a elaboração das respectivas leis; o encaminhamento de expedientes entre órgãos, informações e pareceres à Assembleia Legislativa, publicações no Diário Oficial, totalizando 2.248 expedientes.

1.18 Coordenadoria de Assuntos Políticos (COAP)

Tem como objetivo estreitar o relacionamento do Governo do Estado com as Câmaras Municipais, Prefeituras, o Poder Legislativo Estadual e com entidades de representação da sociedade civil organizada. Em 2016, promoveu as seguintes ações:

- Organização de eventos para assinaturas de convênios de liberação de recursos aos municípios.
- Acompanhamento e articulação da agenda política do Governador, Vice-Governadora, Secretária da Família e Desenvolvimento Social e Chefe da Casa Civil; acompanhamento das agendas dos Secretários de Estado.
- Atendimento às solicitações dos outros poderes e segmentos da sociedade, nas mais abrangentes áreas, em conjunto com a Chefia de Gabinete da Casa Civil.
- Manutenção e prestação de informações relativas ao acompanhamento das reivindicações junto ao Governador; coordenação, em consonância com a Casa Militar e a Coordenadoria do Cerimonial das atividades afetas às viagens do Governador.
- Orientação às entidades assistenciais paranaenses que reivindicaram auxílios ou subvenções sociais ao Governador.
- Orientação e encaminhamento de solicitações às diversas Secretarias de Estado e entidades vinculadas.
- Apoio e atendimento às Prefeituras e Câmaras Municipais e acompanhamento nas demais Secretarias.
- Atendimento médio diário em torno de 25 pessoas, perfazendo um total de 500 pessoas/mês; e atendimento médio diário em torno de 135 ligações, perfazendo um total de 2.700 ligações/mês.

- Acompanhamento dos processos das Emendas do Legislativo, monitoramento desde o início do processo até a entrega final.
- Acompanhamento e assessoramento junto às Secretarias de Estado e Vinculadas de Projetos de Descentralizações Regionais.
- Agenda Integrada e Sistema de Informação.
- Acompanhamento diário das sessões plenárias junto à Assembleia Legislativa.

1.19 Escritório de Representação do Governo

Tem como objetivo atender os interesses do Estado em Brasília, servindo de base de apoio e articulação do Governo com os diferentes organismos da Administração Pública Federal. Foi criado o Grupo de Trabalho Intersecretarial do Escritório de Representação do Governo, que participou de 35 eventos. Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Apoio Operacional e Assessoria aos Secretários de Estado, municípios paranaenses e instituições não governamentais em reuniões, acompanhamento de processos e liberação de recursos junto ao governo federal.
- Apoio Legislativo - participação e assessoramento nas Comissões Permanentes e Especiais e em reuniões da Bancada Federal do Paraná, com matérias relacionadas ou de interesse do Estado (Projeto de Lei dos *Royates* do Xisto, Projeto de Lei Zona de Livre Comércio em cidades paranaenses, Projeto de Lei Complementar do refinanciamento da dívida dos Estados, Usina de Xisto de São Mateus, Hospital Bom Jesus de Toledo, dentre outros).
- Representação Institucional - assessoria à Vice-governadora em reuniões nas Embaixadas da China, Coréia, Itália, Croácia, Rússia e Ucrânia e participação em diversos eventos.

1.20 Agência de Fomento do Paraná S.A. (AFPR)

Principais atividades desenvolvidas:

- A carteira de crédito total da AFPR alcançou a marca de R\$ 1,0 bilhão.
- Contratação de janeiro a outubro - a) R\$ 232,2 milhões em operações do setor público que beneficiaram 103 municípios e b) R\$ 97,6 milhões em financiamentos para empreendedores de micro, pequeno e médio porte do Estado, com R\$ 47,0 milhões referentes a 4.280 contratos de microcrédito.
- Realização dos primeiros aportes de recursos nos fundos de investimentos em participações Criatec 3 e Sul Inovação, apoiados pelo BNDES e pela FINEP, respectivamente, que reúnem R\$ 220,0 milhões em capital de risco para apoiar empreendimentos que apresentem projetos inovadores e com alto potencial de crescimento.

- Elevação dos limites para financiamentos de microcrédito e criação da linha Banco do Empreendedor - Microcrédito Fidelidade, na modalidade de capital de giro puro, que atende microempresas e Microempreendedores Individuais (MEI), já clientes, que pagaram em dia as parcelas de contratos anteriores com a instituição.
- Em parceria com o SEBRAE-PR, promoveu a primeira edição do Prêmio Fomento Paraná e SEBRAE-PR de Microcrédito, entregue no Encontro Estadual de Agentes (Faxinal do Céu) que premia a atuação de agentes de instituições parceiras.
- Implantação da linha MPE Aprendiz, com recursos de repasse do BNDES para capital de giro, para atender empresas de micro e pequeno porte.
- A AFPR foi a vencedora da 10.^a edição do Prêmio Citi Melhores Microempreendimentos - 2015 na categoria Gestão Inovadora para Instituições de Microfinanças. O prêmio, entregue em São Paulo, é realizado pela ONG Aliança Empreendedora e patrocinado pela Citi Foundation (Citibank), para promover e destacar a importância do microcrédito no desenvolvimento da economia nacional.
- Implantação de novo sistema de concessão de microcrédito, com interface intuitiva, inteligente e explicativa que simplificou os procedimentos dos agentes de crédito, tornando mais rápido o fluxo das operações.
- Implantação de nova Central de Atendimento, para melhorar o controle e a qualidade do atendimento externo, com equipe profissionalizada, instalada na Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR). A Ouvidoria foi incorporada à nova central, pelo 0800-644-8887, nos moldes da Resolução CMN n.º 4.433 de 23/07/2015.
- Implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.327/2014, que estabelece compromisso com o desenvolvimento sustentável, colaborando para o crescimento econômico consciente, a preservação da biodiversidade e do meio ambiente e a promoção da qualidade de vida no Paraná, com práticas que prezem pelo equilíbrio destas dimensões.
- A FOMENTO PARANÁ se adequou à Lei n.º 10.097/2000, que estabelece que empresas de médio e grande porte devem contratar jovens entre 14 e 24 anos como aprendizes; foi firmado um convênio com uma instituição e dois jovens foram contratados.
- UniFomento - implantou uma ação voltada à capacitação e qualificação de colabores internos e externos, no âmbito do Governo do Paraná, por meio de cursos, palestras, workshops etc.

- Realizou o Encontro de Prefeitas e Prefeitos Eleitos - Gestão 2017-2020, em Foz do Iguaçu, de 30 de novembro a 02 de dezembro, em parceria com o SEBRAE/PR e o Governo do Estado.
- Em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, foi lançada a linha de crédito FOMENTO CULTURA, para apoiar empreendedores da economia criativa.
- O Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná realizou pesquisa, com dados fornecidos pela AFPR sobre os financiamentos de microcrédito, no qual apontou que o aumento do volume de operações de microcrédito teve impacto significativo no nível de atividade econômica dos municípios. Para cada 1,0% adicional no valor médio contratado em operações de microcrédito, em determinado período, houve uma variação média de 0,32% no PIB entre os municípios analisados no estudo.

1.21 Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR)

O DETRAN/PR realiza seus investimentos com recursos oriundos da prestação de serviços à população paranaense, de acordo com a Lei Federal n.º 9.503/1997 e legislação complementar. Possui arrecadação própria e autonomia de gerenciamento dos recursos, e seus atos implicam na efetivação de despesas conforme disposto na Lei Federal n.º 8.666/1993 e Lei Estadual n.º 15.608/2007 e suas alterações.

Definem-se como metas de trabalho, em face à sua área de atuação, a atualização e manutenção de cadastro e emissão de documentos pertinentes aos condutores de veículos automotores e todas as suas vertentes, ao registro da frota de veículos e suas ações, registro e controle de infrações de trânsito, atividades relacionadas à educação para o trânsito, assim como a fiscalização de parceiros envolvidos nas atividades tais como, Centro de Formação de Condutores, Despachantes, Clínicas Médicas e Psicológicas, Fábricas de Placas e Lacres.

A determinação de despesas, além de prover a necessidade de manutenção das atividades fins, é estabelecida em ações a serem desenvolvidas em programas que visam promover maior eficiência dos serviços oferecidos, a redução de acidentes e maior segurança no trânsito do Estado do Paraná, por meio de desenvolvimento de Planos de Sinalização Viária Urbana, programas de educação para o trânsito, parceria em programas de recuperação da malha viária estadual, otimização dos mecanismos estruturais, operacionais e gerenciais da Autarquia.

Ações Desenvolvidas:

- Inovações Tecnológicas - neste ano chegou ao marco de 5.800.000 processos online, por meio do Sistema DETRAN Fácil, Site e Terminais de Auto Atendimento; foram instalados 263 totens, em 187 cidades do Estado, responsáveis por 818.258 serviços e consultas; o Simulador de Direção Veicular

no Paraná conta com 115 Centros de Simulação cadastrados, sendo que os Centros de Formação de Condutores (CFC) utilizam os equipamentos de modo compartilhado; realização de 1.418.646 vistorias por meio do processo eletrônico de veículos; a Plataforma Vortexm com objetivo de concentrar diversos sistemas do DETRAN em uma única plataforma possui dois serviços ativos e três a serem implantados (Painel de Atendimento, Guia de Serviços, Agendamento de Vistoria Eletrônica, Justificativa de Ponto e Gestão Eletrônica de Processos).

- Ações de Educação para o Trânsito: a) projeto DETRAN na escola - do 1.º ao 5.º ano do Ensino Fundamental, atendeu 57 Municípios do Estado, capacitou 462 professores, atingindo 6.486 alunos; b) projeto conhecendo o DETRAN e o BPTRAN, cerca de 1.100 alunos de escolas públicas foram convidados a conhecer as dependências do DETRAN e do BPTRAN; c) Detran Móvel - contempla o Se Liga no Trânsito, se Beber não Dirija, e o Paraná Cidadão, atendimento a 21 Municípios do Estado e 20.416 cidadãos; d) o DETRAN tem investido em ciclos de palestras nas universidades, escolas e empresas, assim como palestras educativas para adolescentes em conflito com a lei e seus responsáveis, com previsão de atingir cerca de 1.600 pessoas; e) em 2016, deve totalizar 1.197 cursos de reciclagem no Estado, com a capacitação e conscientização de 30.297 motoristas.
- Leilão - foram realizados 13 (três na modalidade de reciclagem, quatro de circulação e seis de sucata) com a expectativa de comercialização de 24.668 veículos.
- O DETRAN credenciou 329 clínicas, 863 Despachantes, 783 centros de formação de condutores, um centro de formação de condutores militar, 16 empresas para cursos especializados, 07 empresas para cursos de capacitação, 163 fábricas de placas e 226 desmontes. E ainda, conta com uma rede bancária composta por Banco do Brasil, Banco SICREDI, Banco BANCOOB e Banco Rendimento.
- Infraestrutura - conta com 84 imóveis próprios e 16 imóveis locados/cedidos; foi entregue a nova sede da CIRETRAN de São José dos Pinhais; encontra-se em andamento reparos e manutenção em três CIRETRANS (Bela Vista do Paraíso, Nova Esperança e Dois Vizinhos) e há previsão de iniciar serviços de reparos e manutenção em outras sete (Pato Branco, Mangueirinha, Santa Izabel do Oeste, Francisco Beltrão, Goioerê, Londrina e Maringá) em 2016; até dezembro, quatro CIRETRANS estarão em processo licitatório para reparos e manutenção (Bandeirantes, Capanema, Irati e Cornélio Procópio) e está previsto o início das obras de construção de três novas CIRETRANS (Medianeira, Cambé e Arapongas); o DETRAN está investindo nas CIRETRANS de Clevelândia, Bela

Vista do Paraíso, Nova Esperança, Dois Vizinhos, Pato Branco, Mangueirinha, Santa Izabel do Oeste, Francisco Beltrão, Goioerê, Londrina e Maringá.

- Teve fundamental participação nos encontros da Associação Nacional dos DETRANS (AND): 52.º Encontro da AND em São Paulo, com temas sobre Segurança Viária, Exame Toxicológico e Escola Pública de Trânsito; 53.º Encontro da AND em Brasília, com temas sobre desmontagem de veículos, leilão de veículos com débitos vinculados em outros Estados, alterações ao CTB; 54.º Encontro da AND em Pernambuco, com temas sobre Cursos de reciclagem, leilões de Veículos, Pontuação de Condutores, dentre outros.
- Capacitação Continuada dos Servidores - realizou cinco cursos (Atualização do Código Brasileiro de Trânsito, Capacitação para Sinalização Viária, Operador de Empilhadeira, Processo Administrativo Disciplinar e Comunicação Assertiva) com 260 funcionários capacitados; realizou 8 Palestras via *webcast* (Combate à Dengue, Linguagem o Corpo Fala, Vírus H1N1, Desastres Naturais, O Cenário do Trânsito e o Maio Amarelo, Impactos Sociais e Econômicos da Violência no Trânsito, Finanças Pessoais e Desacato ao Servidor Público).
- Serviços Prestados/disponibilizados - expectativa de frota de 6.878.481 veículos em 2016, inclusos 280.126 veículos de 1.º emplacamento, havendo para tanto um total de 2.931.930 processos (48,7% realizados por despachantes e 51,3% realizados por particulares); a expectativa é de 5.328.645 condutores habilitados, incluindo neste número 742.021 primeiras habilitações, renovações e alterações de categoria; até outubro foram realizados 115.171 exames teóricos e 309.949 exames práticos; a Junta Administrativa de Recursos e Infrações (JARI) tem expectativa de 20.515 julgamentos para o ano de 2016; até outubro foram cadastrados 4.191.234 Autos de Infrações.

1.22 Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)

Principais atividades e resultados da Agência Paraná (AGPR), do BRDE:

- Desempenho Operacional - realização de 1.374 novos contratos em um montante de aproximadamente R\$ 828,0 milhões. Os segmentos econômicos de maior destaque foram o primário e terciário em termos de valor contratado, conforme apresentado na tabela a seguir:

TABELA 1 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ PELO BRDE (JAN-OUT/2016)

SETOR	VALOR CONTRATADO (R\$)	N.º DE CONTRATOS
Primário	313.564.719,81	1.209
Secundário	102.719.252,30	40
Terciário	411.992.616,19	125
TOTAL	828.276.588,30	1.374

FONTE: BRDE/AGPR

- Na segmentação por porte das entidades observou-se a concentração em produtores rurais, conforme apresentado na tabela a seguir:

TABELA 2 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ POR PORTE DAS ENTIDADES (JAN-OUT/2016)

PORTE ENTIDADE	VALOR CONTRATADO (R\$)	N.º DE CONTRATOS
Produtor rural	297.735.089,75	1217
Micro-empresa	32.127.611,66	50
pequena empresa	57.090.128,63	35
Média empresa	78.147.730,00	30
Média-grande empresa	49.385.870,00	13
Grande empresa	261.473.263,26	19
Prefeituras	52.316.895,00	10
TOTAL	828.276.588,30	1374

FONTE: BRDE/AGPR

- Entre as regiões com o maior volume de operações contratadas está o Oeste paranaense que somou cerca de R\$ 255,0 milhões, seguida pelo Norte Central Paranaense e pela Metropolitana de Curitiba, A tabela a seguir detalha a situação em cada uma das mesorregiões do Estado e por setor na contratação, conforme apresentado na tabela a seguir:

TABELA 3 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ PELA AGPR (JAN-OUT/2016)

MESORREGIÃO PROCESSO	VALOR CONTRATADO (R\$)	NÚMERO DE CONTRATOS
Centro Ocidental Paranaense	66.906.932,77	190
Centro Oriental Paranaense	53.397.090,19	54
Centro-Sul Paranaense	47.882.255,04	201
Metropolitana de Curitiba	98.762.219,13	60
Noroeste Paranaense	35.934.709,26	73
Norte Central Paranaense	143.552.017,29	220
Norte Pioneiro Paranaense	46.930.194,43	78
Oeste Paranaense	255.437.808,59	329
Sudeste Paranaense	8.093.870,79	38
Sudoeste Paranaense	71.379.490,81	131
TOTAL	828.276.588,30	1.374

FONTE: BRDE/AGP

1.23 Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR)

Principais atividades realizadas:

- Vistoria Digital de Veículos - realização de melhorias no aplicativo (vencedor do Prêmio e-GOV 2016) que passou a ser utilizado em todo o Estado, tendo como funcionalidades a vistoria passo a passo, com inclusão de fotos, observações importantes e dados de identificação do veículo, estas melhorias foram realizadas em parceria com o DETRAN e Sindicato dos Despachantes do Estado (SINDEPAR).
- O Data Center Corporativo do Governo do Estado - recebeu o investimento de um novo robô para o serviço de backup e também um subsistema de virtualização para ambiente mainframe, que permite a leitura e gravação de dados em fitas virtuais e armazenamento transparente de dados em fitas físicas do robô. Dentre os benefícios estão o crescimento de produtividade nas cópias de segurança dos dados estatais na CELEPAR, bem como o aumento da capacidade de armazenamento para mais de 4 *petabytes* (ou 4 mil *terabytes*).
- Aplicativo Nota Paraná - em parceria com a SEFA, desenvolveu um aplicativo para celular, disponível para as plataformas *Android* e *iOS*, que permite ao participante do Nota Paraná uma série de serviços, como a apresentação do código de barras com o número do CPF eliminando a necessidade de falar o número do documento no ato da compra.
- Segunda via fácil de identidade - em parceria com o Instituto de Identificação do Paraná (IIPR) e com a Polícia Civil, desenvolveu uma solução para solicitação da segunda via da carteira de identidade, através da internet. No procedimento para solicitação o cidadão realiza o pedido pelo *site* do Instituto (www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/), após efetuar o pagamento da taxa, o documento é expedido e enviado ao posto escolhido pelo solicitante em três dias úteis para capital e até sete dias para as cidades do interior.
- Imunização contra a dengue (IMD) - o programa é uma solução que realiza a gestão e o controle sobre as doses de vacina, informando ao cidadão via SMS a data da próxima aplicação.
- Aplicativo para a área portuária - em parceria com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), desenvolveu um aplicativo pioneiro na área de fiscalização Portuária, que permite o registro de não conformidades de diversas naturezas, através de dispositivo móvel.
- Curso de acesso à internet e redes sociais - uma ação do Governo do Estado, desenvolvida pela CELEPAR, executada em parceria com os municípios

paranaenses, tem por objetivo realizar a inclusão social de idosos na internet. Esse projeto atendeu mais de 700 cidadãos em 2016, em mais de 20 municípios.

- Restauro e certificação do prédio histórico - foram compilados os documentos necessários para a concessão e transferência de potencial construtivo oriundo de unidade de interesse de preservação (UIP), nos termos da Lei nº 9.803/2000 e Decreto n.º 1.850/20, que propiciará o restauro e a ampliação do prédio histórico da CELEPAR, construído em 1964, pelo arquiteto Rubens Meister.
- Projeto eficiência energética - contemplou a troca dos motores antigos para os de auto rendimento dos ares condicionados, a substituição de 5.919 lâmpadas fluorescentes tubulares de 32W e 16W por lâmpadas de LED de 20W e 10W e encontra-se em processo de licitação, para 2017, a instalação do sistema de energia fotovoltaica (solar); juntas as três iniciativas projetam uma economia inicial de mais de 40,0% no consumo de energia elétrica.
- Incentivo cultural - 25 projetos, das mais diversas linguagens artísticas, foram incentivados pela CELEPAR através da renúncia fiscal municipal (ISS) em 2016.

1.24 Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR)

A AGEPAR é autarquia sob regime especial, dotada de autonomia financeira, funcional, técnica e administrativa, possui independência decisória e poder de polícia, com as prerrogativas da Fazenda Pública. Tem por objetivo atender o interesse público, por meio da regulação, normatização, controle, mediação e fiscalização dos serviços de infraestrutura concedidos no Paraná, ações que promovam e zelem pela qualidade, segurança, eficiência econômica e técnica desses serviços. Principais atividades:

- Estudos Técnicos sobre novas tecnologias, sobre resoluções de outras Agências/Órgãos Públicos tais como Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), no sentido de aperfeiçoar e agregar conhecimento às necessidades e atribuições da Agência.
- Estudos e diagnósticos, de forma continuada, sobre os Contratos de Concessões do Paraná e de outros contratos vigentes no país.
- Reuniões de trabalho e/ou de esclarecimentos entre Concessionárias e poder concedente, Tribunal de Contas, Ministério Público do Estado do Paraná e Federal, e com outras Agências Reguladoras do País.

- Recebimento e despacho sobre processos encaminhados à Agepar e trabalho permanente de Ouvidoria.
- Reformulação do Portal de Transparência da Agência para assegurar ao Cidadão Paranaense acesso às informações pertinentes ao funcionamento da Agência, tornando-se referência em transparência para outras Autarquias.
- Reformulação do site da AGEPAR fornecendo acesso rápido e prático aos usuários às decisões tomadas pelo Conselho Diretor da Agência.
- Realização de 23 reuniões do Conselho Diretor onde foram discutidos e deliberados assuntos administrativos e regulatórios, resultando em diversas resoluções.
- Diretoria de Regulação Econômica e Financeira - Realização de Pareceres Técnicos sobre a solicitação da Concessionária da Travessia de Guaratuba S.A. para apreciação de reajuste anual da Tarifa Básica da Travessia de Guaratuba, solicitação do Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PR) para apreciação de Minuta de Decreto que regulamenta a Lei n.º 18.537, de 21/08/2015, que dispõe sobre a isenção de tarifa de pedágio dos veículos de pessoas com doenças graves e degenerativas, solicitação do Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PR) para apreciação econômica e financeira do Programa de Exploração Rodoviária, contido no Edital de Concorrência n.º 001/2014 - Corredor da PR-323, solicitação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) para homologação/convalidação e apresentação das planilhas referentes ao ajuste das Tarifas das Linhas de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba, solicitação do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal do Estado do Paraná – RODOPAR para manutenção do reajuste concedido através da Resolução n.º 45 de 25 de novembro de 2015, solicitação da Prefeitura Municipal de Guaratuba relativa a disponibilização da Receita Operacional Bruta (ROB) declarada pela Concessionária da Travessia de Guaratuba S.A., solicitação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL) para autorização à Instauração de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) visando formulação de uma Resolução de Chamamento Público para exploração do Corredor da PR-466, solicitação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL) para autorização à Instauração de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) visando formulação de uma Resolução de Chamamento Público para exploração do Corredor da PR-317, solicitação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL) para autorização à Instauração de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) visando formulação de uma Resolução de Chamamento Público para exploração do Corredor da PR-445, solicitação do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal do Estado do

Paraná (RODOPAR) para estudo visando a revisão das tarifas do Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná, solicitação do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal do Estado do Paraná (RODOPAR) para estudo visando a revisão das tarifas do Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná, de característica metropolitana, solicitação do Consórcio Caminhos do Sudoeste para esclarecimentos técnicos sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) referente ao Corredor da PRC-280, solicitação da concessionária Rodovias Integradas do Paraná S.A. (VIAPAR) para utilização de verba para Rescisão de Contratos de Empreiteira vinculadas às Rodovias principais - Taba Construções e Empreendimentos Ltda., solicitação da concessionária Rodovias Integradas do Paraná S.A. (VIAPAR) para utilização de verba para Rescisão de Contratos de Empreiteira vinculadas às Rodovias principais - Concessionária VIAPAR - Redram Construtora de Obras Ltda., solicitação da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros dos Estados do Paraná e Santa Catarina (FEPASC) para intervenção da AGEPAR para que seja promovida contratação conjunta de nova empresa de auditoria referente ao Processo de Apuração de Haveres estabelecido pelo artigo 42 da Lei 8.987/1995, solicitação do Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PR) para apreciação de Revisão amigável do Contrato de Concessão n.º 073/1997 - Concessionária Rodovia das Cataratas - ECOCATARATAS, e para avaliação do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI referente a Rodovia PR-323, que trata da Lei Federal n.º 13.103/2015 que versa sobre a Isenção de pagamento de pedágio sobre eixo suspenso. Aprovação de estudo visando a revisão tarifária do sistema de transporte coletivo intermunicipal de passageiros de característica metropolitana do interior do Estado do Paraná; Processo n.º 13.941.910-3 – Referente a solicitação pelo Consórcio Caminhos do Sudoeste de esclarecimentos técnicos sobre a PMI do Corredor da PRC-280; Processo n.º 14.181.014-6 – Referente a solicitação Periódica do Fluxo de Caixa Marginal c/c Fluxo de caixa Principal – Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - ECONORTE.

- Diretoria de Fiscalização e Qualidade de Serviços - parecer técnico extemporâneo do Programa de Exploração Rodoviária contido no Edital de Concorrência n.º 01/2014 - Corredor Rodoviário da PR-323, Trecho: Maringá – Francisco Alves com extensão de 219,90 Km, parecer referente à reclamação da sinalização deficiente na BR-376, acesso a Ponta Grossa, sob responsabilidade da Concessionária Rodonorte, junto a Ouvidoria/AGEPAR. Vistoria técnica nas rodovias que compõem o Lote 05 - Concessionaria Rodonorte, participação no

Grupo de Trabalho para regulamentação das travessias aquaviárias, instituído pela Resolução n.º 007 de 23/03/2016 da Secretaria de Infraestrutura e Logística (SEIL), análise técnica dos Procedimentos de Manifestação de Interesse, para possíveis concessões rodoviárias dos corredores rodoviários da PR-317, PR-445, e PR-466. Vistoria técnica nas rodovias que compõem o Lote 03 - Concessionária Ecocataratas e Lote 04 - Concessionária Caminhos do Paraná. Protocolo: 14.113.924, participação juntamente com o Diretor Presidente da AGEPAR na audiência pública realizada na data de 15/07/2016 na sede da Associação dos Municípios do Sudoeste do Estado do Paraná em Francisco Beltrão, Tema: Implantação do projeto de modernização do Corredor Rodoviário Sudoeste, PR-280, trecho: Palmas – Realeza, participação em duas reuniões com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) sobre a Implantação de equipamentos de monitoramento de tráfego nas rodovias federais reguladas pela AGEPAR, parecer técnico para a revisão amigável do Contrato de Concessão n.º 073/1997 - Concessionária Rodovia da Cataratas, participação em três reuniões promovidas pela Defesa Civil do Estado do Paraná sobre as medidas a serem tomadas com a finalidade de prevenir acidentes com cargas perigosas, semelhante ao acidente ocorrido na data de 03/07/2016, no Km 33 da BR-277, descida da Serra do Mar, análise dos Relatórios Mensais de conformidades emitidos pela Fiscalização do DER/PR junto aos contratos de concessão do Estado do Paraná regulados pela AGEPAR.

- Diretoria Jurídica - Voto e relatório sobre o reajuste da Tarifa Básica da Travessia do *Ferry Boat*, em Guaratuba - Concessionária da Travessia de Guaratuba S.A., voto e relatório sobre o pedido de homologação, convalidação e apresentação das planilhas referentes ao ajuste das tarifas das linhas de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), voto e relatório sobre a manutenção de reajuste - Transporte Rodoviário do Estado do Paraná - RODOPAR, voto e relatório sobre a Homologação Extemporânea de Licitação - Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná (DER), voto e relatório sobre dirimir, em âmbito administrativo e em decisão final, conflitos entre o poder concedente e a entidade regulada, referente à utilização de verba para rescisão de Contratos de Empreitada, relacionados ao pagamento da empresa Redram Construtora de Obras Ltda. Rodovias Integradas do Paraná S.A. - VIAPAR.

Casa Militar



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

2 Casa Militar

2.1 Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC)

A Coordenadoria atuou em diversas frentes de trabalho para desempenhar sua missão, tanto nas fases que antecedem um desastre (preparação, mitigação e prevenção), quanto nas fases de recuperação e reconstrução do local atingido.

CEPDEC EM NÚMEROS (DADOS ATÉ 16 DE NOVEMBRO)	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Ocorrências registradas	385
Municípios atingidos por desastre	186
Pessoas afetadas	369.451
Prejuízos econômicos decorrentes dos desastres	R\$ 821,0 milhões
Alertas emitidos	684
SMS enviados (decorrentes dos alertas)	21.009
Municípios com Plano de Contingência à Desastre	399
Municípios com Plano de Contingência à Desastre atualizado	45
Áreas de atenção identificadas	140

Principais ações:

- Distribuição de Material de Ajuda Humanitária - com o objetivo de minimizar os danos experimentados pela população atingida por um desastre, foram encaminhados até 11 de novembro, 1.427 cestas básicas, 2.197 bobinas de lona plástica, 55.635 telhas de fibrocimento, 661 kits limpeza, 25 colchões, 1.022 kit dormitório e 665 kit higiene, aos municípios atingidos por eventos cujos danos e prejuízos extrapolaram sua capacidade de resposta, sendo esta classificação realizada com base em critérios técnicos e legais (Instrução Normativa n.º 01, de 24 de agosto de 2012) estabelecidos pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEPDEC).
- Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED): a) foram capacitados 121 alunos no curso de Sistema de Comando de Incidentes, 137 Brigadistas Escolares Municipais, (em Maringá), 58 Brigadistas de Incêndio (23 no Palácio Iguaçu e 35 no Palácio das Araucárias) e 255 alunos no curso de Condutor de Veículo de Emergência; b) encontram-se em desenvolvimento os cursos Cidades Resilientes, Primeiras Noções em Proteção e Defesa Civil e Curso Básico de Proteção e Defesa Civil; c) celebração dos termos de cooperação técnico, científica e financeira com a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) e Universidade Federal do Paraná (UFPR); d) encontra-se em processo de celebração o termo de cooperação técnico, científica e financeira

com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN); e) participação e promoção de diversos congressos e eventos; f) gestão das obras de instalação do Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos de Desastres (CEGRD); g) desenvolvimento de método, estrutura e estratégica para a elaboração do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil; g) desenvolvimento dos critérios primários estruturantes da Redesastre-net; h) lançamento de Edital de Chamada Pública para projetos voltados à Redesastre financiados pela Sanepar para o período 2016-2018; i) contratação de bolsistas pelo projeto APPA/FUNESPAR; j) continuidade no processo de customização do ambiente *Moodle* – plataforma de Educação a Distância utilizada pelo CEPED; k) participação no Congresso Brasileiro de Redução Riscos de Desastres (CBRRD); l) participação no Projeto de Fortalecimento da Gestão de Riscos de Desastres no Paraná (FGRD), Banco Mundial, com a elaboração de Termos de Referência, instrução de processos, elaboração (em andamento) da publicação intitulada Fortalecendo a Gestão de Riscos de Desastres no Paraná: boas práticas em Proteção e Defesa Civil, além de estudos prospectivos para o dimensionamento do estúdio de gravação de videoaulas no CEPED e para a editoração de material gráfico, identidade visual e materiais didáticos para subsidiar a elaboração de edital, entre outras.

- Sistema Paranaense de Informações para a Gestão dos Riscos a Desastres Naturais (SIGRisco PARANÁ) - foram realizados: a) instalação de sensores para monitoramento do Rio Marrecas (Francisco Beltrão) e dos rios nos municípios de Morretes e União da Vitória, equipados com câmeras para observação 24 horas, o que possibilita a leitura de informações, tais como níveis do rio e acumulado de chuva, em parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e a JRC (empresa japonesa do ramo de radares); b) estudo para implantação de sirenes em áreas de risco de alagamentos para avisar a comunidade, em Francisco Beltrão, em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA); c) desenvolvimento de aplicativo para emissão de alertas de raios na região litorânea do Estado no período de verão; d) desenvolvimento de metodologia para qualificação de risco de deslizamentos, por chuva acumulada, para a região do Litoral e do Oeste do Estado; e) inclusão no Sistema Informatizado de Defesa Civil (SISDC) dos índices de cotas de extravasamento das calhas dos rios, monitorados pelo Instituto das Águas do Paraná.
- IV Encontro dos Voluntários da Defesa Civil Estadual - realizado em novembro, em Curitiba, com a participação de 67 voluntários, com seis oficinas: Reanimação Cardiopulmonar (RCP), Primeiro Socorros em Crianças, Imobilização com meios de fortuna, Resgate, Casa de Fumaça com montagem de *kit* desastre e Simulação em Abrigos.

- Capacitação da Rede Estadual de Emergência de Radioamadores (REER) para desastres, em conjunto com as Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil (CORPDEC) e com a Rede Estadual de Emergência de Radioamadores (REER), tendo sido realizados simulados, envolvendo as 15 Regionais de Defesa Civil do Estado, para testar novas metodologias de comunicação, como os sistemas APRS e SSTV; e simulado anual, englobando todo o Estado, em um exercício de comunicação simultânea.
- Radar de Monitoramento de Eventos Meteorológicos Severos - foi assinado, em julho, o Termo de Cooperação Técnica Paraná x Japão - para a instalação de um radar em Curitiba, que possibilitará a previsão mais apurada de eventos meteorológicos capazes de provocar desastres, principalmente na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), contribuindo com uma maior precisão na emissão de alertas à população.
- Apoio aos municípios vitimados por desastre na obtenção de recursos federais mediante auxílio na confecção e organização da documentação exigida pelo Governo Federal para análise da necessidade de envio de recursos destinados à recuperação do município. Até novembro, foram obtidos R\$ 43,3 milhões, distribuídos em 26 repasses, tanto para resposta, quanto para a recuperação das áreas atingidas.
- Sistema Informatizado de Defesa Civil (SISDC)- visando o seu aprimoramento foram implantadas as seguintes melhorias: a) criação da ferramenta Cadastro de Estações para a gestão das estações telemétricas, independente do órgão de origem, visando a comunicação automática do plantão existente na CEPDEC; b) *webservice* entre a COPEL e a CELEPAR para possibilitar o acesso e monitoramento remoto das 62 estações da COPEL; c) inclusão na página principal do SISDC de um cadastro de monitoramento com todas as estações de determinado município, independente do órgão responsável pela gestão, ampliando o rol de informações a serem disponibilizados aos municípios; d) cadastro *online* destinado às contas correntes vinculadas ao Cartão Pagamento de Defesa Civil (CPDC), que viabiliza o acompanhamento dos municípios que possuem o cartão em condições de utilização; e) novo Cadastro de Usuários, ampliando os dispositivos de segurança e otimizando sua gestão; f) novo Cadastro de Coordenadores, com informações tais como documentos que comprovam sua indicação, histórico no sistema e contato; g) Avaliador de Formulário de Informação de Desastre (FIDE), que possibilita saber, se o evento é caracterizado como desastre nível I - Situação de Emergência ou nível II - Estado de Calamidade Pública; h) atualização do aplicativo SISDC *Mobile* para plataforma Android com nova interface para cadastramento de áreas de atenção, cadastramento de residências e abrigos; j) atualizações do GEODC.

- Brigadas Escolares - Defesa Civil na Escola - foram realizadas as seguintes ações: a) confecção, análise e debates referentes ao Decreto n.º 4.587/2016, que regulamenta a Lei n.º 18.424/2015; b) capacitação de 13.215 Brigadistas Escolares para atuação nas Instituições da Rede Pública Estadual; c) reunião em Curitiba com os Técnicos Brigadistas atuantes nos Núcleos Regionais de Educação; d) capacitação de 137 Brigadistas Escolares do município de Maringá.
- Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - fortalecimento da Gestão de Riscos de Desastres (FGRD): foram adquiridos materiais e equipamentos, e iniciadas as obras para a adequação da sede da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil para a instalação do Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CEGERD). No processo aquisitivo, obteve-se uma redução de aproximadamente 20,0% no valor inicialmente orçado, o que trouxe uma economia de mais de R\$ 4,0 milhões. Destaca-se que as ações contemplarão todo o Estado, e resultarão na otimização de 15 salas regionais com elevada solução de tecnologia de comunicação e transferência de informações totalmente integradas com o CEGERD, na execução de 16 sistemas integrados de vídeo conferência e comunicação via telefonia VOIP, entre outros.

Companhia de Habitação do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

3 Companhia de Habitação do Paraná

A Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), responsável pela política habitacional e pela execução dos Programas Habitacionais do Governo do Estado do Paraná, passou a vincular-se à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) a partir de 1.º de junho, conforme Decreto n.º 4.415, de 26/06/2016.

Tem como meta equacionar e resolver o déficit habitacional do Estado, prioritariamente à população de baixa renda. Além de visar a autossustentação como empresa, com a geração de receitas para cobrir o custo operacional e para reinvestimento no setor.

Busca soluções habitacionais dignas, autossustentáveis, respeitando os costumes e etnias, o desenho universal e as boas técnicas e inovações na produção de habitação de interesse social.

As ações da COHAPAR foram norteadas pelas seguintes linhas estratégicas: a) habitação rural; b) titulação, regularização fundiária e urbanização em assentamentos precários; c) habitação urbana com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Combate à Pobreza.

Na área administrativa houve a reformulação da legislação para acomodar os projetos geradores de receita para a empresa.

O Programa Morar Bem Paraná tem o objetivo de incentivar a produção e aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação, ampliação e reforma de imóveis urbanos e rurais, regularização fundiária e urbanização, para atendimento a famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos.

Na área de projetos, existem cinco empreendimentos em fase de contratação, totalizando 1.294 unidades habitacionais; 82 empreendimentos em análise pelo agente financeiro, totalizando 3.118 unidades habitacionais; 47 empreendimentos em processo licitatório, totalizando 3.888 unidades; 132 empreendimentos em fase de desenvolvimento de projeto, totalizando 10.166 unidades habitacionais. Esses projetos resultarão em um investimento aproximado de R\$ 1,8 bilhão para atender 171 municípios paranaenses.

Na área de obras, encontra-se em andamento 211 empreendimentos, totalizando 19.776 unidades.

Companhia de Saneamento do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

4 Companhia de Saneamento do Paraná

A Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) é uma empresa de economia mista e de capital aberto controlada pelo Estado do Paraná que detém 51,4% do capital total. Atua com sistemas de abastecimento de água em 345 municípios do Paraná, além de Porto União (SC), com sistemas de esgotamento sanitário em 174 municípios, e coleta seletiva e destinação de resíduos sólidos.

A Companhia opera um complexo composto por 170 Estações de Tratamento de Água (ETAs), 1.035 poços e 238 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), três aterros sanitários e quatro barragens, com ramificações em todo o Estado. Possui uma força de trabalho de 7.307 empregados qualificados e comprometidos com o saneamento ambiental, além de diversos colaboradores.

A transparência nos negócios e o respeito aos públicos de relacionamento são a base da governança da SANEPAR, que preza pela equidade na tomada de decisões estratégicas e tem como prática constante a identificação e mitigação de eventuais ameaças aos negócios.

A SANEPAR permaneceu no grupo de Melhores e Maiores da Revista Exame. Em 2015, a Sanepar subiu da 226.^a posição para o 203.^o lugar entre as 500 Maiores em Vendas. No setor de infraestrutura, ficou em primeiro lugar na Região Sul e em segundo lugar em nível nacional. Entre as estatais de todo o Brasil, saltou da 25.^a posição, em 2014, para a 21.^a colocação, em 2015, ano de avaliação do *ranking*.

A SANEPAR recebeu pela quarta vez o Troféu Transparência pelas boas práticas na área da Governança Corporativa. O prêmio reconhece publicamente a qualidade e as boas práticas de governança das empresas na apresentação de seus dados contábeis.

Conquistou quatro troféus no Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS) 2016, reconhecido na América Latina como a mais importante premiação do setor de saneamento. Foram premiadas as unidades regionais de Cascavel (Troféu Prata), Toledo (Troféu Ouro) e Foz do Iguaçu (Troféu Prata) e a Gerência Geral Metropolitana e Litoral (Troféu Ouro).

Em outubro, assinou o termo de adesão à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que vai ao encontro do principal objetivo estratégico da Companhia de garantir a sustentabilidade econômica, financeira e socioambiental.

É a primeira empresa de saneamento do Brasil a ter um programa para a promoção da equidade de gênero, denominado Equidade@Sanepar. Lançado em outubro, segue a cartilha da Organização das Nações Unidas (ONU) que estabelece os Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs, em inglês). Entre os objetivos estão a estruturação de um projeto para a implantação e a disseminação dos WEPs, a criação de indicadores de desigualdade na empresa, com metas para ampliar a representação feminina nos quadros de gestão e o desenvolvimento de programas de educação para a formação de mulheres gestoras, preparando um quadro de executivas de alto potencial para assumir posições de liderança.

4.1 Mercado e Investimentos

A Companhia mantém o índice de abastecimento com água tratada em 100,0% da população urbana, nos municípios em que atua, com índice de conformidade ao padrão de potabilidade de 99,8%. Em relação à coleta de esgoto, o índice de atendimento, até setembro, foi de 68,2%.

Para manter esses índices, com qualidade na prestação dos serviços, foram realizados investimentos para melhorar e expandir os sistemas de produção e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos, aumentar e proteger os recursos hídricos a fim de atender à crescente demanda por serviços de água e esgoto. No terceiro trimestre, foram investidos R\$ 185,7 milhões em obras em todo o Estado, resultando no incremento de 10.465 novas ligações de água, 22.897 ligações de esgoto e nas atividades em resíduos sólidos.

4.2 Concessões

A SANEPAR presta serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto e coleta e destinação de resíduos sólidos, por meio de contrato e/ou programas junto às prefeituras. Do total de 346 sedes municipais operadas, aproximadamente 5,5% dos contratos encontram-se em processo de renovação por estarem vencidos, 18,5% vencem de 2016 a 2026 e 76,0% foram renovados (vencimentos após 2027).

Até o terceiro trimestre, foram formalizados 10 Contratos de Programas com municípios para a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, perfazendo um total de 145 contratos nesta modalidade. A SANEPAR mantém um Contrato de Concessão e seis Contratos de Programa para a prestação de serviços de Resíduos Sólidos Urbanos nos municípios de Cianorte, Apucarana, São Tomé, Terra Boa, Cornélio Procópio, Guaporema e Indianópolis.

A tabela a seguir mostra os 10 maiores contratos de concessão de longo prazo com as prefeituras paranaenses, responsáveis por 55,1% da receita total da Companhia.

TABELA - MUNICÍPIOS QUE APRESENTAM OS 10 MAIORES CONTRATOS DE CONCESSÃO DE LONGO PRAZO DA SANEPAR -2016

MUNICÍPIOS	% RECEITA TOTAL	PERÍODO REMANESCENTE DE CONCESSÃO (ANOS)	TIPO DE CONCESSÃO	TIPO DE CONTRATO	ÍNDICE DE COBERTURA (%)		ECONOMIAS ATIVAS TOTAIS (1.000)	
					Água	Coleta de Esgoto	Água	Esgoto
Curitiba	27,8	15,3	Água e Esgoto	Concessão	100,0	93,5	775,1	726,1
Londrina	7,3	29,8	Água e Esgoto	Programa	100,0	91,0	230,6	208,4
Maringá	5,1	23,9	Água e Esgoto	Concessão	100,0	99,3	159,6	154,7
Ponta Grossa	3,6	9,5	Água e Esgoto	Concessão	100,0	90,1	132,8	118,2
Cascavel	3,4	8,2	Água e Esgoto	Concessão	100,0	94,3	114,6	109,3
Foz do Iguaçu	3,2	27,4	Água e Esgoto	Programa	100,0	72,7	102,1	76,8
São José dos Pinhais	2,8	27,3	Água e Esgoto	Programa	100,0	66,4	99,5	66,8
Colombo	1,8	Vencido	Água e Esgoto	Concessão	100,0	55,3	77,3	43,8
Guarapuava	1,6	26,1	Água e Esgoto	Programa	100,0	79,8	60,4	46,5
Araucária	1,5	16,0	Água e Esgoto	Concessão	100,0	61,6	44,9	27,4
Total Economias Ativas da Sanepar					100,0	68,2	3.711,0	2.573,4

FONTE: SANEPAR

Merece destaque a renovação do contrato de prestação de serviço de abastecimento de água e tratamento de esgoto celebrado com a Prefeitura de Londrina. O último contrato venceu em 2003 e vinha sendo renovado a cada seis meses de forma improvisada. O novo contrato prevê uma série de exigências à SANEPAR entre elas o desconto de 50,0% nas contas de água de prédios públicos e o avanço de obras de saneamento básico nos distritos e na área rural da cidade. Além disso, a Companhia deverá investir R\$ 1,6 bilhão em melhorias na infraestrutura e repassar R\$ 228,9 milhões ao Fundo Municipal de Saneamento Básico. A experiência bem sucedida poderá ser adotada em outras negociações.

4.3 Fontes de Financiamento

As fontes dos recursos investidos foram: R\$ 85,3 milhões da Caixa Econômica Federal (CEF), R\$ 68,8 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) PAC1 e PAC2, e R\$ 76,1 milhões de debêntures, totalizando R\$ 230,2 milhões de empréstimos e financiamentos. Além de R\$ 297,1 milhões investidos com recursos próprios.

4.4 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

- PAC fase 1 - 163 empreendimentos no valor total de R\$ 1,1 bilhão, assim distribuído:
 - a) 53 empreendimentos com recursos do FAT/BNDES (R\$ 363,7 milhões);
 - b) 98 empreendimentos com recursos do FGTS/CEF (R\$ 711,9 milhões);
 - c) 02 empreendimentos com recursos do OGU CAIXA (R\$ 13,8 milhões);
 - d) 10 empreendimentos com recursos do OGU FUNASA (R\$ 51,7 milhões).
- PAC fase 2 - 106 empreendimentos no valor total de R\$ 1,4 bilhão, assegurado via BNDES e CEF, em fase de elaboração dos projetos e execução das obras:

- a) BNDES 2011, 14 empreendimentos, no valor de R\$ 142,7 milhões;
- b) BNDES 2012, 13 empreendimentos no valor de R\$ 75,8 milhões;
- c) BNDES 2013, 05 empreendimentos no valor de R\$ 222,3 milhões;
- d) BNDES 2014 - 09 empreendimentos no valor de R\$ 313,4 milhões;
- e) CAIXA 2012, 22 empreendimentos no valor de R\$ 52,4 milhões;
- f) CAIXA 2013, 24 empreendimentos no valor de R\$ 535,9 milhões;
- g) CAIXA 2011-OGU, 01 empreendimento no valor de R\$ 3,9 milhões;
- h) CAIXA 2013-OGU, 01 empreendimento no valor de R\$ 11,8 milhões;
- i) FUNASA 2014-OGU, 17 empreendimentos no valor de R\$ 85,9 milhões.

4.5 Outras Fontes de Recursos

Mediante a emissão de debêntures pelo BNDES, foram garantidos os seguintes recursos: 2.^a Emissão - R\$ 464,8 milhões, compreendendo 166 empreendimentos; 4.^a Emissão - R\$ 365,1 milhões, compreendendo 56 empreendimentos.

4.6 Resultados Financeiros

A SANEPAR obteve um lucro líquido de R\$ 467,9 milhões até o terceiro trimestre de 2016, 56,5% superior ao resultado de R\$ 299,0 milhões registrado no mesmo período de 2015, impactado principalmente pelo crescimento de 19,8% da receita operacional bruta.

4.7 Meio Ambiente

Atendendo às responsabilidades sociais e ambientais, a SANEPAR buscou formas de atuação mais sustentável, desenvolvendo e mantendo programas e projetos em diversas áreas de atuação, sendo a revitalização dos rios urbanos uma das prioridades.

O compromisso com a sustentabilidade está integrado às mais diversas atividades e assimilada nos processos e projetos corporativos.

No Programa de Revitalização de Rios Urbanos, a SANEPAR avalia a qualidade dos rios, córregos e galerias, com baixo custo e agilidade para identificar problemas na rede coletora de esgoto, medindo o teor de oxigênio dissolvido em diversos trechos de rios. Os pontos de lançamento irregular de esgoto são referenciados, reduzindo o tempo de reparo e o custo do manejo, e minimizando o impacto ambiental.

O trabalho contribuiu significativamente para melhorar a qualidade dos rios urbanos, e foi complementado por ações socioambientais em meio às comunidades ribeirinhas. Foi contemplada a revitalização do Rio Iguaçu, que deve envolver 40,0% do Estado, secretarias, autarquias, empresas públicas e 109 municípios, onde vivem cerca de 4,4 milhões de paranaenses.

4.8 Tarifa Social

A SANEPAR mantém o benefício da Tarifa Social para famílias de baixa renda, usuárias dos serviços de água e esgoto, cuja tarifa é de R\$ 8,86 até 10 m³ de água por mês e R\$ 4,43 pelo esgotamento sanitário.

Em setembro, estavam cadastradas no programa 190,0 mil economias, o que resultou no subsídio acumulado de R\$ 65,4 milhões até o terceiro trimestre.

Companhia Paranaense de Energia



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

5 Companhia Paranaense de Energia

A Companhia Paranaense de Energia (COPEL), criada em outubro de 1954, é a maior empresa do Paraná e atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia, além de telecomunicações.

Opera um abrangente e eficaz sistema elétrico com parque gerador próprio de usinas, linhas de transmissão, subestações, linhas e redes elétricas do sistema de distribuição e um moderno e poderoso sistema óptico de telecomunicações que integra as principais cidades do Estado.

Tem como missão prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

5.1 Destaques de 2016

Merece destaque o programa de investimentos realizado nos primeiros nove meses do ano, considerando suas subsidiárias integrais e as Sociedades de Propósito Específico (SPEs), da ordem de R\$ 2,7 bilhões. O programa total previsto para 2016 é de R\$ 3,2 bilhões.

O Planejamento Estratégico Integrado da COPEL visa à conquista de sua visão de ser Referência nos Negócios em que Atua Gerando Valor de Forma Sustentável, nos negócios que compõem seu *core business*: Geração, Transmissão, Distribuição e Telecomunicação.

5.2 Modelo de Excelência da Gestão

A Companhia adotou o Modelo de Excelência da Gestão (MEG[®]) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), que tem o objetivo de promover a melhoria da gestão empresarial, tendo como referência os fundamentos de excelência, reconhecidos internacionalmente e que são encontrados em organizações líderes de Classe Mundial.

Em 2016, a COPEL Distribuição e a COPEL Telecom participaram do Prêmio Nacional da Qualidade, sendo que o reconhecimento foi para a Telecomunicações como Destaque em Processos.

5.3 Acompanhamento dos Projetos Corporativos

Por meio da ferramenta *Enterprise Project Management* (EPM), o Escritório de Projetos Corporativo efetuou o monitoramento físico e financeiro de 15 projetos corporativos e cinco projetos de SPEs, em que a Companhia tem participação.

5.4 Geração de Energia Elétrica

5.4.1 Operação e Manutenção de Usinas

No âmbito da operação e manutenção do parque gerador, encontra-se em andamento obras e projetos para assegurar maior confiabilidade ao sistema elétrico. Destacam-se:

- Modernização da Usina Hidrelétrica (UHE) Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (GBM) - serviços de engenharia com fornecimento de materiais para a troca dos rotores das turbinas, instalação de reguladores de tensão e de velocidade das quatro unidades geradoras, com investimento da ordem de R\$ 129,5 milhões. Concluído ensaio de rendimento das turbinas, em modelo reduzido, nas instalações do fornecedor, na Alemanha. Após falhas no isolamento de barras estatóricas da unidade geradora 1 da UHE GBM, foi realizado processo licitatório na modalidade emergencial para recuperação do estator, com início das atividades de recuperação em maio com previsão de conclusão até dezembro.
- Contratação das empresas Embre e Fugro In Situ para recuperação e instalação de instrumentação na barragem da UHE Guaricana, com investimento da ordem de R\$ 2,5 milhões.
- Declaração de Autoavaliação Regulatória e de Desempenho Operacional (DARDO) - ferramenta que permite colher informações de assuntos diversos de maior relevância dentro da realidade de uma instalação de geração de energia elétrica. Desde 2014, a Superintendência de Fiscalização da Geração (SFG) da ANEEL dedicou-se em formular uma nova metodologia de fiscalização de empreendimentos de geração, norteadas pelas mais modernas técnicas que buscam a conformidade regulatória por parte dos agentes, valorizando ações que estimulam a autoavaliação por parte dos atores fiscalizados, dando a oportunidade de auto regularização anterior a ação fiscalizatória por parte dos órgãos competentes. Foi preenchida e revisada a DARDO referente às usinas da COPEL GeT, em atendimento ao Ofício Circular n.º 0003/2016-SFG/ANEEL, de 25 de janeiro, que determinou o envio de informações a fim de dar subsídios à fiscalização sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas em dispositivos

legais e regulamentares relacionados à implantação e exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica.

- Teste anual de recomposição das UHEs Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (UHE GBM), Governador Ney Aminthas de Barros Braga (UHE GNB), Governador José Richa (UHE GJR) e Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (UHE GPS), em junho, atendendo à Rotina Operacional RO-RR.BR.01 dos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).
- Retorno operacional da UHE Cavernoso II, inundada na cheia de julho de 2014, e da UHE Apucarantina, inundada na cheia de janeiro.
- Realização da grande manutenção da: a) unidade geradora 3 da UHE GBM; b) unidade geradora 2 da UHE GNB; c) unidade geradora da UHE Derivação do Rio Jordão; d) das unidades geradoras 1 e 2 da UHE Fundão.
- Rebobinamento do estator do gerador modelo AeroPac I, da unidade CTG-2 da UTE Araucária, em janeiro e fevereiro, seguindo recomendação do fabricante SIEMENS devido ao problema detectado de *spark erosion* (erosão por faiscamento) durante a inspeção da unidade em outubro de 2015.
- Conclusão da instalação do sistema de controle de descargas parciais - PDA, (fabricante Iris Hydrotac) na UHE GJR, que devolveu as condições de monitoramento de descargas parciais nas unidades geradoras, aumentando a confiabilidade das mesmas e possibilitando o acompanhamento da evolução destas descargas para possíveis intervenções antes da ocorrência de maiores danos aos equipamentos.
- Instalação dos novos *gateways* (equipamentos de comunicação) possibilitando a duplicação da rede lógica de tráfego de dados do Sistema Digital da UHE GJR para o Centro de Operação de Geração e Transmissão (COGT) e ONS, dando mais confiabilidade ao sistema de tráfego de dados e contribuindo com a melhoria de comunicação com o Sistema Interligado Nacional (SIN).
- Instalação do segundo Servidor de Informação, responsável por armazenar os dados do Sistema Digital da UHE GJR para análises futuras de eventos e/ou ocorrências passadas, aumentando a confiabilidade no armazenamento dos dados registrados pelo sistema e garantindo sua disponibilidade para eventuais análises.
- Substituição dos trocadores de calor do estator da unidade geradora 4 da UHE GBR por novos, ficando a unidade com um conjunto completo, com nova pintura interna, que impede a aderência de espécies invasoras, que provocavam perda de eficiência de troca térmica dos mesmos; restabelecendo a confiabilidade da troca térmica na unidade geradora.
- Recebimento, ensaios e montagem dos dois transformadores elevadores de 111 MVA fabricados na WEG Blumenau, para a reposição dos sinistrados em abril de 2015 na UHE GNB.

- Implantação da rotina de desassistência operacional parcial da UHE Mauá, que passou a contar com operação local somente em horário comercial, sendo teleoperada nos outros horários pelo COGT.
- Comissionamento e início de operação dos novos compressores de regulação das unidades geradoras 1 e 4 da UHE GBM.
- Assinatura dos seguintes termos de compromisso para destinação dos resíduos recicláveis da UHE GNB, em atendimento ao Decreto Estadual n.º 4167/2009: a) 1.º Termo de Compromisso entre o Complexo Energético Fundação Santa Clara e a Cooperativa de Trabalho dos Agentes Ambientais de Candió; b) 1.º Termo de Compromisso entre a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Pinhão; c) 4.º Termo de Compromisso entre a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Bom Jesus de Reserva do Iguaçu.
- Recertificação do Processo de Operação e Manutenção das Usinas de Concessão da COPEL GeT, conforme Norma ABNT NBR Norma ISO 9001:2008, com a visita de auditor da Fundação Carlos Alberto Vanzolini, bem como a verificação da aderência ao atendimento às Normas ABNT NBR ISO 14001:2015 e OHSAS 18001:2007, para quais se busca a certificação.
- Desde novembro o COGT assumiu a teleoperação dos parques eólicos Brisa Potiguar I e II (SEs de conexão - BOPs) com potência instalada de 108,0 e 75,6 MW, respectivamente. Os parques estão localizados no Estado do Rio Grande do Norte, fazendo com que o COGT passasse a ter relacionamento operacional com o Centro Regional de Operação Nordeste (COSR-NE) do ONS. O início da teleoperação de parques eólicos trouxe nova perspectiva de atuação para o COGT, agregando conhecimento e *know-how* de maneira alinhada às práticas sustentáveis da geração renovável de energia.
- Realização de estudos técnicos para a reforma do distribuidor da unidade geradora 2 da UHE GJR, prevista para o primeiro semestre de 2017.

5.4.2 Expansão da Geração de Energia

- Usina Hidrelétrica Colíder - localizada no Rio Teles Pires, entre os municípios de Nova Canaã do Norte e Itaúba, no Mato Grosso, as obras iniciaram em 2011 e devem absorver R\$ 2,0 bilhões em investimentos. Em 2016, foram concluídos os trabalhos de supressão da vegetação na área do futuro reservatório (91,0% da implantação do empreendimento). O empreendimento terá 300 MW de capacidade instalada, com previsão de entrar em operação comercial em 2017. A COPEL Geração e Transmissão S.A. conquistou a concessão para implantação e

exploração da UHE Colíder por 35 anos no leilão de energia realizado pela ANEEL em 30 de julho de 2010.

- Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu - a COPEL detém 30,0% de participação no Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (CEBI), que tem o objetivo de construir e explorar o empreendimento que terá potência instalada de 350,2 MW, localizada no Rio Iguaçu, entre os municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques, com investimento estimado de R\$ 1,6 bilhão e entrada em operação da primeira unidade em setembro de 2018. As obras que estavam paralisadas em função da suspensão da Licença de Instalação, em 2014, foram retomadas em fevereiro. Em agosto a ANEEL redefiniu o cronograma de implantação do empreendimento reconhecendo a favor do CEBI excludente de responsabilidade pelo atraso de 765 dias (2.º Termo Aditivo do Contrato de Concessão), além de recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MEE) a prorrogação do prazo de outorga e determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) que promova a postergação do início do período de suprimento dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) pelo período do excludente de responsabilidade reconhecido.

5.4.3 Complexo Hidrelétrico do Tapajós

A COPEL participa com outras oito empresas do Acordo de Cooperação Técnica do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, constituído para desenvolver estudos nos Rios Tapajós e Jamanxim, na Região Norte do Brasil. Os estudos previstos compreendem a Avaliação Ambiental da Bacia do Rio Tapajós e estudos pertinentes a cinco empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada inicialmente estimada em 10.682 MW.

Os trabalhos foram iniciados pelas duas maiores usinas, São Luiz do Tapajós e Jatobá, ambas no Rio Tapajós, com o estudo de viabilidade aceito pela ANEEL em maio de 2014. No Rio Jamanxim serão estudadas as usinas de Cachoeira do Caí (802 MW), Cachoeira dos Patos (528 MW) e Jamanxim (881 MW). A realização de leilão para comercializar a energia do empreendimento estava prevista para 2016, porém por decisão do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), em agosto, o processo de licenciamento ambiental foi arquivado. Diante disso, a COPEL Geração e Transmissão S.A. deliberou pela sua retirada do Acordo de Cooperação Técnica do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, mantendo-se o direito de ressarcimento dos valores investidos pelos futuros vencedores dos processos licitatórios das UHEs São Luiz do Tapajós e Jatobá, caso o processo de licenciamento tenha continuidade, e encontra-se em processo de saída do Acordo.

5.4.4 Participação em Leilões de Energia Nova

Encontra-se em desenvolvimento estudos de viabilidade técnica, socioambiental, institucional e econômica para subsidiar decisões sobre a participação nas disputas de concessões para implantação e exploração de empreendimentos hidrelétricos, eólicos, solares e térmicos que poderão ser objeto de leilões de novos empreendimentos de geração a serem promovidos pela ANEEL. Foram realizadas avaliações quanto a participação da COPEL, sem identificação de oportunidade atrativa à Companhia nos Leilões: 23º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração (Leilão A-5), 10.º Leilão de Energia de Reserva (1.º LER de 2016) e 11.º Leilão de Energia de Reserva (2.º LER de 2016).

5.4.5 Petróleo e Gás

Alinhada ao seu referencial estratégico e aos interesses do Governo do Estado, e considerando: a tendência da mudança da matriz energética brasileira, incorporando quantidade significativa de geração eólica e hidráulica a fio d'água, de caráter intermitente, resultando na necessidade de geração térmica para firmar o Sistema Interligado Nacional (SIN); as limitações de fornecimento de gás natural em todo o território nacional pela infraestrutura de transporte deficiente, produção brasileira insuficiente e com valores acima do mercado internacional; o término do contrato de fornecimento de gás boliviano em 2019; a necessidade de fomentar o desenvolvimento econômico sustentável no Paraná, com criação de empregos de qualidade, melhorando a distribuição de renda; a COPEL buscou oportunidades de negócio em importação, exploração, produção, comercialização e transporte de gás natural, bem como geração termelétrica a gás natural no Paraná, tendo efetuado a Chamada Pública COPEL n.º 006/2015, que se encontra em fase de análise técnica.

Em 2013, a Companhia arrematou quatro blocos para a exploração e produção de gás natural no Paraná, na 12.ª Rodada de Licitações realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A COPEL entrou no leilão com 30,0% de participação no consórcio Petra, que reúne as empresas Petra Energia (30,0%), Bayar (30,0%) e Tucumann (10,0%), tendo sido constituída, em 2014, a SPE Paraná Gás Exploração e Produção S.A.. Os blocos de exploração ficam nas regiões de Pitanga e de Pato Branco, com investimento previsto de cerca de R\$ 100,0 milhões na primeira fase da prospecção, com duração de quatro anos. Entretanto, os desembolsos e os estudos de prospecção e pesquisas encontram-se paralisados devido a liminar judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública n.º 5005509-18.2014.404.7005 que suspendeu os efeitos da 12.ª Rodada de Licitações.

5.4.6 Outras Fontes de Energia Renovável

A COPEL Renováveis S.A. foi criada em outubro de 2013, com o propósito de conquistar protagonismo na matriz energética brasileira com a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas renováveis. Nesse sentido, encontra-se em operação parques com capacidade instalada total de 277 MW, sendo 183,6 MW referentes ao Complexo Brisa Potiguar e 94 MW referentes ao Complexo São Bento, e mais 52,92 MW, referentes às participações societárias de 49,0% no Complexo Bento Miguel (apto a operar).

Encontra-se em fase de construção, desde janeiro, o Empreendimento Eólico Cutia, localizado no Rio Grande do Norte, dividido em dois grandes complexos: a) Complexo Cutia, composto por sete parques eólicos com 180 MW de capacidade instalada total e 71,4 MW médios de garantia física, com energia comercializada no 6.º Leilão de Reserva, em outubro de 2014, ao preço médio histórico de R\$ 144,00/MWh, e previsão para entrar em operação em setembro de 2017; b) Complexo Bento Miguel, composto por seis parques eólicos com 132,3 MW de capacidade instalada total e 54,8 MW médios de garantia física, com energia comercializada no 20.º Leilão de Energia Nova, em novembro de 2014, ao preço médio histórico de R\$ 136,97,00/MWh, e previsão para entrar em operação em janeiro de 2019.

Em janeiro foram obtidas as licenças ambientais para Cutia e iniciadas a execução das vias de acesso, bases e plataforma de montagem do conjunto gerador. Em abril iniciou-se a construção de Subestação Cutia (encontra-se com 80,0% da montagem eletromecânica concluída), com potência instalada de três transformadores de 120 MVA e 26 circuitos de 34,6 kV (dois circuitos para cada parque eólico). Em outubro, começou a entrega dos primeiros conjuntos geradores, compostos por naceles, geradores, *hub* e pás, e entrou em operação o Centro Produtivo de Torres, estrutura na qual serão confeccionados elementos pré-moldados que constituirão as torres de sustentação dos aerogeradores.

5.5 Transmissão de Energia Elétrica

Em 2016, a COPEL lançou três Chamadas Públicas voltadas à expansão do seu sistema de transmissão de energia (Chamadas n.ºs 004, 005 e 007), visando oportunidades de negócios, parcerias societárias e fornecimento de bens e serviços.

Em janeiro, entrou em operação o empreendimento composto pela subestação 230 kV Paraguaçu Paulista II, 150 MVA, e pela linha de transmissão 230 kV Assis-Paraguaçu Paulista II, com 41,5 km de extensão, localizadas na Região Sudoeste do Estado de São Paulo. O conjunto recebeu cerca de R\$ 58,0 milhões em investimentos e cumpre a função de melhorar o escoamento da energia proveniente de usinas térmicas à biomassa existentes na região, atendendo ao aumento da demanda por eletricidade, principalmente, nos municípios de Presidente Prudente, Assis e Salto Grande. O empreendimento compõe a

concessão da COPEL GeT pelo Contrato de Concessão 002/2013-ANEEL e proporcionou um incremento de receita anual de aproximadamente R\$ 7,7 milhões.

Em maio, entrou em operação o empreendimento composto pela subestação 230 kV Curitiba Norte, 300 MVA, e pela linha de transmissão 230 kV Bateias-Curitiba Norte, com 33 km de extensão, localizadas na Região Metropolitana de Curitiba. O conjunto recebeu cerca de R\$ 69,0 milhões em investimentos e beneficia os municípios ao norte de Curitiba, que apresentaram aumento da demanda por eletricidade para expansão da indústria cimenteira. O empreendimento compõe a concessão da COPEL GeT pelo Contrato de Concessão n.º 005/2014-ANEEL e proporcionou um incremento de receita anual de aproximadamente R\$ 8,4 milhões.

Em setembro entrou em operação, na subestação Guaíra, o 2.º Banco de Capacitores 230 kV-30 Mvar, na Região Oeste do Estado, que proporcionou melhoria significativa nos níveis de tensão do sistema da região e foi autorizado pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa n.º 4890/2014. Até o início de 2017, estão previstas as entradas em operação do comercial do banco de capacitores 230 kV, na subestação Bateias, e das linhas de transmissão entre as subestações Ponta Grossa Norte e Klacel/Klacel e Figueira, com 96 km de extensão no primeiro trecho e 46 km no segundo (Resolução Autorizativa n.º 4890/2014). Os empreendimentos dessa Resolução somam cerca de R\$ 104,0 milhões em investimentos e proporcionarão à COPEL GeT um incremento de receita anual de aproximadamente R\$ 14,5 milhões.

5.5.1 Novos Empreendimentos

Em 2016, foram iniciadas as obras de implantação do empreendimento composto pela linha de transmissão 230 kV Foz do Chopim-Realeza Sul (Contrato de Concessão n.º 021/2014-ANEEL), com extensão aproximada de 53 km, e pela subestação 230/138 kV Realeza Sul, 150 MVA, localizadas na Região Sudoeste do Paraná. A obra encontra-se na fase de montagem eletromecânica dos equipamentos, com investimento estimado de R\$ 57,0 milhões e receita anual de R\$ 6,7 milhões a partir da entrada em operação, prevista para março de 2017.

Foram iniciadas também as obras de implantação do empreendimento composto pela linha de transmissão 500 kV Assis-Londrina (Contrato de Concessão n.º 022/2014-ANEEL), com extensão aproximada de 120 km, entre os estados do Paraná e de São Paulo. A obra encontra-se na fase de montagem eletromecânica dos equipamentos, com investimento estimado de R\$ 150,0 milhões e a receita anual de mais de R\$ 17,0 milhões a partir da entrada em operação, prevista para setembro de 2017.

A COPEL GeT celebrou com a União o Contrato de Concessão n.º 006/2016, composto pelas seguintes instalações de transmissão: a) Linha de Transmissão 525 kV Curitiba Leste - Blumenau, em circuito simples com aproximadamente 142 km (entrada em operação comercial até março de 2021); b) Linha de Transmissão 230 kV Baixo Iguaçu -

Realeza, em circuito simples com aproximadamente 38 km (entrada em operação comercial até março de 2021); c) ampliação da Subestação Medianeira, com duas unidades de transformação trifásica 230/138 kV de 150 MVA (entrada em operação comercial até setembro de 2019); d) subestação Curitiba Centro (isolada em SF6), com duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 150 MVA cada (entrada em operação comercial até setembro de 2019); e) Linha de Transmissão 230 kV Curitiba Centro - Uberaba, C1 e C2, subterrânea, com 8 km de extensão cada (entrada em operação comercial até setembro de 2019); f) Subestação Andirá Leste, com duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 150 MVA cada (entrada em operação comercial até setembro de 2019). Esses empreendimentos receberão mais de R\$ 560,0 milhões em investimentos e proporcionarão à COPEL uma receita anual estimada de mais de R\$ 97,0 milhões.

A ANEEL emitiu as seguintes resoluções autorizativas para implantação de reforços e melhorias nas instalações de transmissão sob concessão da COPEL GeT: a) Resolução Autorizativa n.º 5.711 (22 de março) - implantação, na subestação 230 kV Figueira do 1.º banco de capacitores 138kV - 15 Mvar, com investimento de R\$ 4,8 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 800,0 mil, a partir da entrada em operação comercial, prevista para março de 2018; b) Resolução Autorizativa n.º 5.776 (12 de abril) - implantação, na subestação 230 kV Sarandi - do 2.º autotransformador 230/138kV - 150 MVA, com investimento de cerca de R\$ 14,8 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 2,3 milhões, a partir da entrada em operação comercial, prevista para outubro de 2018; c) Resolução Autorizativa n.º 5.834 (17 de maio) - implantação, na subestação 230 kV Apucarana - do banco de capacitores 138 kV - 30 Mvar, com investimento de cerca de R\$ 5,5 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 930,0 mil, a partir da entrada em operação comercial, prevista para maio de 2018; d) Resolução Autorizativa n.º 5.930 (05 de julho) - implantação, na subestação 500 kV Bateias - de um banco de reatores de barra, em 500 kV - 200 Mvar, com investimento de cerca de R\$ 30,0 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 4,3 milhões, a partir da entrada em operação comercial, prevista para setembro de 2018.

No segmento de transmissão de energia, a COPEL GeT está ampliando a sua participação por meio de investimentos próprios e parcerias em SPEs. Em conjunto, os empreendimentos equivalem a um total de 3.501 km de linhas de transmissão e oito subestações que irão proporcionar uma Receita Anual Permitida (RAP) atualizada de R\$ 394,1 milhões. Os empreendimentos das SPEs Matrinchá e Guaraciada entraram em operação em julho e agosto, respectivamente. As informações detalhadas constam no relatório *Earnings Release 2T16*, item 8.2, página 41, disponível em <[http://www.COPEL.com/hpCOPEL/root/sitearquivos2.nsf/arquivos/elp2t16/\\$FILE/ELP2T16.pdf](http://www.COPEL.com/hpCOPEL/root/sitearquivos2.nsf/arquivos/elp2t16/$FILE/ELP2T16.pdf)>.

5.5.2 Operação e Manutenção da Rede Básica

Nas atividades de operação e manutenção das instalações da COPEL na Rede Básica (acima de 230 kV), foram implementadas melhorias e novas tecnologias, visando garantir os índices de disponibilidade dos 2.521 km de linhas de transmissão e 35 subestações. Nesse contexto, destacam-se:

- Inspeção aérea nas linhas de transmissão 230kV e 525kV visando garantir a confiabilidade do sistema de transmissão.
- *Retrofit* nas proteções de barras 230kV das Subestações Pato Branco, Guaíra e Maringá.
- Comissionamento e energização do banco de capacitores 230kV da Subestação Guaíra; comissionamento do banco de capacitores 230kV da Subestação Bateias; comissionamento da entrada de linha Taubaté 500kV na Subestação Araraquara; comissionamento das obras de modernização do sistema de proteção da Subestação Jaguaiaíva 230kV; comissionamento e *start-up* dos grupos motor-gerador das Subestações Pilarzinho, Cidade Industrial de Curitiba, Gralha Azul, São Mateus do Sul, Figueira e Foz do Chopim; comissionamento e energização da Subestação Curitiba Norte 230 kV, da Linha de Transmissão 230 kV Bateias-Curitiba Norte e do seccionamento da Linha de Transmissão 230 kV Pilarzinho-Companhia de Cimento Portland (Votorantim); comissionamento e energização da Linha de Transmissão 230 kV Assis-Paraguaçu Paulista 2; iniciado o comissionamento da Subestação Realeza Sul 230kV e da Linha de Transmissão 230kV Foz do Chopim-Realeza Sul 230 kV, com previsão de energização no início de 2017 e da Linha de Transmissão 500kV Araraquara II-Taubaté.
- Troca dos registradores de perturbação osciloperturbógrafos nas Subestações 230kV Apucarana, Gralha Azul, Uberaba, Umbará e Distrito Industrial de São José dos Pinhais.
- Ensaios de descargas parciais na subestação isolada a gás SF6 da Usina Hidrelétrica Governador José Richa e ensaios de *Very Fast Transients* (VFT) na subestação isolada a gás SF6 da Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Neto.
- Sistemas de Medição Sincronizada de Fasores (SMSF) - processo foi iniciado em 2015, com o objetivo de melhorar o monitoramento dinâmico do sistema elétrico em tempo real e prover dados históricos com maior resolução para análise dinâmica ou análise de ocorrências sistêmicas. Os *Phasor Data Concentrator* (PDCs), instalados no mesmo local que os servidores do sistema Supervisão e Aquisição de Dados (SCADA), recebem os dados de 37 subestações e de 202 circuitos da rede básica diretamente das barras e linhas de transmissão de 230 kV e 525 kV, interligados ao SIN, além da Usina Governador Bento Munhoz da Rocha Netto.

- Centralização da Teleoperação de Subestações (SEs) - projeto concluído pelo COGT, em junho, que permitiu a otimização da utilização do quadro de pessoal na operação de subestações, além de ganhos na padronização e na agilidade dos processos da operação em tempo real.
- Atualização tecnológica de *gateways* de comunicação e demais equipamentos necessários para adequação ao submódulo 2.7 dos Procedimentos de Rede do ONS em diversas Subestações (Pilarzinho, Segredo, Areia, Ponta Grossa Sul, São Mateus do Sul, Ponta Grossa Norte, Gralha Azul, Cambo do Assobio, Governador Parigot de Souza).
- Estudos de viabilidade técnica, socioambiental, institucional e econômica (em andamento) para subsidiar decisões sobre a participação nas disputas de concessões para implantação e exploração dos empreendimentos de transmissão nos leilões de transmissão promovidos pela ANEEL, com foco nos futuros empreendimentos no Paraná.

5.6 Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Inovação Tecnológica

A inovação faz parte dos valores da empresa que possui uma Coordenação de Inovação, subordinada à Presidência, que gerenciou investimentos da ordem de 0,37% da receita líquida, além de contar com políticas de apoio ao desenvolvimento estruturado da inovação.

Em 2016, destacou-se o Programa Gera Rural, lançado pela COPEL, que visa mobilizar instituições públicas e privadas para a promoção da geração de energia renovável em propriedades rurais do Paraná, agrupando-as em sistemas autossuficientes e exportadores de energia. A geração autônoma traz vantagens ambientais e econômicas como a diversificação de fontes para o sistema elétrico e, com o mapeamento dos potenciais de geração no Estado, os produtores se associarão em *microgrids* que, integrados, garantirão a oferta contínua de energia. O Gera Rural surgiu a partir do projeto de P&D da COPEL, iniciado em 2015, e encontra-se em fase de implantação de biodigestores em propriedades de suinocultores, canalizando o biogás dos dejetos para uma microcentral termelétrica, no município de Entre Rios do Oeste, com previsão de outras oito frentes de pesquisa. Prevê também a aproximação com as universidades estaduais e federais para alinhamento de projetos de pesquisa e a instalação de painéis solares em escolas em cinco macrorregiões do Estado.

Foi proposta a formação do fórum Energia do Futuro para integração da Companhia com universidades e organismos de pesquisa, desenvolvimento e inovação que atuam no Paraná, com o conceito da Inovação Aberta e da colaboração, para impulsionar as ações de inovação em energia no Estado.

Realizada a entrega do Prêmio COPEL de Inovação para os dois melhores projetos iniciados em 2015. O prêmio tem por objetivo fomentar, entre os funcionários, projetos inovadores e alinhados ao Planejamento Estratégico.

O programa de P&D+I COPEL disponibilizou R\$ 263,0 milhões para projetos de inovação, possui 55 projetos em andamento e três em análise e contratação, que somam cerca de R\$ 159,0 milhões em investimentos. Como resultado, foram protocolados 15 pedidos de patentes de produtos no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

5.7 Distribuição de Energia Elétrica

No âmbito de distribuição de energia, a Companhia apresentou, em relação aos anos anteriores, crescimento no número de consumidores de todas as classes.

O incremento de ligações previsto para 2016 é de 92,4 mil consumidores cativos, sendo 85,4 mil residenciais, 1,2 mil industriais, 6,9 mil comerciais, -1,4 mil rurais e 300 das demais classes de consumo. Desta forma, estima-se que até o término de 2016 serão faturados 4.511 mil consumidores, número 2,1% superior ao verificado em 2015.

5.7.1 Mercado de Energia Elétrica

A tabela a seguir apresenta o mercado realizado em 2015, o estimado para 2016 e respectivas taxas de crescimento:

CLASSE ⁽¹⁾	CONSUMO ATIVO POR CLASSE (GWh)			NÚMERO DE CONSUMIDORES CATIVOS (x mil)		
	2016 ⁽²⁾	2015	Var. (%)	2016 ⁽²⁾	2015	Var. (%)
Residencial	6.972	6.957	0,2	3.613	3.527	2,4
Industrial	10.501	10.614	-1,1	90	88	1,3
Comercial	5.737	5.889	-2,6	384	377	1,8
Rural	2.211	2.256	-2,0	367	368	-0,4
Outros	2.416	2.371	-1,9	58	57	0,6
TOTAL	27.837	28.088	-0,9	4.511	4.418	2,1

(1) Mercado cativo e livre

(2) Dados previstos

5.7.2 Ações Relevantes da Distribuidora

- Manutenção de ações e projetos visando modernidade e agilidade no atendimento ao cliente, com redução do impacto ambiental e melhoria no atendimento, como o envio e recebimento de mensagens *Short Message Service* (SMS) e o incentivo de uso de canais alternativos de atendimento como a agência virtual.
- COPEL na Comunidade - Programa de Eficiência Energética: foram realizados cerca de 39.000 diagnósticos energéticos e substituídas 117.000 lâmpadas

eficientes em residências de clientes enquadrados na Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE). Além de 35 projetos executados de diversos setores (comercial, industrial, entre outros).

- Programa Iluminando Gerações - realizou palestras para cerca de 85.000 alunos do 4.º ano do ensino fundamental de escolas públicas, com caráter informativo e preventivo quanto ao uso consciente e seguro de energia elétrica, a utilização dos recursos naturais (energia e água) e a destinação correta dos resíduos.
- Peça teatral Histórias Eletrizantes - espetáculo didático apresentado em 26 municípios paranaenses, para um público de 17.000 mil alunos e 800 professores e funcionários da rede pública de ensino. A apresentação orienta sobre o uso seguro da energia elétrica e a prevenção de acidentes causados por choque elétrico, com patrocínio da COPEL e da SANEPAR.
- Veiculação de mensagens de orientação a respeito do uso seguro e eficiente da energia elétrica, entre outros temas de utilidade pública, por meio de 305 emissoras de rádio em todo o Paraná, aprimorando os conhecimentos por parte da população e fortalecendo a imagem da empresa (convênio com a Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná).
- Programa Fatura Solidária - objetiva o repasse às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) do Paraná, de um valor a cada fatura que o cliente opte por não receber mais em papel e apenas por *e-mail*. Desde o lançamento em maio de 2015, foram mais de 18.000 adesões.
- Participação em feiras e eventos, tais como o *Show Rural* em Cascavel, ExpoLondrina, Expoingá e Londrina Matsuri, desenvolvendo atividades educativas junto ao público, além da divulgação dos canais de atendimento. Sediou o Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica (SENDI), em Curitiba, maior evento do setor de distribuição de energia elétrica da América Latina. Paralelamente à programação técnica, o seminário compreendeu a realização do Rodeio Nacional de Eletricistas e a Hackathon SENDI 2016, maior maratona de desenvolvimento de *softwares* já realizada no Brasil.
- Realizadas pesquisas de satisfação dos clientes residenciais, rurais, comerciais, industriais e poderes públicos para direcionar ações de melhorias nos serviços. Algumas consultas resultaram em premiações à COPEL Distribuição: a) Melhor Distribuidora do Brasil, na avaliação do cliente residencial, com índice de satisfação medida em 88,8%; b) Melhor Distribuidora da América do Sul e Caribe, pela quarta vez nos últimos seis anos. No atributo que avalia a imagem da empresa quanto a sua honestidade, a COPEL recebeu a honrosa distinção de empresa mais honesta da América Latina, com 93,7% de aprovação. O reconhecimento é concedido pelo Prêmio de Qualidade da *Comisión de Integración Energética Regional* (CIER), que integra as distribuidoras do continente.

- Implantação do Sistema de Leitura com Impressão Simultânea da nota fiscal/conta de energia elétrica, envolvendo 100,0% dos consumidores urbanos atendidos em baixa tensão com economia na impressão de faturas em folhas especiais e na utilização de envelopes com janela plástica para aproximadamente 4,0 milhões de unidades consumidoras.
- Serviço de envio de SMS aos clientes: aviso de conclusão de serviços de ligação nova, desligamento a pedido, vistoria de unidade consumidora, 5.347.295 SMS de aviso de cobrança (até outubro); e recebimento de 941.657 SMS de comunicação de falta de energia (até outubro).
- Envio de reaviso de vencimento e da fatura por *e-mail*, para os Grupos A e B. As faturas deixam de ser impressas reduzindo o impacto ambiental. Ao optar por esta modalidade, o cliente recebe todo mês uma mensagem com *link* para a Agência Virtual da COPEL, onde a fatura poderá ser visualizada e impressa. São 67.761 unidades consumidoras cadastradas, sendo 7.700 do Grupo A e 60.061 do Grupo B.
- Atendimento a clientes por meio de diversos canais: a) atendimento telefônico, com média mensal de 456.656 ligações atendidas; b) 426 agências e postos de atendimento na área de concessão, responsáveis por 2.927.122 de atendimentos presenciais até outubro; c) *site* COPEL, com média mensal de 822.500 serviços; d) COPEL *Mobile*, que possibilita informar falta de energia, consulta débitos, histórico de consumo, desligamentos programados e locais onde estão situadas as agências e postos de atendimento, atualização do cadastro de telefone e *e-mail* do cliente, escolha de uma data fixa de vencimento da fatura de energia, informação da autoleitura, solicitação de religação e consulta ao código de barras para pagamento da fatura, tendo sido realizadas 977,9 mil solicitações de serviços (até outubro).
- Investimentos de aproximadamente R\$ 592,0 milhões para obras de expansão, melhoria, renovação, automação e desenvolvimento de redes de distribuição, sendo R\$ 218,0 milhões para a construção de subestações e linhas de transmissão de alta tensão e R\$ 374,0 milhões para as redes de distribuição de média e baixa tensão.

5.8 Telecomunicações

A COPEL Telecomunicações está presente, com sua rede de fibras óticas, nos 399 municípios paranaenses.

Principais dados técnicos (até outubro): 347 km de cabos ópticos instalados no anel principal (*backbone*) - 10.140 km acumulados; 913 km de cabos ópticos autossustentados (Rede GPON) instalados - 4.865 km acumulados; 1.862 km de cabos ópticos autossustentados (Rede Acesso) instalados - 16.112 km acumulados; 399 cidades atendidas no Paraná e 02 em Santa Catarina; 48.748 clientes; 2.208 escolas estaduais ligadas; 5.466 atendimentos

(acumulado) definitivos ao Governo, sendo 2.208 do Paraná Digital e 3.258 da RedeGov; índice de disponibilidade média dos serviços de 99,92%.

Programas desenvolvidos:

- Paraná Digital - leva *internet* às escolas, com prioridade para as localidades com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo, com 2.208 escolas estaduais atendidas, em parceria com o Governo do Estado/Secretaria de Estado da Educação (SEED).
- Paraná Conectado - prevê acesso à *internet* em fibra ótica a preços populares e velocidade de 1 Mbps. Promove ainda a interligação de edifícios públicos com a fibra ótica da COPEL, possibilitando maior velocidade e confiabilidade de navegação aos órgãos públicos. Até 2016, foram atendidos 25 municípios com menos de 10.000 habitantes, com disponibilidade de acesso a serviços de *internet* e rede, com 4.281 clientes habilitados (até outubro).
- *Internet* gratuita nas praias - no litoral paranaense, durante a temporada, foram disponibilizados 50 pontos de acesso espalhados por Guaratuba, Caiobá, Matinhos, Pontal do Paraná (Praia de Leste, Santa Terezinha, Ipanema, Shagri-lá e Pontal do Sul), Ilha do Mel, Paranaguá, Antonina e Morretes.
- Fortalecimento da marca e Incentivo ao esporte - Maringá Vôlei - fortalecimento da marca COPEL Telecom com o patrocínio dos jogos. O time é o único representante paranaense na Superliga Masculina, principal competição de vôlei do país.

A comercialização do COPEL Fibra-*Internet* para clientes em Banda Extra Larga foi ampliada para as cidades: Palmeira, Lapa, Araucária, Jandaia do Sul, Itaipulândia, Santa Terezinha de Itaipu, Pato Branco, Campo Mourão, Umuarama, Francisco Beltrão, Apucarana e Toledo.

5.9 Tecnologia da Informação

- Implantação do catálogo de *Application Programming Interface (API)* - Interface de Programação de Aplicativos: funções de integração entre sistemas e serviços.
- Implantação de vídeo-monitoramento - gravação e análise de vídeos das equipes de campo da COPEL Distribuição para verificação de procedimentos de segurança.
- Implantação de *software*: de leitura, corte e religação remotas de consumidores residenciais; de gerenciamento da medição de fronteira e clientes livres; de atualização *online* via *tablet* ou *smartphone* de dados de árvores e áreas de roçada da COPEL Distribuição.
- Implantação de uma base de conhecimento de apoio em ocorrências nas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) para auxiliar na identificação das causas de origem da atuação de uma proteção.

- Implantação do primeiro módulo de um *software* para apoio ao plano de ações emergenciais relativas a incidentes nas usinas e reservatórios.
- Implantação das ferramentas de infraestrutura visando melhor gerenciamento do ambiente: *OpenShift*, *AppDynamics*, *Solar Winds*, *firewall* corporativo, *IBM Connections* e *Oracle Enterprise Manager*.
- Locação de 100 estações de trabalho e aquisição de 2.715 (entrega até 2017).
- Implantação da solução SAP *SolMan* para gestão de serviços de tecnologia e informação (TI), incidentes e problemas.
- Automação, por meio do *Business Process Management System* (BPMS), dos processos de ativação de clientes varejo da COPEL Telecom, aquisição de terrenos para subestações, atendimento a acessantes e atendimento a consumidores da COPEL Distribuição.
- Implantação do sistema *FastDec* para a COPEL Distribuição, que proporcionou redução no tempo de atendimento ao cliente por otimizar o despacho de serviços em campo.
- Implantação de solução de inventário de rede interna e externa - *Operation Support System* (OSS), que otimizou recursos e aumentou a agilidade no atendimento aos clientes da COPEL Telecom.
- Implantação dos *software*: a) Gestão de Saúde e Segurança de Trabalho (GSST); b) Portal de Serviços Web (PSW) da COPEL Telecom; c) COPEL Telecom para dispositivos móveis, que permitiu agilidade e modernização do contato com o cliente externo; d) gerenciamento de indicadores da ANATEL; e) EasyAPR, que possibilita o preenchimento da Análise Preliminar de Risco (APR), etapa obrigatória nas atividades de trabalhadores que executam tarefas com riscos à saúde e à segurança conforme Norma Regulamentadora n.º 10 (NR-10) de maneira segura e confiável; e) Telemedicação *Meter Data Collector* (MDC); f) *Meter Data Management* (MDM); g) *Business Intelligence* (BI): Atendimento e Painel DACD (*self service*) na COPEL Distribuição; h) faturamento, arrecadação e cobrança, da solução ERP SAP, na COPEL Geração e Transmissão e na COPEL Comercialização.
- Implantação do novo *site* da COPEL Telecom integrado ao processo de vendas.
- Melhorias no *software* de leitura e impressão simultânea de faturas (LIS) da COPEL Distribuição.
- Adequação da acessibilidade de deficientes auditivos na Agência *Web* (atendimento a clientes da COPEL Distribuição via *internet*).
- Implantação do programa de remanejamento interno (*e-Recruiting*) da solução ERP SAP; e da solução fiscal e tributária Guepardo para as SPEs - Eólicas da COPEL Renováveis.

5.10 Regularização Fundiária

O processo de regularização das fazendas dos reassentamentos decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica Governador José Richa, continua em andamento. As famílias foram realocadas para viabilizar o empreendimento e os títulos estão sendo entregues aos respectivos ocupantes. Foram entregues as escrituras de 79 lotes nas Fazendas Baratter, Centenário (Comarca de Cascavel), Boa Esperança e Refopas; 25 lotes encontram-se em cartório para registro das escrituras para reassentados e Associações das Fazendas Baratter, Centenário, Refopas e Boa Esperança com previsão de entrega para 2016.

Destaca-se a evolução dos trabalhos nas demais fazendas: a) Nova Prata, protocolado o processo de subdivisão no Serviço de Registro de Imóveis; b) Centenário (Comarca de Guaraniaçu), documentação entregue ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para certificação, com a expectativa de ingresso da subdivisão ainda em 2016; c) Flamapec, em fase final de preparação para ingresso do pedido de subdivisão junto ao Registro de Imóveis. Com isso, há previsão de entrega de cerca de 350 matrículas em 2017.

Foi concluída a declaração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) dos imóveis vinculados às usinas da COPEL Geração e Transmissão, com a declaração de mais de 5.000 imóveis de 18 empreendimentos hidrelétricos e 14 reassentamentos onde vivem mais de 800 famílias. O trabalho incluiu o lançamento de dados no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) e o esforço anterior de agregar informações gráficas do perímetro dos imóveis e definição das Áreas de Preservação Permanente no cadastro imobiliário.

5.11 Responsabilidade Corporativa - Programas Socioambientais

5.11.1 Sustentabilidade Empresarial e Responsabilidade Social

Para reafirmar seu compromisso com a sociedade, a COPEL buscou impulsionar o crescimento econômico com responsabilidade social, investindo em iniciativas para a conservação e mitigação de impactos ao meio ambiente, promovendo o respeito aos direitos humanos, a conduta ética e transparente e de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e sustentabilidade empresarial.

- Pacto Global - desde 2000, a COPEL é signatária do Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que tem o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial para a adoção de valores fundamentais em seus negócios, como direitos humanos, relações no trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, promovendo, dessa forma, o crescimento econômico com sustentabilidade.
- Relatório de Sustentabilidade – adota as diretrizes GRI-G4 da *Global Reporting Initiative* e estrutura de relato integrado recomendada pela *International Integrated*

Reporting Council (IIRC) como referência na elaboração de seus relatórios de sustentabilidade, visando fornecer informações transparentes sobre sua gestão e seu desempenho nos aspectos mais relevantes à sustentabilidade do negócio e a geração de valor, por meio de indicadores consistentes e comparáveis.

- Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE BOVESPA) - a Companhia utiliza essa plataforma para medir seu desempenho em sustentabilidade empresarial, desde a criação do índice. A COPEL integra a 11.^a Carteira do ISE BM&FBOVESPA (vigência de dezembro de 2015 a dezembro de 2016), refletindo a constante preocupação com o desenvolvimento da sustentabilidade, com base em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa.
- Programa de Educação para Sustentabilidade - Diálogos de Sustentabilidade - seminário itinerante que visa compartilhar com empregados e fornecedores, informações sobre programas corporativos ambientais e sociais proporcionando uma maior integração com as áreas fim, permitindo o avanço e inovação em ações sustentáveis. Também são trabalhados os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a relação destes com os programas corporativos. Foram realizados quatro eventos nas cidades de Londrina, Cascavel, Ponta Grossa e Usina de Segredo, com aproximadamente 300 participantes.
- EletriCidadania - programa corporativo de voluntariado instituído em 2004, que visa o incentivo do voluntariado e o desenvolvimento de atitudes de cidadania e responsabilidade social entre os empregados. Permite que empregados utilizem até quatro horas mensais de seu tempo de trabalho para a execução, de forma voluntária e espontânea, de ações comunitárias que levem ao desenvolvimento sustentável da sociedade em todos os aspectos, sejam eles culturais, educacionais ou profissionais. Em 2016, o programa foi reestruturado com a Chamada Pública Permanente que objetiva a elaboração do cadastro e seleção de Instituições Sociais, Instituições de Ensino e Organizações não Governamentais (ONGs), sem fins lucrativos, com o propósito de participar de eventos, feiras, atividades de voluntariado, entre outros, organizados pela COPEL.
- Promoção da Diversidade - tratada pela Comissão Permanente de Diversidade, desde 2015, com o objetivo de sensibilizar e mobilizar o quadro funcional para a promoção da igualdade de direitos, oportunidades e reconhecimento para todos, com atenção a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação de gênero, raça, cor, deficiência, orientação sexual, idade e religião. A COPEL participou, na condição de finalista, da entrega do Prêmio WEPS-Brasil-Empresas Empoderando Mulheres; e trabalhou fortemente no combate a transfobia que culminou na publicação da norma interna para Uso do Nome Social na Companhia.

- Gestão da Sustentabilidade na Cadeia de Suprimentos - a Comissão Permanente para Gestão de Sustentabilidade objetiva contribuir para o desenvolvimento dos fornecedores, estabelecendo parâmetros vinculados à sustentabilidade e propor ações que promovam e fortaleçam as boas práticas por meio de ações contínuas. Em 2016, trabalhou no estabelecimento de metodologia e avaliação dos fornecedores críticos para os negócios de geração, transmissão, distribuição e telecomunicações. Efetuou a atualização das Cláusulas de Responsabilidade Social e Ambiental e emitiu nova versão do Manual do Fornecedor; e realizadas capacitações no interior do Estado, por meio dos Diálogos de Sustentabilidade.
- Programa Corporativo de Acessibilidade - objetiva tornar a estrutura da empresa acessível às pessoas com deficiência, eliminando as barreiras que impeçam tal condição tanto nos seus serviços, quanto nas instalações, relacionamento e comunicações, abrangendo público interno (empregados) e externo (partes interessadas). Para clientes com deficiência visual, a COPEL emite demonstrativos da fatura de energia em Braille e mantém o seu *site* acessível a deficientes visuais desde setembro de 2008. Em 2016, foi implantada no *site*, solução para acessibilidade de pessoas com deficiência auditiva, permitindo tradução automática das informações e serviços para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), possibilitando o acesso de aproximadamente 70,0% dos deficientes auditivos do Brasil. Foram realizados trabalhos na dimensão atitudinal por meio do Seminário Corporativo de Acessibilidade, 11 eventos em diferentes cidades, para sensibilizar as pessoas quanto aos problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência (PcDs) e promover mudança de percepção e atitude na prática empresarial para melhor inclusão da pessoa com deficiência.
- Programa Cultivar Energia - objetiva implementar hortas comunitárias nos imóveis sob linhas de energia elétrica da COPEL, em parceria com prefeituras e comunidades. Por meio da ocupação social de espaços ociosos, pretende-se promover a inclusão, segurança alimentar e geração de renda. Visa também proporcionar segurança à comunidade, pois tem o potencial de inibir ocupações irregulares e perigosas sob as linhas de energia. Deu-se continuidade dos projetos de hortas implantadas em 2013 e 2014, que beneficiaram cerca de 140 famílias de comunidades do município de Maringá. O programa foi estruturado com a elaboração de normativas das atividades e responsabilidade para permitir a replicação em outras regiões do Estado.
- Programa Luz Fraterna - parceria com o Estado do Paraná, no qual as unidades consumidoras classificadas como residencial baixa renda e com consumo mensal de até 120 kWh tem isenção total da fatura. Até setembro, o total de recursos do Estado com o pagamento do programa foi da ordem de R\$ 31,0 milhões, com

atendimento médio mensal a 155 mil famílias. Estima-se a aplicação de mais R\$ 9,5 milhões até dezembro.

- Programa Tarifa de Irrigação Noturna e Programa Tarifa Rural Noturna - visam incentivar o aumento da produtividade agrícola, mediante desconto de 60,0% a 70,0% na tarifa de energia elétrica utilizada para a produção, no período entre 21h30 e 06h00, bem como subsídios na construção/reforço de redes para atendimento aos irrigantes. O resultado esperado é o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida para o produtor rural. Encontram-se cadastrados 4.245 agricultores na Tarifa de Irrigação Noturna e 10.843 consumidores rurais no Programa Tarifa Rural Noturna. Realizados pela COPEL em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA).
- Programa de Eficiência Energética (PEE) - a COPEL desenvolve o PEE em atendimento ao contrato de concessão para distribuição de energia elétrica e à Lei n.º 9.991/2000, com a aplicação de recursos financeiros em projetos que objetivam a promoção da eficiência energética no uso final da energia elétrica. Em 2016, foram aplicados cerca de R\$ 13,0 milhões em ações que contemplaram a melhoria da eficiência energética nas instalações de consumidores residenciais de baixa renda, escolas estaduais, entidades sem fins lucrativos, prédios públicos, estabelecimentos comerciais, entre outros.
- Telemedicação Grupo A - expansão da telemedicação para os maiores clientes - consumidores do Grupo A. Até novembro, 86,7% estavam sendo atendidos por telemedicação. Os dados do faturamento são obtidos automaticamente, sem o deslocamento de um leiturista, o que melhora a qualidade do processo, elimina erros e agrega valor, com a disponibilidade de dados para os processos internos e, via *internet*, para os clientes. Tem ainda a capacidade de monitorar o uso da energia elétrica, emitindo alarmes quando situações anômalas ocorrem, contribuindo para a detecção de defeitos e procedimentos irregulares na medição e reduzindo as perdas comerciais da COPEL. Os demais clientes situam-se em áreas descobertas dos sistemas de telefonia celular.
- Projeto Paraná *Smart Grid* - instalados 2.000 pontos de telemedicação na área urbana de Curitiba e 1.000 pontos na área rural de Colombo e Bocaiúva do Sul para testar as tecnologias. A leitura é feita de hora em hora, possibilitando a detecção de erros, falta de energia e obtenção da leitura para faturamento sem deslocamentos. Na automação, foi instalado um projeto de reconfiguração automática em Guaira.
- Programa Iluminando Gerações – realizadas palestras para aproximadamente 85.000 alunos do 4.º ano do ensino fundamental de escolas públicas, com caráter

informativo e preventivo quanto ao uso consciente e seguro de energia elétrica, utilização dos recursos naturais (energia e água) e destinação correta dos resíduos. São distribuídos aos alunos, professores e funcionários das escolas, *Kit-Escola* composto por 01 cartilha (A energia elétrica e você), 01 revista (Desafio Elétrico), 01 caderno, 01 lápis com borracha e 01 régua.

- PrevenCão - lançado em conjunto com os Correios, a SANEPAR e a Cavo visando conscientizar a população sobre a importância dos cuidados com os animais de estimação na prevenção de acidentes. Em média, 115 pessoas sofrem acidentes com cães, a cada dia, no Paraná, sendo os carteiros, leituristas e garis, os alvos mais comuns. Foi desenvolvida cartilha com orientações e dicas sobre como cuidar do animal, além de apresentação da peça teatral PrevenCão nas escolas municipais e eventos.
- Programa + Clic Rural - lançado em agosto de 2015, visa à melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica na área rural, com foco nas atividades agropecuárias integradas com processos produtivos sensíveis a interrupções. A previsão de investimento, até 2018, é de R\$ 500,0 milhões para aplicar o conceito de redes inteligentes na área rural do Paraná, com previsão de atendimento a 68.334 consumidores diretos e mais de 600.000 consumidores indiretos. Previsto para 2016 o desembolso de R\$ 60,0 milhões. Foram concluídos a primeira subestação (Santa Esmeralda) e o primeiro sistema de automação e reconfiguração de rede rural (em Salto do Lontra).
- Projeto Mais que Energia - criado em 2014, visa à implantação, expansão e consolidação de projetos e programas de investimentos sociais para a comunidade. No primeiro projeto, foram selecionadas três instituições, com recursos da linha de Investimentos Sociais de Empresas (ISE), do BNDES, no montante de R\$ 750,0 mil, para apoiar instituições e escolas que atendam pessoas surdas e/ou surdocegas, com os temas: educação e inclusão social; segurança de ambientes para atendimento a elas; acessibilidade; saúde e qualidade de vida; e treinamento e capacitação de profissionais para atender aos alunos. Para este primeiro projeto.
- Fatura Solidária - participam do Projeto, desde julho de 2015, clientes que optarem pela fatura por *e-mail*. A cada adesão, a COPEL doa R\$ 1,00 para as APAEs do Paraná. Até outubro, foram efetuados três repasses de valores, beneficiando mais de 300 APAEs associadas a Federação das APAEs.
- Programa Morar Bem Paraná - destinado ao atendimento a famílias que irão residir em conjuntos habitacionais construídos pela Companhia Paranaense de Habitação (COHAPAR), em atendimento ao Decreto Estadual n.º 2.845/2011. Consiste na construção pela COPEL, de redes de distribuição e das entradas de serviço das

residências, sem custo para as famílias. Teve início em dezembro de 2011 e terminou em 30 de setembro de 2016, atendendo 31.218 unidades habitacionais.

- Benefício Calamidade - concedido aos consumidores de localidades em situação de emergência ou de calamidade pública, atingidos por chuvas intensas e inundações. Consiste no bloqueio das ações de cobrança, aplicadas aos demais consumidores, e define condições excepcionais na negociação dos débitos do período.
- Cobrança de Valores de Terceiros (CVT) – arrecadação de contribuições via fatura de energia, para entidades filantrópicas contratantes junto à COPEL Distribuição. Os valores devem ter autorização por escrito ou por gravação de voz, do titular da unidade consumidora ou cônjuge, no valor mínimo de R\$ 1,00 e máximo de R\$ 500,00. São 113 instituições filantrópicas cadastradas, com 209 mil doadores e arrecadação média mensal de R\$ 1,9 milhão.

5.11.2 Gestão Socioambiental

- Licenciamento Ambiental - protocoladas 152 solicitações de licenças ambientais, para empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia no Paraná e em outros estados. Foram emitidas 128 licenças e permanecem em análise nos órgãos ambientais 108 processos de licenciamento, incluindo solicitações protocoladas em anos anteriores.
- Regularização do Licenciamento Ambiental - com o objetivo de regularizar o licenciamento ambiental de Linhas de Transmissão e Subestações que iniciaram sua operação antes de fevereiro de 1986, a COPEL firmou com o IAP um Termo de Ajustamento de Conduta. Foram protocolados junto ao órgão ambiental 219 processos de licenciamento previstos no TAC; destes, foram emitidas 153 Licenças de Operação, que equivalem a 70,0% dos protocolos; o restante aguarda manifestação do IAP.
- Estudos Ambientais - o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Estudo Ambiental Simplificado (EAS) e Relatório Ambiental Simplificado (RAS) para a fase de Licenciamento Prévio têm por objetivo diagnosticar a situação local quanto aos meios físico, biótico e socioeconômico; identificar e avaliar os potenciais impactos socioambientais positivos e negativos das etapas de planejamento, construção e operação de um empreendimento; propor medidas para minimizar eventuais impactos negativos e potencializar os positivos. Na fase de licenciamento de instalação e obtenção de autorização para supressão de vegetação, novos estudos são desenvolvidos, como o Inventário Florestal e Projeto Básico Ambiental (PBA) ou Relatório de Detalhamento de Programas Ambientais (RDPA), estes últimos objetivam detalhar os programas, as medidas preventivas, mitigadoras e

reparadoras apresentadas nos estudos ambientais iniciais e atender aos requisitos estabelecidos pelo órgão ambiental. Em 2016, foram elaborados estudos ambientais (em suas diferentes fases de licenciamento) para 14 Subestações, 02 Linhas de Distribuição de Alta Tensão e 04 Linhas de Transmissão de Energia.

- Comitê Técnico de Gerenciamento de Bifenilas Policloradas - signatário da Convenção de Estocolmo, o Brasil envidou esforços para reduzir a presença de poluentes orgânicos perigosos (POP) entre os quais está o Bifenilas Policloradas (PCB). Devido a sua relevância para o setor elétrico, a Companhia tem acompanhado as tramitações a respeito, quer seja pela construção de Resolução CONAMA ou por Projeto de Lei e participa da atualização da Norma Brasileira (ABNT) a respeito do gerenciamento do PCB, que será encaminhada em 2017 para consulta pública. Em 2014, a COPEL habilitou-se para ser uma das três empresas do setor elétrico a realizar projeto piloto coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Projeto BRA/08/G32, que se encontra em execução, tendo como produto final o inventário de PCB das companhias que aderiram.
- Programa de Gestão Corporativa de Resíduos - objetiva implantar, padronizar e sistematizar as melhores práticas de gestão de resíduos na Companhia. Em 2016, foram definidas metas para encaminhamento, para reuso ou reciclagem de 90,0% dos resíduos industriais da Distribuição, 70,0% dos resíduos industriais da Geração e Transmissão e 50,0% das cinzas geradas na termelétrica de Figueira. A COPEL mantém aberta a Chamada Pública Permanente COPEL DMC n.º 001/2013, visando o cadastramento de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, em atendimento ao Decreto Estadual n.º 4167/2009. Tem representação no Fórum Lixo e Cidadania do Paraná, onde o Ministério Público reconheceu o programa de Coleta Seletiva Solidária da COPEL, por meio de homenagem e entrega de certificado, realizadas em junho.
- Programa de Gestão Corporativa de Mudanças Climáticas - tem por objetivo identificar oportunidades e riscos relacionados aos negócios da Companhia e fomentar a inovação em tecnologias e processos para incentivar a redução de emissões de gases de efeito estufa. A COPEL realizou grandes feitos no que tange ao tema mudança do clima, como a aprovação pela presidência da Política de Mudança do Clima e, também, da implementação de seis compromissos nas áreas de Gestão e Mitigação de Emissões e Adaptação a Mudança do Clima. Na Gestão de Emissões, elabora e submete à verificação externa o inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), divulgado em registros públicos como o *GHG Protocol* e o estadual desenvolvido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente

e Recursos Hídricos (SEMA). A COPEL recebeu pelo segundo ano consecutivo a premiação do Selo Clima Paraná, na categoria Ouro. Quanto a Adaptação a Mudança do Clima, com o intuito de melhorar a sua análise de risco e desenvolver mecanismos que contribuam para o planejamento de seus negócios, desenvolve projeto piloto para avaliar o efeito de eventos extremos em linhas de transmissão e que medidas devem ser tomadas para a adaptação em um futuro próximo. Avaliando a possibilidade de implementação de um mecanismo de comercialização ou taxação por carbono para os próximos anos, a COPEL passou a estudar métodos de precificação de carbono e aderiu ao Programa de Simulação de Mercado de Carbono do Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces).

- Regularização do Patrimônio Cultural: a) TAC Apucarantina 2002 - Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 20/12/2002 entre COPEL Geração e Transmissão S.A (Copel GeT), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Ministério Público Federal (MPF) - a partir de 2014, o consumo de energia da Comunidade Indígena Apucarantina passou a ultrapassar os valores previstos para compensação financeira anual, de modo que os valores excedentes de 2014 e 2015 foram quitados pela COPEL e, por esta razão, estão sendo tratadas junto ao MPF soluções para a questão, o que pode resultar em termo aditivo ao TAC; b) TAC Apucarantina 2006 - em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 01/12/2006 com a FUNAI e MPF, a COPEL GeT faz a gestão, em conjunto com os indígenas, do Fundo para patrocinar o Programa de Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental e Cultural da Comunidade Indígena do Apucarantina, oriundo de indenização paga em razão dos impactos causados pela instalação e funcionamento da Usina de Apucarantina. Encontra-se em execução 15 projetos de sustentabilidade aplicados à Comunidade Indígena; c) compensação financeira anual à Comunidade Indígena Barão de Antonina, de acordo com os valores estipulados no Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 2006 com a Funai e MPF, referente a LT 230 kV Figueira-Apucarana; d) TAC de Arqueologia da UHE Mauá e 1.º Termo Aditivo - retomada a execução do Programa de Pesquisa Arqueológica, a partir de aprovação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-PR), que irá elaborar a Carta Arqueológica da Mesorregião Centro-oriental do Paraná e contratados os serviços de pesquisa e produção de DVD Rom Interativo da memória do Rio Tibagi.
- Ações de Patrimônio Cultural - Memória, Guarda e Educação - desde junho o Museu Regional do Iguaçu recebe a guarda temporária do acervo arqueológico

catalogado por ocasião da construção e operação da UHE Mauá, que posteriormente será remanejado para o Museu da região da UHE Mauá.

- Programas Linha Livre e Borda Livre - ações de meio socioeconômico, destinam-se a intervir junto aos atingidos em áreas de ocupações irregulares localizadas sob as linhas de transmissão e em bordas de reservatórios dos empreendimentos da COPEL GeT.
- Projeto Básico Ambiental da UHE Mauá - composto por 21 programas e 13 subprogramas ambientais, visam prevenir, mitigar e compensar os impactos negativos decorrentes da construção da Usina, bem como potencializar e otimizar os impactos positivos. Foram concluídos os programas de Monitoramento e Manejo da Ictiofauna, Limpeza da Bacia de Acumulação (comercialização do material lenhoso proveniente da supressão da vegetação) e Monitoramento da Qualidade da Água e encontra-se em andamento o programa de Recuperação e Formação da Faixa de Proteção Ciliar do Reservatório e Monitoramento.
- Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Colíder - hidrelétrica em construção na região Norte do Mato Grosso (MT), nos municípios de Colíder, Nova Canaã do Norte, Itaúba e Cláudia. Encontra-se em implantação com 32 programas que contemplam os meios físico, biótico e socioeconômico. Finalizada a supressão da vegetação na área de inundação do futuro reservatório e concluídas as atividades de resgate de fauna, flora e patrimônio arqueológico. A COPEL realizou estudos complementares solicitados pela SEMA/MT e a emissão Licença de Operação está prevista para 2017.
- Projeto Básico Ambiental da Linha de Transmissão Araraquara-Taubaté - obra prioritária do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e fundamental para escoar a energia proveniente das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio), no Estado de Rondônia para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Projeta-se sobre 28 municípios de São Paulo, com o licenciamento subdividido em trechos. Em 2016, foram emitidas as Licenças Ambientais de Instalação (LI) para os últimos três trechos. O PBA elaborado para subsidiar a solicitação da Licença de Instalação é composto por 09 programas e 11 subprogramas socioambientais.
- Gestão Socioambiental de Reservatórios - visa avaliar a qualidade e disponibilidade de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas da COPEL GeT, bem como promover ações de inspeções para o levantamento de ocorrências ambientais e fundiárias nos reservatórios. Foi implementado o Sistema de Informação Geográfica Socioambiental para Gestão de Reservatórios (SIGSAM-GR), ferramenta desenvolvida para a gestão de ocorrências nos reservatórios e Áreas de Preservação Permanente (APPs) da COPEL GeT.

- Programa Florestas Ciliares - recuperação dos ambientes naturais no entorno dos reservatórios das usinas, feita essencialmente por meio de plantios florestais, em atendimento ao novo Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012). Foram plantadas 68.774 mudas, o que representa uma área recuperada de 80,11 hectares. Nos últimos nove anos, cerca de 1,4 milhão de mudas foram plantadas.
- Hortos Florestais - situados nas UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, UHE Governador Ney Aminthas de Barros Braga, UHE Governador José Richa e Mauá. Foram produzidas 211.515 mudas de espécies nativas, 59.391 mudas para arborização urbana, além de mudas de espécies exóticas de nove diferentes espécies para atender aos plantios do Programa Florestas Ciliares, do Programa de Arborização Urbana e o fornecimento de mudas para atendimento de condicionantes ambientais em razão de diversos empreendimentos e ações da COPEL.
- Programa de Monitoramento e Repovoamento de Ictiofauna - atende a condicionantes ambientais, que visam observar mudanças na fauna de peixes dos reservatórios e possíveis influências da operação de nossas usinas nas comunidades. Deu-se continuidade ao monitoramento da fauna de peixes, com análise de mais de 100 espécies distribuídas nos diferentes reservatórios, e o repovoamento com 83.700 indivíduos liberados.
- Programa Florestas Urbanas - incentiva a melhoria da arborização urbana dos municípios da área de concessão da COPEL, por meio de ações junto às prefeituras, visando a convivência das redes de distribuição de energia e as árvores urbanas. As ações foram divulgadas no Fórum de Arborização Urbana da Região Sul do Paraná realizado em junho no município de São Mateus do Sul. A COPEL participa do Comitê de Trabalho Interinstitucional para avaliação dos Planos Municipais de Arborização Urbana, coordenado pelo Ministério Público do Paraná, com a avaliação de 69 planos municipais de arborização urbana.

5.12 Administração

5.12.1 Gestão de Pessoas

- Quadro de empregados - admitidos mediante concurso público, 78 empregados, sendo 16 na carreira profissional de nível médio; 14 na carreira técnica de nível médio; 48 na carreira profissional de nível superior. De janeiro a outubro foram desligados 162 empregados.
- Programa Aprendiz - 245 jovens de 14 a 18 anos contratados, tendo atendido, desde 2005, mais de 1.227 adolescentes.

- Programa de Estágios - 322 estagiários, sendo 188 técnicos de nível médio e 134 de nível superior, distribuídos nas diversas unidades da empresa.
- Universidade COPEL (UniCOPEL) - tem por objetivo definir políticas e diretrizes de educação corporativa visando à melhor execução das estratégias corporativas, bem como atuar no desenvolvimento de programas educacionais para a liderança com base nos direcionamentos estratégicos da Companhia. Seu desafio estratégico é ser referência no desenvolvimento de pessoas, agregando valor aos negócios corporativos. Retomou o Programa Pré-Aposentadoria, em parceria com a Superintendência de Recursos Humanos e com Fundação COPEL, que visa promover ações contínuas, envolvendo empregados aposentados ou próximos à aposentadoria e seus cônjuges, disseminando a cultura do planejamento e apoio à tomada de decisão sob a perspectiva do seu legado profissional com orgulho, senso de utilidade, proteção de seus ativos, boa geração de renda, saúde e qualidade de vida. Realizou o Seminário Pré-Aposentadoria, com cerca de 300 participantes, entre empregados e cônjuges, e teve como objetivo estabelecer um ambiente propício de preparo e obtenção de informações sob os aspectos sociais, econômicos e de saúde física e mental para uma nova fase de vida. Deu início ao Programa de Liderança Transformadora, segundo o modelo do Pipeline da Liderança, alinhado com os princípios do PRME (*Principles for Responsible Management Education*), ação do Pacto Global das Nações Unidas, com foco no desenvolvimento de lideranças responsáveis.
- Programa de Integridade - alinhada às diretrizes de *compliance*, vigentes no País, realizou treinamentos voltados à Alta Administração (diretores, diretores-presidentes e conselheiros) e treinamento sobre a Lei e o Decreto Anticorrupção, capacitando cerca de 7.150 empregados, por meio de ensino a distância (EaD).

5.13 Resultados Econômico-financeiros

Até setembro, a receita operacional bruta da COPEL foi de R\$ 15.870,0 milhões, montante 13,9% inferior ao mesmo período do ano anterior. A participação do ICMS nessa receita foi de R\$ 3.245,0 milhões, com variação positiva de 2,8%, representando um aumento de R\$ 88,0 milhões. Entre janeiro e setembro, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização atingiu R\$ 2.498,0 milhões, montante 53,4% superior ao apresentado no mesmo período do ano anterior (R\$ 1.628,0 milhões).

O lucro líquido da COPEL totalizou R\$ 1.058,0 milhões nos nove primeiros meses de 2016, montante 22,5% superior aos R\$ 863,0 milhões apurados no mesmo período do ano anterior, devido, principalmente: a) decréscimo de 31,7% na conta energia elétrica comprada para revenda, sobretudo pela redução de energia adquirida na Câmara de

Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) e ao menor valor do Preço de Liquidação de Diferença (PLD) até setembro, em relação ao mesmo período em 2015; b) decréscimo de 66,8% em provisões e reversões devido, principalmente, à constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) em 2015, referente a diferenças entre os preços de venda de energia negociada nos contratos de comercialização da UHE de Colíder e o PLD negociado na CCEE, a reversão de provisão do litígio sobre a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), que foi transitada em julgado favoravelmente à Companhia, e ao menor valor das demais provisões para contingências; c) efeito negativo de R\$ 206,4 milhões na linha de disponibilidade de rede elétrica, devido à remensuração do ativo financeiro referente à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

O programa de investimentos realizado nos primeiros nove meses, considerando suas subsidiárias integrais e as Sociedades de Propósito Específico (SPEs), foi de R\$ 2.728,4 milhões, com R\$ 2.023,8 milhões aplicados em projetos de geração e transmissão de energia; R\$ 552,7 milhões em obras de distribuição; e R\$ 148,9 milhões em telecomunicações. Dos R\$ 2.023,8 milhões investidos no segmento de geração e transmissão, R\$ 74,0 milhões foram na UHB Iguaçu, R\$ 153,4 milhões na UHE Colíder, R\$ 574,8 milhões na UHE Governador Parigot de Souza, R\$ 662,5 milhões nas linhas de transmissão que estão em construção no Paraná e em outros oito estados e R\$ 458,2 milhões em parques eólicos localizados no Rio Grande do Norte. O programa total previsto para 2016 é de R\$ 3.236,8 milhões.

Quanto ao desempenho das ações da COPEL, de janeiro a setembro, as ações ordinárias nominativas (ON) e as ações preferenciais nominativas classe B (PNB) estiveram presentes em 100,0% dos pregões da BM&FBOVESPA. As ações ON encerraram o período cotadas a R\$ 21,15 e as ações PNB a R\$ 33,63 com variações positivas de 32,2% e 38,4%, respectivamente.

As ações PNB, negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), estiveram presentes em 98,0% dos pregões e registraram valorização de 76,7% no período, cotadas a US\$ 10,37. A Companhia também lista suas ações PNB na Europa, via Mercado de Valores Latino-Americano em Euros (LATIBEX), vinculado à Bolsa de Valores de Madri. Nesse mercado, as ações da COPEL estiveram presentes em 60,0% dos pregões e registraram variação positiva de 73,1%, fechando o período em € 9,45.

5.14 Reconhecimentos

Em 2016, foi eleita pelos clientes residenciais como a melhor distribuidora do Brasil, pela 5.^a vez em seis anos e a melhor Distribuidora de Energia da América Latina e Caribe - Prêmio CIER de Qualidade - Categoria Ouro, concedido pela *Comisión de Integración Energética Regional* (Cier).

A COPEL recebeu vários reconhecimentos, são eles:

- Prêmio ABRADÉE de Melhor Distribuidora do Brasil na Avaliação do Cliente.
- A COPEL GeT foi premiada, em junho, em São Paulo, durante o 14.^o *Benchmarking* Brasil, com o case Museu: 15 anos de memória, guarda, cultura e história, que retrata o trabalho realizado no Museu Regional do Iguazu, localizado junto à UHE Governador Ney Braga. O Programa *Benchmarking* Brasil é um dos mais respeitados Selos de Sustentabilidade do Brasil que reconhece, certifica e compartilha as melhores práticas socioambientais das instituições brasileiras. Com isso, a COPEL GeT passou a integrar o *Ranking* 2016 dos Detentores das Melhores Práticas Socioambientais do País.
- Registro Público de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) - a COPEL GeT aderiu voluntariamente ao registro público e assumiu o compromisso de enviar para a SEMA o inventário de GEE auditado, o que lhe rendeu a obtenção do selo Ouro. O envio de inventários contribui para o conhecimento do perfil de emissões no Paraná e orientará a tomada de decisões que contribuirão para a redução dos efeitos das mudanças do clima.
- Conquistou pela 3.^a vez o Selo *Morgan Stanley Capital International - Environmental, Social and Governance* (MSCI ESG), concedido às empresas que integram o índice de sustentabilidade da MSCI, líder mundial na composição de índices financeiros, que servem de referência para investidores. O selo é concedido às empresas que exibem excelente desempenho nas áreas social, ambiental e de governança corporativa.

A COPEL Telecom melhorou seus processos e buscou excelência na gestão e no relacionamento com os clientes. Em 2016, foi assim reconhecida:

- Prêmio *Smart Contact Center* 2016, da Garrido e InovaFocus – recebeu a classificação ouro. Valoriza o relacionamento com o cliente exclusivamente em *Utilities* e Telecom.
- Selo Ouro Clima Paraná - certificado concedido pelo Registro Público de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Governo Estadual, criado pela SEMA, que certifica as ações de empresas paranaenses no campo das mudanças climáticas.
- Classificação *Rating* Nacional de Longo Prazo como AA+(bra) pela agência de classificação de riscos *Fitch Rating*.
- Prêmio Destaque no Critério Processos, do Prêmio Nacional da Qualidade promovido pela Fundação Nacional de Qualidade. O reconhecimento é

concedido à empresa referência em ações desenvolvidas para a melhoria contínua em processos, sendo um passo importante para a empresa que deseja ser considerada referência nacional em excelência de gestão.

- Prêmio Destaque do Ano do Anuário Telecom, na categoria Serviços Convergentes. Publicado pela Fórum Editorial, o anuário publica o *ranking* das maiores empresas de telecom do país e escolhe as empresas que se destacam em cada um dos segmentos que compõem o mercado brasileiro de telecomunicações.
- Reconhecimento pelo Fórum Editorial, está entre as 10 empresas mais rentáveis de 2015, no setor de Telecomunicações. Os dados foram apurados pelo Anuário Telecom 2016, sob a supervisão da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.
- Prêmio Ouro da RPC Curitiba - Categoria Produtos e Serviços.

Controladoria Geral do Estado



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

6 Controladoria Geral do Estado

A Controladoria Geral do Estado (CGE) tem por finalidade o acompanhamento e a observância dos limites legais e constitucionais de gastos em áreas afins pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual; a informação aos gestores sobre indicadores gerenciais relativos à realização dos gastos públicos; a realização de inspeções nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, de pessoal e demais sistemas; a verificação quanto ao cumprimento dos princípios e das normas que norteiam a conduta da Administração Pública, especialmente em relação à legalidade, impessoalidade, economicidade, publicidade e à moralidade administrativa e, também, na defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos; o recebimento e a apuração de reclamações ou denúncias fundamentadas, zelando por seu integral atendimento e resolução, inclusive às consultas e aos requerimentos formulados pelo Poder Legislativo, Poder Judiciário e pelo Ministério Público, recomendando, quando constatada omissão da autoridade competente, a instauração de sindicâncias e procedimentos administrativos pertinentes; a avaliação da economia, eficiência e eficácia dos procedimentos adotados pela Administração Pública mediante acompanhamento dos sistemas de Planejamento e Orçamento, Contabilidade e Finanças, Compras e Licitações, Obras e Serviços e Administração de Recursos Humanos.

6.1 Observatório da Despesa Pública do Paraná

O Observatório da Despesa Pública do Paraná (ODP/PR) foi iniciado com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica n.º 14, de 11 de maio de 2016, entre a União, por intermédio do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União (CGU) e o Estado do Paraná, representado pela CGE. O Acordo objetiva a integração de metodologias entre os partícipes, bem como o intercâmbio de experiências e tecnologias, de forma a incrementar as ações de prevenção, de combate à corrupção e de monitoramento das despesas públicas.

Instituído pelo Decreto n.º 4.334, de 08 de junho de 2016, o ODP/PR tornou-se uma unidade de produções estratégicas permanente da CGE, voltada à aplicação de metodologia, apoiada em tecnologia da informação, para a produção de informações que visam subsidiar e acelerar a tomada de decisões estratégicas, por meio do monitoramento dos gastos públicos.

As análises serão direcionadas na identificação de situações que possam constituir irregularidades, de modo a prevenir suas ocorrências, buscando a correta aplicação do dinheiro do contribuinte. Os resultados serão insumos para a realização de auditorias e fiscalizações conduzidas pela CGE, e utilizados para informar os gestores sobre indicadores gerenciais dos gastos públicos, de modo a permitir análises comparativas.

6.2 Assessoria Técnica

- Pesquisa sobre valores organizacionais com a aplicação de questionários aos servidores da CGE, que permitiu a análise do clima organizacional.
- Acompanhamento sistemático e permanente do cumprimento do Decreto n.º 36/2015 e comunicação aos órgãos com inscrição no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) para a regularização de pendências. Foram expedidos 102 ofícios e encontra-se em desenvolvimento um sistema para auxiliar o acompanhamento da regularidade dos órgãos no CAUC.
- Elaboração de propostas de encaminhamento para o cumprimento dos Decretos n.º 26/2015 e 41/2015 que tratam, respectivamente, dos temas nepotismo e probidade e moralidade administrativa.
- Elaboração do Manual de Procedimentos da CGE com o mapeamento dos processos internos.
- VIII Fórum Interestadual de Regularidade - organizado em parceria com o Grupo de Gestores das Finanças Estaduais.

6.3 Coordenadoria de Controle Interno

- Sistema Integrado de Avaliação e Controle (SIAC) - utilizado para avaliar os controles institucionais dos órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Estadual. Foram realizados: a) implantação e manutenção de novos fluxos; b) acompanhamento automático do plano de ação proposto pelos gestores dos órgãos e entidades para cada formulário enviado; c) avaliação dos controles internos existentes nos 106 órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Estadual, mediante envio de 22.343 quesitos de avaliação, em formulários do sistema; d) emissão de relatórios eletrônicos, contendo recomendações aos dirigentes da Administração Pública Estadual relativas às avaliações; e) encaminhamento do Relatório do Controle Interno aos dirigentes dos órgãos e entidades, contendo as ações desenvolvidas no exercício, solicitando informações das medidas implementadas e a implementar, visando o saneamento das desconformidades apontadas.
- Manutenção da Integração da Rede Agentes de Controle Avaliativos em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo.
- Manifestação processual acerca de procedimentos licitatórios, aquisição de bens e serviços, realização de despesas, reestruturação organizacional, com a propositura de decretos normativos de ordem administrativa, orçamentária e financeira.
- Realização de auditorias de conformidade em seis órgãos nos pontos de controle: Central de Viagens, Bens Móveis, Bens Imóveis e Almoxarifado.

- Realizada Solicitação de Proposta e de Manifestação de Interesse para a contratação de empresa de consultoria especializada visando o desenvolvimento de ferramentas de tecnologia integradas para o controle da gestão pública, em parceria com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL). A empresa foi selecionada e aguarda a formalização contratual.

6.4 Coordenadoria de Transparência e Controle Social

- Acompanhamento da designação dos novos agentes de informação pelos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.
- Capacitação dos Agentes de Informação conforme atribuições legais de acesso a informações e realização de visitas técnicas conforme a necessidade dos órgãos e entidades da administração pública para dirimir dúvidas e dificuldades.
- Alteração da legislação de acesso a informações públicas no âmbito do Poder Executivo Estadual, especialmente quanto aos procedimentos operacionais para a classificação de informações sigilosas e a constituição formal de Comitê para a gestão do Portal da Transparência Estadual.
- Estudos técnicos visando aprimorar a regulamentação da lei anticorrupção no âmbito do Poder Executivo Estadual.
- Formalização de acordos de cooperação: a) com a Controladoria Geral do Município de São Paulo para o desenvolvimento de projetos e ações objetivando contribuir na prevenção e no combate à corrupção, promoção da transparência e éticas públicas, fomento do controle social e para o fortalecimento da gestão pública; b) com o Ministério Público e a Universidade Positivo com o intuito de reforçar o controle social sobre a administração pública e fomentar a cultura da transparência no meio acadêmico.
- Cooperação com a Comissão Permanente de Prevenção e Controle Social, da Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Paraná, para realização de consulta pública acerca dos portais de transparência dos municípios e câmaras legislativas municipais visando sua adequação com os anseios da sociedade.
- Monitoramento da divulgação das informações públicas nos sítios oficiais dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta considerando a legislação de acesso a informações públicas, bem como a expedição de recomendação para as adequações quando cabíveis.

6.5 Coordenadoria de Corregedoria

- Acompanhamento dos atos relativos à instauração, ao processamento e à conclusão dos processos de sindicância e administrativos disciplinares.
- Realização de inspeções com o intuito de verificar a regularidade dos processos de sindicância e dos processos administrativos disciplinares instaurados, em andamento e concluídos, nos órgãos da Administração Pública Estadual. Os órgãos são escolhidos levando-se em conta aspectos técnicos ou naqueles em que há indícios de irregularidades denunciadas pelos cidadãos ou pela mídia.
- Elaboração de relatórios, sintéticos e analíticos, após cada inspeção, contendo as irregularidades constatadas, bem como, orientações e recomendações.
- Capacitação de Agentes de Corregedoria Setorial por meio de palestras e cursos, na modalidade presencial.
- Elaboração de materiais didáticos (apostilas, cases, dentre outros) e gravação das aulas para a oferta do curso sobre Processos de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, na modalidade à distância.
- Capacitação dos servidores dos diversos órgãos da Administração Pública Estadual que participam ou que virão a participar das Comissões de Sindicância ou de Processos Administrativos Disciplinares.
- Revisão e atualização da legislação do Manual Prático de Sindicâncias e Processos Administrativos.
- Acompanhamento do Processo que propõe mudanças no Regulamento Disciplinar do Servidor Público do Estado do Paraná.

6.6 Coordenadoria de Ouvidoria

- Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias (SIGO) - 2.687 usuários cadastrados; 79.922 atendimentos realizados pelas Ouvidorias Setoriais (janeiro a outubro), com 5.872 atendimentos efetivados pela Coordenadoria (2.523 denúncias, 1.190 solicitações, 1.399 reclamações, 86 sugestões, 47 elogios e 627 reivindicações de acesso a informação); reuniões técnicas com a CELEPAR para avaliar e discutir sugestões de melhorias no sistema.
- Capacitação e treinamento sobre atendimento de ouvidoria e funcionamento do SIGO junto as Ouvidorias Setoriais: Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Copel Telecomunicações S.A., Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), E-Paraná Comunicação, Centro Cultural Teatro Guaíra (CCTG), Secretaria de Estado da Educação (SEED), Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Secretaria de Estado do

Desenvolvimento Urbano (SEDU), Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECS) e Agência de Fomento do Paraná (FOMENTO PARANÁ). Além da capacitação para 117 usuários do SIGO da equipe de ouvidoria da SEED.

- Visitas técnicas às Ouvidorias Setoriais, com o objetivo de discutir os problemas evidenciados junto a diversos órgãos e/ou entidades estaduais.
- Atualização da Rede de Ouvidores Setoriais junto aos órgãos e entidades do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual.

Procuradoria Geral do Estado



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

7 Procuradoria Geral do Estado

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) tem sua atuação institucional pautada pela Constituição do Estado do Paraná, artigos 123 e 124, em simetria com o disposto na Constituição do Brasil, artigo 13, cabendo-lhe, principalmente, a representação judicial e extrajudicial do Estado e a consultoria jurídica do Poder Executivo, a unificação da jurisprudência administrativa do Estado, a cobrança judicial da dívida ativa do Estado e a orientação jurídica aos Municípios, em caráter complementar ou supletivo.

As ações mais relevantes na área Consultiva foram:

- Iniciativa, análise e viabilização de proposta de regulamentação da Lei n.º 13.019/2014, para dispor sobre o regime jurídico das parcerias entre a administração pública do Estado do Paraná e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades e interesse público e recíproco, que culminou na edição do Decreto n.º 3.513, de 18 de fevereiro de 2016.
- Auxílio e orientação na elaboração da proposta de anteprojeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo que culminou na edição da Lei Estadual n.º 18.777, de 11 de maio de 2016, que dispõe sobre normas para concessão de subvenções sociais pelo Estado do Paraná aos hospitais públicos ou privados filantrópicos sem fins lucrativos.
- Iniciativa, análise e viabilização de proposta de regulamentação da Lei Estadual n.º 15.608/2007 (Lei Estadual de Licitações e Contratos Administrativos) com o objetivo de padronizar e uniformizar a elaboração de termos de referência no processo de contratação de bens e serviços pela Administração Pública direta e indireta, que culminou com a edição do Decreto n.º 4.993, de 31 de agosto de 2016.
- Auxílio, orientação e participação na celebração de Termo de Ajuste de Conduta entre o Poder Executivo e o Ministério Público do Estado do Paraná (MP-PR) visando assegurar a destinação de recursos ao Fundo Estadual da Infância e da Adolescência.
- Instituição de Grupos Permanentes de Trabalho com o objetivo de agilizar, ampliar, especializar e qualificar a atuação consultiva da PGE nas áreas de maior impacto jurídico, econômico e social da ação do Poder Público, designadamente: concessões e parcerias público-privadas, legislação, mecanismos alternativos de solução de conflitos, meio ambiente, orçamento e finanças públicas, licitações e contratos administrativos, empresas estatais e domínio público.
- Publicação de súmula de uniformização da jurisprudência administrativa da PGE, conferindo transparência, confiança e segurança jurídica à atuação da

Administração Pública Estadual, mediante enunciados relativos a propostas de anteprojetos de lei, licitações e contratos administrativos.

- Análise e viabilização da contratação pelo Estado do Paraná de instituição financeira oficial para prestação de serviços financeiros com repercussão econômica favorável ao Estado da ordem de R\$ 530,0 milhões.
- Assunção da atividade de consultoria jurídica do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) relativa aos processos de lançamento de obrigações fiscais e de aplicação de penalidades decorrentes da atividade fiscalizatória daquela autarquia, conforme Decreto n.º 4.776, de 09 de agosto de 2016.

No que concerne ao âmbito do contencioso judicial, estes foram os trabalhos mais relevantes de 2016:

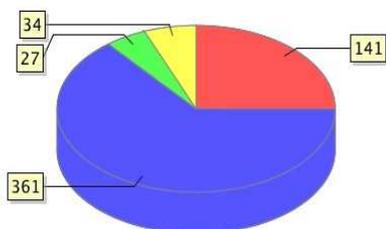
Nesta esteira, a PGE tem expandido o protesto extrajudicial da certidão de dívida ativa estadual, como forma alternativa de cobrança, com ampliação das comarcas que ratificaram o convênio firmado com o Instituto de Estudos de Títulos de Protestos do Brasil – Seção Paraná, o que importa na remessa de títulos a protesto em quase 80,0% dos municípios paranaenses.

Ao mesmo tempo, a edição da Lei n.º 18.879, de 2016, possibilitou a remessa de certidões de dívida ativa a protesto, independentemente de valor, bem como aumentou o patamar legal de ajuizamento de créditos tributários relacionados ao imposto sobre operações de circulação de mercadorias – ICMS, garantindo uma gestão mais racionalizada da cobrança judicial.

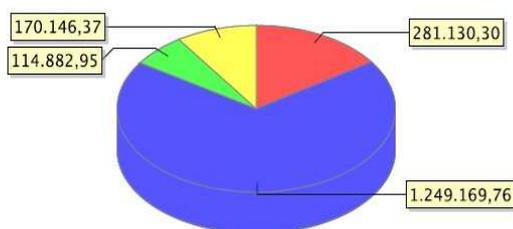
Merece destaque o resultado do protesto extrajudicial da dívida ativa no exercício de 2016, conforme fonte SIPRO:

CDAs	Quantidade	Ref. ao Total	Valores	Ref. ao Total
Total Geral	563	100,00%	R\$ 1.815.329,38	100,00%
Pago antes Protesto	34	6,04%	R\$ 170.146,37	9,37%
Protestado	361	64,12%	R\$ 1.249.169,76	68,81%
Pago após Protesto no Período	27	4,80%	R\$ 114.882,95	6,33%
Pago após Protesto Período Ant.	141	25,04%	R\$ 281.130,30	15,49%

Quantidade



Valores em R\$



● Pago após o Protesto do Período Anterior ● Protestado
● Pago após o Protesto no Período ● Pago antes do Protesto

● Pago após o Protesto do Período Anterior ● Protestado
● Pago após o Protesto no Período ● Pago antes do Protesto

A PGE tem feito um ajuizamento mais racional e eficiente na medida em que agrupa as certidões de dívida ativa do mesmo devedor, reduzindo a multiplicidade de processos contra o mesmo devedor. Com isto, o ajuizamento de execuções fiscais tem diminuído em relação aos anos anteriores:

EXERCÍCIO DE 2016	
Ações ajuizadas	3.046
Quantidade de CDAs	14.445
Valor ajuizado	R\$ 2.095.336.668,43

FONTE: SISPRO

Dentre as ações judiciais propostas para a recuperação do crédito público merecem destaque: a) Autos n.º 0003517-32.2015.8.16.0045, Cautelar Fiscal, no valor de R\$ 46,0 milhões; b) Autos n.º 0001933-84.2016.8.16.0047, Cautelar Fiscal, no valor: R\$ 76,0 milhões; c) Autos n.º 0002314-70.2016.8.16.0119, no valor de R\$ 43,0 milhões.

No que concerne ao contencioso fiscal, devem ser destacadas as seguintes demandas judiciais: a) ACO n.º 2866 - STF; b) ADPF n.º 427 - STF; c) *Amicus curiae* na ADC n.º 46.

Em relação ao contencioso judicial e em razão da repercussão econômica e financeira das ações coletivas e individuais que tratam da inconstitucionalidade da Lei n.º 18.370/2014, que estabeleceu a incidência da contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas do Estado do Paraná, que têm por objetivo isentar a contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas, e poderia causar um grave risco e desequilíbrio para o sistema previdenciário do Estado do Paraná, é que foram listadas as causas de maior relevância na Procuradoria Previdenciária Funcional em 2016, sendo que tanto no âmbito do Tribunal de Justiça (Órgão Especial) como nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais foi reconhecida a constitucionalidade da lei e a legalidade da cobrança da contribuição previdenciária. São elas:

- Recurso Especial 1.388.000/PR - julgado em Recurso Repetitivo, no qual o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a prescrição da execução em ação civil pública proposta pelo Ministério Público em face do Estado do Paraná, afastando a propositura de centenas de pedidos.
- 5001463-94.2016.4.04.7011 - ação regressiva movida pelo município de Paranaíba em que a municipalidade requer o ressarcimento de todos os valores gastos com a aquisição de medicamentos decorrente de decisões judiciais; sua relevância extrapola o valor da causa, devido ao potencial efeito multiplicador.
- 50191623420164047000 - ação em que a União Geral dos Trabalhadores do Estado do Paraná (UGT-PR) postula que a União e o Estado do Paraná custeiem o fornecimento da vacina H1N1 aos trabalhadores representados pela entidade sindical UGT-PR.

- 0002220-16.2015.8.16.0004 - ação civil pública movida pela Defensoria Pública Estadual visando evitar a paralisação do Hospital Evangélico sob pena de incidência de multa ao Estado no importe de R\$ 5,0 milhões, além da condenação em danos individuais homogêneos morais e materiais.
- 5027103-74.2012.4.04.7000 - ação civil pública em que a Defensoria Pública da União requer a implantação dos serviços residenciais terapêuticos no Estado do Paraná a fim de abrigar os egressos do sistema Prisional do Estado portadores de doenças mentais que necessitam de tratamento médico.
- 50048356020114047000 - ação civil pública em que os Ministérios Públicos Federal e Estadual requerem a elaboração de programa de assistência farmacêutica, a incorporação e o fornecimento de diversos medicamentos (em especial o Brometo de Tiotrópio) aos usuários do Sistema Único de Saúde portadores de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC).

Além das ações citadas, são muito relevantes às ações individuais em que se postula o fornecimento de medicamentos oncológicos, cujo custo do tratamento anual, no mais das vezes, supera R\$ 150,0 mil. A título de exemplo podem ser citadas as ações n.º 0005284-34.2015.8.16.0004, n.º 0006455-89.2016.8.16.0004.

- Ação coletiva n.º 0194200-16.1989.5.09.0002 e execuções individuais dela decorrentes - atendidas pelo Grupo de Trabalho criado pela Portaria Conjunta 01/2016 - CRE/CGTI/CJUD, vinculado à PRT. Estima-se que há cerca de 600 execuções individuais tramitando no Estado, e este número pode ultrapassar 35.000. O valor dos cálculos realizados na liquidação coletiva ultrapassa os R\$ 520,0 milhões. A PGE está discutindo os critérios de cálculo, o que pode resultar em significativa redução deste valor. Para discussão do mérito (critério de cálculo) de forma coletiva, que resultaria a revisão de todos os cálculos, foi proposto pela PGE, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) 001400-19.2016.5.09.0000 (o cabimento do incidente está sendo discutido em agravo interno). Em 25 de outubro, no Conflito de Competência 0001906-92.2016.5.09.0000, a PGE obteve tutela cautelar determinando a suspensão de todas as execuções.
- Reclamatória trabalhista n.º 33667-2015-003-09-00-3 - importante pela tese inovatória, buscando a responsabilidade subsidiária do Estado do Paraná em casos de trabalho de presos que cumprem regime semiaberto, monitorados nos canteiros de trabalho de empresas particulares.
- Inquérito civil público n.º 000950.2016.09.000/8 - o Ministério Público do Trabalho (MPT) expediu uma Notificação Recomendatória para que o Estado do Paraná disponibilizasse a todos os policiais civis e militares coletes à prova de balas, com nível de proteção adequado. A SESP já promoveu a entrega do primeiro lote

de coletes. O MPT aguarda informações da SESP de quando será finalizada a entrega dos 7.796 coletes balísticos.

- Ação Civil Pública n.º 0010885-92.2016.5.09.0016 - Ministério Público do Trabalho-Procuradoria Regional do Trabalho da 9.ª Região x Estado do Paraná-Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, visando obrigar o Estado cumprir as obrigações relacionadas, a serem implementadas em todas as Unidades Prisionais Penais do Estado do Paraná – contestação apresentada, aguarda audiência de instrução.
- Mandado de Segurança n.º 0011321-73.2016.5.09.0041 - FENALE e outro x Mesa Diretora da Assembleia Legislativa e outro, visando contribuição sindical, sentença de extinção do processo sem julgamento do mérito, aguardando julgamento do recurso ordinário.
- 1.265.328-6 - ação rescisória proposta no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) pelo Estado do Paraná em face do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (SINDIJUS), para desconstituir decisão judicial que estendeu reajuste anual setorial a todos os servidores do Poder Judiciário. Economia ao erário estimada em caso de procedência: entre R\$ 25,0 bilhões e R\$ 50,0 bilhões.
- 0001566-59.2015.8.16.0188 - ação civil pública proposta pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, fundada na alegação de que o Estado do Paraná estaria sendo omissa no cumprimento de obrigações constitucionais atinentes à educação básica, porquanto não estaria fornecendo material escolar (mochilas, cadernos, lápis, canetas, uniformes, sapatos) e transporte aos alunos da rede estadual de ensino. Impacto financeiro negativo estimado em caso de procedência superior a R\$ 1,5 bilhão.
- 7840-43.2014.8.16.0004 - Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas (AMAI) x Estado do Paraná - execução de R\$ 38,0 milhões referentes ao pagamento de salário-família a policiais militares, que foi cortado entre 1999 e 2000. Economia ao erário estimada em caso de procedência: em torno de R\$ 34,8 milhões se não prevalecer a tese do Estado do Paraná de prescrição.
- Vários processos em que se pede indenização pelos fatos ocorridos no Centro Cívico no dia 29 de abril, ajuizados nas Varas da Fazenda Pública e Juizados Especiais.
- Ainda não foram julgadas e são ações que podem acarretar condenações milionárias do Estado as duas desapropriações por interesse do TJPR: 0002990-14.2012.8.16.0004 da 1.ª Vara da Fazenda – Edifício Essenfelder e 0008739-75.2013.8.16.0004 da 2.ª Vara da Fazenda – quadra na frente do Edifício Essenfelder.

Cabe, também, destacar o trabalho realizado pelas Procuradorias Regionais do Estado. Sendo destacados a seguir, alguns dos muitos casos relevantes:

- Procuradoria Regional de Apucarana - Desapropriação n.º 0001579-68.2016.8.16.0044 – 1.ª Vara da Fazenda Pública de Apucarana; ações de reintegrações de posse das escolas estaduais ocupadas por alunos: a) reintegrações de posse perante a 1.ª Vara da Fazenda de Apucarana, sob o n.º 0012059-08.2016.8.16.0044 e n.º 0012524-17.2016.8.16.0044, em ambas foi concedida liminar de reintegração de posse; b) reintegração de posse perante a Vara da Fazenda de Faxinal, sob o n.º 0002193-59.2016.8.16.0081, ação sem liminar, mas com acordo de desocupação voluntária firmado em audiência; c) reintegração de posse perante a Vara da Fazenda de Marilândia do Sul, sob o n.º 0001898-20.2016.8.16.0114, com liminar concedida; d) reintegração de posse perante a Vara da Fazenda de Grandes Rios, sob o n.º 0001029-47.2016.8.16.0085, ação sem liminar, e, tendo em vista a desocupação voluntária das escolas, foi feito pedido de conversão em interdito proibitório; e) reintegração de posse perante a Vara da Fazenda de Ivaiporã, sob o n.º 0005729-30.2016.8.16.0097, com liminar concedida; f) reintegração de posse perante a Vara da Fazenda de São João do Ivaí, sob o n.º 0001778-45.2016.8.16.0156, com liminar concedida.
- Procuradoria Regional de Campo Mourão - cumprimento de sentença na Vara Federal sob n.º 5004067-70.2012.4.04.7010, em que é cobrado o ressarcimento, pela União, dos valores despendidos para a aquisição de medicamento. Trata-se de R\$ 48.078,88, o que permitirá a expedição de Requisição de Pequeno Valor (RPV) em favor do Estado. Segundo o Departamento de Assistência Farmacêutica (DEAF), trata-se de um *leading case*, pois não há informação em outros processos de ressarcimento judicial, somente há casos de ressarcimento administrativo. Sobre reintegrações de posse de escolas estaduais, no âmbito da Regional eram 34 as escolas invadidas. Foi ajuizada uma ação de interdito proibitório e 20 ações de reintegração de posse, abrangendo 26 escolas, com obtenção de 16 liminares. Encerrou-se o ajuizamento das ações, posto que não há mais escolas invadidas sem ações incidentes.
- Procuradoria Regional Cornélio Procopio - suspensão de liminar (TUSD) - suspensão n.º 1.561.894-5 referente aos autos n.º 0003430-49.2016.8.16.0075 (valor da causa: R\$ 50,0 mil); ação declaratória de nulidade de ato administrativo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Autos n.º 0004069-67.2016.8.16.0075; ação cautelar fiscal Autos n.º 0001933-84.2016.8.16.0047 (Valor da causa: R\$ 75, 8 milhões).
- Procuradoria Regional Guarapuava - com relação às ocupações dos colégios estaduais, a Regional propôs 15 ações de reintegração de posse, obtendo

liminares em todas, e quatro ações de interdito proibitório, sendo duas com liminares já deferidas.

- Procuradoria Regional Maringá - Autos n.º 0004987-17.2016.8.16.0190, em trâmite na 1.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Maringá, de Ação Ordinária ajuizada pelo Sindicato dos Servidores da Secretaria da Fazenda e Coordenação da Receita do Estado do Paraná (SINDIFAZCRE-PR) contra o Estado do Paraná. Em relação ao Núcleo de Grandes Devedores (NGD): a) trabalho desenvolvido em conjunto com a Delegacia da Receita Estadual de Maringá (9.ªDRR), com comunicações de dados e informações relevantes, relativamente às empresas (em torno de 30) que compõem o NGD; b) penhoras de créditos das empresas devedoras, decorrentes de vendas efetuadas por estas a seus compradores (intimação dos compradores, para depósito de parte do valor da operação) - realizado com informações subsidiadas pela 9.ªDRR; c) início de cumprimento de sentença de Ação Declaratória de Grupo Econômico, com penhora de veículos e bens imóveis (estes em valor estimado de R\$ 10,0 milhões), empresa DISMAR - Distribuidora Maringá de Eletrodomésticos Ltda.
- Procuradoria Regional de Paranavaí - Ação declaratória n.º 0002314-70.2016.8.16.0119; Reintegração de Posse n.º 0004389-27.2016.8.16.0105, n.º 0005288-80.2016.8.16.0119, n.º 0002388-03.2016.8.16.0127, n.º 0001946-04.2016.8.16.0041, n.º 0003106-74.2016.8.16.0167, n.º 0016829-77.2016.8.16.0130 e n.º 0017339-90.2016.8.16.0130 - respectivamente, comarcas de Loanda, Nova Esperança, Paraíso do Norte, Alto Paraná, Terra Rica e Paranavaí - síntese do pedido da ação e da decisão judicial favorável: ações de reintegração de posse com liminares deferidas para desocupação de escolas invadidas por estudantes.
- Procuradoria Regional Ponta Grossa – suspensões de liminares n.º 1.557.762-9, 1.588.309-5, 1.576.271-5 e 1.581.382-6 - ações civis públicas de Telêmaco Borba - deferidas e suspensas 32 liminares proferidas; suspensão de liminar 1.559.307-6 - ação civil pública de interdição parcial do CENSE Ponta Grossa.
- Procuradoria Regional de Pato Branco - ações na Comarca de Palmas: 0000079-46.2001.8.16.0123, 0002219-67.2012.8.16.0123 e 0000395-49.2007.8.16.0123; as outras ações foram movidas pelos expropriados em face do Estado (0002219-67.2012.8.16.0123 e 0000395-49.2007.8.16.0123), nas quais pleiteiam indenização pelo tempo que ficaram sem a posse das terras.
- Procuradoria Regional de Paranaguá – agravo de Instrumento na Execução Fiscal n.º 0000058-24.1998.8.16.0043, referente a uma dívida superior a R\$2,0 milhões; atuação do Estado do Paraná na Ação de Manutenção de Posse n.º 0004933-40.2016.8.16.0129, proposta pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA); processo n.º 0000002-19.1982.8.16.0118, houve diversos levantamentos de valores referentes a precatório expedido e pago no referido

processo, utilizados para o pagamento de Termos de Acordo de Parcelamento, totalizando R\$ 1.308.018,06 direcionados à conta do Estado do Paraná.

- Procuradoria Regional de Umuarama - Execução Fiscal n.º 433.16.2015.8.16.0133 e diversas outras - trata-se de um dos maiores devedores do Estado do Paraná, cuja dívida importa a cifra de R\$ 80.539.845,26 Autos n.º 0004708-86.2015.8.16.0086 - Comarca de Guaíra. Nesse caso, cujas Alegações Finais foram apresentadas em junho, o Judiciário reconheceu a impossibilidade de equiparação entre Auxiliares de Carceragem e Agentes Penitenciários.
- Procuradoria Regional União da Vitória – Autos n.º 1308-19.2000.8.16.0174 Foro 1.ª Vara Cível de União da Vitória, valor da Causa - R\$ 23.000.000,00; Autos n.º 3289-77.2013.8.16.015 Foro Vara Cível de São Mateus do Sul, valor da Causa - R\$ 6.004.436,99; Autos n.º 790-91.2011.8.16.0158 Foro Vara Cível de São Mateus do Sul, valor da causa: R\$ 3.013.156,00.

Foram interpostos importantes recursos pela Coordenadoria de Recursos da PGE, pode-se mencionar, como exemplo, o Recurso Especial n.º 942.524-3/01 (0007190-24.2005.8.16.0129) - que versa sobre uma revisão de coisa julgada (erro material havido no cálculo da indenização por ocasião da perícia nos autos de indenização por desapropriação indireta contra o DER/PR). No Recurso Especial, datado de junho de 2013, foi requerida Medida Cautelar para agregar efeito suspensivo ao Recurso Especial em outubro de 2014; o Recurso Especial foi admitido e autuado no STJ em Abril de 2015, mas ainda não foi julgado. Na ocasião em que a medida cautelar foi requerida, a economia estimada para os cofres públicos do Estado do Paraná era de R\$ 41,0 milhões.

Secretaria da Administração e da Previdência



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

8 Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), como órgão de primeiro nível hierárquico, de natureza instrumental, tem por finalidade a execução de políticas, o planejamento, o comando, a execução, o controle e a orientação normativa dos Sistemas de Administração Geral, de Recursos Humanos, de Assistência à Saúde dos Servidores, de Políticas de Seguridade Funcional.

Atua na gestão: de pessoas; do transporte oficial; do patrimônio estadual; de compras; de serviços; de segurança e saúde ocupacional e da política de desenvolvimento de competências.

Merece destaque o novo Regulamento da Secretaria (Decreto n.º 4.289, publicado em 03 de junho de 2016) que incorporou os avanços implantados desde a edição do antigo, em 1987.

Desenvolveu, por meio de suas unidades e de suas entidades vinculadas, o Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP); a Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR) e o Serviço Social Autônomo PARANAPREVIDÊNCIA, as seguintes atividades:

8.1 Recursos Humanos

O Departamento de Recursos Humanos (DRH) é responsável pela gestão de pessoas por meio de políticas e práticas que contemplam desde a seleção de recursos humanos, o planejamento, a estruturação de carreiras, a produção de dados estratégicos para subsidiar a tomada de decisões e ações na área, o processamento e gerenciamento da folha de pagamento e dos dados cadastrais e funcionais dos servidores ativos dos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.

Tem suas competências definidas pelo art. 22 do Decreto n.º 4.289/2016 e sua estrutura atual é composta pela assessoria técnica e cinco áreas gerenciais: RH Informações (RHI); Divisão de Cargos e Salários (DCSA); Divisão de Cadastro de Recursos Humanos (DCRH); Divisão de Recrutamento e Seleção de Recursos Humanos (DSRH); Central de Estágio (CE).

Principais realizações:

- Assessoria Técnica e Coordenação das Unidades de Recursos Humanos - elaboração de Projeto de Lei, em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda, a fim de instituir o regime de compensação de horas para os servidores da Administração Direta, Autárquica e de Regime Especial do Poder Executivo do Estado do Paraná; elaboração de Minuta de Resolução, em conjunto com o Departamento de Seguridade Funcional e PARANAPREVIDÊNCIA, que resultou

na Resolução nº 4825, de 16/03/2016, com o objetivo de traçar procedimentos para trâmite de processos de aposentadorias compulsórias de servidores, que a partir da publicação da Lei Complementar Federal n.º 152, de 03/12/2015, a compulsoriedade passou de 70 para 75 anos de idade; participação em grupo de trabalho instituído pela Resolução Conjunta SEAP/SEFA n.º 11, de 01/03/2016, que visa disciplinar e implementar os procedimentos destinados à segregação da folha dos órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e de Regime Especial, processados pelo Sistema RH-Paraná/Meta4; elaboração de minuta de Decreto que dispõe sobre os procedimentos para devolução de valores indevidamente recebidos por servidor ou ex-servidor da Administração Pública Direta, Autárquica e de Órgãos de Regime Especial do Poder Executivo Estadual, resultando na edição do Decreto n.º 5492, de 10/11/2016; realização de estudos com o propósito de estabelecer procedimentos operacionais e computacionais necessários e análise dos impactos nas rotinas operacionais da gestão de recursos humanos (RH) na Folha de Pagamento (Meta4 e SIP) e nos sistemas de informações funcionais Relatório do Histórico Funcional (RHC) e dossiê para atender o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial); participação na reformulação do novo Portal da Transparência no que se refere ao conteúdo e critérios para publicação das informações relativas a pessoal detentores de cargo ou função pública do Poder Executivo do Estado; controle do ressarcimento de valores referentes às disposições funcionais de servidores.

- RH Informações (RHI) - realização de estudos de impacto financeiro na folha de pagamento; elaboração de nota técnica de gestão de recursos humanos para a Secretaria do Tesouro Nacional; gerenciamento do sistema de informações de recursos humanos, com potencial informacional para acompanhar os principais indicadores de gestão, desenvolvido na plataforma de business intelligence (software qlickview); prestação de informação técnica de despesas com pessoal para subsidiar a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) do Poder Executivo; prestação de informação técnica de Despesas com Pessoal para subsidiar análise da prestação de contas do Governo do Estado; avaliação de demandas e emissão de informação técnica quantitativa e qualitativa referente à despesa de pessoal para os órgãos do Poder Executivo; gerenciamento do sistema de declaração de bens; à emissão de relatórios diversos; realização de estudos de impacto financeiro na folha de pagamento, com a aplicação do índice inflacionário para a Revisão Geral Anual.
- Divisão de Recrutamento e Seleção de Pessoal (DSRH) - conclusão do Termo de Referência do Plano de Dimensionamento da Força de Trabalho visando à contratação de consultoria com recursos do Banco Mundial; abertura de concurso

público para provimento de 969 cargos do Quadro Próprio dos Servidores da Saúde (QPPS) para atendimento de demanda de pessoal da Secretaria da Saúde; efetivação de 468 nomeações de concursos públicos (SEED - 298 QPM/Professor; SEIL/PRED - 11 QPPE/Ag. Profissional/Engenheiro Civil; SESP - 16 QPPE/Agente Penitenciário; EMATER - 143 QPEM/Aper e Ater) e do cumprimento de determinações judiciais referentes a diversos concursos públicos, resultando em 41 nomeações com caráter provisório ou definitivo.

- Divisão de Cadastro de Recursos Humanos (DCRH) - geração de 76 folhas de pagamentos; implantação de 1.158 pagamentos de auxílio-funeral; implantação de 192 pagamentos de Pensões Especiais; finalização da Atualização Tecnológica do Sistema de Gestão de RH (Meta4), com a implantação do novo motor da Folha de Pagamento (PeopleNet); elaboração do Contrato de Prestação e Avenças n.º 003/2016 - SEFA, nos anexos referentes a Folha de Pagamento; atendimento à demanda do Tribunal de Contas para Cadastramento de Vantagens; participação no Grupo de Trabalho para um novo modelo de folha que permita a segregação de órgãos na folha de pagamento; implantação na folha de pagamento dos créditos parcelados de ações judiciais (Lei n.º 18.664/2015); análise e geração de 4.930 novas aposentadorias/reservas remuneradas e 1.216 novas concessões de abono de permanência; análise de 37.076 processos de aposentadoria, contagem de tempo, abono, acervo, revisões de proventos, entre outros.
- Divisão de Cargos e Salários (DCSA): aplicação da Lei n.º 18.493/2015 (Reajuste Geral Anual) que estabeleceu para 2016, revisão em percentual equivalente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado entre janeiro e dezembro de 2015. O índice aplicado foi de 10,7% nas tabelas de vencimento básico ou de subsídio das carreiras estatutárias civis e militares do Poder Executivo do Estado do Paraná. A Resolução n.º 4279/2016 publicou as tabelas de vencimentos; elaboração de Minuta de Decreto de reajuste do auxílio-transporte, com índices de 8,2% (IPCA acumulado de maio de 2014 a abril de 2015) e 9,3% (IPCA acumulado de maio de 2015 a abril de 2016); elaboração de proposta para implantação dos novos valores do Piso Salarial do Estado do Paraná; regulamentação dos processos de promoção e progressão do Quadro Próprio do Departamento de Trânsito (QPDE) mediante a edição das Resoluções Conjuntas SEAP/DETRAN n.º 002 e n.º 003; análise e elaboração dos perfis profissiográficos do QPDE, publicados mediante a Resolução Conjunta SEAP/DETRAN n.º 001; análise da proposta para alterações das Leis n.º 14.832/05, n.º 16.536/10 e n.º 17.451/12 e Decreto n.º 4.427 (alteração do Quadro Próprio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER); análise e auxílio para a elaboração de perfis profissiográficos do

Quadro Próprio dos Peritos Oficiais (QPPO); elaboração e publicação de perfis profissiográficos das funções dos cargos de Promotor de Saúde Fundamental, Promotor de Saúde Execução e Promotor de Saúde Profissional, do Quadro Próprio dos Servidores da Saúde (QPSS), no Diário Oficial 29/06/2016, pela Resolução Conjunta SEAP/SESA n.º 10; análise e encaminhamentos para a concessão do desenvolvimento nas carreiras - QPSS-Promoção e Progressão (aguardam a concessão cerca de 1.841 servidores); análise e encaminhamentos para a concessão do desenvolvimento nas carreiras QPPE Promoção, Progressão por Titulação e Progressão por Antiguidade (aguardam a concessão cerca de 1.956 servidores); proposta de adequação da Lei n.º 13.666/2002, em tramitação; elaboração de minutas de atos para cumprimento de determinações judiciais, orientações e subsídios à defesa relacionados a processos judiciais.

- Central de Estágio (CE): acompanhamento do sistema Gerenciador de Estágio, que tem como principal objetivo o apoio técnico aos órgãos da Administração Direta, Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Instituições Estaduais de Ensino Superior e 07 Empresas de Economia Mista do Poder Executivo do Estado do Paraná; elaboração de Resolução Conjunta SEAP/SEFA/SEPL, com o objetivo de fixar o número de vagas para o estágio não obrigatório em 6,0% sobre o número total de servidores ativos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, estando em vigência a Resolução Conjunta SEAP/SEFA n.º 012/2016; elaboração de protocolo com informações técnicas, orçamentárias e do número total de estagiários para realização de procedimento licitatório que tem como objeto a contratação de seguro de vida em favor dos 5.880 estagiários remunerados; apoio técnico, administrativo e o gerenciamento das ações e instâncias que envolvam seleção, contratação, atendimento e apoio aos estagiários.

8.2 Saúde do Servidor

O Departamento de Assistência à Saúde (DAS) é responsável pela gestão do Sistema de Atendimento à Saúde ao Servidor (SAS), pela promoção de estudos de aprimoramento da qualidade da atenção à saúde e o acompanhamento do desempenho dos mecanismos de controle da prestação de serviços contratados. Atua no interior do Estado em 15 macrorregiões com hospitais contratados para atendimento médico e ambulatorial aos servidores e seus dependentes.

Principais ações:

- Cartão Vida Paraná - cartão multifuncional de identificação do usuário do Sistema de Assistência à Saúde. Alinha a tecnologia da informação à política de atenção à saúde para a melhoria contínua do processo de informações gerenciais com a

facilidade do acesso direto do usuário à rede do SAS, além de melhorar os canais de comunicação e de garantir maior agilidade no atendimento e nos exames complementares.

- Ampliação do SAS - ampliação da capilaridade da rede assistencial por meio de disponibilização de serviços básicos em um maior número de municípios no Estado, sendo disponibilizados 43 pontos de atendimento de janeiro a outubro.
- Integração dos Núcleos do SAS com as Juntas de Inspeção e Perícia Médica do Estado - componente do Projeto de Interiorização da Administração, que visa qualificar o atendimento aos servidores do Estado. Principais ações: a) intensificar o relacionamento interpessoal com os funcionários da SEAP lotados na Capital; b) desenvolver ações que visem economicidade e eficiência na prestação de serviços; c) unificar os atendimentos aos servidores em cada região; d) promover ações que resultem em melhor qualidade de serviços.
- Reorganização do SAS - instituído Grupo Permanente de Trabalho (Decreto n.º 11.144/2014) com o objetivo de desenvolver estudos sobre o Sistema de Assistência à Saúde. Encontra-se em fase de licitação a contratação de consultoria especializada para elaboração de modelos alternativos de gestão.
- Produtividade do SAS - representada, até setembro, por 391.507 beneficiários (titulares e dependentes), 718.515 atendimentos de 391.246 beneficiários, 476.101 consultas médicas realizadas, 1.024.828 procedimentos diagnósticos e cirúrgicos e 64.387 diárias hospitalares.

8.3 Segurança e Saúde Ocupacional

A Coordenadoria de Segurança e Saúde Ocupacional (CSO) foi instituída pelo Decreto n.º 4289/2016 como unidade do nível de execução programática da SEAP e seu âmbito de atuação compreendem ações para formular, coordenar e normatizar as atividades destinadas à avaliação de saúde e do ambiente de trabalho dos servidores públicos estaduais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo regido pela Lei n.º 6.174/1970, aos contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pelo Regime Especial com a finalidade de prevenir e promover a saúde individual ou coletiva do servidor que durante o exercício de suas atividades possam ser acometidos de riscos ocupacionais.

Principais realizações:

- Elaboração do Regimento Interno da Coordenadoria de Segurança e Saúde Ocupacional, aprovado pela Resolução n.º 7.268/2016-SEAP.
- Modernização do FAQ - perguntas e respostas mais frequentes em formato audiovisual, o FAQ da perícia possui 98.000 acessos acumulados desde sua implantação, em março de 2015.

- Implantação de sistema informatizado de emissão e homologação de laudos periciais em 14 das 17 Juntas do Interior do Estado, visando agilidade e economia de recursos financeiros ao Estado e otimização dos recursos humanos das perícias.

8.4 Seguridade Funcional

O Departamento de Seguridade Funcional (DSF) é responsável pela avaliação do desempenho das metas estabelecidas no Contrato de Gestão com o Serviço Social Autônomo PARANAPREVIDÊNCIA, propondo, se necessário, ajustes e análise de concessão de benefícios de abono de permanência.

Principais realizações:

- Participação no Grupo de Trabalho para a regulamentação da Aposentadoria Especial (em andamento); e no grupo de trabalho para instituição de documento hábil e específico destinado ao recolhimento direto aos Fundos Financeiro, Militar e Previdenciário das contribuições relativas ao Regime de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS), tanto da parte patronal quanto da parte dos servidores, com a identificação do órgão/secretaria, dos Fundos, do servidor e da base de cálculo das contribuições (contribuição patronal e servidor).
- Apoio na revisão do Estatuto do PARANAPREVIDÊNCIA (em andamento), para adequação das alterações introduzidas pelas Leis Estaduais n.º 18.370/2014 e n.º 18.469/2015, pelo disposto no item V, do artigo 7.º, da Lei n.º 12.398/1998.
- Assessoramento ao Gabinete nas reuniões realizadas com o Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos, bem como de entidades associativas representativas de outras categorias do funcionalismo.
- Tratativas com representantes dos Outros Poderes em relação às definições de caráter previdenciário, incluindo a discussão de minutas de projetos de lei.

8.5 Capacitação Estratégica dos Quadros Públicos

A Escola de Gestão do Paraná (EG) tornou-se unidade programática, a partir da publicação do novo Regulamento da SEAP. É responsável pelo desenvolvimento de competências essenciais de gestão pública, alinhada à agenda estratégica de Estado e de Governo, visando serviços de qualidade e resultados sociais. Voltada à educação estratégica dos quadros públicos do Estado e dos municípios paranaenses, congrega, integra e articula as ações dos centros de formação e desenvolvimento, órgãos e entidades da administração pública do Poder Executivo Estadual.

Principais realizações:

- Programa de Aprendizagem para Resultados - desenvolvido com a consultoria do Instituto Publix e financiamento do Banco Mundial, é composto por 11 trilhas de desenvolvimento para o aprendiz. Para cada Trilha está previsto um conjunto de cursos, seminários e workshops, nas modalidades presencial e a distância, elencados com base num diagnóstico de competências essenciais de gestão pública, a serem desenvolvidos na administração estadual. Iniciado em julho, foram capacitados 7.800 agentes públicos (até outubro), sendo 84,0% na modalidade presencial e 16,0% a distância. No mesmo período foram realizados 28 seminários, com abordagem de temas estratégicos à gestão estadual.
- Observatório de Inovação em Gestão Pública no Paraná - espaço virtual, para o compartilhamento de boas práticas e produções acadêmicas dos servidores públicos municipais e estaduais na área de gestão pública, que visa a melhoria do desempenho organizacional, por meio do estímulo à criação e disseminação de experiências exitosas com resultados efetivos, passíveis de replicação em instituições públicas. Implantado em maio, foram cadastradas 41 boas práticas e 110 trabalhos acadêmicos (até novembro).
- Revista Inovação em Gestão Pública no Paraná - com periodicidade trimestral, apresenta uma coletânea de boas práticas e produções acadêmicas de agentes públicos municipais e estaduais, que refletem em suas iniciativas, selecionadas a partir do Observatório de Inovação em Gestão Pública no Paraná, o compromisso com a prestação de serviço público de qualidade. Foram publicadas duas edições, uma em setembro e outra em dezembro, no formato online e impresso, com a publicização de 10 trabalhos acadêmicos e 21 boas práticas selecionadas.

8.6 Gestão do Transporte Oficial

O Departamento de Gestão de Transporte Oficial (DETO) é responsável pela gestão do transporte oficial, normatização do uso dos veículos da frota oficial do Poder Executivo Estadual e da Central de Viagens com abrangência em toda a administração direta e autárquica. O Estado conta com uma frota aproximada de 15.500 veículos distribuídos nos 399 municípios.

As atividades realizadas focaram na melhoria dos padrões de controle, eficiência e redução de custos, destacando-se:

- Gestão do Abastecimento - conta com 1.231 postos credenciados em 350 municípios mediante cartão de abastecimento; possui controle informatizado do abastecimento de combustíveis; possibilita gerenciamento individualizado dos veículos; conta com 1.562 gestores e fiscais do contrato capacitados (622

receberam treinamentos em 2016), 67 órgãos integrados e 15.524 veículos e equipamentos ativos no sistema de abastecimento.

- Manutenção Veicular - opera, desde 27/01/2015, com a contratação de uma empresa para gestão da frota, que cadastrou 666 prestadores de serviço e atua com a realização de pelo menos três orçamentos. O processo é submetido a auditorias e, por meio de um sistema informatizado, permite controle e consulta online. O sistema possibilita monitoramento mensal de indicadores da frota e por veículo, tendo sido inventariados 13.800 veículos, aproximadamente 86,0% da frota usuária do sistema de manutenção (com foto) e previsto recadastramento anual da frota. Dados preliminares apontam para uma economia média da ordem de 21,2%, em comparação com os últimos 12 meses de utilização do modelo Sistema de Manutenção Veicular (SMV), até 27/01/2015, com 37 empresas contratadas em polos regionais.
- Gestão da Frota - aplicação de políticas públicas com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) na realização de estudo de modelo ideal para dimensionamento, composição e gestão da frota de veículos oficiais do Estado do Paraná.
- Central de Viagens - implantação de novas funcionalidades (consistência de CPF na inclusão do cadastro, alterações no cadastro de funcionários, validação para inclusão de novos cartões com bloqueio de recorrências com o mesmo numeral, dentre outras) visando a melhoria de processos e correção de inconsistências; utilização do Business Intelligence (BI) como instrumento gerencial e integração com os sistemas orçamentário e financeiro da Secretaria de Estado da Fazenda. Merece destaque a atualização das normas de deslocamento de servidores (Decreto n.º 5.453/2016).

8.7 Gestão de Compras

O Departamento de Administração de Material (DEAM) é responsável pela realização de procedimentos licitatórios, para Registro de Preços de bens e contratação de serviços comuns e certames específicos para órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

Tem como atribuição complementar, o gerenciamento do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), compreendendo os módulos: cadastro de fornecedores, catálogo de itens, fase interna e externa de procedimento licitatório, almoxarifado e contratos.

8.7.1 Licitação - Fase Interna e Externa

O DEAM atua com modelo diferenciado de instrução processual, que impacta diretamente na condução dos procedimentos licitatórios e no tempo de tramitação dos processos. Nesse sentido, foram efetuadas as seguintes melhorias buscando reduzir a lacuna temporal dos processos de licitação:

ÁREA	AÇÃO	MELHORIA
Documentador	Utilização da ferramenta Documentador, que permite o preenchimento automatizado dos campos variáveis, dos editais de licitação padrão e dos termos de referência.	1. permite a eliminação dos erros formais de preenchimento. 2. a redução da lacuna temporal dispensada para a instrução da fase interna do certame. 3. agilidade na análise jurídica dos editais.
Business Intelligence (BI)	Utilização da solução BI para estruturar o banco de dados do Sistema GMS, referente a licitações conduzidas pelos órgãos/entidades usuários do sistema.	1. coletar, organizar, analisar, compartilhar e monitorar os dados referente a fase interna e externa dos processos de licitação. 2. subsidiar a tomada de decisão e o planejamento estratégico das áreas de compras/serviços.

8.7.2 Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS)

Implementações realizadas:

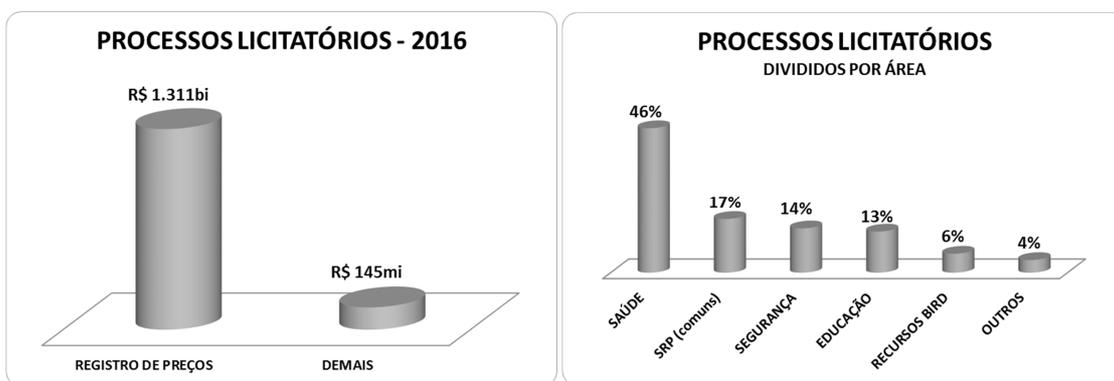
- Catalogação - atualização da descrição dos itens catalogados; melhoria de rotinas para facilitar o trabalho de catalogação pelos órgãos/entidades demandantes; manutenção/revisão permanente do catálogo geral de itens, que conta com aproximadamente 27.000 itens registrados.
- Cadastro Unificado de Fornecedores - implementação da função de autenticação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), documento utilizado como comprovante da regularidade fiscal, trabalhista e como condição de pagamento na aquisição de bens e na contratação de serviços, pela Administração. Conta com 7.296 empresas cadastradas, em situação regular.
- Licitação (Fase Interna e Externa) - adaptação do Sistema referente a geração das remessas de dados ao Sistema Estadual de Informação e Captação Eletrônica de Dados (SEI/CED), frente aos novos layouts instituídos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR); automatização da rotina para análise e aprovação das previsões de consumo, dos processos de registro de preços, pelos gestores e ordenadores de despesa dos órgãos/entidades participantes, extinguindo a emissão de relatórios e reduzindo o tempo de realização da pesquisa de interesse, impactando diretamente no tempo de execução dos processos; redesenhada a rotina de previsão de consumo e a pesquisa de preços/cotações; disponibilizadas, em janeiro, rotinas que prevêm tratamento diferenciado às empresas classificadas como Micro e Pequena Empresa (ME/EPP), em cumprimento ao Decreto Estadual n.º 2.474/2015; reformulação da Ata de Registro de Preços, contemplando diversas modalidades de tal do

documento; rotina de renegociação de itens, permitindo maior transparência aos órgãos/entidades participantes; iniciada a homologação da rotina que permitirá a integração entre o Sistema GMS e o Licitações-E do Banco do Brasil, utilizada para a execução dos pregões eletrônicos no âmbito do Poder Executivo do Estado do Paraná.

- Almojarifado - efetuada a separação do módulo de almojarifado, em servidor próprio, buscando a melhoria de performance do Sistema.

8.7.3 Dados Gerenciais

Processos licitatórios realizados até novembro:

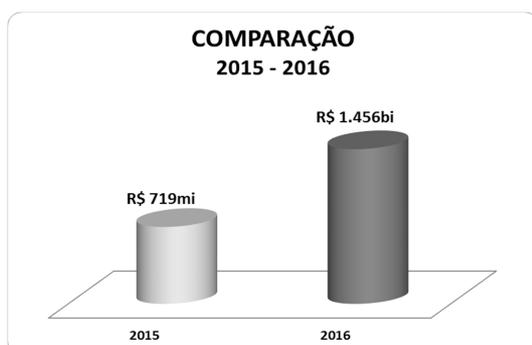


8.7.4 Economicidade Obtida nos Processos Licitatórios

A tabela a seguir apresenta o percentual total de economicidade obtido com os processos licitatórios executados pela SEAP/DEAM (até novembro):

Em R\$ bilhão			
MONTANTE LICITADO	MONTANTE HOMOLOGADO	MONTANTE ECONOMIZADO	VARIAÇÃO (%)
R\$ 1,456	R\$ 1,042	R\$ 0,414	-28,44%

Em comparação com o mesmo período de 2015, representou um aumento de aproximadamente 102,0%, conforme segue:



8.8 Gestão de Serviços

À Coordenadoria de Administração de Serviços (CAS) compete a coordenação das atividades junto aos Grupos Administrativos Setoriais (GAS) das demais Secretarias de Estado e das unidades administrativas da Administração Indireta e Autárquica, estabelecer normas de atuação, coordenação, orientação e uniformização de procedimentos para o controle dos contratos de prestação de serviços terceirizados, bem como análises, racionalização e contenção de despesas administrativas.

Principais ações para otimização e racionalização de custos:

- Contratos de limpeza, asseio e conservação com metodologia por metro quadrado: a) retirada dos repasses de limpeza e redução de áreas adjacentes, por postos de trabalho; b) compatibilização das realidades dos locais (m²) de acordo com a produtividade estabelecida pela Resolução SEAP n.º 3.313/2015.
- Contratos de telefonia: a) realização de dois procedimentos licitatórios com nova metodologia na formação de lotes para contratação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC), que resultou em aproveitamento e economicidade; b) divulgação da necessidade de redução e controle das despesas com ligações telefônicas em geral e, conforme o caso, recursos de bloqueios; c) divulgação e preparação gradativa das infraestruturas de rede lógica, para futura implantação de telefonia fixa por IP, com os investimentos que vierem a ser feito nas redes lógicas devem considerar que a tecnologia implantada seja compatível; d) procedimento licitatório para contratação de serviços de telefonia móvel pessoal, com economicidade e utilização de ferramenta de gestão cedida pelas contratadas para serviços de telefonia móvel, que permite a racionalização e limite de utilização, condição que amplia a gestão da despesa dentro do estabelecido para o contrato.
- Contratos de comunicação de dados com a COPEL Telecom - os quantitativos e velocidades (kbps) dos links utilizados demonstraram estar adequados. O preço, conforme análise da área responsável, proporcionou reduções sem comprometer o desempenho das atividades das unidades usuárias.
- Contratos de reprografia: a) uso inteligente dos equipamentos com medidas de racionalização considerando os critérios de utilização do modelo de centros de impressão e compartilhamento de impressoras, configuração padrão de impressão nas duas faces do papel; b) utilização racional dos recursos de digitais evitando impressão de e-mail, páginas da internet e documentos sem as revisões e aprovações devidas; c) planejamento e levantamento de demandas para compatibilizar as necessidades tecnológicas do Estado, diante das políticas de racionalização, sustentabilidade e aprimoramento das atividades de Estado, tais como e-protocolo, ParanáDigital.

- Contratos de vigilância: a) análise e substituição de postos de vigilância armada por desarmada, ou por vigilância monitorada e, quando possível, por controlador de acesso; b) postos de vigilância poderão ser adequados às quantidades, tais como locais com mais de uma entrada, que ocupam mais vigilantes, poderão ser canalizados para uma única entrada e saída; c) substituição de vigilância presencial por sistemas de monitoramento eletrônico em todas as unidades em que esse recurso possa ser utilizado com segurança.
- Sistema Gestão de Materiais e Serviços (GMS) - Módulo Contratos: acompanhamento sistemático da implementação do registro das informações dos contratos de bens e serviços do Governo do Estado no sistema, com definição de prazos e metas, tornando-o a única ferramenta de gestão administrativa de serviços continuados.
- Automação de Relatórios Gerenciais - implantação da visão de Administração de Materiais e Serviços, por meio do Business Intelligence (BI), utilizando a base de dados do GMS.
- E-Protocolo Digital - desenvolvido para atender às necessidades de controle informatizado de documentos emitidos e recebidos, bem como a gestão de sua tramitação, arquivamento e eliminação (regulamentado Decreto n.º 5.389/2016). Foi desenvolvido o módulo geração de documentos digitais com processo modelo, assinatura digital e eletrônica e trâmites e realizado planejamento junto a Escola de Gestão da agenda de seminário, cursos presenciais e a distância para divulgação, implementação, treinamento e orientação de gerenciadores de acesso, multiplicadores e usuários a ser lançado no primeiro trimestre de 2017.

8.9 Gestão Patrimonial

A Coordenadoria do Patrimônio do Estado (CPE) é responsável pelo gerenciamento dos bens integrantes do patrimônio estadual; pela emissão de pareceres técnicos e informações em processos de doação, cessão, reversão, permuta, usucapião, vinculação de carga patrimonial de imóveis sob responsabilidade de unidades da administração direta e em processos de locação de imóveis e notificação de ocupação irregular de imóveis do Estado.

Principais ações:

- Gerenciamento permanente do sistema Gestão do Patrimônio Imobiliário (GPI), com 8.000 imóveis cadastrados.
- Supervisão dos trabalhos de atualização cadastral de 3.000 imóveis, em todo o Estado, desenvolvidos pela empresa Hipparkhos Geotecnologia, Sistemas e Aerolevantamentos Ltda., vencedora da licitação, contratada em março de 2016, com duração prevista de 21 meses, no valor total de R\$ 14,5 milhões, com

recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), integrante do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Componente Assistência Técnica.

- Implantação do Manual de Gestão de Bens Imóveis - conjunto de normas e padrões orientadores para a gestão do patrimônio imobiliário, para adoção pela administração direta, autárquica e fundacional, aprovado pelo Decreto n.º 4.120/2016.
- Gerenciamento do sistema Administração de Bens Móveis (AAB), composto por 2.849.190 itens, distribuídos em 88 órgãos.
- Início das tratativas, em conjunto com a SEFA e a Controladoria Geral do Estado, com vistas à implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais e de depreciação, amortização, exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável dos bens móveis e imóveis da administração direta e autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, em continuidade ao processo de convergência, aos padrões internacionais, da contabilidade aplicada ao setor público.

8.10 Gestão Documental

O Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP) têm por missão a organização, a guarda, a gestão, a conservação e a preservação de documentos públicos que, por sua importância, originalidade, natureza ou valor histórico requeira procedimentos técnicos específicos, a fim de promover o acesso rápido e seguro às informações de interesse da Administração Pública e do cidadão.

O Programa de Gestão de Documentos do Estado (PGD) têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento da ação governamental, mediante a racionalização e o tratamento adequado da massa documental acumulada pelas instituições do Poder Executivo Estadual.

Principais ações:

- Programa de Gestão de Documentos (PGD) - ampliado o alcance de criação das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos (CSAs), com a designação e constituição formal de 52 novas Comissões nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná, publicadas no Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná (DIOE).
- Coordenação de 179 reuniões técnicas e realização de 564 atendimentos visando a capacitação de servidores de secretarias e órgãos estaduais na gestão documental e em processos de digitalização de documentos, com redução do uso de papel.
- Programa de Automação dos Arquivos Intermediários - digitalização parcial do acervo do DEAP, constituído por cerca de 7.000 metros lineares de documentos

de caráter administrativo-legal, com a captação de 7.604 itens documentais em 130.509 imagens digitais.

- Programa de Automação dos Arquivos Permanentes - digitalização parcial do acervo de cerca de 4.500 metros lineares de documentos de caráter histórico-cultural, com a captura de 12.687 imagens de 1.058 documentos, referentes a 61 Códices Provinciais.
- Recolhimento de oito acervos, destinados à Divisão de Documentação Permanente e à Divisão de Documentação Intermediária, visando à salvaguarda do patrimônio documental do Estado do Paraná.

8.11 Registro Mercantil

A Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR), órgão de atuação descentralizada, é responsável pelo registro das empresas mercantis no âmbito do Estado do Paraná, dando-lhes personalidade jurídica para que possam atuar legalmente perante o ordenamento jurídico.

O Sistema de Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) é um processo de simplificação de procedimentos, com a integração entre os órgãos envolvidos na abertura e legalização de empresas. Estão integrados à Junta Comercial e à Receita Federal, 209 municípios do Estado e a Vigilância Sanitária; encontra-se em andamento o processo de integração a outros órgãos de licenciamento - Corpo de Bombeiros 65,0%, IAP 57,0%, SEFA 75,0%.

O registro e a legalização de empresas são realizados por meio do portal Empresa Fácil, evitando assim deslocamento do demandante aos diversos órgãos. O requerimento e a emissão de certidões são realizados via web, com tempo médio de resposta de 30 minutos. É uma ferramenta que faz a integração entre os dados cadastrais da Receita Federal do Brasil e os diversos órgãos estaduais e municipais que participam do processo de abertura, alteração e baixa de empresas, e as disponibiliza na internet, em um ambiente integrado, interativo e de fácil acesso.

Em 2016, a JUCEPAR inaugurou três Agências Regionais, sendo duas no Litoral (Matinhos e Guaratuba), e uma no município de Ibaiti, passando a ter 67 unidades no Estado, além da Sede Central, em Curitiba, para o atendimento das demandas do empresariado paranaense e sociedade em geral.

8.12 Serviço Social Autônomo PARANAPREVIDÊNCIA

Tem a finalidade de cumprir, em nome do Estado do Paraná, a obrigação constitucional do pagamento de aposentadorias e pensões destinadas aos servidores públicos e seus dependentes. É o órgão gestor do sistema de seguridade funcional, trabalhando em cooperação com o Governo do Estado, por meio de um contrato de gestão firmado com a SEAP.

Busca garantir um padrão de excelência nas questões previdenciárias, assegurando um atendimento eficiente e eficaz para uma clientela de aproximadamente 400.000 pessoas, constituída por servidores públicos e seus familiares e adotando procedimentos éticos e legais rigorosos em suas ações.

Em 2016, elegeu os Projetos que atingiram diretamente o contato com seus segurados e visaram a melhoria contínua nos principais objetivos da Instituição:

- Central de Atendimento - remodelagem da estrutura de atendimento no edifício-sede, iniciando pela mudança nas instalações da Central de Atendimento para uma área de 312,54 m². O espaço foi desenhado considerando as mais modernas técnicas de acessibilidade, atendendo à legislação e à segurança. O sistema de emissão de senhas encontra-se em atualização para melhor controle do atendimento e conforto dos beneficiários.
- Recadastramento de Aposentados - melhorias nos sistemas de batimentos de identificação, dentre eles o Sistema de Controle de Óbitos (SISOBI), Sistema de Informação sobre mortalidade (SIM) e Obituário Municipal, possibilitando que o servidor aposentado seja dispensado de comparecer pessoalmente na sede da Instituição, para efetivar prova de vida.
- Posto Avançado de Identificação - disponibilizou em suas instalações um Posto Avançado de Identificação, mediante convênio firmado com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, onde os segurados podem dar andamento em documentos de identidade com identificação biométrica, por agendamento.
- Criação e aperfeiçoamento de produtos e serviços voltados aos segurados - realização de Cursos de Formação ministrados à Polícia Militar da Capital e ao pessoal dos 29 Núcleos da Educação, que atendem os beneficiários da PARANAPREVIDÊNCIA no interior do Estado com o objetivo de preparação contínua dos colaboradores para orientar os servidores nos assuntos pertinentes ao tema previdenciário. A Diretoria participa em programas desenvolvidos para pré e pós aposentadoria, juntamente com o Programa Viver a Vida e com a Escola de Gestão do Paraná.

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

9 Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) tem por finalidade a orientação técnica especializada no planejamento, na organização, no controle e na execução das atividades dos setores agropecuários e do abastecimento do Estado. No exercício de 2016, por meio das suas Unidades, desenvolveu e executou as ações que destacamos a seguir.

9.1 Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável (DEAGRO)

As principais atividades foram:

- Coordenação e execução dos programas e projetos na área da agropecuária, com ênfase para a agricultura familiar, em especial na gestão de contratos e convênios voltados para o desenvolvimento da pecuária.
- Atendimento a 90 municípios nas áreas de bovinocultura de leite, sericicultura, ovinocultura, caprinocultura, piscicultura, entre outros, com aporte de aproximadamente R\$ 2,0 milhões; apoio às cadeias produtivas do leite, café, cana-de-açúcar, erva mate e hortícola, por meio de quatro convênios firmados entre SEAB e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e sete convênios firmados entre SEAB e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no valor aproximado de R\$ 8,0 milhões para aquisição de equipamentos agrícolas, implementos, veículos, tratores e caminhões; na realização de cursos e capacitações; e na implantação de Unidades Demonstrativas Leiteiras em Propriedades Rurais.
- Projeto de apoio ao manejo e fertilidade dos solos – aquisição de 4.723,21 toneladas de corretivos agrícolas (calcário, fósforo e gesso), para 10 Municípios, no valor aproximado de R\$ 560 mil.
- Projeto de Melhoria da Trafegabilidade das Estradas Rurais - aquisição de óleo diesel (pelos municípios) para adequação de 4.521,35 km de estradas rurais em 133 municípios, com aporte de R\$ 9,3 milhões.
- Projeto de Apoio Emergencial para Melhoria da Trafegabilidade das Estradas Rurais - aquisição de óleo diesel (pelos municípios) para adequação de 932,06 km de estradas rurais em 48 municípios, com aporte de R\$ 1,7 milhão.
- Projeto de pavimentação de estradas rurais com pedras poliédricas - 20,31 km de estradas rurais em sete municípios, com aporte de R\$ 3,5 milhões.

- Apoio à Pecuária leiteira para aquisição de 13 equipamentos agrícolas visando atender três municípios, com aporte de R\$ 205,0 mil.
- Apoio à mecanização da agricultura familiar, para aquisição de 15 máquinas e implementos agrícolas para sete municípios.
- Apoio a três Secretarias de Agricultura Municipais visando a aquisição de três veículos utilitários para dar suporte à assistência técnica junto aos Agricultores Familiares do município.
- Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial - PRÓ RURAL - com investimentos de R\$ 23,1 milhões na aquisição de nove patrulhas mecanizadas rurais, para repasse aos Consórcios Intermunicipais e utilização na disseminação de conceitos de adequação, readequação e manutenção de estradas rurais, integradas às práticas conservacionistas.
- Programa de Gestão de Solo e Água em Microbacias - com investimentos de R\$ 6,2 milhões em ações para modernizar o planejamento e a gestão ambiental para a correta utilização dos recursos naturais.
- Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF) no Paraná - com responsabilidades compartilhadas entre o Estado e as entidades representativas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e da agricultura familiar, em especial a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (FETAEP), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF) e a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR), que realizam, diretamente, a divulgação e a mobilização e, indiretamente, a elaboração das propostas de financiamento, por meio das empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) credenciadas. Até novembro, foram contratadas propostas beneficiando 73 famílias totalizando 421,87 há que envolveu R\$ 5,9 milhões de investimentos. Esses números colocam o Paraná em primeiro lugar em número de contratos e em terceiro lugar em número de famílias, no *ranking* brasileiro do PNCF em 2016.
- Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) - articulação do Grupo Gestor do Plano no Paraná, apoiando a viabilização de contratos de crédito rural nas tecnologias de baixa emissão de CO² bem como a capacitação de produtores rurais e técnicos.

9.2 Departamento de Economia Rural (DERAL)

Por meio de análises de conjuntura agropecuária, estatística básica e planejamento agropecuário, realizou trabalhos de:

- Pesquisa, coleta, sistematização e divulgação de dados socioeconômicos sobre o agronegócio mundial, nacional com ênfase no estadual, além de avaliação e

pareceres técnicos tais como: continuidade na elaboração e disponibilização via *internet*, de 200 boletins informativos referentes à situação conjuntural dos principais produtos agrícolas, silvícolas e da pecuária de corte e leite; elaboração e disponibilização de 18 revistas digitais (prognósticos).

- Elaboração de informes técnicos e pareceres sobre preços de produtos agrícolas e pecuários para o setor público e privado, e de boletim técnico sobre a cultura do trigo no Paraná, para a página da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), conforme acordo de cooperação técnica.
- Participação mensal na elaboração e análise dos dados estatísticos sobre a produção de grãos no Paraná em conjunto com o IBGE, bem como elaboração e divulgação trimestral de pesquisa de café em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).
- Elaboração de proposta de política agrícola para as culturas de verão e de inverno, com entidades representativas da agricultura paranaense.
- Foram ministradas 10 palestras técnicas sobre os números do agronegócio, Paraná/Brasil, para entidades, agricultores e estudantes.
- Sistema de Informação do Mercado Agrícola (SIMA) - produção de informativo com o registro diário de preços médios dos principais produtos agropecuários no mercado paranaense, disponibilizados diariamente na *internet*, captando as oscilações dos produtos.
- Realização de pesquisas e divulgação sobre preços recebidos pelo produtor, no atacado e no varejo, com frequência semanal (mensal no caso do varejo), e sobre os preços pagos pelos produtores e custos de produção de frequência trimestral.
- Divulgação da previsão de safras com vistas a fornecer um panorama semanal a respeito da situação dos principais grãos de inverno e de verão produzidos no Estado.
- Publicação anual do Valor Bruto da Produção (VBP) paranaense com aproximadamente 400 produtos. Esse índice compõe a cesta de produtos que são utilizados pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) para o cálculo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
- Fundo de Aval Rural (FAR) - coordenação estadual do programa, com vistas à implementação de investimentos para melhoria do sistema de produção agropecuário nas propriedades de agricultores familiares,
- Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários (PTS) - coordenação estadual do programa para o qual foram analisadas e autorizadas aos agentes financeiros as propostas de financiamento apresentadas pelos pequenos produtores, com projetos técnicos elaborados pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que resultaram no

financiamento de aproximadamente 650 unidades no valor total de R\$ 45,5 milhões de reais, que beneficiou mais de 700 agricultores familiares diretamente e mais de 1.400 propriedades de forma indireta, considerando que um trator poderá atender até mais de uma propriedade de forma solidária.

- Programa de Subvenção ao Seguro Rural (PSR) - coordenação estadual do programa orientou produtores rurais, estabelecimentos e empresas de comercialização, industrialização e beneficiamento enquadrados nas categorias de fornecedores de insumos e de produtos de uso final na agropecuária (educação fiscal), em atenção à atividade fiscal Tributária: Cadastro de Produtores Rurais (CAD/PRO) atrelado à política da SEFA-RICMS.

9.3 Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN)

O DESAN sob a égide da Divisão de Política de Segurança Alimentar e Nutricional (DPSAN), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Leite das Crianças (PLC), realizou as seguintes atividades:

- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) - mobilização, articulação e orientação aos municípios para adesão; realização de Oficinas com os municípios que aderiram; coordenação da Comissão Técnica da Câmara Governamental Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN); participação nos Encontros das CAISANs Estaduais para constituição dos fóruns bi e tripartite; capacitação de técnicos dos Núcleos Regionais da SEAB na consolidação da política e sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - encaminhados a 235 municípios tendo sido publicados 127 termos com 98 em execução.
- Programa Leite das Crianças (PLC) - aquisição de 5.200 kg de pré mistura de vitaminas e minerais (PREMIX) para adição no leite pasteurizado distribuído aos beneficiários, totalizando 1.050.587 crianças em 2.103 pontos de distribuição, num total de 31.650.950 litros de leite.

9.4 Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR)

No cumprimento de sua missão de prover soluções inovadoras para o meio rural e o agronegócio do Paraná, o Instituto conduziu atividades em 200 projetos, organizados em 13 Programas de Pesquisa (Agroecologia, Cultivos Florestais, Energias Renováveis, Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, Pecuária de Leite e Corte, Recursos Naturais, Sistemas de Produção, Raízes e Tubérculos, Cereais de Inverno, Café, Milho, Feijão, Fruticultura) e dois Programas de Inovação e Transferência de Tecnologia (Produção e Gestão da Inovação).

Contribuiu com serviços consolidados e reconhecidos em suporte ao avanço sustentável da agropecuária paranaense, por meio da disponibilização de novas variedades de plantas (tendo chegado ao marco de 200 cultivares lançadas), sementes genéticas e básicas de qualidade, novos métodos e processos para melhoria no manejo de culturas e dos recursos produtivos, oferecendo soluções para a superação de problemas tecnológicos. Coordenou os projetos estruturantes do Plano de Governo para a agropecuária paranaense do Sistema Estadual de Agricultura (SEAGRI): Aumento da Produção e Produtividade da Produção Leiteira (Leite Mais ARENITO), Consolidação de Polos de Produção de Frutas Tropicais (Fruticultura ARENITO) e Consolidação de Sistemas Sustentáveis de Leite - Produtividade, Renda e Práticas Sustentáveis (Leite Sudoeste BASALTO).

O IAPAR é membro, do Comitê Gestor da Rede Paranaense de Agropesquisa e Formação Aplicada; do Programa Pecuária Moderna; e do Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná, e parceiro na campanha Plante Seu Futuro, que alcançou redução na utilização de agrotóxicos e incentivou o uso de boas práticas de manejo de solo e água, pragas e doenças.

Destacam-se as seguintes atividades:

- Acordo de Cooperação 2016-2020 com a Itaipu Binacional por meio da aprovação de projetos de pesquisa, transferência de tecnologia e inovação, no valor global de R\$ 10,8 milhões, com captação de R\$ 5,4 milhões.
- Projeto piloto para criação massal de *tamarixia radiata* - inimigo natural (parasitoide) do inseto vetor da doença HLB dos citros; firmou acordo de cooperação com empresas do setor citrícola (COCAMAR Cooperativa Agroindustrial, Centro Integrado de Tratamento de Resíduos Industriais (CITRI) e Cooperativa Integrada), com previsão inicial de liberação de 7.000 parasitoides em pomares.
- Fruticultura - continuidade aos estudos do controle das principais doenças da citricultura (HLB - *Greening*, cancro cítrico, CVC e CTV), seleção de novas variedades; desenvolveu sistema de alerta fitossanitário e informações para cultivo de maçã para controle das principais doenças; ações para manejo da virose do maracujazeiro (CABMV), doença com alto potencial destrutivo, em parceria com a Cooperativa de agricultores familiares de Corumbataí do Sul (COAPROCOR); manutenção da vitrine tecnológica de fruticultura temperada em parceria com EMATER e Prefeitura de Lapa; organização do Congresso Internacional de Citricultura 2016 em Foz do Iguaçu, em parceria com o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC).
- Café - registro de nova cultivar de café IPR 102, com resistência à mancha aureolada e alto potencial produtivo; operação, de maio a setembro, do Alerta Geadas, com o serviço de previsões diárias de temperatura e do risco de

ocorrência de geadas na região cafeeira do Estado, em parceria com o Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR).

- Cereais de Inverno - obtenção do certificado de proteção de cultivar de trigo IPR Taquari, com elevada produtividade de grãos e ótima qualidade tecnológica (a mesma variedade está em processo de registro e proteção no Paraguai, em parceria com a Cooperativa Union Curupayty); registro dos cultivares de trigo IPR Paraty e Potyporã, de aveia branca (granífera) IPR Artemis; realizou Dias de Campo, em parceria com EMBRAPA e Fundação Meridional, para divulgação de cultivares e práticas de manejo atingindo 3.755 participantes.
- Difusão e validação da raça bovina composta Purunã desenvolvida pelo IAPAR; Repasse de caprinos por meio do Programa Estadual de Caprinocultura; Certificação pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) da produção orgânica de Leite de Búfala em Lapa.
- Lançamento de cultivar de feijão IPR Celeiro com tolerância ao mosaico dourado; palestras em diversos eventos em celebração ao Ano Internacional das Leguminosas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), com destaque ao feijão; parceria tecnológica com a empresa Incomak, com apoio da Fundação Araucária, para desenvolvimento de sistema de redução de perdas na colheita mecanizada de feijão.
- Realização dos Ensaios Estaduais de cultivares de milho 1.^a e 2.^a safras para recomendação aos agricultores, com publicação de boletins técnicos.
- Indicação de quatro novos clones de seringueira potenciais para plantio no Paraná, ampliando o número de opções disponíveis aos produtores; representações no Grupo de Trabalho da SEAB para elaboração da Política Pública e Projeto de Lei Estadual para as Florestas Plantadas e na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha Natural, do MAPA.
- Mestrado em Agricultura Conservacionista oferecido em consonância com as pesquisas do IAPAR, compondo em 2016 a sua quarta turma.
- Programa de Iniciação Científica (ProICI) do IAPAR - cerca de 72 bolsas de iniciação científica, com alunos oriundos de diversas instituições de ensino superior. Foi realizado em julho, o XXIV Seminário de Iniciação Científica, com a apresentação de 90 trabalhos desenvolvidos pelos alunos-bolsistas.
- Publicação de aproximadamente 370 trabalhos científicos em periódicos, congressos, eventos, mídia em geral, apresentados formalmente em nível nacional e internacional, com incentivo direto e/ou indireto do IAPAR.
- Diretoria de Inovação e Transferência de Tecnologia (DIT) - organizada em quatro áreas técnicas (Transferência de Tecnologia, Comunicação, Inovação e Negócios Tecnológicos) e em dois programas temáticos (Produção e Gestão da Inovação), proporcionou a produção de materiais propagativos de diversas espécies vegetais,

provenientes dos Programas de Melhoramento Genético do IAPAR, que foram destinados a projetos internos de pesquisa, a intercâmbios institucionais, a difusão institucional e licenciamento comercial com parceiros da iniciativa privada. Em 2016, estabeleceu contratos de parceria e de prestação de serviços com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento tecnológico do Estado e a disponibilização de novas tecnologias aos agricultores. Organizou e apoiou mais de 100 eventos técnico-científicos, com a participação de aproximadamente 10.000 pessoas, destacando-se congressos internacionais e nacionais, dias de campo e grandes feiras agropecuárias estaduais. Por meio de sua estrutura física, viabilizou a realização de eventos, cursos, palestras, reuniões e visitas técnicas, atendendo milhares de visitantes de diversos segmentos.

9.5 Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)

Em 2016, o EMATER prestou assistência técnica para 100 mil pessoas do meio rural paranaense, sendo 77.900 agricultores familiares, 645 trabalhadores rurais, 943 pescadores artesanais, 2.500 jovens rurais, 7.100 mulheres rurais, 2.800 agricultores patronais e mais 7.900 pessoas que se relacionam ao meio. Foram realizados 194.500 atendimentos individuais e 5.700 eventos, além de um trabalho de implantação e acompanhamento de 1.230 unidades referenciais.

Nas ações de inclusão produtiva e social, o EMATER atendeu 7.100 mulheres rurais, focando a transformação destas em profissionais do campo, inseridas de forma competente no mercado a exemplo das 250 mulheres que formam o grupo Mulheres do Café do Território Integração Norte Pioneiro. Elas integram uma rede mundial formada por mulheres envolvidas em toda a cadeia do negócio café, desde a produção do grão até a colocação do cafezinho na xícara.

As ações com a Juventude Rural, contou com o envolvimento de 2.500 jovens, contribuíram com os debates sobre a sucessão familiar e a busca de solução para o jovem, por meio de um Grupo de Estudos constituído pela SEAB, com o desenvolvimento de projetos em parceria com organizações de representação dos agricultores e trabalhadores rurais, Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil e Secretaria de Estado da Educação (SEED) em todo o Paraná.

O EMATER trabalha com a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) no programa estadual de habitação rural, que tem o apoio do Governo Federal. Em 2016, foram contratadas 13.013 unidades: 11.258 entregues, 1.755 em construção e 4.917 em projeto. Participou da seleção, da elaboração do projeto e do acompanhamento das parcelas no montante de R\$ 3,0 mil para 49 famílias dos municípios de Doutor Ulisses, Inácio Martins e

São João do Triunfo; e da seleção das 400 novas famílias que passaram a integrar o Programa, que prevê atendimento de 5.600 famílias.

Na área de gestão de ATER, coordenou a elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) para o Estado do Paraná; elaborou o edital de ATER para Organizações da Agricultura Familiar, via PRÓ RURAL e o edital para chamada pública de ATER para quilombolas e indígenas, via salvaguardas do PRÓ RURAL.

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Paraná - atuou em parceria com sindicatos, agentes financeiros e prefeituras, na divulgação, cadastramento, elaboração de Declarações de Aptidão (DAP) ao PRONAF e acompanhamento de atividade produtiva da agricultura familiar financiada por meio de crédito para custeio e investimento. Na safra 2015/2016 foram aplicados R\$ 3,6 bilhões em financiamentos no Paraná, o que corresponde a 16,1% do total disponibilizado pelo Governo Federal, por meio de 134.800 contratos. Destes, 104.700 tiveram a finalidade de custear as despesas na produção das principais culturas e criações do Estado e 30.130 foram destinados ao beneficiamento e a agroindustrialização da produção e na melhoria de infraestrutura e modernização das unidades produtivas das famílias.
- Programa Nacional de Crédito Fundiário - 30 projetos estão em elaboração pelas parcerias FETAEP e EMATER e, ao menos 15 projetos encontram-se em processo de contratação junto ao agente financeiro ou unidades locais.
- Programa PRÓ-RURAL - operado em 131 municípios abrangendo oito territórios, foram capacitados 14.600 agricultores familiares, 1.357 lideranças e 248 técnicos. Assessoramento a 42 organizações rurais entre associações de agricultores familiares e cooperativas para recebimento de apoio financeiro para Projetos de Negócios Sustentáveis apoiados pelo programa.
- O Programa de Inclusão Produtiva e Social realizou a orientação técnica a 8.630 pessoas.
- Segurança Alimentar e Nutricional - o EMATER envolveu 2.600 agricultores e suas famílias na valorização da alimentação produzida de modo sustentável e livre de contaminantes, e na redução da dependência do mercado externo.
- Programa da Agroindústria Familiar - visando assessorar os processos de constituição, melhoria, regularização, das unidades agroindustriais e dos produtos alimentares destinados à comercialização, nas ações de geração de renda e de apoio à diversificação e reconversão da agricultura. Atendeu 1.350 empreendimentos ativos, no universo de 5.000 famílias beneficiadas (individual e coletivamente organizados), com 9.000 empregos diretos gerados junto às unidades de transformação e 46.000 empregos indiretos. Realização de 20 feiras da Agricultura Familiar, envolvendo diretamente mais de 900 famílias, gerando

resultados financeiros na ordem de R\$ 2,5 milhões e comercialização em negócios futuros, atingindo cifras acima de R\$ 6,0 milhões.

- Projeto Olericultura - atendeu 9.200 olericultores, dos quais 1.055 adotadores que aumentaram a área de produção com produtividade passando de 24.000 para 27.500 quilos por hectare na cultura da cebola, 60.000 para 75.000 quilos por hectare na cultura do tomate e de 17.500 para 20.500 quilos por hectare em outras olerícolas. A renda média dos produtores familiares assistidos passou de R\$ 3.000 para R\$ 3.500 mensais, assim como a redução no custo de produção de R\$18.000 para R\$15.300 por hectare em função de redução no uso de agrotóxicos e adubos químicos e dos impactos ambientais devido à redução do número de pulverizações e o manejo correto do solo.
- Atividade Leiteira e o Programa Leite das Crianças - atendeu 19.600 produtores em 263 municípios.
- Piscicultura e Pesca - atendeu 1.645 produtores em aquicultura. Os produtores assistidos têm demonstrado produtividade até 30,0% superior à média estadual. A produção estadual envolvendo aquicultura e pesca foi de 93,57 mil toneladas.
- Pecuária Moderna na produção de carnes - foram assistidos 1.627 produtores e um rebanho de 177,3 mil cabeças de bovinos; assessoradas sete cooperativas de carnes nobres com 416 produtores beneficiados, que comercializaram 98,0 mil cabeças ou 23,5 mil toneladas de carne.
- Turismo Rural - atuou em 185 municípios, com atendimento a 2.300 agricultores familiares, mulheres e jovens, por meio de 875 eventos; capacitou 440 produtores; promoveu o artesanato rural com o Inverno Gastronômico, em Laranjeiras do Sul. Destaque para as caminhadas na natureza, que beneficiou 987 agricultores com um valor comercializado de R\$ 835,7 mil com a participação de 28.800 caminhantes.
- Projeto Centro Sul de Feijão e Milho - executado em 41 municípios, com orientação a 9.400 mil agricultores produtores de feijão e 76 de milho.
- Fruticultura - atendeu 5.000 produtores, em 192 municípios do Estado.
- Cultivos florestais - 6.700 produtores e 200 técnicos.
- Projeto Erva-Mate - 37.180 produtores produzindo 431,9 mil toneladas de erva-mate em 144 municípios paranaenses, gerou um VBP de R\$ 447,18 milhões. Nas unidades referenciais a produtividade média foi ampliada em 50,0% após aplicação no erval, passando de 5,0 mil kg/ha para 7,5 kg/ha.
- Projeto Café - realizado em 34 municípios, assistiu, monitorou e acompanhou diretamente 1.300 produtores e indiretamente 3.000, em uma área aproximada de 12,0 mil hectares.
- Cadastro Ambiental Rural (CAR) – cadastrados 23,7 mil imóveis rurais que receberam assessoria para regularização ambiental, por meio de restauração de áreas de reserva legal e de preservação permanente.

9.6 Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA)

- Prestou atendimento para aproximadamente 1.700 pessoas em eventos de capacitação e divulgação de referências, nas seguintes áreas temáticas: Produção e Bem Estar Animal, Produção Vegetal Integrada, Recursos Naturais, Engenharia Alternativa, Socioeconômica e Comercialização.
- Apoiou ações de pesquisa, em parceria com universidades e instituições de pesquisa - Sistemas Silvopastoris - EMBRAPA-CNPFLorestras; e com Bambu – UTFPR; Levantamento da Produção Orgânica, entre outras.
- Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO) - coordenado pela SETI, prestou assistência técnica a 107 propriedades rurais familiares e quilombolas em 16 municípios da Região Metropolitana de Curitiba e Vale do Ribeira, visando adequação destas e dos seus sistemas de produção, para certificação de conformidade orgânica, seja pelo sistema auditado ou participativo. Foram realizadas visitas de diagnóstico, levantamento de dados, cadastramento, orientações técnicas, acompanhamentos de auditorias, oficinas de práticas agroecológicas.
- Iniciado o projeto de promoção da agroecologia junto aos agricultores com estabelecimentos próximos a reservatórios e a educação sócio ambiental de estudantes do ensino fundamental com ênfase na agroecologia, com vistas a contribuir para a conservação das áreas de captação e armazenamento de água da SANEPAR, mediante Termo de Cooperação.

9.7 Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR)

- Gerência de Saúde Animal - executou a finalização do inquérito soroepidemiológico para Influenza Aviária e New Castel (coleta de 900 amostras em 100 propriedades) e a reavaliação de registros das explorações avícolas (avaliação por unidade epidemiológica); análises de risco em propriedades para registros de explorações avícolas e a divulgação de plano de ação para enfrentamento do risco com as Olimpíadas; atendimento de focos de anemia infecciosa equina e o atendimento de suspeitas de mormo; inquérito soroepidemiológico para Peste Suína Clássica (coleta de 3,0 mil amostras em 300 propriedades); em maio de 2016, a OIE (World Organisation for Animal Health) reconheceu o Paraná como área livre da enfermidade, sem vacinação; a certificação e acompanhamento de propriedades livres de brucelose e tuberculose e a fiscalização em propriedades que comercializam leite; fiscalizações em propriedades para verificação de vacinação contra brucelose; deu continuidade às campanhas de vacinação contra a febre aftosa (maio e novembro); realizou fiscalizações de comerciantes de produtos de uso veterinário.

- Gerência de Sanidade Vegetal - realizou fiscalizações em estabelecimentos comerciais de insumos agrícolas, em prestadores de serviços fitossanitários e em áreas de produção, em Unidades de Produção e de Consolidação (banana, citros, Pinus SP, uva, rosáceas, abacate, maracujá e soja), em comerciantes de sementes ou de mudas, em propriedades e estradas rurais em relação ao uso do solo agrícola; inspeções de armadilhas para vespa da galha do eucalipto e fiscalizações das instalações de grupamentos de árvores-armadilha - vespa da madeira; seminários sobre manejo do solo agrícola; análises de amostras em áreas de produção para determinação de resíduos e investigações em ecotoxicologia (coleta de informações na SESA).
- Gerência de Inspeção de Produtos de Origem Animal - efetuou fiscalizações em estabelecimentos com produção de origem animal (POA) com coleta de amostras fiscais para análises laboratoriais; auditorias em estabelecimentos com Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA) e nos serviços de inspeção municipais; treinamentos na Identificação de fraudes no leite, teoria e prática em linhas de inspeção, técnicas de inspeção.
- Gerência de Trânsito Agropecuário - realizou supervisões nos Postos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário (PFTA) - Fiscal de Defesa Agropecuária FDA das Unidades Regionais de Sanidade (URS) - em propriedades com diferença de saldo de animais, em abatedouros e em escritórios de atendimento dos municípios, e fiscalizações volantes, em propriedades com ingresso de animais de outras Unidades da Federação e em eventos agropecuários; treinamentos em Controle do trânsito agropecuário nos Postos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário (PFTA) - FDA e Assistentes de Fiscalização de Defesa Agropecuária (AFDA); recebimento e inspeção de animais em eventos agropecuários (MV credenciados); emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA) e notificação de doenças (MV habilitados).
- Gerência de Laboratórios - efetuou a ampliação de escopos (área vegetal, animal e biologia molecular) e a implantação da rede de laboratórios de interesse da defesa agropecuária.
- Gerência de Apoio Técnico - promoveu a unificação de cadastros/Sistema Rede Estadual de Informações em Defesa Agropecuária (REIDA), 230 servidores e Sistema de gestão da fiscalização em Defesa Agropecuária (GFDA), 363 servidores.

9.8 Instituto de Florestas do Paraná (IFPR)

Das áreas pertencentes ao IFPR, foi transferido ao Instituto Ambiental do Paraná a gestão das florestas de palmito e nativas no total de 6.625,77 hectares, localizados nos municípios de Paranaguá, Matinhos e Guaratuba, para futura transformação em Unidade de Conservação (Decreto Estadual nº 11.020/2014). No restante das áreas, foi conduzido o segundo ciclo de florestas próprias de pinus em 12.500 hectares, distribuídas em 13

unidades produtivas, localizadas nos municípios de Castro, Campo Largo, Ponta Grossa, Sengés, Dr. Ulysses e Cerro Azul, no Estado do Paraná.

Foram 5.500 hectares de florestas exploradas em regime de Concessão Florestal, referentes a 17 contratos, com previsão de receita para os próximos 10 anos no valor de R\$ 33,0 milhões. Em 2016, o valor das concessões chegou a R\$ 29,0 milhões.

O controle da exploração das florestas concedidas é feito por meio da medição das cargas dos caminhões de madeira que saem das propriedades. De janeiro a outubro, foram retirados 76.443,98 estéreos de pinus e comercializadas 431,68 toneladas de goma resina de pinus.

A Gestão de Florestas Públicas resultou na arrecadação de R\$ 6,9 milhões, até outubro, encontra-se contratado mais R\$ 1,6 milhão até dezembro, superando a receita projetada de R\$ 7,0 milhões para 2016.

Além da manutenção de aproximadamente 3.000 quilômetros da malha viária interna, auxiliou na conservação das estradas municipais/estaduais que acessam as propriedades do IFPR, visando o escoamento dos produtos de base florestal, e manteve aproximadamente 500 quilômetros de aceiros.

Na área de preservação ambiental, manteve a guarda de aproximadamente 25.000 hectares de florestas nativas em estágio médio/avançado de regeneração.

Outras atividades realizadas: apresentação da proposta do Sistema de Informações Florestais (SIF) às instituições Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal (APRE), EMATER, DERAL, EMBRAPA, Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR), Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (FUPEF); diagnóstico das indústrias ervateiras do Núcleo Regional de União da Vitória; elaboração do Manual de Produção da Erva-Mate Sombreada e do Manual de Plantio de Eucalipto; Projeto Floresta Multiuso (2.^a Versão); avaliação de imóveis rurais e ativos florestais em propriedades rurais em Castro, de posse da Cooperativa Castrolanda, IAP e Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Entre outras.

9.9 Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR)

Em 2016 a CODAPAR completou 60 anos e deu continuidade ao plano de revisão dos seus objetivos estratégicos. Por meio de suas unidades armazenadoras de grãos contribuiu para o armazenamento da produção, tendo recepcionado mais de 210 mil toneladas entre produtos agrícolas, industrializados, frutas e resfriados.

É responsável pelo processo logístico da merenda escolar dos 399 municípios paranaenses, por meio de contrato com a Secretaria de Estado da Educação (SEED).

Em parceria com a iniciativa privada, concluiu o terminal retroportuário com capacidade estática para 55,0 mil toneladas, que permitirá a expedição de até 2.500 toneladas/hora, com investimento na ordem de R\$ 78,0 milhões.

Na área de classificação, em atendimento ao controle de qualidade dos produtos destinados à exportação, auditou o processo de classificação de aproximadamente 15,024 milhões de toneladas de produtos destinados à exportação pelo Porto de Paranaguá.

No processo de importação, atuou na internalização de produtos agrícolas, com a classificação de 4,029 milhões de toneladas de produtos, em apoio técnico operacional e laboratorial ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Na área de qualidade dos produtos destinados diretamente à alimentação humana, classificou e certificou 389,04 mil toneladas, em conformidade com a Lei Estadual n.º 9.972/2000.

Atuou na gestão do Subcomponente Readequação de Estradas Rurais, do Programa PRÓ-RURAL, tendo participado da organização e seleção dos consórcios intermunicipais.

9.10 Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. (CEASA/PR)

Tem a finalidade de apoiar a comercialização de hortigranjeiros, promover capacitações aos comerciantes e produtores que atuam nas CEASAs do Paraná e promover o atendimento às famílias de baixa renda.

- As cinco CEASAs do Estado, movimentaram 985.943,62 toneladas de hortigranjeiros, com valor estimado de R\$ 2,4 bilhões, envolvendo cerca de 1.000 produtores e 640 comerciantes que atuam nas Centrais Atacadistas.
- Foi investido R\$ 1,0 milhão em equipamentos e em obras, como construções, ampliações, recuperações e adequação nas unidades atacadistas e realizada a capacitação de 638 comerciantes e 1.000 produtores.
- Por meio do Banco de Alimentos, foram doadas 4.158,5 toneladas de hortaliças, frutas e cereais, no valor de R\$ 7,0 milhões, beneficiando 170,0 mil pessoas carentes, por meio de 500 entidades assistenciais do Estado.

QUADRO 1- DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS QUANTIDADES MOVIMENTADAS

REGIÃO	COMERCIALIZAÇÃO ATACADO (T)	DOAÇÕES BANCO DE ALIMENTOS (T)	TOTAL
Mesorregião: Metropolitana Curitiba	662.506,1	702,3	663.208,4
Mesorregião: Norte Central	200.127,5	1.501,6	201.629,1
Mesorregião: Oeste	123.310,1	1.954,6	125.264,7
TOTAL (T)	985.943,7	4.158,5	990.102,2

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

10 Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) tem a missão de definir, coordenar e executar políticas e diretrizes nas áreas da ciência, tecnologia e ensino superior; e conta com os seguintes órgãos e entidades vinculados:

- Instituições de Ensino Superior (IEES) - Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade do Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).
- Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) - empresa pública dedicada à pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação.
- Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR) - serviço social autônomo, com a finalidade de desenvolver atividades dirigidas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à prestação de serviços em meteorologia, hidrologia e meio ambiente.

Participa de mais de 60 Conselhos estaduais e diversos fóruns, colegiados e câmaras técnicas, com atuação no campo da educação, ciência, tecnologia e inovação, além de colaborar com outros órgãos públicos e privados.

O Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT PARANÁ), definiu as seguintes áreas estratégicas para receberem recursos do Fundo Paraná,: Ciências Biológicas e Biotecnologias (agrícola, avícola, florestal, saúde); Indústria Alimentar; Energias Renováveis; Metalomecânica; Tecnologias da Informação e Comunicação; Ciências e Tecnologias Ambientais; Polos, Parques Tecnológicos e outros *habitats* de inovação; Ciências e Tecnologias Agrárias e Agronegócio; Mobilidade; Fortalecimento dos Ativos Portadores de Desenvolvimento Tecnológico; Melhoria do Ensino Superior; Tecnologia Assistiva; Petróleo e Gás; Residência Técnica.

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paranaenses (CRUEP) tratou de assuntos de interesse comum entre a SETI, as Universidades e demais órgãos e entidades relacionados ao ensino superior, ciência, tecnologia e inovação.

10.1 Sistema Estadual de Ensino Superior

Oferece ensino gratuito em diversas áreas do conhecimento, com atividades de ensino de graduação, pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, pesquisa, inovação, extensão universitária e cooperação técnico-científica nacional e internacional, com ensino presencial em 34 municípios e na modalidade a distância em 60 municípios. Com 8.330 docentes

(90,0% com título de Mestre e/ou Doutor) e 8.611 agentes universitários, atendeu 105 mil alunos, e ofertou 343 cursos de graduação, 299 cursos de especialização, 176 cursos de mestrado e 76 cursos de doutorado. Em 2015, foram graduados cerca de 12.000 alunos.

O Índice Geral de Cursos (IGC), do Ministério da Educação (MEC), avalia, anualmente, a qualidade das instituições de educação superior e considera o conceito dos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* das instituições, recursos didáticos pedagógicos e titulação do corpo docente, dentre outros indicadores. O IGC mostrou que é boa a qualidade das universidades que compõem o Sistema Estadual de Ensino Superior. A UEM, a UEL, a UNIOESTE, a UEPG e a UNICENTRO obtiveram nota quatro e a UENP atingiu a nota três (em um universo de 01 a 05).

Integram a estrutura organizacional, 03 Colégios de Aplicação Pedagógica, 04 Hospitais Universitários, 06 Hospitais Veterinários, 05 Escritórios de Aplicação Jurídica, 05 Centros Odontológicos, 02 Clínicas de Fisioterapia e 04 Laboratórios de Análises Clínicas.

Os Hospitais Universitários têm função acadêmica, como hospitais-escola, e são importantes polos de atendimento e assistência à saúde da população do Estado.

As Universidades Estaduais são importantes locais de produção de conhecimento científico e inovação tecnológica. Foram investidos cerca de R\$ 3,1 bilhões na manutenção e na consolidação do Sistema visando proporcionar avanços acadêmicos, científicos, culturais, sociais e econômicos ao Paraná, com melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Os projetos e as ações foram desenvolvidos com nos programas: a) Excelência no Ensino Superior - visa a melhoria dos indicadores acadêmicos na graduação e pós-graduação e a consolidação da excelência das universidades no ensino, na pesquisa, na inovação, na extensão e na cooperação técnico-científica; b) Paraná Inovador - voltado ao incentivo, ao desenvolvimento científico, tecnológico e à inovação, mediante parcerias com o setor produtivo, instituições de ensino superior, instituições de pesquisa, organizações não-governamentais e governos municipal, estadual e federal.

Principais ações:

- 29.º Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia - voltado a professores (pesquisadores, pesquisadores extensionistas), alunos de graduação, jornalistas científicos e inventores independentes. Nessa edição, a avaliação e a entrega da premiação, no valor de R\$ 189.720,03 (recursos do FUNDO PARANÁ), foram realizadas no segundo semestre e contemplou oito pessoas.
- Projeto Angra Doce - participou do projeto (por meio da UENP em parceria com o Estado de São Paulo), que visa a elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável para a região, que engloba cinco municípios paranaenses (Carlópolis, Jacarezinho, Ribeirão Claro, Salto do Itararé, Siqueira Campos) e dez municípios paulistas, por meio do turismo.

- Participação no Comitê Gestor da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (Governança TIC), criado por meio do Decreto n.º 3.758, de março de 2016, que visa estimular ações que promovam o desenvolvimento integrado de diferentes setores da economia paranaense, por meio do potencial de tecnologia, informação e comunicação.
- Apoio aos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITS) das Universidades Estaduais e ao Parque Tecnológico Virtual com um processo de estabelecimento de governança e de diálogo com as instituições para investimento, incentivo e criação de ambientes de inovação. No processo de internacionalização desenvolveu programas de mobilidade acadêmica, cooperação e acordos internacionais, entre eles: Victoria (Austrália); Porto e Coimbra (Portugal); Utah (Estados Unidos); participação no evento Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul (ZICOSUR).
- Ações visando a aproximação do setor público com o privado, por meio de diversas empresas e organizações, como a Cooperativa Lar e a Cooperativa Agrária Mista Entre Rios. Além da aproximação com a empresa Prati Donaduzzi para apoio e fortalecimento da ciência como parte da educação no Estado.
- Paraná Fala Inglês - destinado àqueles que desejam estudar a língua inglesa, os investimentos realizados permitiram que as Universidades Estaduais lançassem o programa em diversas regiões do Estado.
- Encontro Anual do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC) - participação na organização da 10.^a edição, que visa consolidar as ações para promover a inovação tecnológica no país e elevar o patamar de competência dos seus agentes.
- Rede Paranaense de Agro-Pesquisa e Formação Aplicada (Decreto n.º 2.475/2015) - visa consolidar a competência do Estado do Paraná no desenvolvimento do agronegócio. Foi instituído o Comitê da Rede Agro e estabelecida a área de solos como pauta prioritária.
- Participação na elaboração da Rede de Indicadores Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação (RIECTI), coordenada pela Coordenação Geral de Indicadores do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (CGIN/MCTI).
- Assinatura de minuta de cooperação da SETI/Universidade Virtual do Paraná com a Universidade Aberta do Brasil, visando à oferta do curso de graduação Tecnólogo em Administração Pública para os servidores do Estado. Formalização de convênio com o Departamento de Trânsito (DETRAN) para a oferta do curso de graduação Tecnólogo em Gestão Pública.
- Participação no Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente do Paraná, que visa à formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica.

- Autorizado o funcionamento dos cursos de graduação em Administração (UNICENTRO), em regime de extensão, nos municípios de Coronel Vivida e Chopinzinho, e Matemática (UEPG), no município de Ponta Grossa. Reconhecimento dos cursos de graduação em Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos e Engenharia Ambiental (UEM), no município de Umuarama; e renovação do reconhecimento de 75 cursos de graduação nas Instituições de Ensino Superior Estadual e municipais.
- Credenciamento da Faculdade Municipal de Meio Ambiente (FAMA), em Clevelândia, e do Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP), em Curitiba (em tramitação). Recredenciamento da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e do Centro Universitário de União da Vitória (UNIUV) (em tramitação).
- Comissões Verificadoras - constituídas 36 comissões para verificação *in loco* das condições de funcionamento dos cursos de graduação nas universidades estaduais, faculdades municipais e centro universitário; e comissões especiais para credenciamento e recredenciamento.
- Programa Nacional de Educação Fiscal - liberados recursos para a realização do XII Concurso de Redação Cidadania Fiscal, em Maringá e do XIV Seminário de Educação Fiscal, em Foz do Iguaçu.
- Alterado para R\$ 950,00 o valor da bolsa permanência de estudantes indígenas do Sistema Estadual de Ensino Superior (aumento de 42,0%).
- XVI Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná - realizado em Faxinal do Céu (outubro), com investimento de R\$ 295,0 mil.
- Instrumento de Avaliação Institucional para Instituições de Ensino Superior Públicos - finalizado pela Comissão Especial de Avaliação (CEA) e encaminhado ao Conselho Estadual de Educação para parecer.
- Participação no Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres (CEDC) visando à doação de cadáveres, para atender as atividades de ensino e pesquisa.
- Hospital Universitário de Londrina (HUL) - com 284 leitos ativos, é um Centro de Referência para o Sistema Único de Saúde (SUS), atendendo cerca de 250 municípios do Paraná e outros estados. Em 2016, atendeu aproximadamente 233.500 pacientes nas diversas especialidades, incluindo atendimentos de UTI, pronto socorro, ambulatório e internações (até setembro). Foram investidos R\$ 3,1 milhões para a ampliação das unidades de tratamento intensivo (UTIs) I e II.
- Hospital Universitário de Maringá (HUM) - com 123 leitos ativos disponibilizados ao SUS, prioriza atividades de assistência, ensino, pesquisa e extensão, atendendo aproximadamente 130 municípios. O ambulatório atende mais de 60 especialidades clínicas e produz medicamentos que são distribuídos aos postos de saúde do município e região, além do Centro de Controle de Intoxicações

(CCI), que é referência e faz parte da Rede Nacional de Informações da área. Inclui serviços de diversas especialidades como UTI, pronto socorro, ambulatório, internações, entre outros. Em 2016, prestou atendimento a aproximadamente 106.000 pacientes (até setembro) e foram investidos R\$10,0 milhões para a construção de 100 leitos hospitalares na área de internamentos.

- Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP) - referência regional em alta complexidade nas áreas de gestação de alto risco e de queimados. É o principal serviço de atenção hospitalar pública na região nas áreas de traumas e causas externas, além de prevenção e tratamento em Ginecologia e Obstetrícia e doenças relacionadas às crianças e adolescentes. Foram atendidos aproximadamente 96.000 pacientes, incluindo várias especialidades, pronto socorro, ambulatório e UTI.
- Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva (HURCG) - com 122 leitos ativos, cumpre importante papel nas Redes Mãe Paranaense e no Paraná Urgência. Foram atendidos, aproximadamente, 85.000 pacientes nas diversas especialidades, incluindo atendimentos de UTI, pronto socorro, ambulatório, internações, maternidade, entre outros. Ampliada a capacidade da nova UTI adulta de 12 para 21 leitos, com leito específico para o tratamento de diálise, com investimento de R\$ 341,0 mil.
- Hospital Veterinário da UEL - apresenta como grande diferencial o Pronto Socorro Médico Veterinário 24 horas, que proporciona atendimento ininterrupto à sociedade, sendo referência no Paraná e um dos maiores centros de atendimento do Brasil. Entre consultas, retornos, internamentos, exames e clínica médica foram atendidos cerca de 95.000 animais domésticos, de produção e trabalho, silvestres, etc..
- Hospital Veterinário da UEM - atendidos aproximadamente 12.000 pequenos e grandes animais, entre consultas, retornos, internamentos, exames e clínica médica.
- Hospital Veterinário da UENP - atendidos cerca de 4.000 animais oportunizando a complementação das atividades acadêmicas, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão.
- Clínica Escola Veterinária da UNICENTRO – entre consultas, exames, internações e cirurgias, foram atendidos cerca de 9.000 animais domésticos, de produção, selvagens e exóticos, complementando o ensino dos alunos da graduação e pós-graduação em medicina veterinária. Conta com ações como doação de sangue canino e tem como diferencial o serviço de acupuntura.
- Programa Universidade Sem Fronteiras (USF) - realizado investimento de R\$ 12,0 milhões para o desenvolvimento socioeconômico em municípios no Estado com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em parceria com as Universidades Estaduais, as ações primaram pela qualificação acadêmica

(docentes e estudantes), oportunizando a experiência para o primeiro emprego para o recém-formado. Atendeu mais de 370 municípios, com equipes multidisciplinares em diferentes áreas sociais e em ciência e tecnologia. O desenvolvimento dos 122 projetos (custeados pela UGF) envolveu 864 bolsistas (188 orientadores, 280 recém-formados e 396 estudantes de graduação). Vinculados ao Projeto Gestor da SETI, contou com 21 bolsistas até 30 de junho e 19 bolsistas (até dezembro) que se dedicaram às atividades destinadas ao acompanhamento da execução dos projetos do USF (Edital n.º 07/2014), no valor de R\$ 552,0 mil. Projetos acompanhados: a) 83 projetos para atender as áreas de Apoio à Saúde, a Agricultura Familiar e Agroecologia, as Licenciaturas, as Incubadoras dos Direitos Sociais e Diálogos Culturais; b) 10 projetos para atender aos Núcleos de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ), em conjunto com a rede de atendimento da criança e adolescente; c) 15 projetos para atender o Programa PATRONATO em parceria com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP); d) 14 projetos referentes ao Programa Bom Negócio Paraná, em parceria com a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL). Foram lançados os editais: Edital n.º 01/16 do Programa Universidade sem Fronteiras para contratação em 2017; Edital n.º 06/16 para contratação, em 2017, de 14 projetos para o Programa Bom Negócio Paraná, em parceria com a SEPL.

- Rede SETI Esportes - desenvolveu ações para melhorar os serviços prestados pelas universidades estaduais no campo da Educação Física e dos Esportes, por meio de parcerias com o Sistema Esportivo Estadual ou aproximando-as das oportunidades advindas da realização da Copa do Mundo em 2014 no Paraná e do chamado Ciclo Olímpico. As universidades estaduais estão representadas e atuam na Política Estadual de Esportes projetada para os próximos 10 anos, com apoio a isenção de taxas de inscrição e gastos nos Jogos Universitários Paranaenses (JUPs). Foram realizados: a) ajustes e parceria nas ações do Programa Paraná Saudável, de avaliação da obesidade infantil, junto às Secretarias de Estado de Esportes e do Turismo (SEET), da Saúde (SESA) e da Educação (SEED); b) continuidade aos trabalhos do projeto Talento Esportivo Paranaense (TOP) para execução das avaliações físicas nas IEES, e inclusão de membro no prêmio Orgulho Paranaense da SEET; c) ações para ampliar a oportunidade de qualificação do corpo docente das IEES no Programa de Pós-Graduação em Educação Física (UEL/UEM); d) parceria para viabilização de espaços nas IEES para efetivação dos escritórios regionais da SEET; e) implantação da Rede SETI na *web* (www.seti.pr.gov.br), com informações sobre a Rede, as universidades estaduais e trabalhos acadêmicos produzidos; f) ajustes e parceria para cursos paralímpicos, tendo sido realizados dois cursos

especializando 50 técnicos na área (três vagas exclusivas para cada universidade estadual no curso de capacitação para Classificador Funcional Paradesportivo); g) parceria com o Campeão Olímpico, Atleta do Século e Hall da Fama do Voley de Praia Emanuel Rego, para ministrar palestras e debates nas referentes ao Ciclo Olímpico; h) contatos e auxílio a cerca de 200 ações/ano de pesquisa, ensino e extensão em diversas áreas do esporte beneficiando a comunidade; i) participação na criação e execução da primeira edição dos Jogos Estudantis das Universidades Públicas do Paraná (JEUPP), realizados na UEPG; j) participação nas atividades do Comitê da Tocha Olímpica no Paraná; k) reuniões técnicas sobre os cursos de Educação Física e Esportes com oportunidades de parcerias; l) acompanhamento ao Centro de Treinamento e Departamento de Inteligência de Futebol (DIF) do Clube Atlético Paranaense com Comitativa da Victoria University.

- Foram nomeados de 261 agentes universitários para os hospitais universitários, sendo: 94 na UEL, 139 na UEM, 26 na UNIOESTE e 02 na UNESPAR. Além da nomeação de 14 docentes (por decisão judicial): 05 na UEL, 01 na UEM, 01 na UEPG, 01 na UNESPAR e 06 na UNIOESTE.
- Lançamento do Programa de Residência Técnica na área de Gestão Pública envolvendo a SETI, Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU), Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS), Secretaria de Estado da Administração e Previdência (SEAP), Casa Civil, UEL, UEM, UEPG e UNICENTRO. Serão ofertadas 275 vagas para residentes e 304 vagas para o Curso de Especialização pertinente a Residência para servidores estaduais (investimento de R\$ 14,8 milhões).
- Lançados editais para a realização dos cursos de Mestrado Profissional em Políticas Públicas (4.^a turma); Agroecologia (3.^a turma); e Assistência Farmacêutica (1.^a turma), no programa que prevê a capacitação do servidor estadual.

10.2 Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF)

Tem como função principal a gestão executiva dos recursos do Fundo Paraná, atendendo os eixos e programas estabelecidos pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT/PR). A legislação prevê que 2,0% da receita tributária estadual sejam transferidos ao FUNDO PARANÁ, parte na forma de ativos pertencentes ao Estado - 1,5% destinado às IEES e TECPAR, e 0,5% para apoio a programas e projetos. Desse montante, 40,0% destinam-se a projetos estratégicos da UGF, 40,0% para Fundação Araucária e 20,0% para o TECPAR. Em 2016, o orçamento previsto para apoio a projetos foi de R\$ 98,9 milhões, sendo que todos os pagamentos foram equacionados junto aos credores, incluindo os

repasses previstos na Lei (TECPAR e Fundação Araucária), possibilitando uma melhor gestão e operacionalização dos recursos.

Principais ações:

- Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural de Horticultura (UEM) - visa contribuir para o desenvolvimento econômico e social das pequenas propriedades que tem na horticultura sua principal fonte de renda, agregando medidas para elevar o nível de vida no meio rural, com investimento de R\$ 1,3 milhão.
- Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos - iniciada a Fase 3 (IEES, CPRA e TECPAR), que visa consolidar o Paraná como o Estado de maior produção de orgânicos do País, fomentando e promovendo a inovação tecnológica aos sistemas de produção orgânica para pequenos produtores rurais, além de organizá-los por meio de cooperativismo e/ou associativismo para a comercialização, com investimento no período de 2012-2018 de R\$ 8,2 milhões.
- Cine e Teatro Universitário Ouro Verde (UEL) - obra de reconstrução viabilizada com recursos do FUNDO PARANÁ, no valor de R\$ 14,7 milhões. O Estado conseguiu equacionar os pagamentos evitando novas paralisações por parte da construtora e, com o repasse integral dos recursos, a inauguração está prevista para o início de 2017.
- Programa TECNOVA - visa criar condições financeiras favoráveis e apoiar a inovação tecnológica, gerando crescimento rápido de empresas de micro e pequeno porte nacional, por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Governo Federal. Com recursos totais de R\$ 22,5 milhões (contrapartida de R\$ 8,2 milhões) para apoio aos Projetos de Inovação no Estado, foram contempladas 63 empresas.

10.3 Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)

Principais ações:

- Apoio aos empresários em busca de inovação e à Indústria plástica para melhorar processo produtivo.
- O Laboratório recebeu acreditação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) para analisar derivados de mandioca e trigo; e certificado do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para realizar análises em matrizes ambientais.
- Produção de 9,4 milhões de doses para *kits* diagnósticos de brucelose e tuberculose bovina.
- Pedido de patente do processo produtivo de vacina antirrábica foi depositado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

- Apoio à soluções em saúde e meio ambiente por meio do Centro Tecnológico voltado.
- Parceria com a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) visando proteger o conhecimento gerado no instituto.
- O TECPAR é a sexta empresa paranaense a receber a certificação da sua sala de nutriz pelo Ministério da Saúde. O selo, entregue em maio, atesta que o instituto atende os requisitos do Projeto Mulher Trabalhadora que Amamenta e confere o título de empresa amiga da amamentação.
- Apresentou soluções tecnológicas na área de biocombustíveis no Congresso Internacional de Biomassa (Cibio 2016); e sua experiência em energias renováveis (à frente do Projeto Smart Energy Paraná) em audiência pública na Assembleia Legislativa, para debater novas formas de gerar e distribuir energia.
- Disponibilização da vacina contra a dengue para a campanha do Estado do Paraná.
- Certificou sistemas de gestão de qualidade, meio ambiente, saúde e segurança ocupacional.
- Apoiou pequenas e médias empresas que buscam exportação.
- Firmou parceria para completar linha de medicamentos contra o câncer; e acordos na área da saúde com empresas europeias, visando desenvolver testes que oferecem mais eficiência ao tratamento de câncer de mama.
- Apresentou, em Maringá, o plano de investimentos na cidade.

10.4 Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR)

- Rede Paranaense de Monitoramento Hidrometeorológico (RePAMH Fase II): a) deu continuidade à expansão da Rede, abrangendo todos os municípios do Paraná, que consistiu na modernização, aquisição, instalação, operação e manutenção de estações telemétricas meteorológicas, hidrológicas e pluviométricas; b) aquisição de infraestrutura (*software*, *hardware* e caminhonete); c) aquisição de equipamentos (*hardware*) para processamento de dados, fusão e geração de produtos (servidores) e de comunicação (*switch*) para complementar a infraestrutura de monitoramento, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços de previsão de tempo e clima; d) implantação do sistema de armazenamento e *backup* composto por *Storage Oracle Sun ZS3-2* com 196TB (Tera Bytes) de capacidade bruta em disco, biblioteca de fitas *Oracle Storagetek SL3000* com oito *drives* LTO-6, licenciada para 300 fitas (adquirido por meio do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, Subprojeto Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres (FGRD), convênio BIRD/SEPL/SEMA); e) início da montagem da Sala de Monitoramento e Alerta de Riscos e Desastres, no SIMEPAR, com aquisição de mobiliário e estações de

trabalho, previstos no FGRD; f) estabelecimento de Contrato de Gestão com a SEMA/IAP, tendo como membros do comitê de monitoramento a SETI e a SEMA, objetivando serviços tecnológicos na produção de Base Cartográfica Complementar e Produtos de Análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

- Operação e atualização do portal de Monitoramento e Previsão Hidrometeorológica, concebido para atender demandas do ÁGUASPARANÁ e da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC), contendo dados hidrometeorológicos em tempo real, gráficos com limiares de alertas para cada uma das estações automáticas e telemétricas utilizadas, estimativas e previsão de chuva.
- Sistema de alerta meteorológico - funcionamento permanente, com a geração de boletins meteorológicos e alertas de eventos severos, para a CEPDEC.
- Operação e atualização da página do SIMEPAR, disponibilizando para a população a previsão do tempo para todos os municípios do Paraná, campos de precipitação em tempo real, gerados pelos Radares Meteorológicos (Teixeira Soares e Cascavel), bem como por imagens de satélites, dados de descargas atmosféricas, entre outros.

Secretaria da Comunicação Social



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

11 Secretaria de Estado da Comunicação Social

A Secretaria da Comunicação Social (SECS) cumpre a função de organizar, planejar, coordenar a execução e dirigir as ações relativas à comunicação do Governo do Paraná, atendendo a todas as unidades da administração direta e indireta.

Nesse sentido, desenvolve suas tarefas a partir da distribuição de atividades entre as áreas de Coordenação de Marketing e Coordenação de Imprensa e, como unidade indireta, a Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE) e o Serviço Social Autônomo E-Paraná Comunicação.

Em 2016, passou por reestruturação estratégica e organizacional da sua estrutura: nova Política de Comunicação e novo Portal da Transparência do Estado; implantação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e modelos de processos de trabalho para modernização, otimização e monitoramento de resultados.

11.1 Coordenadoria de *Marketing*

Responsável pelo planejamento de campanhas publicitárias de utilidade pública e de divulgação das ações de interesse da população paranaense, além da publicidade legal da administração direta e suas vinculadas.

Tem como eixo estrutural de trabalho a divulgação nos meios de comunicação do Paraná das realizações do Governo do Estado nas diversas áreas: social, saúde, segurança, infraestrutura, educação, emprego, turismo, atração de investimentos, obras e habitação, entre outras. Também foram realizadas para o Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN) campanhas educativas e de utilidade pública para orientação da população, além de demandas da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Agência de Fomento do Paraná, da Companhia Paranaense de Gás (COMPAGÁS) e da Companhia Paranaense de Energia (COPEL).

11.2 Coordenadoria de Imprensa e Conteúdos

Ocupa-se da produção jornalística de material editorial veiculado na Agência Estadual de Notícias, produz e distribui informações das atividades do Governo do Paraná, com reportagens de órgãos da administração direta e indireta. É responsável pelas áreas de produção de textos e fotos jornalísticas para a mídia impressa, matérias jornalísticas para rádio e registros em vídeo para as emissoras de televisão. A distribuição de informação tem como foco as ações realizadas pelas diversas esferas da administração pública estadual.

O *site* www.aen.pr.gov.br, principal plataforma para publicação de notícias dos órgãos de Estado, recebeu 3.680.057 visualizações no período. Até outubro, foram

publicados 3.955 textos (reportagens), 5.162 áudios (notícias para rádio), 23.815 fotografias e 5.202 vídeos.

O conteúdo disponibilizado é de livre utilização pelos meios de comunicação (jornais, revistas, sites, rádios e televisões), com a recomendação de que seja atribuído crédito para a Agência de Notícias do Paraná no caso de publicação/veiculação da reportagem.

11.3 Coordenadoria de Comunicação Integrada

Criada em 11 de agosto de 2016, por meio do Decreto n.º 4.775, é responsável pela elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano de Comunicação Integrada e Estratégica do Governo do Estado, consoante à Política de Comunicação Social Estadual; pela promoção da integração das ações e a otimização dos recursos envolvidos pelas unidades da SECS; pela elaboração e aplicação de planejamentos estratégicos de comunicação envolvendo Coordenadoria de *Marketing* e Coordenadoria de Imprensa e Conteúdos para lograr êxito nas divulgações de ações do Governo do Paraná; pela promoção da divulgação das ações de Governo para o público interno, pela produção de eventos de formação e iniciativas de capacitação que promovam a cultura de comunicação integrada na estrutura governamental; pelo planejamento, execução e aplicação de ações voltadas às redes sociais do Governo, bem como para a Comunicação Regionalizada.

Atuou em parceria com as demais Coordenações, desenvolvendo matérias jornalísticas alinhando publicidade com conteúdo jornalístico.

Principais atividades realizadas:

- Comunicação Regionalizada - produção de matérias específicas para cada município, tais como, edição de matérias para revistas, jornais e rádios, edição de matérias de programas do Governo do Estado.
- Mídias Sociais - responsável por elaborar, produzir, diagramar, editar e monitorar material para as redes sociais (*Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *YouTube*) do Governo do Paraná. Atuou com foco nas notícias do Estado, geradas pela Agência Estadual de Notícias, e nos assuntos prioritários de cada Secretaria, buscando gerar conteúdo de interesse e apresentar serviços relevantes para a população. Total de seguidores das Redes Sociais até outubro: a) *Facebook* Governo do Estado, 225.661 seguidores (impressões totais - 49.444.478 pessoas); b) *Instagram* Governo do Estado, 5.776 seguidores; c) *Twitter* Governo do Estado, 9.003 seguidores (impressões totais - 1.203.500 pessoas); d) *YouTube* Governo do Estado, 52 vídeos (4.402.979 visualizações).

11.4 Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE)

Produz e divulga programas com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas. É referência na programação educativa do Estado e na promoção cultural e artística paranaense. Consiste na união das rádios FM e AM Educativas, da Televisão Educativa É-Paraná e do Canal da Música.

Na reorganização institucional, os avanços foram pautados na expectativa da realização do teste seletivo para a regularização da contratação em regime de cachê, com as seguintes ações estratégicas:

- Revisão dos processos e descrições de funções.
- Intensificação no diálogo com o Serviço Social Autônomo E-Paraná Comunicação, para alinhar questões primordiais visando a reconfiguração do teste seletivo.
- Palestra: Resiliência e a capacidade de lidar com as mudanças - ministrada com a intenção de ampliar o diálogo com os profissionais envolvidos e minimizar os impactos do processo de substituição dos recursos humanos, que prevê a renovação de até 70,0% dos quadros.
- II Pesquisa de Clima Organizacional – realizada em junho, para verificar a percepção dos recursos humanos em relação à RTVE no período de um ano e os efeitos da perspectiva da realização do teste seletivo. Os resultados revelaram que as medidas adotadas com o objetivo de reduzir a burocracia e melhorar a relação entre a organização e seus colaboradores apresentaram bons resultados. Obteve como resultado à pergunta A cultura organizacional adotada na empresa favorece a execução de minhas atividades? 47,0% de respostas positivas, 36,4% responderam à questão como mais ou menos e 16,7% de respostas negativas; em relação à pergunta A burocracia adotada na empresa favorece a execução de minhas atividades? 39,4% de respostas positivas, 33,3% responderam a pergunta como mais ou menos e 27,3% de respostas negativas.

11.4.1 Jornalismo

Produz conteúdo com a missão de informar e promover a cidadania e a cultura aos paranaenses, com qualidade da informação e técnica jornalística. Os telejornais veiculam conteúdo focado, principalmente, nos serviços a que o cidadão tem acesso, como saúde, emprego, segurança e educação. A produção trabalha com entrevistas esclarecedoras em estúdio e reportagens especiais, que abrangem a arte, o esporte e o turismo no Paraná.

Compõem a grade fixa dois jornais, dois programas de esportes e oito de variedades. Foram produzidas 1.770 matérias jornalísticas; destas, 945 foram pautas do Governo Estadual (274 foram exibidas em rede nacional pela TV Cultura e pela TV Brasil). A programação televisiva transmitiu ao vivo eventos cívicos, culturais, religiosos, esportivos e de interesse público. Entre as coberturas ao vivo, destacam-se: a) eleição municipal 2016,

primeiro e segundo turnos; b) Paralimpíada Rio, em parceria com a UEGA e a SEET, abordou as principais modalidades em que participaram os atletas incentivados pelo programa Talento Olímpico do Paraná (TOP), com equipe exclusiva alocada, o programa É-Esporte foi transmitido ao vivo diariamente do Parque Olímpico; c) XXII Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica (SENDI), fórum de inovação e debates, realizado pelo Instituto Abradee de Energia, sob a coordenação da Copel Distribuição S.A.

O É-Cultura é o único programa local diário sobre cultura. Os temas enfocam a cultura paranaense, ao abordar o trabalho de artistas de talento que residem aqui. A produção investe em reportagens especiais como forma de levar ao telespectador um aprofundado estudo sobre a cultura local. Passou por reformulação no formato e no horário de exibição; vai ao ar às 13h00, de segunda a sexta, com reprise às 00h30. Com novo cenário, mais moderno e prático, permite maior interação entre entrevistados, músicos convidados e apresentadores. A equipe de profissionais é composta por jornalistas especializados e artistas da área da música, artes visuais e artes cênicas.

11.4.2 Departamento de Assessoria de Imprensa e Mídias Digitais

Responsável por elaborar, produzir e gravar material para as redes sociais (*Facebook, YouTube, Snapchat, Twitter, Whatsapp e Instagram*) e para o *site* da RTVE, além de distribuir *releases* institucionais para vários veículos de comunicação. Os materiais gerados englobam as diversas manifestações artísticas do cenário estadual e nacional.

A média mensal de seguidores das Redes Sociais foi: a) 21.823 no *Facebook* É-Paraná, 10.762 no *Facebook* É-Esporte e 6.653 no *Facebook* Canal da Música; 2.705 no *Instagram*; 3.826 no *Twitter*; além de 8.146 visualizações no *Snapchat* e 179.708 visualizações no *YouTube*.

O *site* da RTVE alcançou 848.737 visualizações, 232.813 novos visitantes e 162.818 retornos de visitantes até novembro.

11.4.3 Rádio

Há 61 anos em atividade, a Rádio Educativa aproxima-se cada vez mais dos seus ouvintes. O lançamento do aplicativo via celular/smartphone e o atendimento pelo *WhatsApp* possibilitaram maior interatividade com o público de diversas partes do Brasil e do mundo. As tecnologias digitais representam um marco na comunicação e, por isso, a Rádio esteve atenta e buscou novas ferramentas de interação com o ouvinte, por meio do *site*, *Facebook*, e-mails e aplicativos.

A Música Popular Brasileira sempre foi executada com maestria pela emissora, além de outros programas que contemplam vários segmentos, como música erudita, *jazz*, tango, regional, *rock* e *world music*.

A programação das emissoras foi a seguinte: a) AM 630 - quatro programas de entrevistas, 10 programas musicais com entrevistas, dois interprogramas; b) FM 97.1 - 35 programas musicais, um jornal, dois programas musicais com entrevistas, seis programas musicais de diferentes nacionalidades e quatro programetes.

11.4.4 Central de Produção Cultural

Responsável por elaborar, produzir e gravar programas que tenham relevância artística e cultural, priorizou a divulgação das artes paranaenses, cultura popular ou erudita, clássica ou contemporânea, alternativa ou mainstream.

Os produtos gerados englobaram as diversas manifestações artísticas do cenário estadual e nacional. Foram executadas 84 produções e 311 transmissões, além de 90 interprogramas produzidos, de curta duração (2 a 5 minutos cada), 54 chamadas promocionais, 390 chamadas de programação e 32 vinhetas, aberturas e produções visuais.

11.4.5 Diretoria de Relações Institucionais

Visando prospectar parcerias para projetos e programas da É-Paraná, articular e desempenhar o papel de interface entre artistas e outros profissionais da cultura, empresas patrocinadoras, espaços culturais e público em geral, e definir estratégias de parcerias e serviços com entes públicos, destaca-se: a) pesquisa de viabilidade jurídica para apoio cultural à É-Paraná (legislação, pareceres do TCU, jurisprudência; b) pesquisa de editais e leis de incentivo para inscrição de projetos da É-Paraná (projeto Cordel do Choro para o Edital do BNDES); c) pesquisa de edital de chamamento público para credenciamento de captadores de recursos para os projetos da É-Paraná; d) elaboração do folder comercial; e) levantamento de dados, como área de abrangência, audiência, grade de programação e perfil do público da É-Paraná; f) assinatura do termo de parceria com a TV Cultura.

11.4.6 Eventos

O Teatro Canal da Música recebeu um público estimado de 48.000 visitantes e promoveu atrações variadas de música, de dança, teatro e exposições de diversos tipos de arte, além de palestras e eventos (corporativos ou promovidos por secretarias do município e do Estado). Merece destaque a realização da 18.^a e 19.^a Feira de Vinil, que possibilitou o intercâmbio de expositores do Paraná, Santa Catarina e São Paulo e mobilizou a comunidade local com a promoção de diversas atividades que propiciaram benefícios a entidades de cunho social. Na busca de alternativas para expandir a área dedicada à cultura, converteu-se a área externa destinada ao estacionamento em um novo espaço cultural.

11.4.7 Diretoria Técnica

Principais atividades:

- Implantação das Unidades Móveis de Jornalismo (Mochilinks).
- Início do projeto executivo das novas instalações com a AD Digital.
- Tratativas para o Convênio Técnico, Operacional e de Conteúdos com a TV Cultura de São Paulo, que englobará o compartilhamento e reformulação da distribuição do sinal via satélite e a viabilização técnica para a multiprogramação no canal digital.

11.5 E-Paraná Comunicação

O Serviço Social Autônomo E-Paraná Comunicação desenvolveu atividades dirigidas à produção de conteúdos e imagens e à prestação de serviços de produção e distribuição de material audiovisual com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública.

Em 2016, deu continuidade ao processo de estruturação, destacando-se: a) assinatura de Termo/Acordo de Ajustamento com a RTVE solicitando a retomada do concurso público, convertido como teste seletivo (art. 13 Lei Estadual n.º 17.762/2013); b) redefinição de diretrizes de comunicação pública; c) Lei Estadual n.º 17.762/2013 – apresentada, ao Conselho de Administração e à SECS, proposta de alteração em relação à finalidade, à visão e aos objetivos da E-Paraná Comunicação, à não cumulatividade do cargo de Diretor-Presidente com a função de Presidente do Conselho de Administração, além de esclarecer a situação do regime de contratação e jurídico dos diretores executivos; d) proposta de alteração do Estatuto e do Regimento Interno que trata da construção da identidade Epr Comunicação junto à opinião pública; e) proposta de alteração da estrutura organizacional e do Plano de Cargos e Salários (aceita por unanimidade pelo Conselho de Administração).

O Projeto Comunica Paraná, plataforma de facilitação do fluxo de informações entre a SECS e os Núcleos Regionais do Estado do Paraná, caracteriza-se como uma Rede de Comunicação Regional e encontra-se em fase de implantação, sob a coordenação da SECS. No escopo da Política de Comunicação do Governo do Estado foram utilizadas as seguintes diretrizes:

- Humanização - adotar abordagens com foco no cidadão, processando as informações com direcionamento ao impacto direto em sua vida, evidenciando comprometimento e respeito ao ser humano e suas diversidades.
- Regionalização - estudar e compreender a realidade do Estado de forma regionalizada e estratégica, a fim de promover ações de comunicação de maneira segmentada, contextualizada e articulada para o desenvolvimento regional.

- Diálogo - priorizar uma comunicação em que haja estímulo à interação e protagonismo da população, buscando o estabelecimento de diálogos produtivos junto às comunidades e o fortalecimento da participação social.

A proposta do Comunica Paraná é que os servidores das diversas unidades regionais da administração direta e indireta do Estado possam ter no ambiente virtual um local seguro, ágil e eficiente para compartilhar suas ideias e informações. A meta é estar ainda mais perto da realidade dos cidadãos pelo interior do Paraná, abrindo novos canais de diálogo e fortalecendo a comunicação pública como ferramenta de transformação social.

O I Encontro de Comunicação Pública do Paraná, idealizado pela E-Paraná Comunicação, foi realizado pela SECS, em novembro, em parceria com a Escola de Gestão, para promover o tema da Comunicação Pública. Voltado aos profissionais de comunicação atuantes na esfera estadual dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário o evento objetivou promover a cidadania e mobilizar o debate de questões afetas à coletividade, buscando alcançar, em estágios mais avançados, negociações e consensos.

Secretaria da Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

12 Secretaria de Estado da Cultura

A Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) é responsável pela implantação e gerenciamento das políticas culturais do Paraná, que incluem a realização de projetos, estratégias e ações que reconheçam, valorizem, fomentem, incentivem, promovam, difundam e garantam a perpetuação dos bens culturais - materiais e imateriais do Estado.

O Programa de Fomento e Incentivo à Cultura do Paraná (PROFICE), que tem por finalidade promover a aplicação de recursos financeiros provenientes do Fundo Estadual de Cultura (FEC) e do Incentivo Fiscal em projetos culturais, entrou em fase de captação de recursos em 2016. No primeiro edital foram aprovados 174 projetos com atividades culturais previstas em 209 cidades paranaenses. Para tanto, o Estado do Paraná, por meio da Resolução n.º 681/2015 da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), garantiu R\$ 25,0 milhões para o biênio 2016-2017. Até o início de novembro, existiam 31 projetos com mais de 70,0% do valor captado e sete com captação iniciada. Até o fim de outubro, o valor captado foi de aproximadamente R\$ 5,5 milhões.

O Programa Circula Paraná destinou recursos para apoio a projetos culturais aprovados na Lei Rouanet. Os incentivos fiscais são para projetos, de pessoas físicas ou jurídicas, sediadas ou domiciliadas no Paraná, voltados à circulação de produtos culturais e à realização de mostras, festas e festivais de arte e cultura (Decreto n.º 1.715 de 24/6/2015 e Resolução n.º 084/2015 SEEC).

Em 2016, o Conselho Estadual da Cultura (CONSEC), órgão colegiado composto paritariamente por 36 representantes da sociedade civil e do poder público com a finalidade de promover a participação da sociedade na formulação das políticas públicas de cultura do Paraná, realizou quatro reuniões de trabalho e aprovou o projeto de lei do Plano Estadual de Cultura do Paraná (PEC-PR), que vai nortear as políticas públicas da cultura para os próximos dez anos. O projeto de lei encontra-se na Casa Civil para encaminhamento à Assembleia Legislativa do Paraná.

A SEEC, por meio das Coordenações de Incentivo à Cultura, Ação Cultural e Núcleos Regionais, prestou assessoria técnica a municípios, com capacitação para gestores municipais sobre sistemas municipais de cultura; conferências municipais, intermunicipais e regionais de cultura; auxílio na elaboração de projetos; organização interna do órgão gestor e elaboração de editais; e atendeu diretamente nos municípios de Campo Mourão, Guaraqueçaba, Lapa, Londrina, Maringá, Paranaguá, Ponta Grossa e Pontal do Paraná.

Em janeiro, foi realizada a primeira edição da Viradinha Cultural Paraná, na Praia Brava do Balneário de Caiobá, em Matinhos. Foram 16 dias de atividades com programação voltada ao público infanto-juvenil, de 5 a 14 anos, mas aberta a toda a comunidade. Com público diário de 400 pessoas, entre crianças, jovens e adultos, a Viradinha alcançou cerca de 6.000 veranistas e gerou aproximadamente 200 empregos indiretos temporários.

Outra ação voltada ao público infanto-juvenil foi o Domingo tem Teatro, com a seleção de 24 espetáculos de teatro para crianças e adolescentes. De agosto a dezembro, todos os domingos, às 11h, um espetáculo foi encenado ao público nos palcos do Teatro Zé Maria. Uma opção de lazer e entretenimento de qualidade, que ainda valoriza a produção cultural dos grupos teatrais do Estado. O ingresso era um brinquedo novo ou em bom estado, que foi doado ao PROVOPAR Estadual.

A SEEC lançou, entre outros, os editais: a) Prêmio Arte Paraná, que selecionou 24 projetos nas áreas de circo, dança, música e teatro, com oito apresentações de cada espetáculo, no mínimo, em quatro macrorregiões do Paraná, totalizando 192 apresentações em 63 municípios, com destinação total de recursos na ordem de R\$ 450,0 mil; b) Licenciamento de Filmes Paranaenses, visando estimular a difusão do audiovisual paranaense, selecionou curtas e longas-metragens para veiculação na Rádio e TV Educativa do Paraná (RTVE) pelo período de 24 meses, foram 47 filmes inscritos nas categorias longas-metragens ou telefilmes de documentário, longas-metragens ou telefilmes de ficção e curtas-metragens, com o valor investido de aproximadamente R\$ 150,0 mil.

Na área de Economia Criativa, consolidou a atuação da Incubadora Paraná Criativo, programa de promoção ao desenvolvimento sustentável de atendimento e suporte a profissionais e empreendedores que atuam nesse setor, por meio de ofertas de serviços de consultoria, assessoria técnica e capacitação profissional, dentre outros serviços voltados à qualificação da gestão de projetos e negócios com foco na sustentabilidade de micro e pequenos empreendedores criativos. O programa está inserido nas políticas do Ministério da Cultura com convênio firmado no valor de R\$ 1,5 milhão. De março a outubro, a Incubadora promoveu ciclos de formação em Economia Criativa em Araucária, Cambé, Cascavel, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Paranaguá, Paranavaí, Ponta Grossa e Umuarama e realizou dois Encontros de Economia Criativa, levando especialistas de renome nacional às cidades de Paranavaí e Ponta Grossa.

O projeto Agentes de Leitura do Paraná, que tem como objetivo facilitar o acesso ao livro e incentivar a leitura entre crianças e adolescentes, atendeu de março a junho cerca de 30.000 crianças e adolescentes nas cidades de Apucarana, Foz do Iguaçu, Paranaguá e Pinhais. Foram capacitados 64 agentes de leitura para atendimento direto à população. Realizado pela SEEC e Biblioteca Pública do Paraná, em parceria com a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS), com o apoio do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) e recursos do Fundo para a Infância e Adolescência do Paraná (FIA).

No Mês da Literatura do Paraná, realizado de agosto a setembro, 11 escritores paranaenses percorreram 25 municípios do interior do Estado. Cada autor visitou entre duas e três bibliotecas, em um bate-papo com o público sobre suas obras, leitura e formação de leitores. Na abertura, foi realizado o concerto Paulo Leminski - Canções e Poemas, em homenagem ao nascimento do poeta, com público de 1.700 espectadores e o encerramento

coincidiu com o aniversário de 80 anos da Academia Paranaense de Letras, criada em setembro de 1936.

Em novembro, a SEEC promoveu o Mês da Consciência Negra no Museu Paranaense. A programação foi resultado de uma grande articulação com diferentes representantes do meio cultural e elaborada em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEED), a SEDS, o Conselho da Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR) e o Conselho Estadual de Cultura (CONSEC). Foram realizadas atividades culturais e artísticas, tais como palestras, oficinas, exposições e shows, com destaque para o seminário Reflexões, percepções e desafios para a superação do racismo institucional.

Na área de Patrimônio Cultural, foi instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o Patrimônio Cultural Paranaense por meio do Decreto n.º 4.841, de 17 de agosto de 2016. A partir de agora, as manifestações que possuem relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade paranaense podem ser registradas como Patrimônio Cultural Imaterial, em quatro grandes áreas: Saberes (conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades), Celebrações (rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social), Formas de Expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas) e Lugares (mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas).

A Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC) atuou também na fiscalização, orientação técnica, análise e/ou aprovação de projetos de bens tombados individualmente, como da Casa Emílio Romani, do Edifício do Ministério Público, do Parque Gomm e do Jockey Club do Paraná, em Curitiba; Museu do Tropeiro e Estação Ferroviária de Castro; Projeto Paisagístico da Orla de Matinhos; e Solar Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, em Palmeira. Prestou assessoria técnica aos municípios de Bela Vista do Paraíso, Curitiba, Piên, Pinhais, Piraquara e Tijucas do Sul referente à criação de leis municipais de tombamento; realizou a digitalização de 4.894 imagens do acervo fotográfico dos bens de interesse e a revisão e digitalização de seis Livros Atas do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (CEPHA). O CEPHA aprovou o tombamento do Museu Histórico Professor José Alexandre Vieira, no município de Palmas.

A Coordenação do Sistema Estadual de Museus (COSEM), responsável por promover a articulação entre os espaços expositivos da Secretaria e desenvolver programas de assessoria técnica na área da museologia, registrou 542.837 visitantes em 104 exposições, de janeiro a outubro, nos museus Alfredo Andersen, de Arte Contemporânea do Paraná, da Imagem e do Som do Paraná, Oscar Niemeyer, Paranaense, e no Centro Juvenil de Artes Plásticas. Em relação ao mesmo período de 2015, houve um aumento de 52,0% no total de público nos espaços da SEEC. A COSEM deu continuidade à parceria entre a SEEC e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), que desenvolveu o sistema Pergamum Museus para catalogação e gestão de acervos museológicos, com cerca de

187.000 objetos catalogados (até novembro); mantém atividades de apoio técnico e capacitação, atendendo demandas específicas de cada município, garantindo a qualidade e a continuidade das ações museológicas e museográficas. Foram realizados cursos de capacitação técnica em Cascavel, Curitiba, Londrina e São José dos Pinhais. Deu-se início ao projeto de modernização de equipamentos e reaparelhamento dos museus da SEEC e suas unidades, por meio de parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), no valor de R\$ 256,0 mil.

Em abril, o Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS-PR) voltou a funcionar em sua sede oficial, o Palácio da Liberdade, no centro de Curitiba. O edifício, que já foi sede do Governo Estadual, estava fechado desde 2003. De 2012 a 2014 o prédio passou por obra de restauro e, em 2015, foi realizado todo o projeto de iluminação e adaptação dos espaços de trabalho. O investimento total no restauro foi de R\$ 2,2 milhões. O MIS-PR é o segundo museu mais antigo do país do gênero e seu acervo conta uma boa parte da história do Paraná, sendo alvo constante do interesse de pesquisadores de diversas áreas. A reabertura do espaço é uma demonstração de respeito pela história e cultura paranaense.

Outro espaço expositivo que conta a história do Paraná e foi destaque em 2016 é o Museu Paranaense (MP), que aumentou em 40,0% o número de visitas em comparação ao mesmo período do ano passado. Até outubro, foram 43.000 visitantes, sendo 13.000 escolares e 1.300 professores de 380 escolas (públicas e privadas). Foram mantidas sete exposições de longa duração, 16 temporárias e nove itinerantes, atendendo às cidades de Londrina, Peabiru, Santa Helena e Fênix, além de seis em diferentes espaços de Curitiba, como clubes, shopping centers e faculdades. Em relação aos eventos promovidos pelo museu, os mais importantes foram: a celebração do Mês do Índio, com a participação do povo Fulni-ô, de Pernambuco; as comemorações do aniversário de 140 anos do Museu Paranaense e a realização das atividades do Mês da Consciência Negra.

Entre os espaços expositivos da SEEC, o Museu Oscar Niemeyer (MON) se destaca como o maior museu de arte da América Latina, e como instituição de referência em artes visuais, com 35.000 m² de área construída e 17.000 m² de área para exposições. Principal ícone cultural do Paraná, o MON busca maior proximidade com o público por meio do trabalho da Ação Educativa, que desenvolve atividades durante os dias de programação especial no museu, como a Quarta Gratuita, o Domingo + Arte e a Quinta + MON. Em 2016, atendeu cerca de 49.000 visitantes, com 26.585 participantes em oficinas artísticas e visitas mediadas (17.766 estudantes de escolas públicas e 8.819 estudantes de escolas privadas). No programa Colônia de Férias, dedicado ao público infantil de 06 a 11 anos, foram atendidas 515 crianças. O Projeto Permanência no MON, que oportuniza momentos de ampliação cultural aos professores de arte do Ensino Fundamental, teve a participação de 300 professores, e 21.600 participantes de universidades, instituições filantrópicas, agências de turismo, ações sociais, idosos, secretarias de Estado, entre outros. O MON deu continuidade ao Programa Sou Patrono, que busca sensibilizar a sociedade para o

mecenato ao contribuir para a ampliação do acervo do museu e valorização da arte. Foram adquiridas três obras dos artistas Julio Le Parc, Regina Silveira e Mira Schendel e recebidas 79 obras por meio de doação. No Projeto de Acessibilidade, que visa à melhoria do atendimento às pessoas com deficiência, foi implantada a pista tátil para deficientes visuais e baixa visão com áudio guia. Eleito pelos curitibanos a construção mais bonita da cidade, o voto popular também proporcionou o título de 4º melhor museu do Brasil e o 6.º da América do Sul eleito pelo *site* de viagens Trip Advisor, e é o único do Brasil entre os 10 espetaculares museus do mundo, segundo a emissora de TV britânica BBC.

12.1 Administração Indireta

12.1.1 Centro Cultural Teatro Guaíra (CCTG)

O CCTG tem por finalidade promover o desenvolvimento das artes cênicas, da música, da dança e a apresentação de espetáculos artístico-culturais. Realizou até o início de novembro as seguintes atividades por meio de seus corpos estáveis e outras produções:

- Balé Teatro Guaíra - 21 apresentações das obras: Cinderela (04), Trânsito e Orikis (09), Romeu e Julieta (06) e Plataforma Novos Criadores (02); sendo seis em Curitiba, duas em Cascavel-PR e Recife-PE, e uma apresentação nas cidades de: Maringá, Ponta Grossa, Pato Branco, Campo Mourão, Marialva, Toledo, Blumenau-SC, Joinville-SC, Caxias do Sul-RS, Porto Alegre-RS e São Caetano do Sul-SP, para um público de 14.869 espectadores.
- Orquestra Sinfônica do Paraná - 36 concertos com repertórios diversos, em Curitiba (26), Pinhais (03), Araucária (03), Mandirituba (03) e Castro (01), para um público de 41.587 espectadores.
- G2 Cia de Dança - 17 apresentações com as coreografias La Cena (13) e Blow Elliot Benjamin (04), em Curitiba (07), Pinhais (01), Jacarezinho (01) e em Fortaleza-CE (08), para um público de 4.357 espectadores.
- Escola de Dança Teatro Guaíra - participação em 45 eventos, nas cidades de Curitiba (22), Piraquara (01), Campina Grande do Sul (02), Colombo (01), Campo Largo (01), Arapoti (01), Quatiguá (01), Ponta Grossa (01), Fazenda Rio Grande (02), Itajaí-SC (03), Brasília-DF (03), Florianópolis-SC (05) e Indaiatuba-SP (02), para um público estimado de 22.674 espectadores.
- 20.º Festival Espetacular de Teatro de Bonecos - realizado em Curitiba, com 322 apresentações e 33 espetáculos de 32 companhias oriundas de Curitiba (21), São José dos Pinhais (01), Maringá-PR (01), Paranaguá-PR (01), Itajaí-SC (01), Jaraguá do Sul-SC (01), São Paulo-SP (01), Bauru-SP (01), Natal-RN (01), João Pessoa-PB (01), e Fortaleza-CE (01) e Buenos Aires-Argentina (01), para um público estimado de 4.574 espectadores.

- O Homem Desconfortável pelo Teatro de Comédia do Paraná - produziu o espetáculo, tendo realizado 11 apresentações no Auditório Salvador de Ferrante, o Guairinha, para um público total de 1.280 espectadores.
- Além de suas próprias produções, viabilizou a realização de 479 apresentações de espetáculos e eventos de produções locais, nacionais e internacionais dos mais variados gêneros artísticos, em seus três auditórios e no Teatro Zé Maria, para um público de 183.653 espectadores.

12.1.2 Biblioteca Pública do Paraná (BPP)

A BPP realizou diversas atividades em continuidade ao trabalho de transformação do espaço em ponto cultural referência para a população. Destaca-se:

- Um Escritor na Biblioteca - foram realizados quatro encontros, com a participação dos escritores Silviano Santiago, Miguel Sanches Neto, Mário Bortolotto e Zuenir Ventura. Em formato de bate-papo, com a presença de um mediador, um autor é convidado a falar sobre bibliotecas e livros. Desde sua criação, mais de 40 grandes escritores da literatura brasileira contemporânea passaram pelo projeto.
- Uma noite na Biblioteca - foram realizadas duas edições do projeto que leva crianças de 7 a 13 anos para uma divertida noite dentro da BPP. Uma delas, pela primeira vez, em Paranaguá, na Biblioteca Mário Lobo, sucursal da BPP. Em média, 50 crianças participam a cada evento. As atividades iniciam às 18h do sábado e acabam na manhã de domingo. Com grande aceitação por parte do público, o projeto entrou no calendário cultural da cidade.
- Jornal Cândido - em 2016 o jornal completou cinco anos. Desde agosto de 2011 o jornal é distribuído em diversos pontos de cultura da cidade, como museus da SEEC, cafés, livrarias e Faróis do Saber. Sua linha editorial é voltada para a difusão do livro, leitura e literatura e publica mensalmente textos sobre grandes nomes da literatura nacional e mundial, matérias sobre o mercado editorial, perfis e inéditos - contos, crônicas e poemas e dá visibilidade à literatura paranaense, resgatando autores do passado e promovendo nomes do presente.
- Biblioteca Paraná - selo editorial criado em 2011 que publica livros de diversos gêneros - conto, poesia, romance, entrevistas, artes gráficas, edições fac-silimares. Em 2016, foram lançados os títulos: Comédia Paranaense 2016 - Concurso de Dramaturgia do Teatro de Comédia do Paraná / 5 peças; Retrato de um Artista, com desenhos de 30 escritores feitos por 20 ilustradores; e a 3.^a edição da Coleção BPP de Marcadores de Página, homenageando seis escritores nacionais e estrangeiros.
- Projeto Aventuras - os projetos Aventuras Literárias, Aventuras Musicais e Aventuras Teatrais são voltados ao público infantil e buscam a interação entre artistas e

público. Mensalmente, crianças e adolescentes são convidados a participar de bate-papo com autores literários e a assistir apresentações musicais e teatrais. Em 2016, mais de 20 grupos de artistas e escritores participaram dos projetos.

- Oficinas de Criação Literária e Ilustração - aliam teoria e prática à experiência dos convidados, colocando o público em contato com diversos gêneros de escrita. Foram realizados cursos de Ilustração (Eloar Guazzelli), de Contos (Cíntia Moscovich) e de Poesia (Ricardo Chacal).
- Coral Cantateca - atividade cultural oferecida à comunidade, conta com 25 crianças de 7 a 16 anos e alia o estudo da música com textos de autores consagrados da literatura brasileira.
- Semana Nacional do Livro e da Biblioteca - realizada de 23 a 29 de outubro, promoveu uma série de atividades como: apresentações musicais, bate-papos com escritores e exibição de filmes com audiodescrição.
- 5.º Encontro de Pessoas com Deficiência Visual - palestras e debates de temas referentes ao deficiente visual.

Secretaria do Desenvolvimento Urbano



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

13 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) tem como missão definir as políticas, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades ligadas ao desenvolvimento urbano e regional, incluindo as aglomerações urbanas do meio rural, além de integrar os municípios, a fim de ordenar o pleno desenvolvimento das cidades e garantir o bem-estar dos habitantes.

13.1 Administração Direta

- Convênios: a) celebrados 127 convênios para repasse de recursos a municípios para execução de ações na área de infraestrutura urbana (obras e aquisição de equipamentos), totalizando R\$ 66,8 milhões, sendo que até o início de novembro foram pagos R\$ 14,2 milhões; b) repasse de recursos, referente a convênios de 2014 e exercícios anteriores, destinados à execução de obras de infraestrutura urbana, incluindo o Programa Calçadas Paraná, aquisição de equipamentos e imóveis e execução de planos diretores. No encerramento do exercício de 2015, registrou-se um saldo a pagar de R\$ 72,7 milhões, foram pagos R\$ 41,0 milhões até o início de novembro.
- Estatuto da Metrópole (EM) - visando a implementação da Lei n.º 13.089/2015, foram realizados: a) estudos para a revisão das atuais Regiões Metropolitanas (RMs) e a identificação da finalidade dos espaços do território paranaense que não se constituam em aglomerações urbanas e microrregiões e para a determinação de parâmetros definidores de RMs no Estado; b) estudos para Termos de Referência, para a identificação das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs); c) definição de diretrizes para a revisão da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Paraná; d) reuniões com representantes da Comissão para Assuntos Metropolitanos da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) para encaminhamentos da revisão das atuais RMs e criação das novas; e) minutas de Termo de Referência para a proposta de Governança Interfederativa (GI) e para a contratação dos Planos de Desenvolvimento Urbanos Integrados (PDUIs) para cada RM; f) celebração de Termo de Cooperação Técnica com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) para as atividades inerentes a implementação do EM; g) debates das propostas da SEDU no Conselho Estadual das Cidades (CONCIDADES/PR) e com representantes da União de Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná (UVEPAR); h) elaboração de parâmetros para definição dos níveis de metropolização dos municípios integrantes das quatro RMs propostas que embasarão os recortes políticos-administrativos das novas regiões; i) elaboração, em conjunto com o IPARDES e o PARANACIDADE, de

mapas temáticos e planilhas de indicadores que demonstram as interfaces das RMs de Cascavel, Curitiba, Londrina e Maringá com as FPICs de mobilidade, uso do solo e meio ambiente; j) tratativas com a SETI referente aos PDUIs das RMs e montagem de proposta do Caderno Ilustrativo sobre pesquisas conduzidas em 2016 para implantação do EM; k) participação em diversas reuniões.

- Colaboração na análise de projeto de implantação de abrigos de ônibus da cidade de Londrina, com a elaboração de pareceres técnicos, em parceria com a Prefeitura de Londrina, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e o Coordenador da Região Metropolitana de Londrina. Elaboração de Plano de Ações Institucionais e de Infraestrutura para o município de Antonina.
- Programa de Qualificação de Servidores Municipais: a) Plano Diretor Municipal (PDM) e Parcelamento do Solo para fins Urbanos - participação na promoção dos 10 encontros, que visaram orientar a construção de cidades sustentáveis por meio do fortalecimento e integração de parte da legislação urbanística que compõe o PDM, com 195 participantes de 81 municípios e carga horária de quatro horas cada; b) Revisão e Atualização do Código Tributário Municipal – realização de seis encontros, com 72 participantes de 76 municípios, com carga horária de oito horas cada, visando apresentar os critérios a serem utilizados na revisão do Código Tributário.
- Conselho Estadual das Cidades (CONCIDADES PARANÁ) - tem por finalidade acompanhar e propor ações na área do desenvolvimento urbano. Até outubro, foram realizadas duas reuniões ordinárias e organizado o Seminário Preparatório para a 6.ª Conferência Estadual das Cidades, que teve a participação de 150 representantes de diversos municípios paranaenses. Foram formadas as comissões para o acompanhamento das Conferências Municipais, além da organização e documentação para a Conferência Estadual e a elaboração dos materiais de esclarecimento e orientação. Ocorreu a efetivação de 235 Conferências Municipais com a eleição de 1.398 delegados municipais titulares que, acrescidos dos 301 delegados que serão indicados por entidades de âmbito estadual, resultará numa presença prevista de 1.699 delegados habilitados a participarem da 6.ª Conferência Estadual prevista para o início de 2017, na qual serão eleitos 80 delegados representantes do Paraná para participarem da 6.ª Conferência Nacional das Cidades.
- Participação em diversas reuniões de Conselhos, Grupos de Trabalhos e assemelhados.
- Gestão Financeira do Orçamento (até 07 de novembro):

MÊS	APROVADO (R\$)	LIBERADO (R\$)	CONTIGENCIADO (R\$)	A PAGAR (R\$) (incluindo R.P.)	PAGO (R\$) (despesas 2016)
TOTAL	162.210.761,00	76.675.297,00	91.964.334,00	84.328.043,91	40.623.476,89

13.2 Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC)

Tem por objetivo coordenar as ações de interesse público e planejar soluções conjuntas para as necessidades da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), com a gestão do desenvolvimento integrado dos 29 municípios que a compõe.

- Programa de Aceleração do Crescimento - Mobilidade das Grandes Cidades - diante dos sucessivos atrasos da conclusão dos Corredores Aeroporto - Rodoferroviária e Marechal, a COMEC designou uma comissão administrativa com o objetivo de apurar responsabilidades da contratada, bem como prejuízos decorrentes das paralizações. Em 2016, deu-se continuidade às ações decorrentes dos ajustes, apresentando as seguintes situações: a) Corredor Aeroporto-Rodoferroviária (R\$ 59,9 milhões), falta a conclusão de três trincheiras e passagens de pedestres; b) Corredor Marechal Floriano (R\$ 26,4 milhões), falta a conclusão de duas trincheiras; c) Via Radial de Integração - Avenida da Integração (R\$ 13,6 milhões), falta a finalização e alargamento da ponte do Rio Atuba; d) Via Radial de Integração - alça da Avenida Salgado Filho (R\$ 5,2 milhões), falta finalizar a sinalização vertical e guarda corpo do viaduto sobre a ferrovia; e) Sistema Integrado de Monitoramento Metropolitano (SIMM) - permite o monitoramento viário em tempo real, dando agilidade e segurança às principais vias de acesso a Curitiba (R\$ 20,5 milhões) depende da conclusão do Corredor Aeroporto-Rodoferroviária e do Corredor Marechal Floriano.
- Proteção e Preservação do Meio Ambiente Regional - PAC 2 - Drenagem - encontra-se em fase final a elaboração dos projetos de concepção de cinco parques metropolitanos, com recursos não reembolsáveis do Orçamento Geral da União: a) Parque Ambiental Palmital (Pinhais); b) Parque Ambiental Piraquara (Piraquara); c) Parque Ambiental do Itaquí (São José dos Pinhais); d) Parque Natural do Iguaçu (Araucária); e) Parque Metropolitano do Iguaçu (Piraquara e São José dos Pinhais).
- Estruturação Urbana e Fomento ao Desenvolvimento Econômico da RMC: a) Planos Diretores Municipais - elaboração de pareceres técnicos e acompanhamento dos planos diretores dos municípios da RMC, além do acompanhamento da elaboração e da aprovação junto ao Conselho Gestor dos Mananciais dos Planos Diretores de Tijucas do Sul, Campo Largo e Piên; b) Sistema Viário Metropolitano - análise do sistema viário quanto ao atendimento nos processos de parcelamento, condomínios, indústrias e atividades que necessitem acesso e gerem tráfego metropolitano, conforme estabelecido na Câmara Técnica do Sistema Viário Metropolitano; c) Controle do Uso e da Ocupação do Solo - análise dos projetos de parcelamentos do solo (loteamentos e subdivisões) em áreas urbanas, consulta prévia à implantação de indústrias e/ou empreendimentos imobiliários/condomínios (parte do processo de licenciamento ambiental estadual), regularização de loteamentos, análise do

processo de indenização, orientação aos municípios nos procedimentos de parcelamento do solo, vistorias técnicas, entre outras; d) Sistema de Informação Metropolitano - análise de 648 processos de usucapião em resposta as solicitações da Procuradoria Geral do Estado (PGE) via Secretaria de Estado da Administração (SEAP), apoio na preparação de base de dados para o planejamento da RMC, informações de projetos em 11 processos de desapropriações, apoio no georreferenciamento de informações municipais.

- Gestão do Transporte Coletivo Metropolitano - responsável pela operação do sistema metropolitano que envolve aproximadamente 7,5 milhões de passageiros pagantes/mês, com a utilização de uma frota de 934 veículos, de 18 empresas. Foi concluído o trabalho da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) de Modelagem da Licitação do transporte coletivo metropolitano; implantação de degraus tarifários; aumento para equilíbrio tarifário no valor do subsídio destinado à Rede Metropolitana para R\$ 5,0 milhões/mês disponibilizados pelo Governo do Estado; implantação total do Sistema de Transporte Inteligente (STI) para geolocalização de todos os veículos da frota operando em conjunto com o sistema de bilhetagem eletrônica; inclusão de empresas que operavam na RMC e que não estavam integradas ao Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano; realização do I Workshop de Transporte Metropolitano - Visão Contemporânea, com a participação de agentes públicos e privados que atuam com mobilidade, infraestrutura e transporte coletivo de passageiros; elaboração da proposta do Consórcio Metropolitano de Transporte.
- Desenvolveu atividades e estudos para a conclusão do novo Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), que definirá, entre outras questões metropolitanas, a nova modelagem para a gestão regional das funções públicas de interesse comum (transporte coletivo, limpeza pública, licenciamento urbano, meio ambiente, especialidades em saúde e educação).
- Participação em diversos Conselhos, Câmaras e Grupos.
- Gestão Financeira do Orçamento (até 07 de novembro):

MÊS	APROVADO (R\$)	LIBERADO (R\$)	CONTIGENCIADO (R\$)	A PAGAR (R\$) (incluindo R.P.)	PAGO (R\$) (despesas 2016)
TOTAL	228.016.892,00	87.850.988,00	145.081.904,00	22.143.094,35	65.707.893,65

13.3 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Tem por missão fomentar e executar atividades e serviços não exclusivos do Estado, relacionados necessariamente ao desenvolvimento regional, urbano e institucional dos municípios e administrar recursos provenientes de fundos financeiros públicos, destinados ao desenvolvimento urbano, regional e institucional, em especial o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano (FDU).

- Infraestrutura – elaboração de projeto para novo sistema de iluminação PARANACIDADE/Sede; aquisição de um novo Sistema de Controle Físico de Bens Patrimoniais; manutenção/reformas dos imóveis que sediam os Escritórios Regionais e alterações/adequações no *layout* da Sede; definição de grupo para atuação junto ao arquivo geral da Entidade; identificação da concorrência por meio de pesquisas de mercado e análise de novos produtos; implementação de iniciativas para fortalecimento econômico e financeiro da Instituição.
- Tecnologia da Informação: integração dos módulos entre os sistemas da TOTVS; mapeamento de processos de empréstimos-BMP; reforma dos módulos de viabilidade financeira, convênio (em andamento) e pedido de liberação no Sistema SAM; aquisição de nobreaks para os Escritórios Regionais; aquisição de licença *Microsoft* para pacote *Office, Windows Desktop, Windows Server*, Banco de Dados e sistema de gerenciamento.
- Operacionalização do FDU, com 121 contratos firmados e valor contratado de R\$ 232,2 milhões.
- Capacitação de servidores municipais em: plano diretor municipal e parcelamento do solo para fins urbanos; código tributário municipal; otimização da receita própria dos municípios; Sistema SEDU/PARANACIDADE Interativo (Prêmio Mundo GEO#Connect no evento Latino Americano Mundo GEO#Connect *LatinAmerica* 2016); plano diretor municipal e perímetro urbano; zona de expansão urbana e zonas de urbanização específica.
- Situação das obras - novembro de 2015 a outubro de 2016:

PROGRAMAS	CONTRATOS	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR MEDIDO (R\$)
BRDE Municípios	35	8	50.182.813,26	15.727.531,97
PMAT Automático - FOMENTO PARANA	1	1	2.380.000,00	1.076.233,00
PROMAP II (AFPR)	9	7	2.448.700,00	2.448.700,00
PROTRANSPORTE/FGTS BRDE	1	1	5.983.128,86	5.047.876,59
PROTRANSPORTE/FGTS FOMENTO PARANA	3	3	19.048.599,60	2.017.107,06
Centro de Saúde Básico	7	7	2.721.844,34	919.405,93
Programa de Auxílio aos Municípios	4	4	1.040.900,52	539.847,37
Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios (PAM)	137	120	39.092.100,96	14.771.953,20
Auxílio aos Municípios - SEDU	142	39	84.934.313,33	31.121.348,35
Projeto CALÇADAS PARANA	21	21	6.023.812,88	1.892.908,25
TOTAL GERAL	364	215	225.035.931,05	79.346.088,42

- Implementação de Programas – assinatura de Contrato de Empréstimo para o Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infraestrutura Municipal - Paraná Urbano III (em andamento); supervisão do Programa do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) – Municípios, com recursos da ordem de R\$ 60,0 milhões; supervisão do Programa BRDE-FGTS, com recursos da ordem de R\$ 6,0 milhões; supervisão do Programa Fomento Paraná FGTS, com recursos da ordem de R\$ 30,0 milhões.
- Programa Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM) - Paraná Urbano - financiamento de 483 obras urbanas, em 206 municípios, com investimento de R\$ 627,3 milhões, no período de 01/01/2016 a 10/11/2016:

TIPO DE PROJETO	N.º DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	N.º DE PROJETOS	VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO (R\$)	MEDIDO (R\$) NOV/2015 a OUT/2016
Barracão Industrial ii	3	3	3.376.684,20	1.760.283,98
Campo de Futebol	1	3	914.813,23	(1)0,00
Capela * Mortuária	6	6	1.709.624,74	931.767,37
Cemitério	2	2	475.796,18	375.761,88
Centro de Convivência de Idosos	1	1	764.473,09	764.473,09
Ciclovía	3	3	1.116.396,69	512.073,45
Complexo Esportivo	1	1	3.225.255,86	0,00*
Controle da Erosão	1	1	1.014.337,07	893.545,31
Drenagem Urbana	1	1	1.690.178,60	1.086.791,51
Equipamentos para Centro Cultural	1	1	98.300,00	0,00*
Equipamentos Rodoviários	32	74	30.188.196,00	30.188.196,00
Escola Municipal	5	6	6.669.090,51	2.556.372,81
Estádio Municipal	1	1	273.115,32	76.282,58
Estrada Vicinal * Municipal	5	5	7.554.097,35	7.310.329,45
Garagem para Equipamentos	2	2	494.500,00	406.134,96
Ginásio de Esportes	8	8	15.110.279,38	2.473.813,62
Hospital	1	1	629.622,80	391.304,97
Iluminação Pública	2	2	435.798,31	343.520,31
Paço Municipal	5	5	5.458.675,00	3.055.229,22
Parque Municipal	1	1	422.744,56	211.716,23
Parques e Áreas Verdes	3	3	3.012.040,87	1.044.379,78
Pavimentação de Vias Urbanas	163	297	473.698.418,85	259.296.538,99
Ponte	1	1	2.868.804,86	2.182.255,39
Posto de Saúde	2	2	4.078.096,56	2.305.968,21
Praça	10	11	8.014.854,03	2.815.921,22
Quadra de Esportes*	2	6	1.683.196,84	392.079,97
Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos	1	1	1.349.074,15	863.074,15
Terminal Rodoviário Intermunicipal	2	2	3.291.015,64	746.092,50
Terminal Rodoviário Urbano	2	2	15.382.116,26	3.740.575,24
Terreno para Aeroporto	1	11	6.215.200,00	6.215.200,00
Terreno para área industrial	2	3	2.348.458,23	2.348.458,23
Terreno para conjunto habitacional	1	1	2.755.403,80	2.755.403,80
Urbanização /Calçadas	11	11	20.006.755,05	8.765.266,71
Veículo para a Saúde	4	5	977.200,00	977.200,00
TOTAL	206	483	627.302.614,03	347.786.010,93

NOTA: Os projetos constantes são aqueles que tiveram medição no período apurado (andamento).

(1) Até outubro/2016 não houve medições.

Secretaria da Educação



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

14 Secretaria de Estado da Educação

A Secretaria de Estado da Educação (SEED) tem por objetivo a definição e a execução da política governamental no setor de educação básica e de educação profissional, visando à melhoria das condições de vida da população.

Compete à SEED adequar a oferta à demanda por escolaridade básica de forma prioritária e por escolaridade profissional, de acordo com a política governamental, de maneira autônoma ou em cooperação com os municípios, primando pela qualidade dos resultados. Os trabalhos desenvolvidos por meio de seus departamentos e coordenações sinalizam avanços alcançados e os compromissos com a educação, com a inclusão social e com o exercício da cidadania.

14.1 Grupo Recursos Humanos Setorial (GRHS)

Nas atividades relativas a concursos, posses, contratação temporária, folha de pagamento, benefícios, realocação de servidores e promoções dos aproximadamente 109.000 servidores que prestam serviços na Secretaria, nos Núcleos Regionais da Educação (NREs) e nas instituições de ensino jurisdicionadas, o GRHS realizou as seguintes ações:

- Contratação de 27.140 professores, 3.454 assistentes administrativos e 8.414 auxiliares de serviços gerais, por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS).
- Nomeação de 296 professores para o Quadro Próprio do Magistério (QPM), para as disciplinas da matriz curricular e de pedagogo (Decreto n.º 3.960/2016).
- Concessão para professores de 8.128 licenças especiais, 225 licenças sem vencimentos, 1.074 licenças remuneratórias e 1.375 aposentadorias; e para funcionários de 2.364 licenças especiais, 46 licenças sem vencimentos, 473 licenças remuneratórias e 349 aposentadorias.
- Afastamento de 1.825 professores para o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), que tem como objetivo aprimorar a qualidade da Educação Básica da Rede Pública Estadual.
- Autorização para afastamento de 95 servidores e prorrogação para outros 152 servidores para participarem de pós-graduação, mestrado e doutorado.
- Concessão de afastamento de 1.117 professores e 135 funcionários, no período de julho a setembro, para participação em pleito eleitoral.

14.2 Superintendência da Educação (SUED)

Tem a função de administrar a política educacional do Estado, garantindo a formação de qualidade em todos os níveis e etapas de ensino e atendendo às especificidades e diferenças culturais de cada local em busca de uma educação democrática no Paraná.

Objetiva estabelecer e organizar o trabalho pedagógico e administrativo do sistema de ensino no Estado, pautada nos seguintes princípios: defesa da educação como direito de todos os cidadãos; valorização dos profissionais da educação; garantia de escola pública de qualidade; atendimento à diversidade cultural; e gestão escolar democrática, participativa e colegiada.

14.2.1 Departamento de Gestão Escolar (DGE)

Promoveu a reflexão sobre a gestão democrática, com a finalidade de contribuir com o processo de gestão das escolas, elaborando estratégias e metas no âmbito das funções educativas, articulando com as práticas docentes.

Ações realizadas:

- Influxo junto às equipes de gestão, pedagogos e diretores, visando subsidiar a organização do trabalho pedagógico com foco no acesso, permanência e aprendizagem dos alunos.
- Formação continuada *online* na modalidade ensino a distância (EaD) para gestores em Escolas Interativas.
- Projeto Piloto de Formação para Gestores de Escolas em Áreas de Vulnerabilidade Social – presencial, com 120 participações.
- Assessoramento e participação no Processo de Consulta à Comunidade Escolar para Designação de Diretores e Diretores Auxiliares das Instituições de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.
- Orientação e articulação para o fortalecimento da Rede de Proteção nos municípios jurisdicionados aos NREs e cadastro desses segmentos no Sistema Educacional da Rede de Proteção (SERP).
- Cadastramento de usuários e assessoramento quanto à utilização do Sistema Programa Dinheiro Direto na Escola-Interativo (PDDE).
- Análise pedagógica dos Planos de Ação das escolas participantes do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola).
- Orientação e articulação para o fortalecimento das instâncias colegiadas.
- Registro e acompanhamento de 462.587 beneficiários no Programa Bolsa Família.
- Participação da Semana Parlamentar, em Brasília, com o estudante que representa o Paraná no Parlamento Jovem Brasileiro.
- Projeto Geração Atitude – desenvolvido em parceria com a Assembleia Legislativa do Paraná, Tribunal de Justiça e o Ministério Público.
- Projeto Movimento de Ação Social - participação de 92 escolas.
- Oferta de formação de conselheiros escolares.

14.2.2 Departamento de Educação Especial (DEE)

Desenvolveu ações voltadas às políticas públicas para estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos. Realizou as seguintes ações:

- Implementação das estratégias do Plano Estadual de Educação para assegurar a oferta do Atendimento Educacional Especializado aos estudantes que necessitem de Educação Especial.
- Projeto Identificação, Avaliação, Formação em Exercício e Monitoramento (IAFEM) - foi implantado em 35 escolas visando fortalecer o trabalho colaborativo entre o professor especialista (atendimento educacional especializado do turno e contraturno) e os professores das disciplinas.
- Avaliações Psicoeducacionais no Contexto Escolar – realizadas 104 avaliações, 46 triagens e 20 avaliações em andamento para identificação e encaminhamento dos estudantes ao Atendimento Educacional Especializado; e atendimento a seis municípios para orientações sobre o aperfeiçoamento da avaliação.
- Orientações pedagógicas do Serviço de Atendimento da Rede Hospitalar a 18 escolas do NRE de Curitiba.
- Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH) - atendimento domiciliar a 300 estudantes.
- Realização de cursos presenciais e a na modalidade educação a distância.
- Elaboração de material didático-pedagógico para subsidiar a Formação em Ação para as Escolas Especializadas e para o Atendimento Educacional Especializado da Surdez.
- Ampliação do Atendimento Educacional Especializado nas Instituições de Ensino Comum - 29.308 matrículas no contraturno; 2.222 atendimentos ofertados no turno de matrícula; ampliação no atendimento de Instituições Especializadas conveniadas em 68 municípios por meio de parcerias com as Secretarias Municipais de Educação; e ampliação do número de escolas conveniadas para 412, sendo uma estadualizada (Escola Estadual José Richa).
- Orientação às escolas no atendimento aos estudantes com transtornos disruptivos, numa ação integrada do DEE com o Departamento de Educação Básica (DEB) e o DGE.
- Implantação do sistema operacional para efetivação da folha de pagamento, referente ao repasse financeiro dos Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, firmados entre a SEED e as mantenedoras de escolas que ofertam Educação Básica, na modalidade Educação Especial, em parceria com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR).

- Realização de 21 Bancas, com 170 vagas para proficiência de professores pelo Centro de Apoio aos Profissionais da Educação de Surdos do Paraná (CAS-PR) para atuarem como tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).
- Transcrição de 160 livros didáticos para o *Braille*.

14.2.3 Departamento de Educação Básica (DEB)

Responsável pela orientação pedagógica aos NREs que assessoram diretamente as instituições de ensino das redes públicas e privada referentes à formulação, coordenação e execução da política educacional do Estado nas suas diferentes etapas e modalidades. Tem por objetivo o pleno desenvolvimento do educando, por meio da organização curricular, formação docente continuada aos profissionais da Educação Básica e também da produção de materiais pedagógicos.

Ações realizadas:

- Estudos e análises das avaliações em larga escala para subsidiar as coordenações, além de desenvolver o sistema de avaliação da rede pública estadual de Educação Básica do Paraná.
- Reorganização do sistema de avaliação do Programa da Sala de Apoio à Aprendizagem (SAA) e articulação com o Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE); e implementação do SAA para atendimento das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática aos estudantes dos 6.º e 7.º anos do Ensino Fundamental com defasagem de aprendizagem, totalizando 2.302 turmas.
- Programa Futuro Integral – atendeu 117 turmas, em parceria com o Serviço Social do Comércio/Paraná (SESC/PR), no turno complementar, para estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio.
- Programa Aceleração de Estudos (PAE) distorções idade-ano – implementação do programa com atendimento a 3.502 estudantes, 134 escolas e 23 NREs, mediante formação continuada por meio de *web* conferência.
- Formação em Ação Disciplinar presencial - Oficinas Disciplinares a 32 técnicos pedagógicos dos NREs e pedagogos.
- Lançamento da obra Orientações Pedagógicas da Educação Infantil: estudos e reflexões para a organização do trabalho pedagógico, volumes I e II, com 5.000 exemplares de cada volume.
- Realização do Seminário Paranaense da Educação Infantil, com a participação de aproximadamente 500 pessoas, entre professores, pedagogos e técnicos pedagógicos das redes municipais e estaduais de ensino do Paraná.
- Elaboração do documento A Articulação Pedagógica na Transição dos Anos Iniciais para os Anos Finais do Ensino Fundamental no Paraná.

- Fortalecimento do regime de colaboração entre Estado e municípios sobre o processo de transição dos estudantes dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental.
- Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) - orientação pedagógica para 246 Instituições de Ensino referente à sua execução; adesão ao programa, edição 2017, com aproximadamente 300 escolas.
- Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - orientações para estudos complementares, com envio de quatro propostas de redação para estudantes dos terceiros anos do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino do Paraná; divulgação do Programa Ações da Hora do ENEM aos NREs por *e-mail* e *web*.
- Termo de Convênio de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná e a Associação Inter-Religiosa de Educação (ASSINTEC), no intuito de instrumentalizar os professores no que diz respeito ao trabalho com a disciplina como campo de conhecimento.
- Programa de Intercâmbio Educacional ILEP (*International Leaders in Education Program*) - divulgação, seleção de professores de língua inglesa do Ensino Médio da Rede Estadual, acompanhamento dos trâmites dos processos e assessoria aos NREs e aos dois professores selecionados.
- Programa Jovem Senador - disseminado em Instituições de ensino que ofertam o Ensino Médio, com a divulgação e o acompanhamento junto às escolas e NREs e seleção das redações na etapa Estadual para representar o Paraná na etapa Nacional, em Brasília.
- Educação Fiscal – realizado curso Disseminadores de Educação Fiscal, no segundo semestre, para 551 professores.
- Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) 2015 - premiação regional de 52 escolas e 250 alunos.
- Olimpíada da Língua Portuguesa - orientação, divulgação e acompanhamento dos estudantes nas etapas municipais e estaduais.
- Divulgação de concursos e olimpíadas do conhecimento nas áreas de Astronomia, Química, Física, Biologia, História, Geografia e Saúde (Zika Zero – um vencedor na categoria Ensino Médio).
- Formação continuada para 30 professores de História sobre Patrimônio, no município de Curitiba, em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura (SEEC), o Museu Paranaense e o Departamento de Patrimônio da SEED.
- Organização, coordenação e sistematização das discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na etapa estadual. Organização de Grupo de Estudos da Coordenação de Currículo da Educação Básica, para discutir o Projeto de Lei Federal n.º 6.840/2013 e estudos sobre temas de educação: currículo, formação de professores, entre outros.

- Oferta de educação em tempo integral em turno único em 30 Instituições de ensino da rede estadual, sendo três de Ensino Médio e 27 de Ensino Fundamental.
- Acompanhamento e reorganização das atividades de ampliação de jornada: a) Atividades de Ampliação de Jornada Permanentes e Periódicas, Educação Empreendedora/Atividade Empreendedorismo, com atendimento a 5.760 estudantes em 190 turmas, sendo 3.740 do ensino fundamental e 1.920 do ensino médio; b) Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo (AETE), com atendimento a 36.675 estudantes; c) Núcleo de Iniciação ao Voleibol (NIV), com atendimento a 970 estudantes.
- Renovação do Termo de Convênio de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por meio da SEED e da Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (SEET) e o Instituto Compartilhar.
- Formação continuada: a) professores de 64 instituições de ensino da rede pública estadual que ofertam Educação Empreendedora pelo convênio firmado com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que contempla a abertura de turmas com Atividade de Empreendedorismo, a assessoria pedagógica aos técnicos pedagógicos dos NREs e dos professores das instituições de ensino, e a distribuição de material do SEBRAE; b) web conferências para organização e desenvolvimento dos Programas de Ampliação de Jornada Escolar e Educação em Tempo Integral.
- Revisão e atualização da Orientação n.º 22/2015-DEB/SEED que trata dos procedimentos para a organização e desenvolvimento dos programas que compõem a educação integral em turno complementar a serem ofertados nas instituições de ensino da educação básica da rede estadual do Paraná, para aprimorar a Política de Educação Integral em Jornada Ampliada.
- Formação continuada para participação de 25 alunos nos Jogos da Juventude do Estado.
- Reformulação da proposta do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM).
- Apresentação dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2015 do Paraná com dados comparativos com anos anteriores e projeções por Unidade da Federação, NRE, município e escola.
- Aprovação da especificação técnica para aplicação do Programa de Avaliação Institucional da Educação Básica do Paraná (PAIEP) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP), em 2017; e formação continuada para o SAEP - Língua Portuguesa e Matemática.
- Implementação do Programa SEED: espaço Educador Sustentável e constituição da Comissão para Coleta Seletiva Solidária com o objetivo de implantar a gestão de resíduos sólidos (no âmbito da SEED - Sede, SUDE, DPTE, NRE) e da Política Estadual de Educação Ambiental conforme Lei Estadual n.º 17.505/2013, por meio

das seguintes ações: a) constituição do Grupo Gestor de Educação Ambiental em parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI); b) formação continuada para as escolas estaduais, por meio de palestras, via escola interativa, sobre Conservação do Solo e outras temáticas ambientais e em resíduos sólidos; c) formação continuada presencial para os núcleos de Curitiba, área metropolitana Sul e área metropolitana Norte em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), com o curso Solos para Professores; d) formação continuada na modalidade semipresencial para os Núcleos de Pato Branco e Dois Vizinhos com o curso Abordando o Solo na Escola: para Professores do Ensino Fundamental e Médio; e) acompanhamento do Programa Dinheiro Direto na Escola - Escola Sustentável para 429 escolas validadas pelo Ministério da Educação (MEC); f) atuação no Órgão Gestor de Educação Ambiental contribuindo para constituição da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental e elaboração do Programa Estadual de Educação Ambiental.

- Acompanhamento da situação legal dos cursos de EJA em andamento, da rede pública, com 97 Centros Estaduais de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJAS) e 270 escolas regulares que ofertam EJA, e da rede privada, por meio de pareceres de autorização de funcionamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento. Aplicação das provas de exames de EJA, por meio da oferta *online*, para certificação do Ensino Fundamental e Médio, com a participação de aproximadamente 30.000 candidatos inscritos, inclusive dos educandos nas unidades prisionais e de socioeducação. Atendimento a aproximadamente 8.000 internos nas unidades prisionais, por meio de escolarização e Projeto de Remição pela Leitura, e cerca de 1.000 internos nas unidades de Socioeducação, no que se refere ao recebimento de merenda escolar, abertura e fechamento de demanda, suprimento de servidores que atuam nestes espaços e monitoramento das matrículas no Sistema EJA Brasil (SEJA).
- Implementação da Proposta Pedagógica Curricular - experimento pedagógico, específico do sistema prisional.
- Certificação, por meio de Resolução específica, dos candidatos aprovados no ENEM.

14.2.4 Departamento de Educação e Trabalho (DET)

Responsável pela qualificação profissional básica dos cursos técnicos profissionalizantes em nível médio, especialização técnica de nível médio e o Curso de Formação de Docentes para as séries iniciais do ensino fundamental, ofertados pela rede pública estadual.

Em consonância com o plano de trabalho denominado Caminhos da Profissionalização, realizou as seguintes ações:

- Matrículas em cursos técnicos - 70.263 alunos em 59 cursos, distribuídos em 350 estabelecimentos de ensino de 181 municípios. Por meio de parceria com o MEC - PRONATEC FIC foram ofertadas 210 vagas em dois cursos, em 10 municípios.
- Revisão de critérios para abertura de turmas iniciais, respeitando as determinações do porte vigente, Código Geral de Matrícula (CGM), análise dos índices de abandono escolar, validade dos atos regulatórios da Instituição e dos cursos ofertados.
- Acompanhamento da situação legal dos cursos técnicos em andamento com a expedição de pareceres, sendo: 232 de reconhecimento/renovação; 27 de alteração de plano de curso; 07 de credenciamento/renovação de credenciamento; 18 de autorização para funcionamento; 01 de convalidação para envio ao Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR).
- Seguro de vida para 31.027 alunos que fazem estágio obrigatório.
- Atualização curricular de 25 cursos e dos critérios para demanda e distribuição das funções de apoio técnico pedagógico.
- Implantação da Qualificação Profissional Básica.
- Programa Brasil Profissionalizado - expansão por meio dos Convênios n.º 700228/2008, n.º 750015/2008, n.º 658470/2009, n.º 658385/2009, n.º 702419/2010 firmados entre o Ministério da Educação (MEC)/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Estado do Paraná. Aquisição de 90 laboratórios básicos, 45 laboratórios específicos e de mobiliários para 18 unidades novas por meio do Convênio n.º 750018/2008, firmado entre MEC/FNDE/Estado do Paraná.
- Aquisição de acervo bibliográfico, totalizando 8.536 exemplares.
- Formação Continuada por meio dos Convênios n.º 702385/2010 e n.º 750018/2008 - simpósio Eixo Tecnológico Recursos Naturais - (Colégios Agrícolas e Florestais) para 200 participantes e Curso Gestão Escolar com Qualidade e Responsabilidade, em quatro grupos para 200 participantes.

14.2.5 Departamento de Diversidade (DEDI)

Propicia a inclusão e emancipação dos sujeitos da diversidade, visando o acesso, permanência e sucesso na trajetória escolar. Tem como missão o reconhecimento e o atendimento das reivindicações por políticas públicas, apresentadas historicamente pelos

povos do campo, comunidades tradicionais, população negra, diversidade sexual e relações de gênero. Atende às demandas dos povos indígenas, quilombolas e ciganos, ilhéus e ribeirinhos, cipozeiros, faxinalenses, pescadores artesanais, trabalhadores rurais e sem terra, acampados e assentados, pequenos agricultores e arrendatários, população negra, população em situação de itinerância, mulheres e homens (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e heterossexuais) discriminados pela sua cor, raça, etnia, orientação sexual, gênero, condição social e cultural.

Ações realizadas:

- Encaminhamento pedagógico de processos que envolvem ações discriminatórias no ambiente escolar.
- Participação no encontro de formação pedagógica Interilhas, envolvendo os profissionais das escolas das ilhas e das escolas indígenas do litoral, com as oficinas: A leitura no contexto das comunidades indígenas; Resolução de problemas nas escolas indígenas; Reflexão sobre as questões indígenas no currículo.
- Formação continuada de professores das escolas do campo multisseriadas e cicladas, por meio do Programa Escola da Terra, em parceria com o MEC e Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS).
- Atendeu 11 escolas itinerantes localizadas em acampamentos da reforma agrária, totalizando 1.996 alunos, bem como 584 escolas do campo, ilhas do litoral e assentamentos, mediante convênios com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e com a Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná.
- Elaboração de oficinas do curso Formação em Ação: Da realidade local das ilhas aos eixos temáticos na organização curricular; Educação do Campo - Alternativa Metodológica; Eixos temáticos e área do conhecimento no plano de trabalho docente das escolas das ilhas do litoral; Os eixos temáticos das Diretrizes Curriculares do Campo a partir da realidade local.
- Formação continuada: a) professores da educação escolar indígena, especialmente daqueles que atuam nos anos iniciais da educação básica, por meio da ação Saberes Indígenas na Escola em parceria com o MEC e Universidade Estadual de Maringá (UEM), atendendo 220 professores; b) equipes multidisciplinares com a finalidade de orientar e auxiliar, de forma autônoma, o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos estabelecimentos de ensino, NREs e SEED; c) implementação das equipes multidisciplinares na rede estadual de educação básica, escolas conveniadas, NREs e SEED por meio de encontros orientados, totalizando a carga horária de 56 horas.

- Criação de ementa sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira para disciplina de Fundamentos da Educação do PDE.
- Produção de material didático para formação continuada das equipes multidisciplinares.
- Seminário Temático, com objetivo de capacitar os gestores estaduais para adoção de mecanismos de prevenção, monitoramento, avaliação e superação do racismo institucional e de oficinas no Programa Formação em Ação; realização do XII Encontro do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico Racial.
- Elaboração de mecanismos de registro para autodeclaração de pertencimento étnico-racial, acompanhamento dos indicadores e taxas de rendimento e desempenho escolar.
- Parceria com Ministério Público, Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB), Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Instituto Ambiental do Paraná (IAP), prefeituras de Adrianópolis e de Bocaiúva do Sul e Associação de Comunidades Quilombolas para viabilizar a revitalização e construção de vias de acesso para atendimento das Comunidades Quilombolas Córrego do Franco, São João, Estreitinho, Três Canais, Areia Branca e João Surá, localizadas na Região do Vale do Ribeira; e com a Universidade Federal do Litoral para oferta do curso em Licenciatura em Educação do Campo, para estudantes das Comunidades Quilombolas.
- *Web* conferências, visando subsidiar o trabalho pedagógico nos NREs, equipes multidisciplinares e formação para profissionais que atuam nas 43 escolas com estudantes das Comunidades Remanescentes de Quilombolas (CRQs).
- Gravação de vídeo sobre Educação das Relações Étnico-Racial e História e Cultura Afro-Brasileira na TV Paulo Freire.
- Participação e apresentação de artigo no evento da Associação Nacional de Pesquisadores em Educação da Região Sul (ANPED SUL) 2016.
- Representação e coordenação das atividades do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) junto a Universidade Federal do Paraná, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual de Maringá e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).
- Promoção de ações referentes ao Mês da Consciência Negra em parceria com o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR), Conselho Estadual da Cultura (CONSEC), SEEC, SEDS e SECS.
- Oficina Formação em Ação - Superação do preconceito e discriminação contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT): Discutindo os silêncios na escola e Violência contra a mulher: uma questão de gênero.

- Implementação e monitoramento do Plano Estadual de Políticas para a promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) do Paraná; Plano de Políticas para Mulheres.
- Produção do livro - Escola livre de violência contra as mulheres.
- Oficinas pedagógicas no projeto Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (DEDICA) - NRE União da Vitória, com a finalidade de articular ações de fortalecimento da Rede de Proteção nas temáticas da diversidade.

14.2.6 Departamento de Políticas e Tecnologias Educacionais (DPTE)

Visa a assegurar a integração das ações dos Departamentos, Coordenações e demais segmentos de atuação da SEED no que se refere à formação continuada para os profissionais da educação nas modalidades presencial e a distância e às diretrizes de uso de tecnologias na educação, com destaque para a operacionalização e a produção de materiais das Semanas Pedagógicas e da Formação em Ação. Orienta, acompanha e avalia as metas propostas e as ações desenvolvidas, entre elas:

- Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) 2016 - ofertadas 2.000 vagas, com a participação de 1.829 professores (até 01 de novembro).
- Afastamento para estudos *Stricto Sensu* - foram afastados 82 servidores e 114 servidores que estavam afastados para estudos desde 2015, solicitaram prorrogação.
- Encaminhados *kits* de *notebooks* do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) da educação básica (polos da Universidade Aberta do Brasil) para os polos de Céu Azul, Diamante do Norte, Guaraniaçu, Ubatuba, Dois Vizinhos e Reserva.
- Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente - realização de 05 reuniões ordinárias para discutir questões de formação inicial e continuada de professores.
- Pesquisa científica – proposta nova redação para a Resolução n.º 973/2016, que instituiu procedimentos de solicitação para pesquisa científica, e para instrução relacionada.
- Produção de 111 programas de TV voltados à formação continuada, institucionais, de conteúdos complementares ao currículo, de enfoque regional e interprogramas, com destaque para a produção do curso Gestão em Foco (13 animações e 40 ilustrações).
- Diagramação dos materiais para a Formação em Ação (24 oficinas, 766 páginas) e dos materiais da Semana Pedagógica (13 roteiros e seus anexos, 499 páginas). Projeto gráfico, diagramação e produção de ilustrações para os materiais dos cursos EaD ofertados pela SEED.
- Produção da animação do Livro Trailer O Cortiço, de Aluísio de Azevedo, obra literária disponível nas bibliotecas das escolas. Gravação e edição de tutoriais em vídeos disponibilizados por meio de aplicativo Sinalário de Disciplinas e Youtube.

- Portal Dia a Dia Educação - 235 atendimentos para criação de conteúdos, 173 atendimentos para manutenção de informações, criação de 75 páginas para os *sites* dos NREs.
- Cursos à distância: a) produção de cinco módulos para 4.006 diretores e diretores auxiliares do programa Gestão em Foco, curso piloto de Solos para 60 professores e curso Transtornos Globais de Desenvolvimento para 480 profissionais da educação; b) adequação do curso Mobilidade para atender 1.634 professores ligados ao programa Conectados e interessados, do curso Documentação e Legislação Escolar para atender 529 profissionais da educação, do curso Alimentação Escolar para atender 3.076 funcionários responsáveis pela merenda escolar e do curso Formação de Brigadistas Escolares para atender 17.433 profissionais da educação em parceria com a Defesa Civil.
- Oferta de seis turmas de formação para tutores atendendo 180 profissionais da educação e oferta do curso de formação de tutores para 1.840 professores PDE 2016.
- Formação pela Escola - cinco ofertas com 342 turmas formadas e 8.882 cursistas aprovados entre profissionais de ensino, técnicos e gestores públicos municipais e estaduais e representantes da comunidade escolar e da sociedade organizada.
- Escola Interativa – realizadas 42 cursos, até novembro, com a participação de 38.517, entre professores, gestores e funcionários.
- *Realização de 207 web* conferências com 13.586 participantes, de temas variados como: capacitação de tutores, orientações sobre os exames do EJA, sistema de gestão de transporte escolar, educação integral (organização do trabalho pedagógico), Projeto Conectado (CPE), oficinas formação em ação, orientações do Programa PDE Escola, África - atualidades e vicissitudes, entre outros.
- Ampliação de 4.120 novos recursos digitais no acervo da Escola Interativa - Recursos Digitais, totalizando 9.430.
- Entrega de 10 equipamentos, modelo MOBO 5.900, em comodato para testes na Escola Estadual Ângelo Trevisan e de 96 computadores doados pela empresa Microsens a nove escolas estaduais (cada escola recebeu 12 computadores).
- Criação de 64.439 usuários inscritos com o *e-mail* especial @escola.pr.gov.br (parceria SEED *Google for Education*).
- Curso Aprendizagem com Mobilidade - ofertado aos professores das escolas que aderiram ao Projeto Conectados, com carga horária de 24 horas, na modalidade EaD.
- Implementação de 70 Grupos de Estudos para formação continuada - Projeto Conectado, com a participação de 1.054 profissionais da educação.
- Oficinas de Tecnologias - Segurança na *Internet*, Recursos na Nuvem e Escola Interativa Recursos Digitais, para 2.229 profissionais da educação, formação continuada presencial com 08 horas de duração.

- Formação Tecnológica 1º semestre (16 horas presenciais e 24 horas à distância) e 2º semestre (24 horas presenciais) para 1.829 professores participantes do PDE.
- 1º Simpósio Estadual de Tecnologias Educacionais, realizada formação continuada, em Curitiba, para 240 pessoas.
- Organização e realização do Simpósio Ensino Médio e a Formação para o Trabalho - Tecnologias no Contexto Educacional, realizado em Foz do Iguaçu, formação continuada para 310 pessoas.
- Semana Pedagógica 1.º e 2.º Semestre - elaboração dos eventos e orientações para atender a demanda das Instituições de Ensino, NREs e SEED - no Sistema de Registro de Formação dos Profissionais da Educação (SICAPE).

14.2.7 Departamento de Legislação Escolar (DLE)

Responsável pela legalidade dos atos regulatórios das instituições de ensino e acompanhamento da vida escolar dos estudantes, proporcionando suporte às equipes técnicas dos NREs, na supervisão do funcionamento das instituições de ensino e oferta de cursos da educação básica, em conformidade com a legislação vigente e normas emanadas pelo Conselho Estadual de Educação e do Sistema Estadual de Ensino.

Ações realizadas:

- Análise de 8.071 processos, referentes aos atos oficiais das instituições de ensino do Sistema Estadual de Ensino; emissão de 4.176 Resoluções e 2.078 Pareceres.
- Processos *Online*: a) expediente e finalização de 28 processos digitais no NRE/Área Metropolitana Norte e 247 processos em trâmite, distribuídos nos 32 NREs; b) implantação do projeto piloto em 06 Instituições de ensino da rede estadual pertencentes aos NREs de Curitiba, das Áreas Metropolitanas Sul e Norte, com encaminhamento ao CEE/PR, referente à renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental e Médio; c) implantação no sistema, pela CEF em parceria com a CELEPAR, dos roteiros para a construção de processos digitais, em consonância com o previsto nas deliberações específicas para cada nível e/ou modalidade de ensino, referente à renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica das Instituições de ensino da rede estadual.
- Validação de 44.859 relatórios finais das Instituições do Sistema Estadual de Ensino; análise de 4.386 relatórios finais que se encontram em correção e de 16.905 relatórios finais que se encontram aguardando atos oficiais; 50.000 atendimentos por *e-mail* referente à documentação e legislação escolar; encaminhamento de 520 solicitações à Ouvidoria, assessoria jurídica, Ministério Público, Poder Legislativo Estadual, órgãos executivos municipais, órgão executivo estadual e federal.

- Sistema Estadual de Ensino - registro *online* de 35.827 diplomas dos cursos técnicos; acompanhamento de 12 verificações e sindicâncias em Instituições do Sistema Estadual de Ensino; elaboração de 52 aplicativos e formulários da documentação escolar; construção do Caderno de Apoio para a elaboração dos Regimentos Escolares das Instituições do Sistema Estadual de Ensino; regularização de 520 processos de vida escolar dos alunos; atendimento e encaminhamento de 320 matrículas para imigrantes e refugiados.
- Localização de 310 matrículas, solicitadas pelo Ministério Público, Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (NUCRIA), 1.ª Vara da Infância e Juventude e NREs.
- Análise de 320 documentos escolares para revalidação de estudos realizados no exterior; análise legal de 195 processos referentes aos atos de designação de diretores e secretários e de 29 processos de autorização de uso de aplicativos; emissão de 02 certificados por meio da Lei n.º 5.692/71.
- Desenvolvimento de curso via EaD, referente à documentação escolar, para secretários das escolas estaduais; e curso para secretários no Sindicato das Escolas Particulares do Paraná (SINEPE).
- Elaboração de aplicativos para o Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE).
- Orientação e acompanhamento do Registro de Classe *Online* (RCO) em 233 instituições de ensino.
- Análise e aprovação de 500 matrizes curriculares; acompanhamento da implantação da Matriz Curricular das Instituições pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino; orientação quanto à organização do Regimento Escolar das Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial e na elaboração dos Regimentos Escolares e Adendos Regimentais para as Instituições do Sistema Estadual de Ensino, entre outros.

14.3 Superintendência de Desenvolvimento Educacional (SUDE)

Tem como objetivo garantir o suporte físico que viabiliza o funcionamento dos estabelecimentos de ensino da rede estadual de educação básica.

É responsável pela promoção, elaboração e implementação do plano de obras e manutenção dos prédios escolares; planejamento e administração das questões relacionadas à infraestrutura escolar, como alimentação, mobiliário e equipamentos; e fornecimento de indicadores e dados estatísticos que subsidiem os gestores das escolas e a comunidade escolar.

Ações realizadas:

- Transporte Escolar - liberação de R\$ 94,0 milhões para atendimento a 199.517 alunos da Rede Estadual de Ensino. Aprimoramento do Sistema de Gestão de Transporte Escolar (SIGET), por meio de melhorias nos processos de coleta de

dados, relatórios gerenciais e otimização de rotas. Qualificação dos Gestores Regionais e dos municípios para o preenchimento dos dados do SIGET.

- Contratação de R\$ 105,0 milhões em gêneros não perecíveis (carnes e agricultura familiar) aumentando a oferta de alimentos *in natura* aos alunos e contribuindo com o desenvolvimento econômico, financeiro e social dos municípios paranaenses, atendendo aproximadamente 980 mil alunos. Fornecimento de 13,0 milhões de quilos de alimentos.
- Formação de aproximadamente 5.200 merendeiras e agentes administrativos sobre Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na modalidade de ensino a distância. Elaboração de material específico para merendeiras, utilizado nas Semanas Pedagógicas, e de material para o Curso de Formação de Gestores Escolar (temática do PNAE), e produção de vídeos para apoio à formação das merendeiras - procedimentos operacionais padronizados.
- Realização da 7.^a Edição da Avaliação Nutricional das Escolas da Rede Pública do Paraná.
- Desenvolvimento de pesquisa sobre Necessidades Alimentares Especiais dos Alunos em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Pontifícia Universidad Católica de Chile e Universidade Federal do Paraná (UFPR).
- Distribuição de material técnico - Manual de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos; Procedimentos Operacionais Padronizados Ilustrados; blocos de cardápios semanais; Diários da Merendeira, entre outros, para mais de 2.000 escolas.
- Dia Mundial da Alimentação - incentivo ao desenvolvimento de ações nas escolas, tais como: oficinas sobre horta orgânica, avaliação nutricional dos alunos, atividades com merendeiras sobre procedimentos operacionais padronizados sobre as práticas de manipulação de alimentos, entre outras.
- Ampliação do Programa de Análise de Resíduos Agrotóxicos Escolar (PARA Escolar) dos produtos provenientes da agricultura familiar para a alimentação escolar, parceria SEED/SESA/ANVISA, passando a integrar os municípios de Cascavel, Pato Branco, Maringá, Curitiba e municípios da Região Metropolitana.
- Sistema PDDE interativo - realização de *web* conferência para repasse de orientações referentes à solicitação de livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no sistema e validação da solicitação de reserva técnica de livro didático do PNLD. Orientação às escolas e monitoramento do processo de escolha de livro do PNLD para as séries iniciais do ensino fundamental. O Paraná foi destaque em que 100,0% das escolas registraram a escolha do livro didático PNLD 2017.
- Aquisição de balanças para agricultura familiar, estantes, arquivos, armários em aço, cadeiras e mesas para bibliotecas, refeitórios e ambientes administrativos - em fase de finalização do processo licitatório e de processos para aquisição de mobiliário e equipamentos escolares por meio de emenda parlamentar para as 750 escolas indicadas.

- Atendidas 1.260 Instituições de Ensino da Rede Pública Estadual de Educação Básica (58,0%) com mobiliário e equipamentos escolares: ventiladores, *kit* inox para alimentação escolar (colheres, canecas e pratos), conjuntos escolares para alunos e professores, totalizando um investimento de R\$ 15,4 milhões.
- As obras concluídas e em execução no exercício de 2016, encontram-se detalhadas a seguir:

TABELA 1 - OBRAS CONCLUÍDAS 2016 - TOTAL DO ESTADO

TIPO	CONCLUÍDA	INVESTIMENTO (R\$)
Ampliação	2	3.169.268,11
Nova Unidade Escolar	2	4.997.157,36
Fundo Rotativo	70	3.027.018,37
Melhorias	6	396.269,95
Reparo Emergência	30	2.126.262,88
Reparo Normal	17	1.834.258,46
Planialtimétrico	8	53.100,15
TOTAL	135	15.603.335,28

FONTE: Sistema de Acompanhamento de Obras - DEPO
Período: Novembro/2014 a Outubro/2015

TABELA 2 - OBRAS EM EXECUÇÃO 2016 - TOTAL DO ESTADO

TIPO	ANDAMENTO	INVESTIMENTO (R\$)
Ampliação	2	1.987.156,27
Fundo Rotativo	74	3.476.702,43
Melhorias	3	406.229,37
Novas Unidades	2	7.643.744,62
Quadra de Esportes Coberta	1	509.771,64
Reparo Emergencial	2	147.870,00
Reparo Normal	13	3.270.807,29
Projeto	1	38.000,00
TOTAL	98	17.480.281,62

FONTE: Sistema de Acompanhamento de Obras - DEPO
Período: Novembro/2015 a Outubro/2016

14.4 Colégio Estadual do Paraná (CEP)

Na execução da política governamental no setor de educação básica e profissional, realizou as seguintes ações:

- Oferta de 4.391 vagas para alunos do Ensino Fundamental, Médio e Profissional.
- Curso Preparatório para o Vestibular da UFPR (CURCEP) para 200 alunos; Curso Preparatório para o ENEM - CURCEP para 120 alunos; Cursos de Línguas Estrangeiras Modernas para 771 alunos e comunidade em geral.

- Participação de 733 alunos, no 63.º Jogos Escolares do Paraná (JEPs) 2016; 250 alunos, no 61.º Jogos da Primavera - UEPG/Ponta Grossa e de 25 alunos nos Jogos da Juventude do Estado.
- Oferta de treinamento desportivo a 1.033 alunos, nas modalidades de atletismo, basquetebol, futebol, futsal, ginástica rítmica, handebol, musculação, natação, judô, voleibol, tênis de mesa, xadrez, pilates, taekwondo, luta olímpica, ciclismo e duatlon.
- Implementação do Programa Olimpíadas do Período Noturno (OLINCEP).
- Oferta de aulas de dança contemporânea e aulas auxiliares de balé clássico para 502 alunos do Colégio Estadual do Paraná e da comunidade.
- Apresentação do Grupo Dancep e duas temporadas no Teatro Guaíra com o espetáculo Leminski: Entre o azul e o amarelo. Projeto em parceria com a SEED, com apresentações em Curitiba, Maringá, Paranavaí, Ponta Grossa, Paranaguá, Cascavel, com público estimado superior a 20.000 espectadores.
- Participação de 40 bailarinos no do Festival Internacional de Dança de Joinville, Festival Internacional de Hip Hop (FIH2) e Mostra de Dança de Pinhais.
- Espetáculo dos Corredores aos Palcos em comemoração aos cinco anos do grupo com mais de 150 alunos em cena e com público estimado superior a 2.000 pessoas.
- Oferta de 1.000 vagas para cursos modulados, nas diversas áreas de artes visuais, dança, música e teatro para alunos e comunidade em geral.
- Apresentação dos Grupos de Teatro do CEP - Grutinha, Gruta e Gruta Luna - Festim (400 pessoas), *The Stratford Men* – Shakespeare (550 pessoas) e apresentações musicais internas e externas com estimativa de público de 5.000 pessoas.
- Exposição da IV Bienal de Arte Estudantil com a participação de alunos da comunidade escolar do Ensino Médio do Paraná, com estimativa de público de 250 pessoas.
- Realização de 35 sessões didático-pedagógicas no Planetário para 1.400 alunos do primeiro ano do ensino médio do CEP e comunidade e de aulas em campo de Geografia a 70 alunos em Vila Velha.

Secretaria do Esporte e do Turismo



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

15 Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo

A Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (SEET) tem como finalidade planejar e organizar o acompanhamento e manutenção das políticas e diretrizes do Governo do Estado para o esporte, lazer e qualidade de vida; incentivar, apoiar e orientar a realização de atividades e eventos recreativos e esportivos, profissionais e amadores, quer no âmbito da administração estadual ou da iniciativa privada, promovendo o esporte nas manifestações educacionais, de rendimento e participação e a atividade física; promover o turismo na perspectiva do fomento aos negócios e empregos, adotando, como pressuposto, a integração das lideranças representativas do poder público, privado e terceiro setor na busca de resultados efetivos para a sociedade e para a economia do Estado, bem como a satisfação dos que visitam o Paraná.

A implementação das políticas públicas de esporte e turismo tem como diretriz principal a gestão democrática, fortalecendo a capacidade institucional e técnica de suas áreas de atuação.

O estabelecimento de parcerias com instituições privadas, a gestão compartilhada com órgãos da esfera estadual como Educação, Saúde, Segurança, Família, Desenvolvimento Urbano e Ciência e Tecnologia, bem como na esfera federal, com o Ministério do Esporte, do Turismo, da Educação e da Saúde, visando o estímulo à elaboração de estudos e pesquisas sobre assuntos relacionados à sua esfera de competência e, como foco principal, a abertura de canais de comunicação para estreitar a integração entre sociedade e governo.

Ao Instituto Paranaense de Ciências do Esporte (IPCE) compete a execução dos programas e projetos voltados à área científica do esporte e o acompanhamento dos projetos de detecção de talentos esportivos e de atletas de alto rendimento.

A Paraná Turismo tem como papel a execução da Política Estadual de Turismo e como missão fomentar e promover a atividade turística, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Paraná e para a satisfação de seus visitantes.

O Centro de Convenções de Curitiba (CCC) é constituído por um anfiteatro com infraestrutura destinada a receber grandes eventos profissionais, culturais e artísticos (com capacidade para 1.400 pessoas), além de salas para reuniões e palestras. Em 2016, foram realizados 28 contratos de eventos que totalizaram aproximadamente 100 atividades.

15.1 Ações do Esporte

- Paraná Mais Esporte - desenvolvido com os municípios e suas comunidades, identificando demandas e alternativas de adequação das organizações esportivas, com o objetivo de debater o desenvolvimento do esporte, de forma compartilhada e com o envolvimento dos diversos atores sociais. A SEET estimulou o desenvolvimento de Políticas Públicas Esportivas com investimentos

em materiais e equipamentos esportivos para os municípios, buscando levar o Estado a um resultado esportivo cada vez melhor no cenário nacional e internacional, tendo atendido a 372 municípios.

- Talento Olímpico do Paraná (TOP) - visa tornar o Paraná referência no esporte nacional, apoiando os atletas com o pagamento de 1.600 bolsas, com recursos financeiros da Companhia Paranaense de Energia (COPEL). O IPCE gerenciou o projeto e realizou o acompanhamento e o controle dos atletas e técnicos bolsistas. Nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, participaram 16 atletas bolsistas, com a conquista de uma medalha de prata; e nos Jogos Paralímpicos, participaram 18 bolsistas, sendo 16 atletas e 02 técnicos, com uma medalha de prata.
- Projeto Lazer no Paraná – passou por uma reestruturação e, por meio da parceria com o Programa Família Paranaense, readequou o projeto para ampliação do atendimento de 100 para 150 municípios. O projeto foi aprovado pelo Fundo da Infância e Adolescência (FIA), que dará o aporte financeiro, com previsão de investimentos em materiais pedagógicos e para a prática de lazer, e capacitação de profissionais de educação física.
- Jogos Escolares do Paraná - teve a participação de cerca de 100.000 alunos em todas as suas fases e modalidades. Em parceria com a Coordenação do Centro de Educação Física e Esporte, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), realizou estudo para identificar os motivos que levam à prática esportiva entre os jovens finalistas dos jogos (12 a 17 anos), com o objetivo de verificar os reflexos dos Jogos Escolares na vida da criança e do adolescente.
- Jogos Escolares Bons de Bola – realizados em paralelo aos Jogos Escolares, com a mesma estrutura organizacional e número de participantes, para a prática exclusiva de futebol, promovendo e fortalecendo a modalidade como esporte educacional.
- Jogos Escolares da Juventude - realizados em setembro, em João Pessoa-PB, para a categoria 12 a 14 anos. O Paraná contou com uma delegação de 192 pessoas entre atletas, técnicos e dirigentes, e conquistou o primeiro lugar nacional com 20 medalhas de ouro, 15 de prata e 15 de bronze. Para a categoria 15 a 17 anos, os jogos foram realizados em novembro, com uma delegação de 186 pessoas e conquistou o segundo lugar nacional com 19 medalhas de ouro, 13 de prata e 11 de bronze.
- Paralimpíadas Escolares - realizadas em de São Paulo-SP, em novembro, com uma delegação de 66 pessoas, o Paraná conquistou 46 medalhas (19 ouros, 14 pratas e 13 bronzes) e ficou em nono lugar entre os Estados.
- Jogos Abertos do Paraná (JAPS) - visa o incremento da qualidade técnica dos atletas buscando o aprimoramento do rendimento esportivo no Paraná. Foi realizado em Apucarana, em setembro, com 14.000 participantes entre atletas, técnicos e dirigentes.

- Jogos da Juventude do Paraná (JOJUPS) - visa suprir a lacuna existente entre os Jogos Escolares e os Jogos Abertos do Paraná e atender à comunidade esportiva paranaense, bem como os atletas com melhor rendimento esportivo. Em 2016, foi realizado em Apucarana, em novembro, com 13.600 participantes entre atletas, técnicos e dirigentes.
- Jogos Abertos Paradesportivos (PARAJAPS) - têm como objetivo promover a integração socioesportiva, propiciar o desenvolvimento integral do cidadão com deficiência, interagir com os demais segmentos que contribuem para o desenvolvimento do paradesporto. Realizado em dezembro, em Curitiba, com 1.300 participantes entre atletas, técnicos e dirigentes.
- Jogos da Integração da COMCAM (JOCAMS) - têm o objetivo de promover a integração socioesportiva, propiciar o desenvolvimento integral do cidadão da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM) e interagir com os demais segmentos que contribuem para o desenvolvimento do esporte da região. Em sua primeira edição, o evento foi realizado em julho, em duas etapas, (a primeira em Nova Cantu e as finais em Boa Esperança), com 960 participantes.
- Jogos Abertos da CANTUQUIRIGUAÇU (JARCANS) - realizado em agosto, nos municípios de Virmond e Cantagalo, contou com 1.915 participantes da região.
- Jogos Abertos do Vale do Ivaí (JAVIS) - realizados em setembro, no município de Ivaiporã, com 2.957 participantes da região.
- Festival Esportivo da Reforma Agrária - visa atender a diversidade social, cultural e étnica do Estado, oportunizando a prática de modalidades esportivas e atividades culturais. Foram realizadas duas edições: VI Festival da Reforma Agrária de Santa Maria do Oeste, em julho, com 525 participantes e VII Festival da Reforma Agrária de Rio Bonito do Iguaçu, em setembro, com 442 participantes.
- Projeto Contraturno Contra as Drogas – realizado atendimento esportivo a cerca de 50 crianças em condições de vulnerabilidade social, no contraturno escolar, em Curitiba, nas instalações da SEET.
- Centro Nacional de Treinamento em Atletismo (CNTA) - obra em andamento, com 51,0% de execução (até outubro), em Cascavel, em parceria com o Ministério do Esporte, para atender cerca de 150 atletas de diferentes modalidades de todo o país.
- Simpósio Política de Esportes: Desafios e Compromissos com o Futuro - para as lideranças do esporte estadual com vistas à disseminação e à consolidação da Política de Esportes do Paraná, em novembro, no Colégio Militar de Curitiba, em parceria com a Escola de Gestão, com 125 participantes entre professores de educação física, representantes de universidades, gestores e representantes de federações esportivas, clubes e entidades do terceiro setor que desenvolvem o esporte, entre outros especialistas da área.

15.2 Ações do Turismo

15.2.1 Promoção de Investimento no Turismo

Ampliar e qualificar a infraestrutura de recepção turística do Estado, por meio da execução de obras de infraestrutura turística:

- Dois Centros de Atendimento em Foz do Iguaçu - em andamento, com realização de medições, relatórios de execução, fiscalização da obra, atualização no Sistema de Convênios (SICONV), Gerenciamento dos Contratos de Repasse junto à Caixa Econômica Federal (CEF).
- Posto de Informações Turísticas do Aeroporto Afonso Pena - inaugurado em dezembro. Foi realizado gerenciamento do contrato de repasse junto à CEF, relatórios de execução, fiscalização da obra, viabilização da parceria com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) e Prefeituras de Curitiba e São José dos Pinhais para inauguração e operacionalização.
- Posto de Informações Turísticas Móvel - realizado gerenciamento do contrato de repasse junto à CEF, relatório de execução, acompanhamento da comunicação visual da van e operacionalização do uso.

15.2.2 Paraná Turístico

Promove o avanço competitivo do turismo no cenário estadual, nacional e internacional; desenvolve ações de *marketing*, capacitação e qualificação, bem como pesquisas e investimentos em estruturas de recepção turística, dentro de quatro linhas: Memória do Turismo Paranaense, Excelência Técnica, Mercado Turístico e Agenda Estruturante. Realizou as seguintes ações:

Memória do Turismo Paranaense:

- Resgates Históricos - coordenação de grupos de estudos a respeito do Monge João Maria, do Paraná Espanhol e dos Caminhos do Peabiru; organização de Encontros sobre os Caminhos de Peabiru e a passagem do Monge João Maria no Paraná; participação no IV Encontro de Estudos Turísticos de João Maria, em São Mateus do Sul; participação em palestras e estudos sobre a Lei Rouanet visando captar recursos para o desenvolvimento do Memorial do Homem Paranaense (potencial arqueológico nos municípios de Pitanga, Santa Maria do Oeste, Palmital, Peabiru, Boaventura de São Roque e outros vizinhos) e documentários sobre o Caminho do Peabiru e sobre a passagem do Monge João Maria no Paraná; visita a comunidades caiçaras nas Ilhas de Paranaguá, com a finalidade de apoiar trabalhos de desenvolvimento do turismo.

- Sistemas de Informações do Turismo - acompanhamento e sistematização de dados para projetos da Paraná Turismo; confecção de mapas diversos, incluindo o Projeto Angra Doce (entorno rio Paranapanema) e a Regionalização do Turismo; alimentação do *Business Intelligence* (BI) sobre o Cadastro de Empreendimentos e Serviços Turísticos (CADASTUR); elaboração de indicadores para o MasterPlan 2016 e para o documento Conjuntura do Turismo em Curitiba; elaboração do Caderno de Atrativos e Caderno de Passageiros do Paraná.

Excelência Técnica:

- Turismo e Inclusão Social - distribuição de materiais de campanha de proteção à criança e ao adolescente em Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu e Londrina; monitoramento das ações de turismo do Plano Decenal do Estado.
- Educação e Sensibilização pelo Turismo - reestruturação do projeto com alinhamento estratégico ao Programa Integrado de Educação Turística (PIET), de Foz do Iguaçu, junto ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA); palestra para 400 estudantes no município de Ibaiti, em parceria com o Núcleo Regional de Educação.
- Capacitação Profissional - participação no Comitê Qualifica Paraná, retomada das discussões sobre qualificação profissional no Estado e pesquisa de demanda de cursos com as Instâncias de Governança; formatura de turmas dos cursos Organizador de Eventos, Recepcionista em Meios de Hospedagem e Auxiliar de Recursos Humanos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), em São José dos Pinhais; acompanhamento da pactuação entre o Ministério da Educação/Instituto Federal do Paraná (MEC/IFPR) e Instituto Municipal de Turismo, para realização de cursos em Curitiba.
- Capacitação de Gestores Públicos - reuniões com a Agência de Desenvolvimento Turístico da Região *Rotas do Pinhão* (ADETUR Rotas do Pinhão) para tratativas do Curso do SICONV Curitiba e Região Metropolitana; levantamento e mapeamento de salas do Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR) disponíveis nas regiões turísticas; reuniões para estruturação do curso de capacitação para conselheiros municipais - Região Turística dos Campos Gerais; reunião na Universidade Estadual de Maringá (UEM) para montagem do seminário UEM Turismo e curso de gestores municipais.
- Formação de Agentes de Desenvolvimento pelo Turismo (FADTUR) - capacitação de agentes de desenvolvimento pelo turismo e produção associada na Lapa e em Rio Negro; participação em cursos da Rede de Turismo Regional-Instância de Governança Regional (RETUR-IGR) da região Corredores das Águas, em Maringá, Santa Fé, Paranavaí, Porto Rico; reunião com ADETUR Rotas do Pinhão e Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) para novas parcerias na FADTUR Região Metropolitana de Curitiba.

- Turismo Certificado - validação dos agraciados na primeira fase e reformulação do projeto e critérios para a segunda fase (2016/2017) no comitê coordenado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) sobre o Selo de Qualidade no Turismo; participação em reuniões no Ministério do Turismo (MTUR) com os interlocutores estaduais de qualificação de produtos e serviços turísticos; realização de 2.162 ações referentes ao Sistema CADASTUR, envolvendo cadastro de empresas e profissionais de turismo, alterações, renovações, atendimentos e orientações por telefone, e-mail e pessoais; participação no grupo de estudos sobre o CADASTUR junto ao Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) e Ministério do Turismo (MTUR).

Mercado Turístico:

- Gastronomia Paraná - participação em reuniões do comitê estadual coordenado pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL); apoio ao Festival Comida de Boteco do Curitiba *Comedy Club*; reuniões no Encontro Nacional da ABRASEL e Mesa ao Vivo; apoio na estruturação e viabilização da proposta Paraná Passa Aqui junto ao Boteco do Neco, em Maringá.
- Participação em eventos nacionais que promoveram o turismo do Paraná, com planejamento e organização de estandes: no 22.º Salão Paranaense de Turismo (março, em Curitiba); na 12.ª Mostra das Regiões Turísticas do Paraná (março, em Curitiba); WTM *Latin America* (março, em São Paulo); Bolsa de Negócios Turísticos (BNT) Mercosul - Feira de Negócios (maio, em Itajaí); 26.º Encontro Nacional da ABRASEL (junho, em Curitiba); 11.º Festival de Turismo das Cataratas (junho, em Foz do Iguaçu); 20º Feira de Turismo da Associação das Agências de Viagem de Ribeirão Preto e Região (AVIRRP) (agosto); 44.ª Exposição Internacional de Turismo, Associação Brasileira de Agências de Viagens de São Paulo (setembro); 46º Encontro Comercial da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (setembro, em São Paulo); 7.º Festival de Turismo de João Pessoa (setembro). Visita aos eventos: Festa do Milho (Bandeirantes); FESCAFÉ (Ribeirão Claro); 18.ª Festa das Orquídeas e do Peixe (Maripá); III CIAFLORA (Cianorte); e Festa Literária Internacional de *Maringá*. Acompanhamento com a van e participação nas ações do roteiro oficial da passagem da Tocha Olímpica no Paraná, que envolveu 22 municípios.
- Relacionamento Empresarial - realização, em abril, de viagem de negócios na Região Turística Campos Gerais, com empresários de Ponta Grossa, Carambeí, Castro, Piraí do Sul, Jaguariaíva, Sengés e Tibagi, em 81 rodadas de negócios; Descubra El Destino - Paraná, junto a Embaixada do Brasil em Lima/Peru (maio); XIV *Networking Night - The Experience Roa* (Curitiba); Festival de Turismo de Gramado; viabilização de patrocínio de Sacolas do Paraná pelos empresários do

Paraná (Águas do Verê, COOPTUR, Entre Turismo, Habor Hotéis, Hotel Nikko, Ody Park Aquático e Resort Hotel, Onetur e Poltrona1); entre outros.

- Publicidade impressa e campanhas publicitárias - criação e confecção de convites e certificados para Seminários de Turismo Rural, FADTUR, lançamento MASTERPLAN, eventos, palestras e viagens de negócios; arte final para painéis nos estandes do Paraná nos eventos BNT Mercosul, Festival de Turismo das Cataratas, *Networking Night*, ABAV Nacional; releitura de marcas PARANATUR, Região Estradas e Caminhos e Memorial Turístico do Homem Paranaense; criação do calendário de mesa 2017; fôlder Corredores das Águas e de *outdoor* para Sengés; atualização do mapa de regionalização do turismo 2016; criação de sacolas do Paraná; produção de anúncio central no Guia *Trade* 13ª edição, do Sindicato das Agências de Turismo do Estado (SINDETUR).
- *Marketing* Digital - produção de informações e matérias institucionais e promocionais para o *site* do Governo do Paraná e da Paraná Turismo, mídias sociais e especializadas.
- Turismo no Espaço Rural - ações em parceria com o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e Secretário Especial para Assuntos Estratégicos em função do Convênio Paraná - Região Francesa de Rhône Alpes, nos municípios de São José dos Pinhais, Lapa e Guaraqueçaba, com reuniões com as prefeituras e organizações associativas dos empreendedores, visitas técnicas de orientação para empreendimentos rurais e seminários de sensibilização com as comunidades locais; visita técnica na região Entre Morros e Rios, Corredores das Águas, Norte do Paraná, Norte Pioneiro, Ecoaventuras e Lagos e Colinas para levantamento de potenciais e estudos preliminares; participação no *Show Rural*, na Expolondrina e na Expoingá, em parceria com o EMATER, na Vitrine do Turismo Rural; palestra no Seminário de Turismo Rural dos Campos Gerais.
- Turismo em Áreas Naturais - participação em reuniões: do Conselho Gestor dos Parques Estaduais do Monge e de Vila Velha participação e desenvolvimento de ações do projeto Parques Paraná; do grupo de trabalho Regulamentação Transporte Hidroviário, coordenado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL), com ênfase no transporte para Ilha do Mel, saindo de Paranaguá e Pontal do Paraná; e do Conselho Encontro das Águas, em Nova Londrina. Negociação do *protocolo* de intenções entre o Paraná e São Paulo, no Projeto Angra Doce, Costa Rica e Litorais (Rosana-SP); visita técnica aos atrativos naturais de Sengés.
- Turismo Religioso - ações para viabilização de cursos de capacitação para melhoria dos receptivos turísticos nos santuários de Piraí do Sul, Lunardelli, Paranaguá, Campo Mourão e Rota do Rosário (Jacarezinho) em parceria com

Federação do Comércio do Paraná (FECOMÉRCIO) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); participação em reunião dos Reitores de Santuários em Paranaguá; visitas a Santuários e reuniões para estruturação de projeto 2017/2018 junto à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e FECOMÉRCIO.

Agenda Estruturante:

- Planejamento do Turismo Estadual - estruturação do MasterPlan 2016-2026, com a realização de duas oficinas visando colher subsídios com representantes de órgãos públicos do governo estadual com ações afins ao turismo e com representantes das federações e Sistema S; operacionalização de seis grupos focais para obter subsídios com operadores de turismo da BRAZTOA (São Paulo) e representantes das áreas de transporte, hospedagem, guias de turismo, jornalistas, alimentação, agenciamento, eventos (Curitiba); 14 oficinas com representantes das regiões turísticas do Paraná; seis reuniões de monitoramento do grupo técnico de estruturação; participação no evento Destinos Turísticos Inteligentes, em Florianópolis; palestra sobre política pública estadual para alunos do curso de turismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR); reunião com a Santa Catarina Turismo S.A. (SANTUR) e a IGR Vale do Contestado, em Fraiburgo-SC; atualização da Apostila de Gestão Municipal de Turismo 2017; participação em reuniões dos interlocutores estaduais do Programa de Regionalização do Turismo em Brasília, em Foz do Iguaçu e Belo Horizonte e na organização da reunião de Foz do Iguaçu, junto com MTUR; participação em reuniões e eventos das IGR's; ações de apoio à qualificação de Destinos Emergentes do Paraná, em Curitiba (Salão Paranaense de Turismo), Campo Mourão, Maringá, Rolândia, Paranaguá, Ribeirão Claro, Bandeirantes, Balsa Nova, Santa Fé, Assaí e Arapongas; organização e coordenação de quatro reuniões ordinárias do Conselho Paranaense de Turismo (CEPATUR), em Curitiba, e de uma extraordinária, em Antonina; participação no fórum da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (ABRAJET) Região Sul; participação na reunião de alinhamento da Comissão de Turismo do CODESUL e em quatro reuniões ordinárias do FORNATUR (São Paulo e Brasília).
- Paraná MICE (turismo de negócios e eventos) - participação em reuniões do comitê gestor do programa, coordenado pelo SEBRAE e participação na missão de *benchmarking* em Maceió-AL; estudo e estruturação de projeto para reformular o Calendário de Eventos Turísticos 2017.

Secretaria da Família e Desenvolvimento Social



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

16 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social

A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS) desenvolve atividades de planejamento, gestão, organização, promoção, desenvolvimento e coordenação das políticas públicas de Assistência Social; de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente; de Defesa dos Direitos da Mulher; de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O Regulamento Interno, aprovado pelo Decreto n.º 4.988 de 31 de agosto de 2016, trouxe nova configuração e dinâmica à estrutura e funcionamento.

A Política do Trabalho, Emprego e Renda foi transferida para a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU), pela Lei n.º 18.778, de 12 de maio de 2016. A estrutura descentralizada de apoio ao trabalhador, com serviços prestados em todas as regiões do Estado, foi mantida e aprimorada, com acompanhamento do mercado de trabalho e relatórios de emprego e desemprego. Entre janeiro e maio, as Agências do Trabalhador registraram cerca de 30.000 colocações no mercado de trabalho.

As cinco políticas sociais possuem escopo nos âmbitos setorial e transversal dos trabalhos, o que exige uma construção refinada de formas de atuação. Todas se relacionam com o Desenvolvimento Social, porém são desenhadas de maneira distinta nas esferas federal e estadual, de acordo com suas especificidades e trajetórias históricas.

Devido ao seu caráter prioritariamente articulador, a SEDS exercitou um amplo movimento de diálogo e parceria, envolvendo extensa rede de atores dos três entes federados e parcerias internacionais, bem como em diferentes espaços de controle social. Atuou com base nas deliberações e diretrizes elaboradas pelos Conselhos Estaduais da Assistência Social, da Mulher, do Idoso, da Pessoa com Deficiência, e da Criança e do Adolescente.

A SEDS criou, em sua nova estrutura programática, duas Superintendências: Assistência Social e Garantia de Direitos, que contemplam as políticas públicas de caráter transversal - da Criança e do Adolescente, da Pessoa Idosa, da Mulher e da Pessoa com Deficiência. Há uma Unidade Técnica exclusiva para o Programa Família Paranaense, que gerencia o planejamento, a execução e o monitoramento do Programa e é responsável pela execução de recursos oriundos de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Para maior agilidade e eficiência no atendimento das demandas regionais, a SEDS descentralizou a administração por meio de 22 Escritórios Regionais (ERs) que assessoram os 399 municípios do Estado, efetivando a estratégia de atuação mais próxima dos municípios e da população, apoiando e assessorando os gestores municipais na busca conjunta de bons resultados.

Face à complexidade crescente da sua atuação, executando políticas públicas em realidades territoriais e socioculturais diversas no Estado, deu ênfase à construção de um

planejamento estratégico de médio prazo, abrangendo planos estaduais das políticas sob sua responsabilidade, redimensionando as responsabilidades em planos cujas políticas são de competência de outras pastas, alinhando-se às metas do Plano Plurianual (PPA) e aos recursos disponíveis. A análise conjuntural orientou o processo de planejamento, unindo objetivos e metas a serem atingidas em uma linha de atuação de cada área, que desdobrou o nível estratégico em tático, e depois em operacional, concretizada na concepção e implantação do Plano de Ação da SEDS 2016, uma ferramenta de melhoria da qualidade da gestão.

No acompanhamento e monitoramento destacou-se o desenvolvimento de sistema de apoio aos ERs, para registro e acompanhamento dos processos de trabalho realizados nos municípios de cada região.

O Planejamento Anual das Atividades de Capacitação da SEDS, instituído em 2016, procurou organizar, sistematizar e acompanhar todas as ações formativas da Secretaria. Houve discussão em Grupo de Trabalho com os setores envolvidos sobre a programação das capacitações das políticas públicas e a homogeneização de conceitos e procedimentos.

Foi elaborado o Glossário de Termos Relativos às Capacitações, com o estabelecimento dos fluxos e critérios para o planejamento e execução das atividades formativas, e criado mecanismo de divulgação da oferta de capacitações, por meio do *site* institucional. Encontra-se em desenvolvimento um sistema informatizado que permitirá a socialização das informações em tempo real e a construção de uma agenda integrada das capacitações e processos de trabalho.

Aprimorada a gestão da informação, que consiste na coleta, tratamento, produção, organização e armazenamento de informações. Houve esforços para consolidação e integração de bases de dados, para produção de informações customizadas que subsidiam a tomada de decisão de todas as áreas da Secretaria, e para a utilização do georreferenciamento de informações como apoio para a atuação territorializada.

Entre estudos técnicos que acompanharam e debateram as informações do Censo SUAS, do Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO), do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), destacaram-se: Trabalho infanto-juvenil no Paraná: uma análise dos ocupados em atividades relativas às suas piores formas; Custo médio per capita em unidades de acolhimento de crianças e adolescentes no Paraná; Subsídios para implantação de serviços de acolhimento à mulher vítima de violência doméstica; Série Histórica do Censo SUAS; estudo avaliativo sobre a redução da vulnerabilidade social das famílias no Programa Família Paranaense; estudos para a atualização de índices gerados na SEDS, como o Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná (IVFPR); construção de índices e indicadores que orientam a partilha de recursos dirigidos aos municípios e a tomada de decisões das áreas programáticas.

Merece registro a atuação da SEDS no Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná, que regulamentou o cadastro de entidades paranaenses de assistência

social sem fins lucrativos para participarem do Programa Nota Paraná. Foram realizados 20 encontros regionais do Nota Paraná, com a representação dos 22 ERs , 450 entidades de 200 municípios, num total aproximado de 1.000 participantes.

A seguir estão apresentadas as principais realizações segundo as políticas públicas.

16.1 Programa Família Paranaense

Coordenado e acompanhado pela SEDS, articula as políticas públicas de várias áreas do governo estadual e municipal, visando ao protagonismo e à promoção social das famílias que vivem em situação de alta vulnerabilidade e risco social. As famílias são identificadas pelo IVFPR, calculado a partir dos dados do CADÚNICO, e considera quatro dimensões: adequação do domicílio; perfil e composição familiar; acesso a trabalho e renda; e condições de escolaridade. O Família Paranaense estabeleceu uma rede integrada de proteção às famílias por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais planejadas de acordo com as necessidades e especificidades do território onde residem, viabilizando o acesso aos seus direitos sociais.

É operacionalizado por meio de um Arranjo de Gestão formado por: 01 Unidade Gestora Estadual; 22 Comitês Regionais, com representantes de 19 Secretarias e órgãos do Estado; 371 Comitês Municipais e 371 Comitês Locais, compostos por profissionais dos municípios que atuam no Programa.

Principais ações:

- Gestão e acompanhamento dos municípios que executam o Programa segundo modalidades que apresentam especificidades na gestão: a) 156 municípios prioritários selecionados pelo Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM), pelo número de famílias em extrema pobreza e pelo IVFPR, tendo sido realizado acompanhamento familiar sistemático a 16.466 famílias (janeiro a novembro); b) 203 municípios de adesão espontânea, com acompanhamento familiar sistemático a 12.509 famílias (janeiro a novembro); c) 147 municípios com Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa (AFAI) - executado por municípios que possuem adolescentes internados por medida socioeducativa, com acompanhamento familiar sistemático a 660 famílias (janeiro a novembro); investimento de R\$ 2,2 milhões para os municípios que executaram esta modalidade oriundos do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA); d) 399 municípios com Renda Família Paranaense - transferência complementar direta de renda com condicionalidades às famílias em situação de vulnerabilidade social; destinado às famílias que recebem o benefício Bolsa Família e possuem renda per capita superior a R\$ 85,00 e inferior a R\$ 95,00; de janeiro a novembro, o Governo do Estado concedeu o benefício

para 143.861 famílias, com investimento de R\$ 29,6 milhões, do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS).

- Adequação do Sistema de Acompanhamento Familiar disponibilizado aos municípios, que tornou a operação mais fácil e versátil. Os profissionais do comitê local identificam, incluem e realizam o Plano de Ação de cada família, com ações de: assistência social, educação, trabalho, habitação, saúde, segurança alimentar e nutricional. O painel de monitoramento permite aos profissionais acompanharem a execução do Programa em seu município.
- Registrado no sistema um total de 166.442 ações intersetoriais para as 28.795 famílias em acompanhamento.
- Elaboração de modelo específico para o acompanhamento familiar realizado pelos técnicos de referência. Encontra-se em fase de implantação em 26 municípios prioritários de quatro regionais (Laranjeiras do Sul, Francisco Beltrão, Pato Branco e Guarapuava) e será disseminado para os demais municípios em 2017.
- Coordenação do Programa Luz Fraterna junto às companhias fornecedoras de energia elétrica, recebendo e encaminhando processos de ressarcimento e elaborando propostas de alteração legislativa e regulamentar. Até outubro, 256.903 domicílios tiveram isenção na conta de energia, com investimento de R\$ 36,1 milhões.
- Incentivo Família Paranaense - cofinanciamento estadual aos municípios prioritários do Programa para fortalecer a execução da política de Assistência Social. O recurso é repassado diretamente do FEAS aos Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS), e aplicado nas ações da Proteção Social Básica, Especial de Alta e Média Complexidade, em benefícios eventuais e na gestão. Foram contemplados 154 municípios, com investimento de R\$ 9,8 milhões.
- Projetos visando fortalecer as ações ofertadas aos municípios - realizado apoio técnico às Secretarias e Entidades parceiras para elaboração e/ou monitoramento dos seguintes projetos: a) Brincadeiras na Comunidade - aquisição de brinquedotecas para a rede de atendimento às crianças e adolescentes dos municípios, com recursos do FIA, no valor de R\$ 5,0 mil por município, com atendimento a 28 municípios, totalizando R\$ 140 mil; b) Biblioteca Itinerante Quilombola - executado pela Entidade Centro Cultural Humaitá, visa multiplicar a cultura ancestral de origem africana, foram capacitados 24 multiplicadores com 360 horas, que atuaram em seis comunidades remanescentes quilombolas e tradicionais negras do município da Lapa e adquirido, adaptado e equipado um ônibus com biblioteca itinerante para atender municípios com comunidades quilombolas, com investimento de R\$ 441,7 mil (recursos do FIA); c) Agentes de Leitura do Paraná - deliberado pelo CEDCA e coordenado pela Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), objetiva desenvolver o gosto pela leitura e promover a cidadania, desde 2015 foram capacitados agentes de leitura multiplicadores nos

municípios de Apucarana, Foz do Iguaçu, Paranaguá e Pinhais e, em 2016, foi desenvolvido por profissionais do quadro próprio desses municípios; d) Linha de Crédito Paraná Juro Zero - criada pela Fomento Paraná, para famílias incluídas no Programa com perfil empreendedor e que queiram iniciar ou ampliar pequenos negócios, para melhorar a renda e a qualidade de vida, com empréstimo que varia de R\$ 300,00 a R\$ 4.000,00, sendo que, até outubro, 146 municípios que ofertaram a ação receberam R\$ 132,0 mil; e) Unidades Móveis - continuidade no repasse de veículos adaptados e equipados para deslocamento das equipes municipais no atendimento às famílias residentes em áreas rurais e comunidades tradicionais, facilitando o acesso aos serviços públicos, em parceria com a empresa Renault do Brasil S.A.. O atendimento foi expandido para Guarapuava, Tamarana e Cândido de Abreu, totalizando oito municípios.

- Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana - contrato firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 100,0 milhões (40,0% contrapartida do Estado), com previsão de execução até 2019. A meta é atender 22.000 famílias, em 156 municípios. Em 2016, a meta de municípios foi 100,0% atendida e a de famílias 80,0%. Investiu-se na infraestrutura de equipamentos públicos, construção e reformas de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), além de repasses para a gestão da Política de Assistência Social dos municípios e a transferência de recursos diretamente às famílias, visando melhoria das condições de vida. Prevê ações de regularização fundiária, cursos de qualificação profissional, benefício para famílias do campo investirem em ações de inclusão produtiva e realização de pesquisas para avaliar o impacto do Programa junto às famílias. Até julho, foi executado e reconhecido pelo BID aproximadamente R\$ 12,0 milhões, oriundos do Banco, e R\$ 33,0 milhões da contrapartida estadual, aplicados em projetos executivos para construção de CRAS e CREAS; contratação de consultorias; aquisição de equipamentos; repasse de recursos aos municípios via Incentivo Família Paranaense e Piso Paranaense; capacitações, contratação de empresas para realização de pesquisas; transferência de renda às famílias (Benefício Renda Família Paranaense). Entre os recursos do Banco e de contrapartida foram executados aproximadamente US\$ 15,0 milhões.
- Realizadas capacitações direcionadas aos profissionais de todas as políticas públicas que atuam no Programa (Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação, Segurança Alimentar e Nutricional, e Trabalho), objetivando atuação em rede e priorização do atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social. Destaca-se o II Seminário Estadual Parcerias e Redes na Administração Pública, em novembro, envolvendo 300 profissionais que atuam no Programa, na Unidade Gestora Estadual e nos Comitês Regionais.

16.2 Assistência Social

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Paraná completou 11 anos em 2016, com avanços significativos na execução da Política de Assistência Social e destaque para a descentralização do repasse de recursos, o avanço nos debates e decisões coletivas para investimentos e o refinamento das medidas que instrumentalizam e qualificam a atuação municipal.

Descentralizar e simplificar os repasses aos municípios foram diretrizes da Política, além do investimento na capacitação dos profissionais e trabalhadores do SUAS, garantindo aos paranaenses seus direitos socioassistenciais.

Os Pisos Paranaenses da Assistência Social (PPAS) repassaram aos municípios mais de R\$ 40,0 milhões, fundo a fundo (FEAS-FMAS), desde 2013 até outubro de 2016. Cofinanciou-se o atendimento e o apoio técnico e financeiro aos serviços, programas e projetos de assistência social e de enfrentamento à pobreza, em âmbito regional e local.

A construção do Plano Decenal e do Plano Plurianual Estadual de Assistência Social (PEAS), aprovado pelo CEAS, em novembro, exigiu refletir e discutir diretrizes, metas e ações estratégicas, definindo ações e responsabilidades. Foi elaborado um diagnóstico das áreas envolvidas na política, seguido do planejamento de objetivos, metas e ações.

16.2.1 Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

A promoção do aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social nos municípios paranaenses, em sua interface com as demais políticas públicas, concentrou-se na elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente dos Trabalhadores do SUAS, no monitoramento dos Pactos de Aprimoramento Municipais do SUAS e na participação no debate nacional, junto às instâncias de deliberação do SUAS, para definição do novo Pacto de Aprimoramento dos Estados.

Foram duas frentes de atuação: Vigilância Socioassistencial e Gestão do Trabalho, com assessoramento, orientação, acompanhamento e fortalecimento da atuação dos municípios e desenvolvendo o que cabe ao nível estadual para o aprimoramento da gestão do SUAS.

Principais ações de Vigilância Socioassistencial:

- Coordenação e apoio técnico aos 399 municípios na elaboração e monitoramento dos Planos Municipais de Assistência Social, com vigência entre 2014 e 2017, conforme diretrizes da Norma Operacional Básica (NOB) do SUAS e do Pacto de Aprimoramento de Gestão, com supervisão e elaboração de nota técnica, manual e roteiro.
- Acompanhamento e assessoria às equipes técnicas dos 22 ERs e dos municípios quanto à utilização e preenchimento de instrumentos de gestão do SUAS, por

meio de sistemas da Rede SUAS, bem como apoio técnico para utilização dos aplicativos de registro, acompanhamento e monitoramento.

- Gerenciamento e alimentação do Cadastro de Entidades Sociais do Estado.
- Orientação das equipes municipais quanto à implantação da Vigilância Socioassistencial, com funções que incluem contribuir na formulação, planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Encontra-se em fase de implantação e formalização em todos os órgãos gestores municipais e estaduais da assistência social. As atividades são relacionadas à produção de informações, indicadores, banco de dados, diagnósticos e estudos no âmbito da Política de Assistência Social.
- Apoio técnico aos 399 municípios para a realização das Conferências Municipais de Assistência Social, em parceria com o CEAS.
- Elaboração e aprovação, junto às instâncias de pactuação e controle social, das metas do Plano Estadual de Assistência Social (2016-2019) e do Pacto de Aprimoramento de Gestão Estadual do SUAS, conforme Resolução n.º 18/2013 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).
- Realização e divulgação de dois estudos técnicos sobre a Vigilância Socioassistencial no Paraná e sobre o Panorama do Pacto de Aprimoramento do SUAS (2014-2017).

Principais ações na Gestão do Trabalho:

- Elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente dos Trabalhadores do SUAS (2016-2017), com oferta de cursos e eventos presenciais e a distância, submetendo-os à aprovação das instâncias de pactuação e controle social.
- Coordenação Estadual do Programa Nacional de Capacitação do SUAS (Programa CapacitaSUAS), com 3.040 vagas, em parceria com as Universidades Estaduais do Paraná e o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).
- Produção e divulgação de notas e estudos técnicos para orientação das equipes municipais quanto aos conceitos e procedimentos de Gestão do Trabalho.
- Planejamento das ações do Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS (NEEP-SUAS-PR), com cinco reuniões até outubro e duas programadas até dezembro.
- Desenvolvimento do Programa de Residência Técnica no SUAS.
- Reuniões técnicas macrorregionais, *web* conferências e videoconferências de assessoramento às equipes regionais da SEDS e municipais para apoio e orientação quanto aos processos de trabalho da Gestão do SUAS.
- Programação de capacitação para gestores, trabalhadores e conselheiros nas diversas modalidades (*web* conferência, presenciais, EAD), com 15.686 participações, até outubro, com crescimento de 18,5% em relação a 2015.

16.2.2 Proteção Social Básica

Na prevenção de situações de risco para a população em situação de vulnerabilidade, realizou ações de apoio aos municípios para implantar, implementar e aprimorar a rede socioassistencial de Proteção Social Básica, bem como acompanhamento e assessoria ao cofinanciamento dos serviços tipificados.

A Coordenação executou articulação, assessoramento e capacitação dirigidas ao Programa Bolsa Família, ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) Brasil sem Miséria, ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho) e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), bem como a gerência do Cadastro Único para Programas Sociais.

Destacam-se duas prioridades: articular e acompanhar os municípios para qualificar os serviços de Proteção Social Básica; e contribuir com a execução dos serviços ofertados por meio de cofinanciamentos e construções de equipamentos de CRAS.

Principais ações:

- Apoio à construção dos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) no Estado, por meio de deliberações do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) e em parceria com a Paraná Edificações (PRED); Barracão e Bom Jesus do Sul tiveram unidades inauguradas. Encontram-se em construção seis unidades - em Bom Sucesso, Castro, Godoy Moreira, Iguaçu, Nova América da Colina e São Jerônimo da Serra. Há previsão de 30 novas unidades, das quais 11 foram licitadas e contratadas para realização de projeto arquitetônico e complementar; cinco em fase de assinatura de contrato para realização de projeto arquitetônico; cinco em processo licitatório; oito em fase de instrução do processo para abertura de licitação; e a unidade de Engenheiro Beltrão, em vias de assinatura de Termo de Convênio. Deliberado o total de R\$ 222,0 mil do FEAS para obras de reforma, melhoria, ampliação e equipamentos nos CRAS de Ipiranga e Bom Jesus do Sul.
- Aperfeiçoamento gradativo do apoio aos CRAS, visando garantir padrões de qualidade no funcionamento e na oferta dos serviços. Acompanhamento de 10 equipamentos que apresentaram dificuldades com os critérios de qualidade de funcionamento da Resolução n.º 21/2013 da Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Orientação, acompanhamento e assessoramento técnico dos 562 CRAS que ofertam o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); apoio financeiro a 112 municípios contemplados pelas Deliberações n.º 34 e n.º 52/2012 do CEAS, para a implementação do Serviço. As 45 equipes volantes referenciadas ao CRAS, em 43 municípios, contribuem para a descentralização da oferta do Serviço. O Governo Federal cofinancia 503 equipes de PAIF, para o referenciamento de 1.649.125 famílias do Estado; 91 municípios receberam R\$ 2,9 milhões do Estado como cofinanciamento do PAIF.

- Alocação de R\$ 4,8 milhões no FEAS, por emendas parlamentares, para aquisição de veículos de uso pelos CRAS, repassados a 104 municípios e 10 entidades sociais (Deliberação n.º 25/2016 do CEAS).
- Piso Paranaense de Assistência Social (PPAS) - repasse a 86 municípios, utilizado por 72 municípios para ofertar e executar o PAIF.
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) - orientação, acompanhamento e assessoria, tendo cofinanciado 379 municípios pelo Piso Básico Variável (PBV), para 93.190 usuários. Encontram-se inseridos 96.641 usuários no Sistema de Informação do SISC. Dos 86 municípios cofinanciados pelo PPAS, 62 utilizaram recursos para a execução do SCFV.
- Centro da Juventude - orientação, acompanhamento e assessoramento a 24 municípios da execução do Programa, que oferece um espaço de cultura, lazer, prática esportiva e cultura, e busca afastar adolescentes e jovens de situações de exposição a risco e vulnerabilidade social.
- Bolsa Agente de Cidadania - oportuniza a participação social e cidadã dos adolescentes e jovens e a sua inclusão sociocultural, prioritariamente àqueles em situação de vulnerabilidade e risco social. Participaram do Programa os Centros da Juventude de 16 municípios (Apucarana, Campo Largo, Cascavel, Castro, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Ivaiporã, Jacarezinho, Lapa, Maringá, Palmas, Paranaíba, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais e Telêmaco Borba). Até setembro, foram pagas 1.236 bolsas, no valor total de R\$ 185,0 mil - incremento de 92,8% em relação a 2015.
- Programa Território da Juventude - avanço nos processos de execução das obras, em parceria com a Assessoria Especial da Juventude (AEJ), dos espaços de convivência e referência para a população jovem e suas famílias, com foco na inclusão da juventude em ações de políticas públicas existentes. Início das obras previsto para 2017, em Capanema, Coronel Vivida, Assis Chateaubriand, Medianeira, Carambeí, Imbituva, Arapoti, Goioerê, Santa Helena e Tupãssi.
- Programa Adolescentes Paranaenses - promoção do protagonismo adolescente por meio de financiamento, assessoramento e acompanhamento de serviços de convivência, planejados de forma participativa e transversal por um ano 56 coletivos em 37 municípios aderiram ao Programa.
- Benefícios Eventuais - cofinanciamento a 86 municípios; cerca de 57 municípios utilizaram recursos para auxílio natalidade, 51 para auxílio mortalidade, 54 para vulnerabilidade temporária e 40 municípios para calamidade pública.
- Programa Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Escola - ações intersetoriais que garantam o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência (até 18 anos) que recebem o BPC. Até o mês de novembro, 146 municípios aderiram e 128 renovaram o programa.

- Programa BPC Trabalho - promove o protagonismo e a participação social, prioritariamente das pessoas com deficiência entre 16 a 45 anos e beneficiárias do BPC, na superação de barreiras e no fortalecimento da autonomia, em conjunto com a rede socioassistencial e outras políticas públicas. Consiste em dar assessoria aos 34 municípios que aderiram ao Programa e realizaram as ações junto ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho), na promoção do acesso dos usuários da Assistência Social a oportunidades de trabalho e geração de renda; PRONATEC Brasil Sem Miséria; articulação do BPC Trabalho, ACESSUAS Trabalho e demais serviços e programas que contribuem para a superação das condições de pobreza e extrema pobreza; ações intersetoriais unindo esforços das equipes das áreas da política do trabalho e da assistência social, e das regionais que realizam assessoria direta aos municípios.
- Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO) - possibilita a inclusão da população em serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais de diversas políticas públicas, sobretudo da Assistência Social, com a identificação do perfil socioeconômico e as especificidades territoriais. Em setembro, estavam inscritas 1,3 milhão famílias, sendo: 240.717 famílias com renda per capita de até R\$ 85,00; 199.637 famílias com faixa de renda per capita entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; 434.247 famílias na faixa de renda entre R\$ 170,01 e R\$ 440,00 (meio salário mínimo); e 375.106 famílias com renda acima de meio salário mínimo.
- Aprimoramento e implementação das Coordenações Municipais Intersetoriais do Programa Bolsa Família para os 399 municípios, com 264 Coordenações constituídas e 375.389 famílias paranaenses beneficiárias em novembro.
- Capacitações desenvolvidas: a) reunião técnica em Centros da Juventude com 23 municípios; b) *web* conferência de atualização cadastral do PBF, com 616 acessos; c) capacitação de formulários do CADÚNICO para 123 municípios e capacitação de instrutor de formulários do CADÚNICO para 18 municípios; d) capacitação do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF) para 43 municípios; e) capacitação em gestão do CADÚNICO e PBF, com 69 municípios; f) *web* conferência CADÚNICO e PBF com foco nas populações tradicionais e específicas.

16.2.3 Proteção Social Especial

Em 2016, merece destaque a implantação do PAEFI-CREAS nos 24 municípios contemplados com a regionalização. Com o intuito de regionalizar os demais serviços, mobilizou os municípios para comporem os grupos de trabalho (GTs), aproximando a SEDS das realidades locais para planejar as implantações.

Deu-se início ao repasse fundo a fundo, a 92 municípios que desenvolvem Serviço de Acolhimento Institucional para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos, nas modalidades: Casa Lar e Abrigo Institucional; República e Família Acolhedora. Realizados estudos, simulações e propostas para o aumento da cobertura territorial dos serviços de Proteção Social Especial (PSE) em 2017, e para a qualificação dos serviços de atendimento ao público alvo.

Aprovação e garantia de recursos para os Programas Liberdade Cidadã (R\$ 19,0 milhões) e Crescer em Família (R\$ 21,0 milhões). Expansão, para 27 municípios, do cofinanciamento anual de Serviços Especiais: Abordagem Social (R\$ 1,8 milhão), Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias - População de Rua (R\$ 3,4 milhões).

16.2.3.1 Programas e Serviços de Média Complexidade

Principais ações:

- Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS):
 - a) acompanhamento e orientação a 180 CREAS em 156 municípios (Cadastro Nacional do SUAS - outubro), com capacidade de atendimento a 11.700 pessoas e suas famílias;
 - b) processo de implantação de 24 CREAS municipais, para ofertar serviço do PAEFI, concretizado em 22 CREAS, tendo como resultado 22 CREAS-PAEFI implantados; pelo PPAS III, houve repasses fundo a fundo mensais de R\$ 2,5 mil, totalizando R\$ 720,0 mil no ano; acompanhamento e assessoramento aos municípios que receberam recursos do PAEFI entre 2013 e 2015, oriundos da Deliberação n.º 35/2012.
- Assessoramento a 85 municípios que executam o serviço de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, com a elaboração de notas técnicas e capacitações para as equipes regionalizadas.
- Acompanhamento da implementação dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo nos 399 municípios.
- Programa Estadual Liberdade Cidadã - acompanhamento com incentivo financeiro e suporte técnico para execução do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). O CEDCA, na Deliberação n.º 54/2016, aprovou investimento de R\$ 19,0 milhões em 144 municípios que realizam Medida Socioeducativa em meio aberto.

- Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI) - acompanhamento da elaboração dos planos municipais das AEPETI dos municípios prioritários que recebem recursos federais, com o objetivo de pactuar uma agenda intersetorial de erradicação do trabalho infantil.
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua - manutenção do cofinanciamento, por meio do PPAS II, com R\$ 2,1 milhões. O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) executa exclusivamente serviço especializado para pessoas em situação de rua, prioritariamente em 16 municípios de médio e grande porte, com capacidade de atendimento a 2.100 pessoas e suas famílias em 21 unidades.
- Elaboração de proposta, aprovada na Deliberação n.º 51/2016 do CEAS, de expandir para 27 municípios o cofinanciamento dos Serviços de Abordagem Social, com valor anual de R\$ 1,8 milhão.
- Centro Dia para Pessoa com Deficiência em Curitiba - cofinanciamento com recursos estaduais no valor anual de R\$ 240,0 mil, ofertando atendimento especializado a pessoas com deficiência e suas famílias, havendo algum grau de dependência ou agravamento de limitações por violações de direitos.

16.2.3.2 Programas e Serviços de Alta Complexidade

Principais ações:

- Início do cofinanciamento estadual, pactuado na Comissão Intergestora Bipartite (Resolução n.º 09/2014) e deliberado pelo CEAS (Deliberação n.º 39/2014), por meio do PPAS IV, para 92 municípios que assinaram o Termo de Adesão de reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos, no valor mensal de R\$ 472,5 mil e anual de R\$ 5,7 milhões.
- Manutenção de convênio com entidade para acolhimento de crianças e adolescentes, com investimento anual de R\$ 63,1 mil.
- Programa Estadual Crescer em Família - incentivo financeiro para municípios e instituições que realizam acolhimento institucional para crianças e adolescentes até 18 anos. O CEDCA aprovou R\$ 21,0 milhões em incentivo, com 202 municípios elegíveis por executarem o Serviço de Acolhimento Institucional, Acolhimento Familiar ou Apadrinhamento Afetivo.
- Acolhimento de Idosos - oferta de 65 vagas em duas instituições, com investimento anual de R\$ 920,0 mil. O acolhimento institucional para pessoas idosas advindas de municípios de pequeno porte I e II proporciona ações de reinserção familiar e comunitária.
- Acolhimento para Pessoas com Deficiência - oferta de 206 vagas em parceria com sete entidades e empresas, totalizando R\$ 5,8 milhões ao ano. As vagas são dirigidas às demandas dos municípios de pequeno porte I e II, em serviços

de acolhimento institucional para pessoas com deficiência, em situação de risco, com vínculos familiares rompidos, e proporcionando ações de reinserção familiar e comunitária.

- Acolhimento institucional para pessoas com deficiência - repasse fundo a fundo a dois municípios (com 01 acolhido cada), no valor de R\$ 2,4 mil ao mês por pessoa, totalizando R\$ 56,6 mil no ano.
- Residências Inclusivas - modalidade de acolhimento institucional voltada a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, prioritariamente àqueles atendidos pelo BPC, que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar, ou ainda em processo de desinstitucionalização de abrigos de longa permanência. Foram cofinanciadas seis Residências Inclusivas, em cinco municípios, no valor de R\$ 5,0 mil mensais, totalizando R\$ 360,0 mil no ano; manutenção das duas unidades de Residências Inclusivas Estaduais, na perspectiva regional, com capacidade de 20 vagas e custo anual de R\$ 360,0 mil.
- Acolhimento para Adultos e Famílias - manutenção do cofinanciamento estadual para cinco municípios, atendendo 275 pessoas, com R\$ 28,3 mil ao mês. Na Deliberação n.º 51/2016, o CEAS aprovou a expansão do cofinanciamento para outros 27 municípios, totalizando R\$ 3,4 milhões ao ano.
- Repasse fundo a fundo (FEAS-FMAS) de R\$ 245,6 mil a 18 municípios que decretaram calamidade, para minimizar danos causados por chuvas e enxurradas nos meses de agosto e outubro.
- Capacitações e assessoramento por meio dos encontros estaduais de grande porte como o CREAS/PAEFI para municípios de Pequeno Porte I e II, Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e o Seminário de Ações Estratégicas do PETI; sete *web* conferências e reuniões técnicas, sobre temas da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.
- Veiculação das campanhas estaduais: Viva a Família e Defenda o Adolescente.

16.3 Garantia de Direitos

A SEDS adota uma abordagem integradora às políticas públicas, para concretizar iniciativas de enfrentamento às violências sofridas por cidadãos paranaenses. A articulação intermunicipal e a construção de diálogos inovadores entre as políticas permitiu agir integrado com todos os agentes, efetivando e fortalecendo os princípios da proteção integral.

Em 2016, houve duas frentes de esforços: padronização administrativa frente ao novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei Federal n.º 13.019/2014); e sensibilização da população, com campanhas e materiais publicitários, sobre efetivar direitos e garantias legais previstas. A gestão das políticas públicas avançou com a realização de novas iniciativas e o uso de instrumentos de planejamento, acompanhamento e monitoramento, voltados a uma abordagem participativa entre governo e sociedade civil.

16.3.1 Política da Promoção de Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência

Atuação prioritária de integração e articulação com as demais coordenações da SEDS, com os órgãos da administração pública, direta ou indireta, e entidades da sociedade civil, destacando a formulação de estratégias voltadas à integração das ações na execução da política.

Principais ações:

- Tramitação do Anteprojeto de Lei para a criação do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Paraná.
- Planejamento, articulação e elaboração do Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, considerando as propostas das Conferências Estaduais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e viabilização da participação de 43 delegados do Paraná na 4.^a Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- Efetivação do Plano Nacional Viver sem Limite, em articulação com as Secretarias de Saúde e Educação, para implantação da Central de Interpretação de Libras (CIL).
- Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - reuniões ordinárias até dezembro; realização do Processo Eleitoral descentralizado para a escolha das organizações representantes da sociedade civil, no biênio 2016/2018.
- Projeto Praia Acessível - viabilização de acesso à praia e ao mar de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, em parceria com Organizações da Sociedade Civil, nos municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba. Prevista a implementação em fevereiro e dezembro de 2017, janeiro e fevereiro de 2018.
- Isenção Tarifária de Transporte Intermunicipal - análise de 5.534 requerimentos do total de 5.700, até outubro.
- Orientação técnica no desenvolvimento do Sistema do Passe Livre Intermunicipal (SPL), que informatiza e dá agilidade ao requerimento de isenção tarifária intermunicipal.
- Elaboração e publicação da cartilha Conhecendo a Pessoa com Deficiência, volume I, da Coleção Paraná Inclusivo.
- I Encontro da Transversalidade na Política de Garantia de Direitos da Pessoa com Deficiência - 440 participações presenciais e via *web* conferência.
- Passe Livre - realizado em novembro, o I *Workshop* para apresentação do sistema aos assistentes sociais de Curitiba e Região Metropolitana.
- Apoio a 128 municípios sobre ampliar as instâncias de deliberação, execução e fiscalização da política.

- Parceria com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP) para encaminhamento das denúncias recebidas por meio do Departamento de Inteligência do Estado - Disque Denúncia 181.
- Encaminhamento de denúncias registradas no Disque 100 Direitos Humanos para o Ministério Público.
- Repasse de recursos (Deliberação n.º 133/2014 do CEDCA) a Organizações da Sociedade Civil que atendem crianças e adolescentes com deficiência em situação de vulnerabilidade social. Assessoramento a 29 organizações da sociedade civil em relação às alterações dos Planos de Aplicação e prorrogação de prazos de vigência e execução dos convênios.

16.3.2 Política da Defesa de Direitos da Mulher

Consolidação da Política Estadual dos Direitos da Mulher, promovendo a coordenação, integração e articulação estadual. Promoção da integração com as unidades operacionais da SEDS, demais órgãos do Estado e movimentos sociais organizados, para a formulação e implementação de estratégias, fortalecendo a pauta das mulheres na agenda das políticas públicas, e potencializando as ações do poder público ao contribuir para a reversão do quadro de desigualdades persistente na sociedade.

Principais ações:

- Assessoramento técnico do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná (CEDM), conforme as diretrizes do Plano Nacional da Política para Mulheres.
- Coordenação da Câmara Técnica de Gestão Estadual do Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher - acordo federativo entre União, estados e municípios, para planejar o fortalecimento, por meio de políticas públicas integradas, da Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres à qual o Paraná aderiu em 23 de julho de 2013.
- Casa da Mulher Brasileira (CMB) - o espaço concentra serviços especializados para atendimento às mulheres em situação de violência. De gestão compartilhada, por meio do Colegiado Gestor, coordenação compartilhada e gerência administrativa contempla os seguintes órgãos estaduais: Delegacia Especializada da Mulher (DEAM), Polícia Militar, Defensoria Pública, Coordenadora Estadual representando a SEDS, conforme diretriz nacional - encontra-se em implantação o Instituto Médico Legal para averiguar lesões superficiais.
- Gerência do Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) - presta acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica da Região Metropolitana. Oferta, entre outros serviços, atendimento psicológico, social e jurídico, com orientações e informações à mulher em situação de violência. Desde junho, o atendimento em Curitiba passou à

responsabilidade da CMB; ao CRAM coube atender os demais 18 municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). As servidoras do Centro participaram dos eventos do Paraná Cidadão e Unidade Paraná Seguro (UPS) Cidadania, prestando atendimentos psicossocial e jurídico, divulgando os serviços existentes e orientando mulheres a buscarem seus direitos e denunciarem a violência sofrida; além de palestras, oficinas, reuniões de núcleos e da rede de enfrentamento a violência.

- Participação de 123 delegadas eleitas na etapa estadual na 4.^a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, com a avaliação do Plano Nacional e proposição de caminhos para os próximos anos.
- Articulação para o funcionamento mensal e regular da Câmara Técnica de Gestão Estadual do Pacto Nacional pelo Enfrentamento a Violência contra as Mulheres, com oito reuniões até outubro.
- Implementação e funcionamento regular das Unidades Móveis do Programa Mulher Viver sem Violência (Ônibus Lilás) - leva atendimento multidisciplinar para o enfrentamento da violência contra a mulher, nos municípios com os piores índices de violência. O ônibus, adaptado para atendimento individualizado (demanda da Marcha das Margaridas) às mulheres do campo e da floresta em situação de violência doméstica, contabilizou 2.513 atendimentos até novembro. Com previsão mais seis municípios receberem eventos até dezembro.
- Desenvolvimento, alimentação e utilização dos dados relativos à violência contra a mulher no sistema *Business Intelligence* (BI) - da base de dados da SESP.
- Capacitação dos profissionais da assistência social, saúde, educação, justiça, segurança pública, e demais atores da rede de enfrentamento à violência, via reuniões técnicas, *web* conferências e seminários, sobre políticas públicas para mulheres e o enfrentamento à violência de gênero.
- Elaboração, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEED), da cartilha Escola Livre de Violência contra a Mulher, visando subsidiar campanhas educativas de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral.
- Desenvolvimento, em parceria com a Coordenação de Proteção Social Especial, do processo de implantação da regionalização de Casas Abrigo para mulheres em situação de violência ou em risco de morte, acompanhadas ou não de seus filhos.
- Palestras sobre violência contra a mulher em 10 eventos regionais: União da Vitória, Sapopema, Figueira, Fazenda Rio Grande, Guaratuba, Pontal do Paraná, Maringá, Telêmaco Borba e Curitiba. Divulgada a Política para Mulheres, a Lei Maria da Penha e formas de enfrentamento da violência contra mulheres, com a promoção e o fortalecimento das atividades econômicas desenvolvidas por mulheres, vinculadas à segurança alimentar e ao uso sustentável da água.

16.3.3 Política dos Direitos da Criança e do Adolescente

Coordena a Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, realiza assessoramento técnico e articulação intergovernamental e intersetorial nos assuntos relativos à política, garantindo sua execução, em articulação com o CEDCA. Principais ações:

- Elaboração, implementação e acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná, com a gestão de processos de acompanhamento e monitoramento do plano de ação pactuado.
- Assessoramento, fomento e incentivo à elaboração dos Planos Decenais Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, com distribuição de 1.272 exemplares do Caderno Orientativo para Elaboração do Plano Decenal Municipal. No primeiro semestre, foi realizado o Seminário Estadual de Fomento e Incentivo à Elaboração Técnica dos Planos Decenais Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, disponibilizado em formato de *web* conferência no site da SEDS.
- Implementação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA CT WEB), coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que permite aos conselheiros tutelares registrar, acompanhar e adotar, de forma ágil e sistemática, medidas nos casos de violações de direitos contra crianças e adolescentes, bem como subsidiar os conselheiros de direitos na formulação e gestão de políticas públicas de atendimento. No Estado, 245 municípios alimentam o SIPIA CT WEB; com todas as demandas (problemas na operação e alimentação do sistema) atendidas.
- Curso de Capacitação de Nível Intermediário no SIPIA CT WEB - ofertado na modalidade à distância, com 35 horas/aula; abordou fundamentos teóricos e práticos do Sistema de Informação para Infância e Adolescência, para melhoria dos dados inseridos. Foram ofertadas 1.596 vagas para conselheiros de direitos e 2.100 vagas para conselheiros tutelares.
- Implantação de Laboratório de Estudos e Aplicações de Polimorfismos de Ácido Desoxirribonucleico (DNA) e realização de exames de DNA em laboratório credenciado. Atende demandas do Ministério Público e do Tribunal de Justiça para investigação de paternidade sem custos aos beneficiários da justiça gratuita. O Laboratório de DNA, seu planejamento e estrutura, foi uma parceria entre a SEDS, CEDCA, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Tribunal de Justiça (TJ), Ministério Público (MP) e Universidades Estaduais (UEL, UEM, UEPG, UNICENTRO, UNIOESTE, UENP). O Laboratório não está em pleno funcionamento, tendo sido celebrado contrato com empresa particular para serviços nas áreas de genética e biologia molecular humana, garantindo a realização de 800 exames até outubro.

- Repasse de recursos a entidades que atendam crianças e adolescentes com deficiência – deliberado pelo CEDCA a transferência voluntária de recursos a entidades não governamentais voltadas às ações de estimulação precoce e essencial, escolarização, atendimento terapêutico e pré-profissionalização, possibilitando a efetivação dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes com deficiência, tendo acompanhado 258 projetos.
- Programas de Aprendizagem e Qualificação Profissional - fomento à implantação, continuidade e ampliação de vagas. Encontra-se em elaboração proposta de adequação às mudanças legais, visando cofinanciar fundo a fundo, programas de qualificação profissional, no valor de R\$ 6,0 milhões.
- Censo do Sistema de Garantia de Direitos (CENSO-SGD) - elaboração de questionário para diagnosticar o funcionamento dos conselhos tutelares e de direitos das crianças e dos adolescentes.
- Enfrentamento às violências contra a criança e o adolescente - registro das denúncias encaminhadas pelo Departamento de Inteligência/SESP (Disque Denúncia 181), no Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA CT WEB), permitindo o monitoramento e a verificação dos encaminhamentos adotados pelo Conselho Tutelar que recebeu a denúncia.
- Execução das campanhas Viva Infância - Etapa 2, com a produção e distribuição de cartilha e produção de filme; da campanha Defenda o Adolescente, que contou com a produção e distribuição de cartilha, cartazes e vídeos para TV e internet; celebrada parceria com a SEED para fortalecer a Campanha Escola Livre de Violência, com a realização do Seminário Estadual de Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes: fortalecendo a intersetorialidade entre as políticas públicas no Estado do Paraná, em dezembro, para aproximadamente 300 pessoas.
- Publicação e distribuição de materiais para os equipamentos de atendimento à criança e ao adolescente, bem como à sociedade em geral, tais como fôlderes (254.100), cartilhas (1.904.885) e cartazes (149.200) de temas como o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes e publicação de 6.553 exemplares do livro Instrumentos Normativos Nacionais e Internacionais e previsão de publicação da edição atualizada em dezembro.

16.3.4 Política Estadual da Pessoa Idosa

Responsável pelo planejamento, acompanhamento e monitoramento de programas, projetos e ações relacionados aos direitos da população idosa em âmbito estadual, bem como a integração e articulação com o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso, as unidades da SEDS e demais órgãos da Administração Pública Estadual, de acordo com as atribuições de cada política pública setorial instituída, além dos órgãos e entidades nacionais e municipais.

Principais ações:

- Disque Idoso Paraná - realizados 2.163 atendimentos telefônicos (até novembro), sendo 2.151 denúncias pelo Disque Idoso. Atendidas 655 denúncias pelo Disque 100 Idoso e 165 denúncias pelo Disque Denúncia 181.
- Distribuição de 2.770 exemplares de materiais de divulgação sobre os direitos da pessoa idosa, como Estatuto do Idoso, Planos Estaduais dos Direitos da Pessoa Idosa e cartilhas diversas.
- Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná - primeiro período de avaliação em dezembro, com apresentação de resultados ao Conselho Estadual do Idoso e instituição de Comitê de Articulação e Monitoramento.
- Parceria com o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI) para proposição de repasse de recursos fundo a fundo para municípios, no valor de R\$ 4,0 milhões, e repasse direto para instituições no mesmo valor, totalizando R\$ 8,0 milhões em investimentos diretos na Política da Pessoa Idosa, garantindo instrumentos necessários à execução de serviços, projetos e programas que beneficiem exclusivamente a pessoa idosa.
- Orientação e apoio técnico aos municípios - planejamento de 10 encontros por ano, em cada uma das 10 mesorregiões do Paraná durante o período do PPA 2016-2019, para atendimento de 298 municípios que não tem Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa Idosa ou não tem Fundo Municipal vinculado. Visando a elaboração dos Planos Municipais, foram disponibilizadas vagas para todos os municípios. Até outubro, 168 municípios compareceram, superando a meta prevista de 18,5% de adesão no primeiro ano.

16.4 Participação e Controle Social

- Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS/PR) - 11 reuniões ordinárias; reunião ampliada e descentralizada, em Maringá (junho), sobre o Pacto de Aprimoramento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que abordou capacitação e orientação aos municípios e a todos os atores sociais envolvidos no reordenamento da política de assistência social no Paraná, tendo os Conselheiros Municipais de Assistência Social como público-alvo.
- Comissão Intergestora Bipartite (CIB) - seis reuniões ordinárias e uma extraordinária (julho), sobre interlocução de gestores para pactuar procedimentos da gestão do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social.
- Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Idosa (CEDI) - 12 reuniões ordinárias e uma extraordinária; reunião ampliada e descentralizada, em Maringá (agosto), tendo os Conselheiros Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa e os representantes governamentais e da sociedade civil como público-alvo. Temas

abordados: ações e deliberações do CEDI, Conselhos e Fundos da pessoa idosa; elaboração e execução dos Planos Municipais e Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa; orientação aos municípios e às organizações da sociedade civil sobre repasse de recursos.

- Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) - 11 reuniões ordinárias e 12 extraordinárias; reunião ampliada e descentralizada em Cascavel (novembro), tendo os Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e os representantes governamentais e da sociedade civil como público-alvo. Temas abordados: campanhas CEDCA/FIA; experiência de Cascavel no Programa Família Acolhedora; elaboração e execução dos Planos Municipais e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; orientação aos municípios e às organizações da sociedade civil sobre repasse de recursos.
- Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM) - 10 reuniões ordinárias e uma extraordinária (em maio) para revisão do Regimento Interno.
- Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE) - 11 reuniões ordinárias.

16.5 Resumo da Execução Financeira

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DE JANEIRO A OUTUBRO

ATIVIDADES	EMPENHADO (R\$)
Pessoal e Encargos Sociais	37.127.166,82
Gestão Administrativa	8.379.488,03
Luz Fraternal	40.569.179,36
Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA)	21.738.623,02
Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS)	69.237.535,50
Fundo Estadual da Saúde (FUNSAÚDE)	4.770.249,11
Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda	1.779.205,08
Sistema Intersetorial de Proteção à Família	1.017.991,41
Garantia de Direitos da Mulher	562.499,19
Garantia de Direitos da Pessoa com Deficiência	380.089,66
TOTAL	185.562.027,18

Secretaria da Fazenda



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

17 Secretaria de Estado da Fazenda

A Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e suas vinculadas têm a finalidade de obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar à administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e ampliar os setores da economia.

Para a execução dessas atribuições, está organizada em quatro Coordenações: do Tesouro Estadual (CTE); da Receita do Estado (CRE); de Gestão Estratégica e Tecnologia da Informação e Comunicação (CGETIC); do Orçamento Estadual (COE).

Deu-se continuidade ao ajuste fiscal iniciado em 2015 com o objetivo de equilibrar as contas públicas e gerar recursos para fazer face às despesas de custeio e aos investimentos. Os resultados e os avanços mais importantes alcançados, bem como as principais atividades da gestão financeira do Estado, seguindo as diretrizes de redução de despesas, renegociação de dívidas, incremento de receitas e melhoria da gestão, estão relatados a seguir.

17.1 Redução de Despesas

- Contingenciamento do Orçamento Geral do Estado em R\$ 6,2 bilhões, sendo: R\$ 5,3 bilhões do Tesouro Estadual, R\$ 900,0 milhões de fontes de arrecadação descentralizadas, tendo em vista as incertezas no comportamento da economia. Até outubro, estavam contingenciados cerca de R\$ 4,3 bilhões, sendo R\$ 3,7 bilhões do Tesouro e R\$ 600,0 milhões de fontes de arrecadação descentralizadas.
- Acompanhamento trimestral da execução do orçamento de investimento das empresas no Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual (SIGAME).
- Acompanhamento da atualização do sistema unificado e integrado de administração de recursos humanos e de folha de pagamento (Meta4).
- Cotas Orçamentárias e Financeiras - manutenção da política de cota orçamentária trimestral e cota financeira mensal de gastos para cada Secretaria, compatíveis com a disponibilidade financeira do Estado.
- Sistema de Avaliação do Gasto Público - monitoramento dos Indicadores de Gasto Mensal e Relatório de Desempenho Fiscal Mensal.
- Operacionalização da Comissão de Qualidade na Administração Pública - elaboração de ações para redução de despesas e ampliação da transparência na administração pública estadual.

- Instituição do Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) - tem por objetivo o controle das despesas, das receitas e gestão das empresas estatais, na defesa dos capitais do Estado (Decreto n.º 34 de 05/01/2015 e Lei n.º 18.875 de 27/09/2016).

17.2 Redução da Dívida

- Aumento de 42,9% (R\$ 233,4 milhões) no pagamento de precatórios, de janeiro a agosto, se comparado ao mesmo período de 2015.
- Restituições do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) - de janeiro de 2015 a outubro de 2016, foram devolvidos R\$ 16,3 milhões de impostos pagos em duplicidade ou recolhidos indevidamente pelo contribuinte.
- Despesas de Exercícios Anteriores - efetuado o pagamento de R\$ 2,8 bilhões no período de janeiro de 2015 a outubro de 2016.
- Refinanciamento da Dívida do Estado (Lei n.º 9.496/1997) - assinatura de aditivos contratuais para aplicação dos novos indexadores sobre o contrato de refinanciamento, que proporcionou uma redução de R\$ 523,0 milhões no saldo devedor e de R\$ 169,0 milhões no pagamento dos serviços da dívida, somente em 2016.
- Negociada com a União a carência dos pagamentos em 2016 e escalonamento crescente dos pagamentos a partir de 2017. A negociação gerou uma redução de desembolso de R\$ 490,2 milhões no exercício.
- Melhoria na nota de classificação junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) - com o ajuste fiscal, o Paraná melhorou sua capacidade de pagamento em 2015 e aumentou o seu rating fiscal, tendo sua nota de classificação elevada de C+ para B-. Apenas mais dois Estados (Alagoas e Mato Grosso do Sul) melhoraram o desempenho no ranking da STN.

17.3 Ampliação de Receitas

17.3.1 Tributárias

- Autorizado o parcelamento de imposto declarado até o período correspondente a março de 2016 em Guia de Informação e Apuração-Substituição Tributária (GIA-ST), inscrito ou não em dívida ativa (Decreto n.º 4.122 de 18/05/2016). Até outubro, foram recolhidos 14,0 milhões.

- Efetivada a implantação da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) para todos os contribuintes.
- Nota Paraná - lançado em 2015, trata-se de programa de estímulo à emissão de nota fiscal por todos os estabelecimentos comerciais do Estado, mediante retorno de parte dos impostos pagos para os consumidores e distribuição de prêmios. Até novembro, o programa apresentou 1,2 milhão de cidadãos cadastrados, 212,8 mil estabelecimentos comerciais participantes, 260,2 milhões de notas fiscais emitidas e R\$ 313,5 milhões em créditos concedidos.
- Menor Preço - é um desdobramento do programa Nota Paraná, trata-se de um aplicativo que fornece um comparativo do quanto custa um produto em diversos estabelecimentos. Oferece a possibilidade de pesquisa de aproximadamente 10 milhões de preços de produtos, atualizados semanalmente por mais de 60.000 estabelecimentos varejistas no Estado. A plataforma utiliza como base informações de mais de 4,0 milhões de notas fiscais de consumidor eletrônicas emitidas todos os dias no Estado.
- Programa Especial de Parcelamento - reabertura do Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) para a regularização do ICMS (Decreto n.º 3.990/2016). Foram recolhidos em parcela única R\$ 44,0 milhões e parcelados mais de R\$ 558,0 milhões.
- Recursos Hídricos e Minerais - criação da taxa de controle, acompanhamento e fiscalização das atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos hídricos e taxa de controle, monitoramento e fiscalização das atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais.
- Aperfeiçoamento da legislação do Contencioso Administrativo e do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF) tornando as decisões mais céleres e transparentes - Lei n.º 18.877, de 27 de setembro de 2016, aguardando regulamentação.
- Ações de combate aos contribuintes devedores contumazes, que são aqueles que num período de 12 meses deixaram de recolher o ICMS oito vezes consecutivas ou não. Foram notificados 63 contribuintes na primeira fase e 92 na segunda, que resultou num incremento de R\$ 9,9 milhões na arrecadação mais R\$ 47,6 milhões em parcelamentos de regularizações.
- Alterada legislação estadual discriminando procedimento para a Responsabilização Pessoal dos Sócios Administradores nas obrigações tributárias das empresas (Lei n.º 18.877, de 27/09/2016).
- Suspensão dos benefícios fiscais das empresas inscritas no Cadastro Informativo Estadual (CADIN).
- Implantação e ampliação de código de controle de benefícios fiscais na Escrituração Fiscal Digital (EFD).

- Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) - aperfeiçoamento da legislação e intensificação da cobrança do imposto, nas doações declaradas à Receita Federal do Brasil e não recolhidas ao Tesouro Estadual.
- Avaliação, verificação e atualização correta da aplicação das Margens de Valor Agregado (MVA) da substituição tributária.
- Desenvolvimento de ações para a cobrança de inadimplentes do IPVA: a) blitz para recuperação de débitos em atraso; b) envio de correspondências para os inadimplentes cobrando pendências.
- Intensificação do uso do instituto da autorregularização.
- Cancelamento da Inscrição Estadual de contribuintes do Simples Nacional por: omissão de declaração; débitos de tributos estaduais; atividades vedadas.
- Exclusão de contribuintes do Simples Nacional que possuíam, até 14/10/2016, débitos perante a Fazenda Pública Estadual em que a exigibilidade não estava suspensa.
- Cancelamento da inscrição dos produtores rurais inativos no Cadastro de Produtor Rural (CADPRO), impossibilitando a utilização do diferimento na aquisição da energia elétrica.
- Exigência da aplicação da alíquota de 12,0% nas operações interestaduais com produtos importados constantes da lista da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).
- Revisão dos benefícios fiscais vencidos.
- Limitação de valores de créditos apropriados no Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados (SISCREDA).
- Acompanhamento do recolhimento de ICMS-ST de autopeças de estados não signatários e realizadas as autuações necessárias.
- Implantação da Procuração Eletrônica.
- Revisão das normas de controle das ações fiscais (NPA n.º 012/2010) - novas regras passaram a vigorar a partir de 01/03/2016 (NPA n.º 001/2016), proporcionando maior controle dos trabalhos de fiscalização; flexibilidade para ampliar as auditorias, inclusive para períodos e tarefas fiscalizados; padronização dos procedimentos adotados com exigência de análise fiscal prévia para levantar subsídios, como indícios e estimativas de valor para lançamento ou estorno, para realizar o trabalho e reduzir a emissão de comando de auditoria aleatório, amplo e subjetivo; e obrigatoriedade de acompanhamento dos resultados da empresa auditada por um período mínimo de 12 meses; entre outros.
- Alteração da atualização do índice de correção monetária de anual para mensal.
- Criação da Delegacia Especializada em Contribuintes Localizados em Outros Estados (DECOE) para promover e intensificar ações de fiscalização em substitutos tributários localizados em outros estados.

17.3.2 Receitas Não-Tributárias

- Companhia Paranaense de Securitização (PRSEC) - foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e contratada a *FitchRatings* como a responsável por realizar o rating dos títulos.
- Acompanhamento da apuração e recebimento dos recursos do Sistema de Compensação Previdenciária entre o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social - Compensação Previdenciária (RPPS-COMPREV).
- Depósitos judiciais – obtido, em outubro, a liberação de R\$ 238,2 milhões.
- Obtenção de autorização para a venda de ações excedentes da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR).
- Alienação do direito de pagamento da folha de servidores ativos e fornecedores, e do direito de administração do caixa e aplicações financeiras do Estado, sendo o ganhador do certame o Banco do Brasil, no valor de R\$ 530,0 milhões.
- Gestão do Fundo de Combate à Pobreza (FECOP) com a finalidade de promover medidas destinadas à redução da pobreza, com ações focadas em assistência social, nutrição, habitação popular e proteção de direitos (Lei n.º 18.573/2015). Foram arrecadados R\$ 327,1 milhões até novembro.
- Identificação e cobrança das contrapartidas sociais das empresas do Programa Paraná Competitivo.

17.4 Melhoria da Gestão

- Elaboração do Programa de Capacitação e Desenvolvimento da SEFA para o triênio de 2016 a 2018.
- Implantação de boletim semanal de informações da SEFA para o Legislativo.
- Assinado em 16/08/2016 o contrato para a implantação do e-Processo - sistema informatizado para o gerenciamento eletrônico de documentos.
- Iniciado processo de reestruturação da SEFA por meio do Decreto n.º 5.233/2016.
- Implantação do Programa de Qualidade de Vida no âmbito da SEFA.
- Adequação do Patrimônio do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. (BADEP) - em 2014, o Estado do Paraná assumiu a dívida do banco junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tornando-se credor do BADEP no valor de R\$ 1,8 bilhão. Este valor foi convertido em aumento de Capital Social na instituição. Com o registro contábil efetuado, aprovado pelo Banco Central do Brasil, as contas patrimoniais foram saneadas, o que abriu espaço para a extinção do BADEP, com estimativa de geração de R\$ 150,0 milhões.

17.5 Atração de Novos Investimentos

17.5.1 Programa Paraná Competitivo

Objetiva atrair novos investimentos, gerar emprego e renda, promover a descentralização regional e a preservação ambiental, pela indução do desenvolvimento industrial do Estado. Conta com 207 empresas na Carteira e geração de 99,3 mil empregos diretos.

O Paraná contabilizou R\$ 41,9 bilhões em investimentos, no período de 2011 a outubro de 2016, sendo R\$ 25,4 bilhões da iniciativa privada e R\$ 16,5 bilhões das estatais (R\$ 11,0 bilhões da COPEL, R\$ 5,2 bilhões da SANEPAR e R\$ 274,9 milhões da COMPAGAS).

17.6 Resultados Alcançados

Dados de janeiro a outubro:

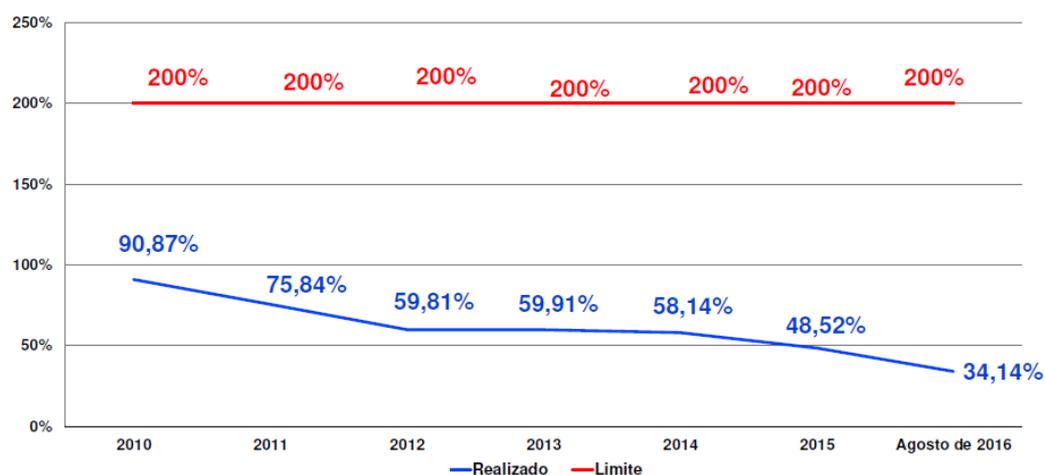
- Receita Corrente Líquida - de 2014 para 2016, mesmo com o agravamento da crise, o Paraná apresentou crescimento nominal de +25,4% e crescimento real de +5,7.
- Receita Corrente - comparativo entre 2015 e 2016, com crescimento nominal de +8,5% e real de -0,4%. As Transferências da União tiveram uma queda real de -2,9% e influenciaram negativamente a receita corrente.
- Receita Tributária - comparativo entre 2015 e 2016, com crescimento nominal de +7,5% e real de -1,3%, assim distribuídos: a) ICMS, valor nominal +6,7% e valor real -2,2%; b) IPVA, valor nominal +7,9% e valor real +0,3%; c) ITCMD, valor nominal -21,7% e valor real -27,8%; d) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), valor nominal +21,2% e valor real +10,8%.
- Despesas Correntes - comparativo entre 2015 e 2016, com aumento nominal de 13,5% e real de +4,2%, e com os principais itens de despesas liquidadas: a) pessoal, valor nominal +18,2% e valor real +8,3%; b) serviços de terceiros (pessoa jurídica), valor nominal +23,0% e valor real +13,1%.

17.7 Evolução dos Indicadores

Comparativos entre 2015 e 2016 (janeiro-agosto):

- Limite de Endividamento - mede a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida e apresentou redução de 29,6%, passando de 48,5% para 34,1%.

GRÁFICO 1 - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA/RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (%)



- Limite de Despesa de Pessoal do Executivo - a despesa com pessoal do Poder Executivo aumentou em 10,7%, passando de 43,7% para 48,4%, e entrou no limite prudencial, ficando acima do limite de alerta. O aumento foi, em grande parte, resultado do Acórdão n.º 223/16, do Tribunal de Contas do Estado, que determinou a inclusão de novas despesas na base de cálculo.
- Limite de Despesa com Educação - mede as despesas com educação em relação ao mínimo constitucional e teve a aplicação de 34,7% da Receita Líquida de Impostos com Educação (15,6% acima do mínimo constitucional de 30,0%).
- Resultado Primário - indica a economia de recursos para pagamento da dívida. O resultado, antes deficitário em R\$ 177,9 milhões (2014), fechou 2015 superavitário em R\$ 1,9 bilhão e em 2016 encontrava-se superavitário em R\$ 1,5 bilhão (valores nominais).
- Resultado Nominal - mede a variação da dívida fiscal líquida. Em 2015, o resultado fechou superavitário em R\$ 1,1 bilhão e passou a ser superavitário em R\$ 4,4 bilhões.

Secretaria de Infraestrutura e Logística



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

18 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL) tem por missão a promoção de ações para a implantação e gestão da política de infraestrutura e logística, centrada no desenvolvimento sustentável e na priorização de investimentos.

Em atendimento a finalidade de promover ações eficazes, para possibilitar a circulação de pessoas e mercadorias com segurança; reduzir custos operacionais; e ofertar infraestrutura rodoviária, ferroviária, aeroviária, aquaviária e dutoviária, condizentes com a demanda da sociedade paranaense, a SEIL é composta por suas unidades programáticas: Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP), Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística (DFIL) e Departamento de Gestão de Projetos e Obras (DGPO). Na estrutura descentralizada, atua por meio de suas unidades vinculadas: Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE) e Paraná Edificações (PRED).

18.1 Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP)

Com atribuições de planejar, regulamentar, monitorar e implantar ações para a gestão de programas e projetos intermodais de infraestrutura e logística, desenvolveu as seguintes atividades:

- Gestão do Modal Rodoviário - revisão e edição anual do Sistema Rodoviário Estadual (SRE), em decorrência das análises de processos de municipalização e estadualização, atualização do cadastro que compõe a malha rodoviária estadual e envio do documento oficial para o Ministério dos Transportes, visando compor a base do Sistema Nacional de Viação. Edição, formatação e contratação da impressão dos Mapas Político Rodoviários do Paraná-2017.
- Estadualização de Trechos Federais (Medida Provisória n.º 82/2002) - negociações e interlocuções com o Governo Federal no âmbito do Ministério dos Transportes e da Casa Civil da Presidência da República para a escolha dos trechos federais a serem absorvidos na malha estadual, resultando na edição da Lei federal n.º 13.298, de 13 de junho de 2016, que devolveu à União 777,6 km de rodovias federais dos 945,0 km previstos para serem estadualizados.
- Gestão do Modal Hidroviário - desenvolvimento de ações de regulamentação do transporte aquaviário, por meio da coordenação do Grupo de Trabalho interinstitucional - GT Regulamentação das Travessias Aquaviárias do Paraná. Elaboração de Convênios de Delegação às prefeituras de Pontal do Paraná e

Paranaguá para a exploração dos terminais aquaviários de Pontal do Sul e Ilha do Mel; e elaboração de norma de regulação para a exploração dos serviços de transporte aquaviários no Estado.

- Acompanhamento das negociações e ajustes no Programa de Financiamento Externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), decorrentes das renegociações de valores com a redução do valor do empréstimo de acordo com o disponível no Programa de Ajuste Fiscal do Estado.
- Gestão do Modal Aeroportuário - apoio técnico institucional para os administradores aeroportuários com o objetivo de melhorar a gestão e operação aeroportuária no Estado, bem como, auxiliar o Governo Federal para a definição de prioridades de investimentos no Programa de Investimento e Logística (PIL).

18.2 Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística Municipal (DFIL)

As ações desenvolvidas envolveram a gestão dos convênios em andamento, além da celebração de novos termos de cooperação. Foram realizadas atividades rotineiras como a informação de sistemas, tramitação de processos e o planejamento das ações programáticas futuras. Principais atividades:

- Modal Rodoviário - firmados 64 convênios no montante de R\$ 40,5 milhões (R\$ 36,8 milhões da SEIL e o restante contrapartida de diversos municípios) para o fornecimento de: recape com CBUQ (47 convênios); recape de massa asfáltica (04 convênios); pavimentação poliédrica (09 convênios); pavimentação de sextavado (03 convênios); fornecimento de vigas para construção de ponte (01 convênio). Além de um termo de cooperação para fornecimento de 14 vigas TB de 11,50 m, 06 vigas TB com 11,00 m, 171 lajotas e 22 metros de guarda-rodas para construção de ponte municipal. Desde 2012, foram firmados 233 convênios, sendo 57 concluídos e 176 em andamento.
- Modal Aeroviário - deu-se continuidade ao convênio com a União (SAC) para construção do novo terminal de passageiros no Aeroporto Municipal de Cascavel - Coronel Adalberto Mendes da Silva. No contrato licitado pela PRED, ocorreram duas prorrogações de prazo e seis readequações de cronograma, tendo sido executado 36,3% da obra (abaixo do estabelecido no cronograma). Os atrasos e descumprimentos contratuais implicaram na lavratura de duas notificações, quatro autuações (multa), e na instauração de processo administrativo junto à Comissão Processante para apuração de responsabilidade. A SEIL apoiou o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) na elaboração da regulamentação ambiental no modal.

- Modal Hidroviário – houve paralização e rescisão do convênio com o município de Cândido de Abreu, por inconformidades na entrega da balsa (divergência na medição do casco e não conformidade de outros materiais) que incorreu na rescisão do convênio. Apoio à elaboração da regulamentação ambiental do IAP no modal e ao Grupo Técnico de Regulamentação das travessias intermunicipais.

18.3 Departamento de Gestão do Plano de Obras de Infraestrutura e Logística (DGPO)

Promoveu ações para a melhoria da gestão de Projetos e Obras Públicas, no âmbito da SEIL, entre as quais se destacam:

- Gestão de Obras de Edificações (GOE) – o sistema encontra-se em desenvolvimento, visando a gestão de projetos e obras de edificações, que será utilizado por todos os órgãos da Administração Direta e Autárquica demandantes de obras e serviços de edificações. Composto inicialmente por quatro módulos: planejamento, projetos, custos e obras. O módulo de planejamento foi concluído e é de responsabilidade da SEIL, por meio do DGPO. Os demais módulos ficarão sob a responsabilidade da Paraná Edificações (PRED).
- Modelagem de Informações da Construção (BIM) - entre as ações previstas no Plano de Fomento à Implantação da Tecnologia BIM (*Building Information Modeling*), no âmbito da SEIL, destacam-se: a) palestra no Instituto de Engenharia do Paraná (IEP), com mais de 300 participantes; b) capacitação em ferramentas BIM, como VICO, SOLIBRI, *Vectorworks* (edificações), Quantm e *Power Civil* (rodovias); c) operação assistida GT-BIM DER e Engemap/Trimble, estudo de traçado de rodovia PR-151 com PR-090, em Castro; d) participação do *SMARTCITY 2016*, abordagem da implantação do BIM no Governo do Paraná; e) reuniões técnicas com empresas e escritórios da arquitetura, engenharia e construção (AEC); f) encontros técnicos com membros da Rede BIM GOV SUL; g) palestra internacional realizada no IEP, com mais de 150 participantes e assinatura de termo de cooperação com as universidades Positivo e Federal do Paraná; h) apresentação do Plano de Fomento BIM na reunião de secretários do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul-Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL/BRDE); i) lançamento do Portal BIM Paraná (**Erro! A referência de hiperlink não é válida.** participação no 2.º Seminário Regional Sul de BIM - Juntos somos mais fortes.
- Gestão de Custos de Edificações - em conjunto com a PRED, monitorou a variação de custos de edificações e manteve a Tabela Referencial de Custos de Edificações utilizada pela administração estadual atualizada e compatível com os valores praticados no mercado, reduzindo a possibilidade de ocorrência de

aditivos contratuais de valor ou paralisações de obra. Devido à alteração da alíquota da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), em vigor desde 01/12/2015, definiu novos parâmetros e critérios para a definição do Preço Máximo utilizados no cálculo do Benefício e Despesas Indiretas (BDI).

- Decreto n.º 5.454/2016 - Regulamentação da Lei n.º 15.608/2007 para obras de edificações - em parceria com o núcleo jurídico da Procuradoria Geral do Estado (PGE), elaborou a minuta do Decreto de Obras visando estabelecer regras, critérios e diretrizes para a execução de obras e serviços de engenharia de edificações centradas no desenvolvimento sustentável. O decreto busca padronizar a metodologia para a elaboração do orçamento de referência, define os critérios de sustentabilidade (socioeconômico, socioambiental, sociocultural e sociopolítico) e especifica outros requisitos necessários para a licitação e contratação de obras e serviços de engenharia. Além disso, ordena, padroniza e define responsabilidades, buscando a melhoria da qualidade dos projetos e obras, reduzindo assim a possibilidade de desvios de conduta, celeridade na análise de projetos e redução da margem de problemas nas prestações de contas.
- Proposição de atualização das condições gerais de contratos para obras e serviços de edificações (Resolução SEIL n.º 032/2011), visando adequar-se às recomendações expressas no Acórdão n.º 1.977/2013, do TCU, no parecer MPU n.º 2.812/2014 e no decreto de obras de edificações.

18.4 Departamento de Estradas de Rodagem (DER)

Tem por missão garantir a movimentação adequada de pessoas e bens nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Estadual. A malha rodoviária federal e estadual, sob a responsabilidade do DER (mantidas/fiscalizadas), é de 13.833,7 km de extensão, sendo 12.126,2 km pavimentada e 1.707,5 km não pavimentada. Os níveis de atuação estão descritos nas tabelas a seguir.

TABELA 1 - EXTENSÃO DE RODOVIAS MANTIDAS PELO DER TOTAL, NÃO PAVIMENTADAS, PAVIMENTADAS E TOTAL, SEGUNDO A RESPONSABILIDADE - PARANÁ - 2016

RESPONSABILIDADE	EXTENSÃO (KM)		
	Não Pavimentada	Pavimentada	Total
Rodovias Estaduais	1.707,52	9.553,22	11.260,74
Rodovias Federais Delegadas		84,40	84,40
TOTAL	1.707,52	9.637,62	11.345,14

FONTE: DER/PR

TABELA 2 - EXTENSÃO DE RODOVIAS MANTIDAS PELO PROGRAMA DE CONCESSÃO (FISCALIZADO PELO DER-PR), NÃO PAVIMENTADAS, PAVIMENTADAS E TOTAL, SEGUNDO A RESPONSABILIDADE - PARANÁ - 2016

RESPONSABILIDADE	EXTENSÃO (KM)		
	Não Pavimentada	Pavimentada	Total
Rodovias Estaduais Concedidas		671,71	671,71
Rodovias Federais Concedidas		1.816,9	1.816,9
TOTAL		2.488,61	2.488,61

FONTE: DER/PR

Atividades Realizadas:

- Obras Rodoviárias - os programas existentes têm como objetivo dar melhores condições de trafegabilidade nas rodovias estaduais, por meio de construção de rodovias, duplicações para ampliação de capacidade, pavimentação e serviços de conservação da malha rodoviária. O Estado do Paraná investiu nos contratos de obras rodoviárias, em andamento, o valor de R\$ 536,6 milhões (até setembro), conforme tabela a seguir.

TABELA 3 - OBRAS RODOVIÁRIAS EM ANDAMENTO, SEGUNDO O VALOR (EM REAIS) DO INVESTIMENTO E TIPO DE AÇÃO - PARANÁ - 2016

AÇÃO	INVESTIMENTO EM 2016 (R\$)
Duplicação/Contorno/Implantação de Pavimento	95.354.127,48
Conservação de Rodovias (PERC)	383.259.207,82
Recuperação de Rodovias	56.908.508,66
Projetos	1.052.000,00
TOTAL	536.573.843,96

FONTE: DER/PR

- Conservação da Malha Rodoviária - desde julho de 2012, o Programa Estadual de Recuperação e Conservação de Estradas Pavimentadas (PERC) investiu R\$ 1.125,0 milhões na malha rodoviária, com serviços de reperfilamento, tapa buracos, remendo profundo, remendo superficial, micro reperfilagem, roçada, sinalização, limpeza de bueiros e outros, abrangendo toda a malha rodoviária sob sua responsabilidade. O PERC é subdividido em três subprogramas: a) Conservação e Recuperação Descontínua com Melhoria do Estado do Pavimento (CREMEP), que atendeu 2.012,0 km; b) Conservação Rotineira de Pavimentos (COP), abrangendo 7.985,0 km; c) Conservação da Faixa de Domínio, que compreende 11.433,0 km.
- Rodovias Concessionadas - obras concluídas: a) retorno/acesso no km 336,410 da BR-277, no Rio das Mortes; b) interseção no km 336,410 na BR-277 Acesso Guairaçá; c) 1,6 km de vias marginais na BR-277, em Irati; d) interseção no km 170,600 da BR-277, em Palmeira/Centro; e) duplicação de 11 km da BR-376, em Caetano/Tibagi dos Coreanos; f) duplicação de 9,6 km da BR-376, em Tibagi dos Coreanos/Entroncamento BR-153; g) interseção Trevo de Jaguariaíva PR-151 - km 215,500. Obras em andamento: a) duplicação de 42,1 km da PR-317 em

Floresta/Campo Mourão; b) duplicação e contorno BR-158 - Peabiru-Campo Mourão - 11,2 km; c) duplicação de 23,9 km da BR-376, em Nova Esperança/Mandaguaçu; d) alargamento da Ponte Rio Xagu BR-277, no km 467,650; e) duplicação de 5,3 km da BR-277, no Perímetro Urbano de Matelândia; f) duplicação de 30,2 km da BR-376, em Nova Esperança - Paranavaí; g) Obra de Arte Especial BR-376 – rebaixamento e viadutos em Sarandi; h) interseção no km 230, da BR-376, em Jandaia do Sul - Apucarana; i) Obra de Arte Especial no km 42,13 da PR-317, em Floresta/Peabiru; j) Obra de Arte Especial PR 317 - Ponte Rio Ivaí; k) ampliação do tabuleiro da Ponte sobre o Rio Xagu BR-277, no km 467,650; l) duplicação de 5,3 km, no Perímetro Urbano Matelândia BR-277; m) duplicação de 3,5 km, na PR-407; n) duplicação de 23,9 km, na BR-376; o) viaduto BR-376, no km 224; p) duplicação de 3,5 km, na PR-407, entroncamento BR-277/Perímetro Urbano de Paranaguá.

- Travessia da Baía de Guaratuba - *ferryboat*: foram transportados 947.076 veículos, de janeiro a setembro.
- Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros - a Coordenadoria de Transporte Rodoviário Comercial (CTRC) tem por finalidade planejar, outorgar e fiscalizar o sistema intermunicipal de transporte coletivo de passageiros, que engloba os seguintes sistemas de serviço regular: a) rodoviário - operado por 32 empresas e 508 linhas, com uma frota de 1.779 veículos, realizou até agosto 39.226 viagens; b) metropolitano - operado por 23 empresas e 183 linhas, com uma frota de 592 veículos, realizou até agosto 102.586 viagens.

18.5 Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA)

Os Portos de Paranaguá e Antonina estão na constante busca de melhoria para proporcionar um sistema moderno e eficaz com infraestrutura e segurança às cargas e aos navios, transparência na gestão e nas operações, buscando oferecer aos operadores portuários, agentes marítimos e à comunidade em geral, alternativa de movimentações de suas cargas, seja em terminal público ou privado, garantindo assim a isonomia a todos os usuários do Complexo Portuário do Paraná.

Visam prover condições técnicas necessárias para as operações de carga e descarga de mercadorias. As ações executadas demonstram a efetiva aplicação dos recursos oriundos de tarifas pagas pelos usuários, proporcionando a infraestrutura adequada, e assim, a continuidade das relações econômicas internacionais.

Os investimentos feitos pelo Estado do Paraná na APPA são os maiores dos últimos 40 anos. Em quatro anos e 10 meses foram aplicados R\$ 511,9 milhões para melhorar a infraestrutura e logística, com o objetivo de devolver a competitividade ao Porto de Paranaguá. Em contrapartida, outros investimentos no valor de cerca de R\$ 423,0 milhões estão sendo

licitados para os próximos anos, totalizando R\$ 934,9 milhões para modernização dos portos do Paraná.

O Porto de Paranaguá tem se mostrado eficaz na execução de suas ações visando o cumprimento de um papel estratégico no cenário nacional, onde disponibiliza um aparato de infraestrutura, garantindo aos produtos que passam pelos Portos do Paraná um grau de competitividade e qualidade exigível pelo mercado internacional. Para tanto, desde 2012, investiu um volume expressivo de recursos que culminaram na execução de obras estruturantes, tais como:

- Programa de Manutenção da Infraestrutura Marítima - preparação dos Portos de Paranaguá e Antonina para os próximos 20 anos, com a realização de investimentos pesados na infraestrutura marítima. Campanhas de dragagem ampliaram o canal de Paranaguá, permitindo que navios de grande porte voltassem a atracar. Até setembro, foi realizado o pagamento de R\$ 99,0 milhões referente a dragagem de regularização, o equivalente a 63,1% do serviço, com previsão de conclusão em 2016. A remodelação do cais existente - Modernização e Expansão da Infraestrutura Portuária - obra foi concluída, no valor de R\$ 95,9 milhões, com a remodelação de 1.806 metros lineares de cais de acostagem, para permitir a instalação de nova e moderna estrutura de acostagem, visando atender maiores embarcações, com mais produtividade.
- Programa de Manutenção de Infraestrutura Terrestre - determina as condições técnicas necessárias às operações de carga e descarga. A APPA licitou e executou ações no valor de R\$ 82,4 milhões, onde se destacam: a) obra para ampliação do sistema de descarga de grãos do silo público do Porto de Paranaguá (em andamento), com a aquisição de novas balanças e tombadores, no valor de R\$ 21,4 milhões; b) obra de implantação de sistema de combate a incêndio na faixa portuária, silão e demais, no valor de R\$ 13,4 milhões (recursos da APPA), em andamento, com realização financeira de 81,7%; c) conclusão das obras dos serviços de iluminação nas áreas do Porto de Paranaguá e Antonina, no valor de R\$ 23,3 milhões, proporcionando o atendimento, em definitivo, de todas as exigências alfandegárias e de segurança no quesito de iluminação; d) concluída a nova estrutura de escritórios, com melhores condições de trabalho para os funcionários da APPA, com investimento no novo prédio de R\$ 4,3 milhões; e) construção de novas portarias de acesso ao cais, iniciada em 2015 encontra-se com 46,2% das obras concluídas (equivalente a R\$ 2,4 milhões) visando a modernização e velocidade do processo de entrada ao cais e suas atividades de importação e exportação; f) aquisição de quatro novos *shiploaders* (equipamento que carrega com grãos os navios cargueiros), que substituíram equipamentos da década de 1970, e aumentaram a capacidade de carregamento de grãos no Corredor de Exportação em 33,0%; g) licitação em andamento para modernização dos berços 201 e 202 e ampliação em 100 metros do cais do

berço 201 - sentido oeste, com investimento previsto de R\$ 183,0 milhões;

h) melhoria nas vias de acesso – encontra-se em planejamento a contratação de obras e serviços para a recuperação do pavimento em concreto e readequação do sistema de drenagem da Av. Bento Rocha, com extensão de 2,8 km, importante via de acesso dos caminhões que chegam ao Porto de Paranaguá, com investimento estimado em R\$ 14,6 milhões.

- Programa de Investimentos em Tecnologia - destaca-se: a) Projeto ISPS CODE, em execução, com a recuperação e ampliação do sistema de segurança, mediante a instalação de novos equipamentos para controle de acesso de pessoas, veículos e cargas, que resultará na credibilidade e segurança do Porto de Paranaguá, reconhecida e certificada internacionalmente, no valor de R\$ 25,1 milhões; b) implantação do sistema corporativo da APPA, que proporcionou uma evolução tecnológica (e integrada) em todos os sistemas administrativos e operacionais, no valor de R\$ 7,5 milhões, com 61,0% do contrato realizado.
- Programa de Gerenciamento Ambiental – Monitoramento Ambiental: serviço contínuo, iniciado em 2013, foi investido, até outubro, o valor de R\$ 7,5 milhões. O monitoramento permitirá o diagnóstico em tempo real da situação da baía. Até o final de 2018 serão investidos R\$ 9,4 milhões. Foi realizada a contratação do Serviço da Base de Prontidão e Atendimento das Emergências Ambientais, com investimento de R\$ 6,9 milhões, visando ter disponível uma equipe treinada e equipada, para resolver, mitigar e/ou prevenir os problemas de caráter ambiental, permitindo segurança na forma de redução de riscos de acidentes.

18.6 Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE)

Tem por objeto a construção, operação, administração e exploração comercial de vias ferroviárias nacionais, de terminais ferroviários, de silos e demais sistemas de armazenagem. Detém concessão federal para construção, uso e gozo de estrada de ferro e ramais necessários à viabilidade da ferrovia.

Opera em um trecho com 248,0 km entre Cascavel e Guarapuava, e conta com dois Terminais Ferroviários de Cargas: Guarapuava e Cascavel, com capacidade de armazenagem aproximada de 5,0 milhões de toneladas/ano. Os principais produtos transportados são: grãos, cimento, fertilizantes, contêiner frigorificado, combustível e óleo vegetal. A companhia busca recurso junto ao BID para modernização do Terminal de Cascavel e recuperação de encostas da via permanente.

Atividades Realizadas:

- Transporte de 717.130 toneladas úteis, realizando a movimentação total de 16.929 vagões, até outubro (tabela a seguir). O resultado do 1.º semestre mostrou um incremento de 80,0% em relação ao mesmo período de 2015 no que

diz respeito ao fluxo interno, quando foi movimentado no trecho entre Cascavel e Guarapuava o montante de 285.142 toneladas, frente a 157.795 do mesmo período de 2015.

TABELA 4 - TRANSPORTE DE CARGAS PELA FERROESTE - 2013-2016 (EM TONELADAS ÚTEIS)

FLUXO	2013		2014		2015		2016 *	
	TU	Vagões	TU	Vagões	TU	Vagões	TU	Vagões
Fluxo Interno	122.712	2.372	218.131	4.241	279.424	5.534	366.294	6.986
Importação/Exportação	487.611	12.579	551.832	14.375	455.202	12.969	350.836	9.943
TOTAL	610.323	14.951	770.000	18.616	734.627	16.452	717.130	16.929

FONTES:

TU - Toneladas Úteis * Valores até outubro de 2016.

- Investimentos em Instalações - construção, por parte da Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda. (COTRIGUAÇU) de um armazém com capacidade de armazenagem graneleira de 120 mil toneladas no Terminal Ferroviário Multimodal de Cargas de Cascavel e construção de dois novos ramais ferroviários para acesso ao novo silo, no total de 1.100 metros, mediante contrato de Cessão de Direito de Uso, com investimento de R\$ 44,0 milhões. Execução do projeto de captação de águas pluviais, em parceria com clientes no Terminal de Cascavel, no valor de R\$ 1,4 milhão, como parte do Termo de Ajuste de Conduta firmado com o IAP, que permitiu a regularização das áreas do Terminal. Construção de correia aérea transportadora e instalação de balanças ferroviárias no Terminal Ferroviário de Guarapuava (em andamento), em parceria com Cooperativa Agrária, com valor estimado de R\$ 3,0 milhões.
- Contratação de Pessoal - Processo Seletivo Simplificado para aumento do quadro de pessoal.

18.7 Paraná Edificações (PRED)

Tem como missão planejar, coordenar e executar projetos, obras e serviços de engenharia de edificações, de interesse da administração pública estadual, centrada no desenvolvimento sustentável.

Realizou o monitoramento da variação de custos de edificações e a atualização periódica da Tabela de Custos de Edificações do Governo do Paraná em sintonia com a Tabela Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices (SINAPI) do Governo Federal. Realizou e apoiou a elaboração de estudos de viabilidade e termos de referência, bem como de licitação, contratação, fiscalização, monitoramento e recebimento de projetos, obras e serviços de engenharia da administração direta e autárquica do Estado do Paraná.

Como resultado geral, tem-se o total de 198 obras, no valor de R\$ 360,4 milhões; e, se acrescido do total de convênios, chega ao montante de 409 obras no valor de R\$ 547,7 milhões, conforme quadros a seguir:

OBRAS EXECUTADAS, EM ANDAMENTO E PROGRAMADAS

AÇÕES	ÁREA	QUANTIDADE	PREVISÃO (R\$)
EXECUTADAS 2016	Abastecimento	04	823.385,48
	Administração	04	292.251,72
	Infraestrutura	10	5.942.099,97
	Ambiental	03	907.301,40
	Saúde	12	1.858.728,22
	Justiça/segurança	13	1.291.667,58
	TOTAL	46	11.115.434,37
EM ANDAMENTO 2016	Abastecimento	03	602.774,89
	Administração	04	3.230.718,98
	Infraestrutura	03	5.721.042,16
	Ambiental	02	2.544.574,79
	Esportes/turismo	03	16.470.075,05
	Saúde	26	85.027.259,18
	Social	06	6.781.332,66
	Justiça/segurança	35	54.216.119,10
	TOTAL	82	174.593.896,81
PROGRAMADAS 2017	Abastecimento	02	895.188,25
	Administração	08	2.458.979,61
	Infraestrutura	04	641.079,06
	Ambiental	06	10.744.528,42
	Cultura	01	51.100,00
	Esportes/turismo	02	1.050.969,43
	Educação	01	6.494.158,01
	Saúde	13	17.883.544,58
	Social	01	680.358,19
	Justiça/segurança	32	133.793.061,92
	TOTAL	70	174.692.967,47

CONVÊNIOS EXECUTADOS, EM ANDAMENTO E PROGRAMADOS

AÇÕES	ÁREA	QUANTIDADE	PREVISÃO (R\$)
EXECUTADAS 2016	Saúde	20	14.630.069,62
	Social	45	3.539.917,92
	TOTAL	65	18.169.987,54
EM ANDAMENTO 2016	Ambiental	01	1.533.175,70
	Saúde	53	99.739.416,24
	Social	18	3.048.462,79
	TOTAL	72	104.321.054,73
PROGRAMADAS 2017	Abastecimento	02	1.678.916,21
	Infraestrutura	01	1.500.000,00
	Ambiental	01	414.126,00
	Saúde	48	60.057.122,63
	Social	22	1.183.216,33
	TOTAL	74	64.833.381,17

Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

19 Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos

A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU) tem por finalidade a orientação, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades relativas à justiça, cidadania e direitos humanos; ao sistema de atendimento socioeducativo e à política de trabalho, emprego e renda.

Estão vinculados à SEJU: Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC), Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR), Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE), Departamento do Trabalho (DET), Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPEP), Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR), Conselho Estadual dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná (CPICT/PR), Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR), Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS), Conselho Estadual de Defesa do Consumidor (CONDEF), Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (CONFECON).

19.1 Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC)

Responsável pelas demandas no âmbito dos direitos humanos, atuou com vários organismos governamentais e a sociedade civil, representada por suas diferentes formas de expressão: segmento LGBT, migrantes, refugiados e apátridas, povos indígenas e comunidades tradicionais, população em situação de rua, entre outros.

Nos últimos anos, foram fortalecidos e ampliados os direitos conquistados e construídos historicamente no Paraná, de modo a acolher os grupos mais vulneráveis ou com particularidades que enseja atenção especial do Estado. Para tanto, manteve diálogo permanente com a sociedade civil e parceria com as diferentes esferas governamentais, visando garantir conquistas e avanços para as políticas de defesa dos direitos humanos.

Principais ações:

- Reuniões de Conselhos, Comissões e Comitês promovidas pela SEJU - Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Paraná (COPEP), Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS), Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná (CPICT), Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR), Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR), Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM/PR), Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Assistência a

Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA/PR), Comitê Estadual para os Refugiados e Migrantes no Estado do Paraná (CERM), Comitê Gestor Estadual do Plano de Ações Integradas para a prevenção e o Combate Tortura, Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua no Estado (CIAMP Rua-PR) e Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná - Teresa Urban.

- Instituição do Comitê de Acompanhamento da Política LGBT.
- Composição do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua no Estado do Paraná (CIAMP Rua PR) e Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CETP/PR).
- Elaboração e lançamento do Plano Estadual de Direitos Humanos (PEDH) e do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial, apontando as propostas de ação governamental prioritárias, identificando entidades responsáveis e recursos disponíveis para sua implementação e monitoramento.
- Adesão ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR).
- Proposição da criação de espaços seguros nas penitenciárias do Paraná para as pessoas LGBT, em situação ou risco de violência, e a proposição da inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais.
- Aproximação com as lideranças ciganas das etnias Rom e Calòn, para conhecer as demandas sociais.
- Elaboração e publicação do Guia para Criação e Funcionamento de Conselhos Municipais de Direitos Humanos e do Guia para Criação e Funcionamento de Conselhos Municipais da Igualdade Racial.
- Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM/PR) - prestou serviços objetivando a preservação da integridade física e psicológica de crianças, adolescentes e seus familiares, com 55 atendimentos realizados.
- Programa Estadual de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA/PR) - promoveu a proteção de pessoas, testemunhas expostas à coação ou graves ameaças, em virtude de colaborarem com a Justiça na elucidação de crimes, com 18 atendimentos realizados.
- Programa SOS Racismo - em fase de implantação o atendimento à população vítima de discriminação racial, com foco prioritário na população negra (criado pela Lei Estadual n.º 14.938/2005 e regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 5.115/2016).
- Projeto Criança e Adolescente Protegidos no Estado do Paraná - foram emitidas 4.000 carteiras de identidade, em 33 municípios.
- XI Conferência Estadual de Direitos Humanos do Paraná - realizada de 11 a 13 de março, em Curitiba, com aproximadamente 340 participantes.

- 3.^a Semana Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - Campanha Coração Azul.
- Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Paraná (NETP/PR) - até outubro, foram acompanhados, segundo as modalidades: a) exploração sexual - 01 caso acompanhado e 03 em andamento (01 pessoa atendida no total); b) trabalho em condição análoga ao de escravo - 04 casos acompanhados e 01 em andamento (04 pessoas atendidas no total); c) prática de atividade criminosa - 01 caso acompanhado e 03 em andamento (01 pessoa atendida no total); d) adoção ilegal - 01 caso acompanhado e 01 em andamento (01 pessoa atendida no total); e) outros (cárcere privado, exploração laboral da prostituição) 03 casos acompanhados e 05 em andamento (08 pessoas atendidas no total).
- Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas (CEIM) - inaugurado em 04 de outubro, realizou até novembro 28 atendimentos a migrantes cubanos, sírios, haitianos e brasileiros.
- Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH) - objetiva desenvolver competências, habilidades e atitudes do servidor, inclusive a produção intelectual, de todos os servidores. No papel fundamental para a consecução das políticas propostas pela SEJU, visando prestar um atendimento de qualidade, com foco na garantia dos direitos fundamentais, na inserção social digna, humanizada e cidadã. Realizou, de outubro a novembro, os cursos a seguir:

CURSO	PÚBLICO	C/H	TOTAL DE PARTICIPANTES
Capacitação para Agentes de Seguro -Desemprego - DET/SEJU - Módulo de Introdução – 03 turmas	Agentes públicos municipais que operacionalizam o Programa Habilitação ao Seguro-Desemprego nas Unidades de atendimento ao trabalhador.	24h	60
Reunião de Integração com novos Servidores da Agência do Trabalhador de Curitiba – 01 turma	Novos agentes públicos da Agência do Trabalhador de Curitiba – PSS/2016	08h	20
Diretrizes para a construção do projeto político pedagógico das unidades socioeducativas – 01 turma	Gestores dos CENSES	24h	30
Alinhamento pedagógico com profissionais dos CENSES – 01 turma	Pedagogos das unidades	16h	20
Alinhamento pedagógico com profissionais das Casas de Semiliberdade – 01 turma	Gestores e técnicos	16h	20
Vídeoconferência: interfaces entre a socioeducação e a saúde: estratégias para a promoção e prevenção – 01 turma	Psicólogos, assistentes sociais e pedagogos e terapeutas ocupacionais, enfermeiros, médicos	08h	120
Seminário de Justiça Restaurativa e a socioeducação – 01 turma	Equipe técnica das unidades, autoridades e servidores da Vara de Adolescentes em Conflito com a lei.	08h	45
Capacitação do Sistema Informatizado de Medidas Socioeducativas - SMS – 08 turmas	Assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, terapeutas ocupacionais, equipe de saúde, técnicos administrativos, entre outros.	04h	250

- Programa UPS-Cidadania - tem a finalidade de planejar e executar ações integradas e políticas públicas, em parceria com órgãos e entidades da administração federal,

estadual, municipal e sociedade civil que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades em situação de vulnerabilidade social, nas Unidades Paraná Seguro (UPS) localizadas em Curitiba (10), Cascavel (01), Colombo (01), São José dos Pinhais (01) e Londrina (01), prestou atendimentos conforme tabela a seguir.

TABELA 1 - NÚMERO DE PARCEIROS, SERVIÇOS/AÇÕES, ATENDIMENTOS E PARTICIPANTES NOS EVENTOS DA UPS-CIDADANIA, SEGUNDO OS LOCAIS ONDE OCORRERAM - 2016

EVENTOS	PARCEIROS	SERVIÇOS/ AÇÕES	ATENDIMENTOS	PARTICIPANTES (APROX.)
UPS-Cidadania Colombo/Vila Zumbi-Liberdade	33	59	9.825	4.000
UPS-Cidadania Curitiba/Vila Sandra	30	38	4.917	4.000
UPS-Cidadania Cascavel	31	50	4.249	4.000
UPS-Cidadania Curitiba/Tatuquara-Novo Mundo	38	61	10.330	7.000
UPS-Cidadania Curitiba/Vila Osternack	41	66	13.566	5.000

FONTE: Coordenação UPS - janeiro a outubro de 2016

- Projeto Paraná em Ação - realizadas feiras de serviços Paraná Cidadão, que possibilitam o acesso a serviços gratuitos como encaminhamento para emissão de documentos pessoais, intermediação de vagas de emprego, programa Nota Paraná, tarifa social de água e luz, orientações jurídica, direitos do consumidor, além de informações sobre direitos humanos e assistência social. Em 2016, prestou atendimentos conforme tabela a seguir.

TABELA 2 - NÚMERO DE PARCEIROS, SERVIÇOS/AÇÕES, ATENDIMENTOS E PARTICIPANTES NOS EVENTOS DO PARANÁ-CIDADÃO, SEGUNDO OS LOCAIS ONDE OCORRERAM - 2016

EVENTOS	PARCEIROS	SERVIÇOS/ AÇÕES	ATENDIMENTOS	PARTICIPANTES (APROX.)
Paraná Cidadão Pitanga	23	47	11.317	5.000
Paraná Cidadão Teixeira Soares	20	40	8.367	3.500
Paraná Cidadão Reserva	30	50	6.588	4.000
Paraná Cidadão Marilândia do Sul	25	50	5.575	2.000
Paraná Cidadão Rio Branco do Ivaí	25	45	3.646	1.800
Paraná Cidadão Ivaiporã	28	50	4.303	2.400
Paraná Cidadão Mamborê	26	50	6.863	3.800
Paraná Cidadão Piraquara	20	30	350	160

FONTE: Coordenação Paraná em Ação - janeiro a outubro de 2016

19.2 Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR)

Responsável pela implementação e execução da política estadual de proteção, orientação, defesa e educação do consumidor. Atendeu o consumidor por meio de ações proativas com foco na informação e educação do consumidor, com orientações que

possibilitaram ao consumidor a resolução de seus problemas de consumo, com a defesa dos direitos dos consumidores lesados mediante a abertura de processos administrativos de reclamação, bem como a propositura de ações judiciais visando à defesa dos interesses individuais homogêneos, coletivos ou difusos.

- Realizadas 9.072 audiências, arquivados 9.656 processos administrativos com decisão definitiva, fornecidas 56.052 orientações, além de 7.133 processos de reclamação e 2.018 outros serviços prestados.
- Aplicadas 436 multas, no total de R\$ 98,9 milhões, tendo sido recebidas 43 no valor de R\$ 1,1 milhão e inscritas 247 em dívida ativa no valor de R\$ 27,0 milhões.
- Divisão Jurídica - processos administrativos de reclamação com inclusão no Cadastro de Defesa do Consumidor e aplicação de sanção administrativa de multa; 2.426 pareceres jurídicos e 3.144 decisões administrativas de sanção; 58 pareceres técnicos para a Assembleia Legislativa sobre projetos de lei na área da defesa do consumidor.
- Atendimento dos PROCONs Municipais Integrados - dos 60 municípios que implantaram PROCON Municipal, 37 estão integrados à Rede Estadual de Defesa do Consumidor pelo DPC, tendo sido realizados 83.755 registros de atendimento e 7.667 audiências.
- consumidor.gov.br - projeto do Plano Nacional de Defesa do Consumidor (PLANDEC), da Presidência da República, tem como foco principal a universalização do atendimento ao consumidor, que disponha de um computador com acesso à *internet*. Foram realizados 26.549 registros de reclamação, com um índice de resolutividade em torno de 80,0%.

19.3 Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE)

Responsável pela organização, promoção, desenvolvimento e coordenação do atendimento socioeducativo no Paraná, executou políticas que propiciaram ao adolescente o acesso a direitos e oportunidades de superação, reavaliação de valores, fortalecimento dos vínculos e da cidadania.

O Estado do Paraná conta com 19 Centros de Socioeducação (CENSEs) e oito Casas de Semiliberdade, com capacidade para 1.158 adolescentes, considerando a Unidade de São José dos Pinhais inaugurada em fevereiro, com mais 78 vagas, conforme quadro a seguir:

REGIÃO	MUNICÍPIO	UNIDADE	SEXO		CAPACIDADE INSTALADA			
					IP	I	SL	TOTAL
Região 1 419 vagas	Ponta Grossa	Cense de Ponta Grossa	M	F	32	56	0	88
	Ponta Grossa	Semi Masculina de Ponta Grossa	M		0	0	18	18
	Curitiba	Cense Curitiba	M	F	100	0	0	100
	Curitiba	Cense Joana Miguel Richa	F		0	30	0	30
	Curitiba	Semi Feminina de Curitiba	F		0	0	7	7
	Curitiba	Semi Masculina de Curitiba	M		0	0	18	18
	Fazenda Rio Grande	Cense Fazenda Rio Grande	M		0	30	0	30
	Piraquara	Cense São Francisco	M		0	60	0	60
	São José dos Pinhais	Cense São José dos Pinhais	M		28	50	0	78
Região 2 367 vagas	Paranavaí	Cense de Paranavaí	M		8	20	0	28
	Paranavaí	Semi Masculina de Paranavaí	M		0	0	18	18
	Umuarama	Cense de Umuarama	M		4	13	0	17
	Umuarama	Semi Masculina de Umuarama	M		0	0	18	18
	Londrina	Cense 1 de Londrina	M	F	82	0	0	82
	Londrina	Cense 2 de Londrina	M		0	60	0	60
	Londrina	Semi Masculina de Londrina	M		0	0	18	18
	Maringá	Cense de Maringá	M		20	66	0	86
	Santo Antônio da Platina	Cense de Santo Antônio da Platina	M		10	10	0	20
Campo Mourão	Cense Campo Mourão	M		5	15	0	20	
Região 3 362 vagas	Cascavel	Cense 1 de Cascavel	M		20	0	0	20
	Cascavel	Cense 2 de Cascavel	M		0	78	0	78
	Cascavel	Semi Masculina de Cascavel	M		0	0	18	18
	Foz do Iguaçu	Cense Foz do Iguaçu	M	F	43	54	0	97
	Foz do Iguaçu	Semi Masculina de Foz do Iguaçu	M		0	0	18	18
	Toledo	Cense de Toledo	M		10	15	0	25
	Pato Branco	Cense de Pato Branco	M		5	13	0	18
	Laranjeiras do Sul	Cense Laranjeiras do Sul	M		10	78	0	88
TOTAL DA CAPACIDADE INSTALADA					377	648	133	1158

Principais ações:

- Código de Normas e Procedimentos das Unidades de Atendimento Socioeducativo - publicado por meio da Resolução n.º 44/2016 - GS/SEJU, prevê as principais regras institucionais, os conceitos de faltas leves, médias e graves, as rotinas de segurança, procedimentos a serem adotados em situações de rotina e em situações de crise, principais atribuições dos servidores, entre outros.
- Programa de Atendimento Socioeducativo de Internação Provisória, Internação e Semiliberdade – inscrito, conforme exigência do art. 9 e seguintes da Lei n.º 12.594/2012, no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante Deliberação n.º 50/2016 - CEDCA-PR, sedimentando de modo formal as práticas socioeducativas e a lógica de organização da política de atendimento. Foram realizadas capacitações conforme quadro a seguir:

TABELA 3 - SERVIDORES CAPACITADOS PELO PROGRAMA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA, INTERNAÇÃO E SEMILIBERDADE, SEGUNDO OS TEMAS - 2016

TEMA	N.º SERVIDORES
Boas Práticas em Justiça Restaurativa	5
Alinhamento com equipe da Capacitação de Segurança	16
Capacitação de Segurança – Turma I	200
Alinhamento com equipes das Casas de Semiliberdade: Saúde Mental e Justiça Restaurativa	37
Alinhamento com os Pedagogos: metodologia do programa de atendimento socioeducativo	30
Capacitação do Sistema Informatizado de Medidas Socioeducativas – Turma I	15
Alinhamento Técnico com os Gestores da Socioeducação: Programa Político Pedagógico e estratégias de gestão	42
Capacitação do Sistema Informatizado de Medidas Socioeducativas – Turma II	30
Boas Práticas em Justiça Restaurativa	10
Capacitação do Sistema Informatizado de Medidas Socioeducativas – Turma III	35
Boas Práticas em Justiça Restaurativa	10
Capacitação de Segurança – Turma II	200
Capacitação do Sistema Informatizado de Medidas Socioeducativas – Turma IV	15
Capacitação de Segurança – Turma III	200
Capacitação de Segurança – Turma IV	200
Alinhamento Técnico com os Gestores da Socioeducação	42
TOTAL	1.087

FONTE: DEASE

- Escolarização formal ofertada aos adolescentes em internação e na medida cautelar de internação provisória (limitada até 45 dias) mediante parceria firmada com a Secretaria de Estado da Educação (SEED), com cerca de 250 profissionais, entre professores e pedagogos. As Unidades contaram também com a oferta no contraturno escolar de qualificação profissional básica, Arte e Ação e Karatê.
- Qualificação Profissional Básica - ofertados 23 cursos profissionalizantes tais como: Auxiliar Administrativo com Ênfase em Informática, Auxiliar de Cabeleireiro, Corte e Costura, Garçom, Hidráulica, Informática Básica com Open Office e Windows, Pequenos Reparos, Recepção e Atendimento, Recepcionista de Hotéis. O trabalho é prestado por empresa terceirizada, com recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA). Com um total de 195 turmas e 3.871 participantes, de abril a setembro, foram emitidos 852 certificados e 420 declarações.
- Arte e Ação - ofertadas atividades de cultura, esporte e lazer, com oficinas culturais e esportivas em períodos de férias e recesso escolar e mostras artísticas e culturais ao longo do ano, nas Unidades Socioeducativas. Foram realizadas 440 oficinas (junho) e 180 mostras/intervenções culturais (60 turmas em junho, 60 em setembro e 60 turmas em outubro).
- Karatê no CENSE - tem como principal objetivo contribuir para o processo de construção e reconstrução de projetos de vida, estimular a redução da exposição do adolescente em situação de risco social, proporcionando o contato com a prática esportiva e cultural, por meio de ações socioeducativas, garantindo à integração

social e a defesa dos direitos a cidadania, além de contribuir para a reinserção na sociedade. Foram atendidos 2.748 adolescentes de fevereiro a agosto.

- Exame Nacional do Ensino Médio para pessoas privadas de liberdade (ENEM/PPL) - realizado nos CENSEs, em dezembro, com 135 adolescentes inscritos.
- Realizadas reuniões com representantes da SESA e SEJU nos municípios para análise da inter-relação das unidades com a rede de serviços e contribuições para articulação do atendimento às unidades socioeducativas por meio do Plano Operacional Municipal (POM), que consiste na proposta do Ministério da Saúde para repasse de recursos.
- Processo Seletivo Simplificado (PSS) - contratação temporária de 71 profissionais: 14 médicos, 04 odontólogos, 06 enfermeiros, 19 técnicos de enfermagem, 21 psicólogos, 07 terapeutas ocupacionais, sendo que desses, 40 profissionais já atuavam nas unidades socioeducativas.

19.4 Departamento do Trabalho (DET)

Responsável pela implantação das diretrizes e programas para as políticas públicas do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda, pela supervisão e assessoramento aos 19 Escritórios Regionais (ERs) e 218 Agências do Trabalhador. Passou à responsabilidade da SEJU em maio (Lei n.º 18.778/2016), tendo como principais ações:

- Rede de Agências do Trabalhador - coordenação dos serviços de recrutamento, seleção, orientação profissional, voltados à colocação no mercado de trabalho de trabalhadores cadastrados nas Agências do Trabalhador. Resultados obtidos até outubro: a) os setores de Serviços e Comércio foram os que mais abriram vagas; b) total de 112.863 vagas abertas; c) janeiro - mês com maior abertura de vagas (16.082); d) 1.156 vagas exclusivas para as pessoas com deficiência; e) 2.200 vagas exclusivas para o Jovem Aprendiz; f) inscritos 186.220 trabalhadores, tendo sido realizados 457.542 encaminhamentos, com 56.702 trabalhadores colocados (12,4%).
- Rede Estadual de Atendimento ao Trabalhador - habilitou 311.056 trabalhadores ao benefício Seguro-Desemprego, nas modalidades: formal, bolsa, qualificação profissional e empregado doméstico. Foi responsável por 79,0% das habilitações no Estado e os convênios municipais (Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Maringá e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego) foram responsáveis por 21,0%, totalizando 393.286 trabalhadores habilitados.
- Qualificação dos Agentes de Atendimento: a) modalidade Ensino a Distância (EAD) - qualificados 261 agentes na operacionalização e 199 agentes na operacionalização do Programa Jovem Aprendiz; b) modalidade presencial -

qualificados e/ou requalificados 205 agentes na operacionalização da IMO e programas especializados, e 27 agentes na operacionalização do Programa Jovem Aprendiz.

- Observatório do Trabalho - elaboração mensal do Boletim Informativo, com base nos dados do MTPS/CAGED e análise do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) com os resultados da produção mensal das Agências do Trabalhador. Foram produzidos: Boletim Especial com assuntos de destaque da área do trabalho; Boletim Regional, com base nos dados do CAGED mensal, com um recorte por Regionais da SEJU, para avaliar as Agências (as que mais se destacaram e quais merecem atenção); Boletim Conjuntural, que apresenta os Setores de Atividades em destaque e os compara com outros dados de cunho conjuntural. Elaborou um levantamento para todos os municípios do Paraná visando manter um banco de dados atualizado para futuros programas de qualificação no Estado, com base em dados do MTPS (CAGED E RAIS) e do Censo (IBGE).
- Realizado diagnóstico para avaliação das Agências do Trabalhador, com base nos Indicadores Internos da Intermediação de Mão de Obra (IMO) e em uma pesquisa online realizada com os gerentes das agências.
- Implementadas pesquisas online, com os gerentes das Agências do Trabalhador, para descobrir as principais dificuldades enfrentadas e as boas práticas desenvolvidas.

Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

20 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) tem por finalidade formular e executar as políticas de meio ambiente e recursos hídricos, florestal, cartográfica, agrária, fundiária, controle da erosão, gestão de resíduos sólidos e de saneamento ambiental.

Em 2016, coordenou a proposição e elaboração de políticas, normas, estratégias, programas e projetos contribuindo para a definição e a implementação da política ambiental do Estado.

Suas ações e de suas vinculadas, Instituto de Terras e Cartografias e Geociências (ITC), Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANA), Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR) e Instituto Ambiental do Paraná (IAP), estão detalhadas a seguir.

20.1 Recursos Hídricos e Atmosféricos

Encontra-se em desenvolvimento as ações relacionadas ao Programa de Segurança Hídrica:

- Contratação dos serviços para elaboração dos três diagnósticos socioambientais nas microbacias para implantação do Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) para a proteção de mananciais de abastecimento de água na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) - Miringuava e Piraquara - e nos mananciais de abastecimento do município de Castro.
- Acordo de Cooperação com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Florestal para estudo das microbacias vinculadas ao PSA em recursos hídricos em mananciais de abastecimento público para verificar a interatividade dos solos, água e vegetação.
- Elaboração e publicação de materiais informativos e educativos para proteção e recuperação de nascentes.

Visando o Fortalecimento da Gestão dos Recursos Hídricos no Estado, foram realizados:

- Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO) – coordenação, em conjunto com o Instituto de Águas do Paraná (AGUASPARANÁ), do Contrato n.º 068/2013 assinado com a Agência Nacional de Águas (ANA), para implementar metas de gerenciamento de recursos hídricos. Foram repassados pela ANA recursos financeiros no valor total de R\$ 3,8 milhões ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos, em cinco parcelas, de acordo com as metas alcançadas.

- Preparação dos procedimentos, em conjunto com o AGUASPARANÁ, para a implementação do Programa Nacional de Fortalecimentos dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), lançado pela ANA, por meio da Resolução n.º 1.190/2016, que visa fortalecer os 11 comitês de bacias hidrográficas do Paraná.

20.2 Mudanças Climáticas

- Programa de Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres no Paraná (FGRD) - contratação de: a) Mapeamento Geológico-Geotécnico, Setorização de Riscos e Organização de Dados para Gestão de Riscos na Região Metropolitana de Curitiba (R\$ 698,0 mil); b) Inventário Florestal Nacional (IFN), em 161 Unidades Amostrais de Registro (UARs), distribuídas a cada 20 km, nas Mesorregiões Sudoeste, Centro Oriental e Metropolitana de Curitiba, conforme Mapa do Inventário Florestal do Estado do Paraná, junto com entrevistas socioambientais em domicílios no entorno das unidades amostrais inventariadas (R\$ 930,0 mil); c) serviços de engenharia especializada em cartografia e sensoriamento remoto para elaboração de bases cartográficas de áreas susceptíveis a desastres no litoral, totalizando 2.134,56 km², para o ITC (R\$ 1,2 milhão); d) sistema computacional de visualização e armazenamento de dados (R\$ 2,1 milhões); e) mobiliário para a Sala de Gestão de Riscos de Desastres (R\$ 110,0 mil); f) Contrato de Gestão SEMA/SETI, com a interveniência do Instituto das Águas e do SIMEPAR (R\$ 2,5 milhões); g) Centro Estadual de Gestão de Riscos e Desastres (CEGERD) - mobiliário (R\$ 249,3 mil), Infraestrutura de Telecomunicações e Informação (R\$ 4,3 milhões), adequação de *layout* interno e instalações prediais de ar condicionado e redes elétrica e lógica (R\$ 698,3 mil). Encontra-se em processamento a contratação de equipamento para monitoramento de descargas atmosféricas (R\$ 1,4 milhão) e o mapeamento do uso e cobertura da terra no Paraná (R\$ 3,0 milhões). Em avaliação o edital de licitação para aquisição do sistema de radares Banda X para serem instalados na RMC, Litoral do Paraná, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, no valor de R\$ 12,0 milhões. Encontra-se em licitação a aquisição de viaturas e equipamentos, para atender a eventos de águas rápidas, inundações, enxurradas, alagamentos, busca e resgate em estruturas colapsadas e em deslizamentos de terreno (R\$ 8,0 milhões) e a concepção de Sistemas Locais de Alerta Precoce de Potenciais Desastres (R\$ 400,0 mil).
- Programa de Modernização do Licenciamento, Fiscalização, Outorga do Direito de Uso da Água e Monitoramento Ambiental - aquisição de *software* e treinamento, visando implementação do Sistema de Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos (SIGARH); atualização de sete licenças e aquisição de 11

licenças de *softwares* do Sistema de Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos (SIG) da plataforma *Environmental Systems Research Institute* (ESRI); contratação de serviços de capacitação, no valor de R\$ 1,1 milhão.

- Registro Público Estadual de Emissões de Gases de Efeito Estufa - Selo Clima Paraná: a) concepção da composição gráfica do Selo CLIMA PARANÁ e realização de cerimônias de outorga do Selo, com a presença de representantes das 32 empresas agraciadas, da indústria, lideranças políticas e da sociedade civil, além da realização de seis Seminários Regionais para divulgação do Selo (Guarapuava, Cascavel, Francisco Beltrão, Ponta Grossa, Londrina e Maringá), com mais de 200 participantes; c) parceria com o Ministério do Meio Ambiente/Fiocruz para a elaboração e divulgação de estudo sobre a Vulnerabilidade Municipal do Paraná às Mudanças Climáticas, sendo o único Estado da Região Sul selecionado pelo Governo Federal para integrar o projeto.

20.3 Biodiversidade e Florestas

- Inventário Florestal no Estado do Paraná - iniciada a execução da Fase III, por meio da contratação do inventário de 161 unidades amostrais de registro (UARs). Até meados de outubro, foram realizadas 2.230 coletas botânicas, que correspondem a 33 UARs levantadas. Coordenado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), de acordo com a Lei Federal n.º 12.651/2012, a União, em conjunto com os estados, realizará o Inventário Florestal para subsidiar a análise de existência e qualidade das florestas em imóveis privados e terras públicas, com a identificação, medição e outros levantamentos em campo de todas as espécies encontradas nas parcelas amostrais estabelecidas.
- Pagamento por Serviços Ambientais para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (PSA/RPPN) no Paraná - publicada a Resolução n.º 80/2015 - SEMA, que fixou normas para a execução de Projetos de PSA para as RPPNs. Buscou-se estruturar as bases para o lançamento do projeto, incluindo a definição do procedimento operacional e do arranjo de instituições envolvidas no processo de implantação.
- Parques do Paraná - Conhecer para conservar - tem como escopo elaborar modelos de gestão estratégica de áreas protegidas, visando o incremento da conservação da biodiversidade, aliada à educação ambiental, turismo sustentável, visitação com excelência de qualidade, geração de oportunidades de novos negócios nos municípios envolvidos. Foram finalizados os estudos e estruturado o processo para a publicação do Procedimento de Manifestação e Interesse (PMI), com vistas à concessão dos parques selecionados como piloto (Vila Velha, Guartelá e Monge).

- Projeto Mono-Carvoeiro ou Muriqui do Sul – iniciado em 2016, tem como objetivo criar uma unidade de conservação, da categoria Refúgio de Vida Silvestre, na região de ocorrência da maior população de mono-carvoeiro no Paraná (34 indivíduos contabilizados no município de Castro).
- Manejo para tetrápodes marinhos resgatados no Litoral do Paraná - tem como objetivo elaborar uma normativa que estabeleça um protocolo de atendimento a encalhes de tetrápodes marinhos (aves, mamíferos e tartarugas). Foram realizadas as oficinas participativas que levaram à proposta de um ato normativo que estabelece um Protocolo de Atendimento a Encalhes e envolve diversos órgãos e instituições da União, Estado do Paraná e municípios do Litoral.
- Criação e ampliação de Unidades de Conservação - iniciado em 2016 tem como objetivo a criação e a ampliação de unidades de conservação estaduais, nas regiões dos Corredores de Araucárias e do Rio Paraná e do Mosaico do Lagamar. Na região da Floresta Ombrófila Densa, do bioma Mata Atlântica, porção Litoral do Estado, estão sendo realizados estudos e vistorias técnicas em campo, visando à ampliação da Estação Ecológica do Guaraguaçu, da Floresta Estadual do Palmito e à criação da Estação Ecológica Rio das Pombas (áreas pertencentes ao poder público). Na porção da Floresta Ombrófila Mista, região do Corredor de Araucárias, a realização de estudos visa à identificação e a seleção da área para criação de uma unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral.

20.4 Educação Ambiental e Jardins Botânicos

- Rede Estadual de Direitos Animais (REDA) - responsável pela elaboração, implantação e acompanhamento da Política Estadual de Direitos Animais.
- Programa Paranaense de Ciclomobilidade (CICLOPARANÁ) - visa implementar ações que consolidam a utilização da bicicleta como meio de transporte, prática esportiva e de lazer no Paraná, bem como desenvolver a cidadania, a segurança viária, a saúde, a educação no trânsito e o turismo sustentável no Estado.
- Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu - Câmara Temática de Educação Ambiental - tem como objetivo desenvolver uma proposta socioeducativa para o projeto de revitalização, visando fortalecer a Lei Estadual n.º 17.505/2013, que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental, em conformidade com o Decreto n.º 1.589/2015.
- Parque Escola - promoção de visitas monitoradas aos parques estaduais atendendo a alunos do ensino fundamental.
- Educação Ambiental em Resíduos Sólidos – no Programa Estadual Paraná Sem Lixões, desenvolveu ações estratégicas: a) educação ambiental e implementação da coleta seletiva por meio da transversalidade entre o meio ambiente e a

educação para a formação de agentes multiplicadores nas esferas municipal e estadual; b) logística reversa propondo e implementando procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos ao setor empresarial, disposição final adequada dos rejeitos atendendo a Política Nacional de Resíduos Sólidos; c) criação de incentivos para fomentar a implementação da logística reversa e que propiciem a geração de oportunidades de negócios compromissados com a sustentabilidade socioambiental.

- Agenda 21 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - realizada a primeira reunião, em outubro, para análise dos documentos enviados no período da consulta pública, a fim de elaborar a Agenda 21 paranaense.
- Estradas com Araucárias - divulgação do programa e adesões de proprietários rurais visando o plantio de araucárias em divisas de propriedades rurais com estradas federais, estaduais, municipais ou particulares, desde que fora da faixa de domínio, nos municípios com ocorrência natural da *araucaria angustifolia*.
- Caminhão Itinerante de Educação Ambiental Não Formal - Programa Verão Paraná - propiciar boas práticas socioeducativas da educação ambiental não formal, em parceria com o Grupo DSR Logística, Secretarias de Estado e outras instituições públicas e privadas.
- Revitalização do Parque Newton Freire Maia - revitalizar o espaço de ações socioeducativas e ambientais das instituições envolvidas.

20.5 Resíduos Sólidos

- Plano Estadual de Resíduos Sólidos - encontra-se em andamento a seleção de empresa consultora, por meio de licitação, no valor de R\$ 1,6 milhão.
- Plano de Logística Reversa - objetiva atender à Política Nacional de Resíduos Sólidos e prevê o retorno de materiais pós-consumo das diversas cadeias produtivas, com prioridade para as cooperativas ou associações de catadores.
- Programa de Resíduos Sólidos Recicláveis do Estado - coordena as ações de implantação da coleta seletiva interna e destinação final às associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis nos órgãos estaduais. Foram realizadas reuniões e palestras para esclarecer as melhores práticas.
- Grupo Técnico de Tecnologias de Tratamento de Resíduos Sólidos - visa a implantação de mecanismos de gestão e financiamento aos municípios e aos Consórcios municipais, de ações e investimentos decorrentes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

20.6 Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT)

Tem por objetivo a orientação da política referente às questões econômicas, sociais e ambientais, além da orientação política referente ao uso, parcelamento e ocupação do solo na região do Litoral Paranaense.

- Assessorou a Prefeitura de Pontal do Paraná no desenvolvimento do Plano Diretor do Município.
- Deliberou 30 processos de licenciamentos, sendo os de maior relevância para o desenvolvimento econômico do Estado: a) armazenamento de grãos para envio ao mercado internacional Louis Dreyfus *Commodities* S.A. (Paranaguá); b) empreendimento *Shopping Center* Ilha do Mel, em Paranaguá; c) renovação de Licença de Operação do Terminal Aquaviário, Oleoduto da Petrobras S.A., em Paranaguá; d) depósito de armazenamento de celulose Klabin Celulose S.A., em Paranaguá; e) transporte de cereais para exportação no armazém do Moinho Iguaçu Agroindustrial Ltda., em Paranaguá; f) loteamento residencial de 9.087 m², em Guaratuba; g) Licença Ambiental para limpeza e abertura de canal, (Prefeitura de Pontal do Paraná), para drenagem de águas pluviais (Prefeitura de Matinhos), para instalação do Parque Ecológico Ekoa Park (Morretes), para empreendimento hoteleiro, Hotel Ibis (Paranaguá) e para transporte de óleo para unidade da BRF *Foods* S.A. (Paranaguá); h) Licença Prévia para projeto de regularização fundiária de cunho social para a prefeitura de Paranaguá.
- Processos votados no COLIT: a) Licença prévia para construção do Centro de Reabilitação de Fauna Marinha - Universidade Federal do Paraná, em Pontal do Paraná; b) Licença Ambiental para armazenamento de fertilizantes e estacionamento de caminhões, Fertipar Fertilizantes do Paraná, em Paranaguá, c) Autorização Ambiental para transporte e uso de óleo na unidade da BRF *Foods* S.A., em Paranaguá; d) Licença Ambiental para estacionamento de caminhões, COAMO Agroindustrial Cooperativa, em Paranaguá.

20.7 Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA)

- Manutenção do cadastro de descentralização do licenciamento ambiental de municípios do Paraná.
- Atendimento à sociedade e órgãos públicos na pesquisa e informações ambientais.
- Reuniões das Câmaras Temáticas: de Assuntos Jurídicos; de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental; de Economia e Meio Ambiente; Grupo de trabalho GT Coleções Biológicas do Estado do Paraná.

- 95.^a Reunião Ordinária, com apresentação dos Relatórios dos Pedidos de Vistas e deliberação das Minutas de Resolução que estabeleceram: a) diretrizes para a conservação e a utilização da Floresta Ombrófila Mista (FOM), incluindo áreas associadas de Campos Naturais; b) regras de incentivo ao plantio florestal para a utilização sustentável da *Araucaria angustifolia* plantada.
- 96.^a Reunião Ordinária, com: a) apreciação e deliberação da Resolução n.º 097/2016 - CEMA, *ad referendum*, que estabeleceu procedimentos para a eleição dos representantes das entidades ambientalistas não governamentais como membros indicados no CEMA para o período de 2016-2018; b) deliberação de Minuta de Resolução que dispõe sobre a obrigatoriedade de diagnóstico, monitoramento e mitigação dos atropelamentos de animais silvestres nas estradas, rodovias e ferrovias do Paraná.

20.8 Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR)

Executou as seguintes atividades de geologia:

- Assessoramento técnico à Procuradoria Geral do Estado (PGE): a) ação para aumento de 5,0% para 10,0% na cobrança de *royalties* da exploração do xisto de São Mateus do Sul; b) ação junto ao Supremo Tribunal Federal, que visa mudar as regras da delimitação do mar territorial para corrigir a situação desfavorável ao Paraná e garantir *royalties* de petróleo e gás da plataforma continental.
- Administração do processo de arrendamento do direito de exploração de ouro em Campo Largo, efetivado pela MINEROPAR à empresa *Frontier Mining* do Brasil Mineração Ltda.
- Mapeamento geológico-geotécnico na Região Metropolitana de Curitiba (RMC): a) contratação de serviço de digitalização de duas cartas da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), na escala 1:10.000, para completar a base cartográfica; b) organização da base de dados, acompanhamento, assessoria na execução e fiscalização do Projeto Mapeamento Geológico-Geotécnico, Setorização de Riscos e Organização de Dados para a Gestão de Riscos na RMC; c) publicação do relatório Mapeamento Geológico-Geotécnico para Planejamento nos Municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu.
- Caracterização do meio físico para fins de planejamento urbano, com indicação de áreas de riscos geológicos, nos municípios de Boa Vista da Aparecida, Sulina, Bituruna, Laranjeiras do Sul, Manfrinópolis e Chopinzinho.
- Mapeamento da suscetibilidade a deslizamentos no Sul e Sudoeste do Paraná para elaboração de plano de contingência dos municípios de Três Barras do Paraná, Quedas do Iguaçu, Guaraniaçu e Catanduvas.

- Projeto de Mapeamento dos Processos Erosivos no Noroeste do Paraná – continuidade do termo de cooperação com a Universidade Federal do Paraná (UFPR).
- Participação, em conjunto com a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, em reunião com o Ministério Público de Paranaguá, que decidiu pela elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta para manutenção da população atingida pelo desastre de 2011 na região de Floresta (Morretes/Paranaguá), em opção de convivência com os riscos na região da Serra do Mar.
- Assessoramento à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, com vistoria e laudo geológico em deslizamentos em Manfrinópolis.
- Mapeamento Geológico Básico: a) continuidade do mapeamento geológico básico do Grupo Serra Geral (Terceiro Planalto Paranaense), na escala 1:250.000, desde a divisa com São Paulo até o paralelo 24°, com 4.400 km² mapeados, nos municípios das regiões Norte Pioneiro, Central e Noroeste; b) continuidade ao projeto de revisão da cartografia geológica do aquífero Guarani, na escala 1:50.000, sendo que, até outubro, no somatório do mapeamento da região Central e Sul, foram pesquisados 4.267 km² para uma área de entorno da formação Botucatu de 1.575,6 km².
- Geologia e Meio Ambiente - prestação de serviços técnicos ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP), que subsidiou a avaliação de processos de licenciamento ambiental de empreendimentos minerários, imobiliários, viários, de resíduos sólidos industriais, urbanos, de serviços de saúde e armazenamento de combustíveis, com emissão de pareceres técnicos em 457 processos.
- Prestou assessoria ao IAP, com revisão e elaboração da nova Resolução para licenciamento ambiental, condições e critérios, de Pontos de Acumulação de Combustíveis Líquidos - Postos de Combustíveis, com o objetivo de substituir a Resolução n.º 021/2011 - SEMA.
- Fomento à Mineração - o Serviço de Laboratório (SELAB) emitiu 103 laudos referentes a 162 ensaios geotécnicos de caracterização de argilas para cerâmica vermelha, granulométricos de agregados e confecção de lâminas petrográficas, para atender terceiros e projetos da empresa.
- Manutenção e implementação do Sistema de Informações MINA: a) inserção de 1.276 descrições de lâminas delgadas; b) importação, conversão e inclusão de 155 registros de dados paleontológicos e 433 registros de dados sobre ocorrências minerais disponíveis no *site* da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM); c) atualização do Cadastro da Atividade Mineral com inclusão de dados dos processos de vistoria da atividade mineral referente ao contrato com o IAP, num total de 4.634 pontos de atividade; d) desenvolvimento de interfaces para armazenamento dos dados de movimentos gravitacionais de

massa e setorização de riscos, de aplicativos *desktop* para coleta de estações de campo e setores de risco do Projeto Mapeamento Geológico-Geotécnico e Setorização de Riscos; e) aplicativo para a conversão do sistema de coordenadas dos direitos minerários do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); f) continuidade na atualização do Mapa Geológico do Paraná, com digitalização dos projetos na Bacia do Paraná, relacionadas ao Projeto Carvão (Projeto Harmonia/Mapeamento Faciológico, Projeto Mina do Cedro); g) participação no Projeto Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE), financiado com recursos do Banco Mundial no âmbito do Projeto de Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres/Projeto Multissetorial do Paraná.

20.9 Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ)

Principais atividades executadas no Programa Paraná Sustentável:

- Gestão de Águas, Resíduos Sólidos e Saneamento Ambiental - auxílio no desenvolvimento de ações para a Implantação de Serviços Adequados de Coleta e Destinação Final de Materiais Recicláveis, para a realização de ações de educação ambiental, no apoio a associação de catadores e disponibilização de equipamentos para coleta seletiva e reciclagem, de forma a atender as diretrizes definidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal n.º 12.305/2010). Foram celebrados convênios com 35 municípios para aquisição de um caminhão com coletador de carga retilínea para coleta de recicláveis, mediante a transferência de recursos no valor de R\$ 250,0 mil (por município).
- Foram celebrados convênios com três municípios, para auxílio em obras de controle de erosão, por meio da transferência de recursos, sendo: a) R\$ 400,0 mil destinados à recuperação de 9.000 m² de fundo de vale degradado (Ivaiporã); b) R\$ 500,0 mil para limpeza e desassoreamento do Rio Encantilado, trecho de 2.572 m em área urbana (Manfrinópolis); c) R\$ 350,0 mil para execução de canal em concreto de 40 m em região periurbana (Santa Cruz do Monte Castelo).
- Programa Água no Campo - para facilitar à população do Paraná o acesso à água para uso humano e animal, foram perfurados 126 poços artesianos nas comunidades rurais (todos produtivos), mediante convênio com 59 municípios, com investimento de R\$ 2,0 milhões.

20.10 Instituto Ambiental do Paraná (IAP)

- Projetos elaborados para captação de recursos: a) Projeto Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) aprovado pelo Fundo Amazônia - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), contrato de doação do projeto SICAR PR, no valor de R\$ 17,6 milhões, sendo R\$ 14,1 doação ao Paraná/IAP; b) Projeto para restauração do Bioma Mata Atlântica/PR - MMA - Fundo Clima - enviado para início das negociações, no valor de R\$ 94,0 milhões.
- Grupo de trabalho para restauração do Bioma Mata Atlântica - Diretrizes para Restauração do Bioma Mata Atlântica no Estado do Paraná: documento preliminar apresentado em novembro.
- Termos de Cooperação: a) IAP SIMEPAR para implantação do SICAR no Paraná, contrato publicado, com R\$ 1,1 milhão referente aos produtos tecnológicos e R\$ 1,9 milhão referente à análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR); b) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) para apoio na análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização fundiária via compensação de Reserva Legal em Unidades de Conservação.
- Convênios em tramitação: a) Serviço Florestal Brasileiro (SFB) - MMA - para implantação do SICAR; b) SANEPAR - para implantar ações conjuntas de restauração em matas ciliares.
- Minutas: a) Resolução Conjunta que dispõe sobre procedimentos administrativos e operacionais para desmembramentos e unificações de propriedades rurais com reserva legal averbada; b) Portaria para compensação em UCs - em trâmite na Diretoria Jurídica; c) Portaria n.º 119/2016 - IAP - sobre critérios para cancelamento de CAR.
- Acompanhamento dos processos e estudos técnicos referentes ao SICAR: a) deliberações sobre cancelamentos de CAR; b) 354.129 imóveis cadastrados no CAR (96,0% dos imóveis rurais do Paraná); c) área cadastrada de 14.495.958,27 hectares (95,0% da área cadastrável); d) 2.898.122,06 hectares de área remanescente de vegetação nativa.
- Estudo técnico para revisão do mapeamento das Áreas Estratégicas para a Conservação e Recuperação no Paraná (AECR-PR) que resultou em 10 mapas temáticos e 02 mapas finais, Nota Técnica e Minuta de Portaria.
- Produção de Mudanças Florestais Nativas pelos 19 Viveiros do IAP - o estoque dos viveiros conta com 2.773.009 mudas de espécies nativas para a restauração de áreas degradadas e nos laboratórios de sementes conta com 2.104 kg de sementes florestais nativas. Foram atendidos 1.313 requerentes, com 1.156.627 mudas destinadas ao plantio.

- Reforma, revitalização e reconstrução de pontes, passarelas e escadas da Ilha do Mel, no valor de R\$ 226,2 mil; e reforma do trapiche da Praia de Brasília, no valor de R\$ 325,0 mil.
- Entorno do Aquário Marinho de Paranaguá - obras de infraestrutura e de revitalização da área, no valor de R\$ 9,1 milhões.
- Programa Estadual de Monitoramento de Ar - aquisição de sete estações de monitoramento de ar, no valor de R\$ 6,3 milhões.
- Aquisição de Veículos *Off-Road* para Unidade de Conservação, no valor de R\$ 199,2 mil.
- Convênio com a Prefeitura de Joaquim Távora para a implantação do Parque Ambiental, com área de lazer no entorno da Rede Ferroviária, no valor de R\$ 414,1 mil; com a Prefeitura de Pato Branco para implantação do Parque Vitório Piassa, no valor de R\$ 5,0 milhões.
- Termos de Cooperação: a) com o Instituto de Florestas do Paraná, para promoção, preservação e gerenciamento das áreas convertidas em UCs (Decreto n.º 11.020/2014), sendo o custo da cessão de funcionários, em torno de R\$ 291,3 mil; b) com a Polícia Militar do Paraná, para integração de ações técnicas, administrativas e operacionais, direcionadas à fiscalização ambiental, no valor aproximado de R\$ 7,5 milhões.

20.11 Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITC)

- Programa de Zoneamento Ecológico Econômico – deu-se continuidade no Estado do Paraná, na escala 1:250.000, com a conclusão do diagnóstico e do prognóstico. As principais atividades foram: a) participação na elaboração da minuta do Decreto do ZEE-PR Litoral; b) reunião da Comissão Coordenadora e Executora para apreciação da minuta de decreto; c) apresentação dos resultados do ZEE-PR e ZEE-PR Litoral para o sistema SEMA em reuniões gerenciais, Comissão de Direito Ambiental da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); d) participação no grupo de trabalho do litoral para análise e correções do Plano Diretor de Pontal do Paraná; e) publicação (versões impressa e digital *online*) do Relatório do ZEE-PR - Litoral.
- Revisão de limites municipais em 18 processos com pareceres técnicos aos demandantes.
- Publicação da Base de Divisas Municipais 2016, ajustada à escala 1:50.000 nos formatos *shapefile* para utilização em *softwares* de geoprocessamento e *kml* para visualização no *Google Earth*.
- Digitalização de fotos aéreas e mapas de acervo fundiário, impressão de mapas de acervo (297) e higienização de 569 documentos e fotos.

- Atendimento ao público (184), pessoalmente ou por solicitação via protocolo no setor de mapoteca; e 90 atendimentos de acesso a informação pelo sistema SIGO.
- Gestão do contrato de mapeamento por imagens de radar aéreo transportado, banda x e p, concluído em julho.
- Avaliação, em conjunto com ITCG, IAP, COPEL, UFPR, EMBRAPA FLORESTAS, EMATER, SEMA e SEAB, das manifestações de interesse de empresas especializadas para o Mapeamento do Uso e Cobertura da Terra do Paraná com recursos do Banco Mundial. Elaboração do Edital SDP em conjunto com a SEPL. Aguardando apresentação das propostas pelas empresas selecionadas para dar prosseguimento à contratação.
- Projeto Nomes Geográficos do Paraná - continuidade aos trabalhos nos municípios de Piraquara e Bacia Hidrográfica do Rio Piraquara; Lapa e Parque Estadual do Monge; São José dos Pinhais e Bacia Hidrográfica do Rio Miringuava; Paranaguá e Ilha do Mel; Ponta Grossa e Parque Estadual de Vila Velha; Tibagi e Parque Estadual do Guartelá; Castro e Bacia Hidrográfica do Rio São Cristóvão.
- Participação nas reuniões e atividades da Coordenadoria de Educação Ambiental da SEMA, desenvolvimento de mapas e bases cartográficas contendo diferentes informações como escolas, paróquias, categorizada por bacias hidrográficas, dentre outras; em reuniões com a SEED para desenvolvimento de mapa das escolas com especificidades e detalhamentos cartográficos e geográficos; em reuniões sobre a Ilha do Mel e possível engajamento do PNGPR nas questões das drenagens da Ilha.
- Elaboração de mapas com a localização das escolas estaduais da Região Metropolitana de Curitiba, por área; e de mapas da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu, por área de abrangência.
- Estudo de proposta para implantação do Comitê Estadual de Peritos em Nomes Geográficos no Paraná.
- Atendimentos externos e produção de mapas e texto toponímico/turístico para o município de Ribeirão Claro e Projeto Angra Doce.
- Avaliação, em conjunto com IAP, AGUASPARANÁ, MINEROPAR, SEMA e CELEPAR, das manifestações de interesse de empresas especializadas para contratação da IDE - SEMA com recursos do Banco Mundial. Elaboração do Edital SDP em conjunto com a SEPL. Aguardando publicação do edital para dar prosseguimento à contratação.
- Medição de imóveis em 14 municípios, em 667 lotes, para fins de regularização fundiária.
- Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial PRÓ-RURAL - Regularização Fundiária: elaboração de Termo de Referência e contratação de

empresas especializadas para serviços de medição e demarcação topográficas de 602 lotes rurais nos municípios de Borrazópolis, Imbaú, Paulo Frontin, Bocaiúva do Sul e Boa Ventura de São Roque.

- Atendimento a 180 processos de pessoas físicas ou jurídicas para elaboração de plantas e memoriais descritivos e pareceres técnicos; e participação no grupo de trabalho para elaboração do Sistema de Regularização de Terras do Paraná.
- Regularização Fundiária - prioridade de atendimento aos agricultores familiares (pequenos e médios) e comunidades tradicionais, em situação dominial e possessória irregular e sem acesso às políticas públicas de desenvolvimento agrário. O resultado das ações culminou na destinação da terra aos seus legítimos detentores mediante a outorga de 94 Títulos de Domínio.
- Titulação de Terras Públicas - emissão de 100 títulos em Itaperuçu, 10 em Rio Branco do Sul, 35 em Campo Largo, 75 em Boa Ventura do São Roque, 02 em Lupionópolis, 70 em Doutor Ulisses, 70 em Guaratuba, 18 em Tijucas do Sul e 70 em Ipiranga.
- Programa PRO-RURAL - atuou na regularização fundiária, com a entrega dos processos à Defensoria Pública do Paraná para ajuizamento de ações de usucapião referentes a 94 propriedades do município de Mato Rico. Os municípios atendidos foram: 120 propriedades em Imbaú (613,0 ha), 36 propriedades em Boa Ventura de São Roque (219,0 ha), 82 propriedades em Paulo Frontin (791,0 ha), 70 propriedades em Borrazópolis (470,0 ha), 200 propriedades em Bocaiúva do Sul (816,0 ha).

Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral



PARANÁ
GOVERNODO ESTADO

21 Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) constitui órgão de primeiro nível hierárquico, de assessoramento e apoio direto ao Governador do Estado, para o desempenho de funções de planejamento, coordenação e controle da ação geral do governo, dos assuntos e programas intersecretariais, da organização base do sistema de planejamento e organização institucional, bem como, da articulação do Governo com o setor privado, visando promover o desenvolvimento econômico do Estado.

As unidades administrativas da Secretaria e de suas entidades vinculadas, como o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o Instituto de Pesos e Medidas do Paraná (IPEM) e a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), passou a vincular-se à SEPL a partir de 1.º de junho, conforme Decreto n.º 4.415, de 26/06/2016; bem como, por meio dos Contratos de Gestão firmados com o Serviço Social Autônomo Agência Paraná de Desenvolvimento (APD) e Serviço Social Autônomo PARANÁ PROJETOS foram desenvolvidas como principais ações as relacionadas a seguir.

21.1 Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA)

A CMA é responsável pela definição de metodologias, tecnologias e fluxos de informações para o monitoramento e avaliação dos programas de Governo e pela avaliação dos resultados obtidos na execução do Plano Plurianual, permitindo a cada órgão e entidade de governo identificar e reconhecer os níveis de eficiência, eficácia e efetividade das suas Iniciativas. Principais ações:

- Acompanhamento do Plano Plurianual 2012 a 2015 (PPA 2012-2015) - compreende os resultados alcançados pelos Programas, por meio da aferição e da análise dos Indicadores e Metas, contribuindo para a melhoria do processo de planejamento estadual e o aperfeiçoamento contínuo da gestão dos programas que integram o Plano e os Orçamentos. Foi elaborado o Relatório de Acompanhamento do PPA 2012-2015, referente ao exercício 2015 e quadriênio, de Indicadores e Metas, que integra a Prestação de Contas Anual do Chefe do Executivo Estadual, contendo informações qualitativas e quantitativas acerca dos Programas, Indicadores, Iniciativas e Metas, desenvolvidos no período, sendo: 21 Programas Finalísticos, com 66 Indicadores, 197 Iniciativas e 150 Metas; 04 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, com 03 Indicadores, 143 Iniciativas e 25 Metas; além das 89 Iniciativas de Obrigações Especiais.
- Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa - compreende a coordenação, elaboração, consolidação e revisão do documento com base nos

relatórios de atividades das Secretarias de Estado e suas vinculadas, encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa.

- Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual (SIGAME) - ferramenta digital utilizada para a gestão do PPA, permitindo sua elaboração, monitoramento, avaliação, revisão e atualização, integrada ao sistema orçamentário e financeiro de responsabilidade de Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA). Neste exercício foram aperfeiçoadas suas funcionalidades visando facilitar o processo de acompanhamento das Iniciativas que compõem o Plano.
- Coordenação do Plano de Desenvolvimento Socioeconômico dos municípios da AMUVI, tendo sido elaborado o Caderno de Indicadores Socioeconômicos dos Municípios do Vale do Ivaí (AMUVI) com a participação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR).
- Caderno de Indicadores do Paraná - demanda realizada pelo Comitê da qualidade da Gestão Pública, com a seleção de indicadores passíveis para pactuação de metas e resultados. O trabalho foi encaminhado ao comitê contendo 23 indicadores apresentados por temas estruturais denominados: Trabalho e Emprego; Crescimento Econômico; Desenvolvimento Social; Infraestrutura; Educação; Saúde; Segurança.
- Paraná Já - grupo de trabalho de acompanhamento das Ações Prioritárias de Governo, formado por representantes da CC, SEPL, SEFA, SECS, CGE e PGE, com a finalidade de analisar o andamento dos projetos prioritários e das obras das Secretarias de Estado para a superação de obstáculos. Foram realizadas reuniões com SEED, SESA, SESP e SEAB com os encaminhamentos necessários.
- Coordenação do Grupo de Trabalho de Gestão de Obras para o desenvolvimento de sistema informatizado único e padronizado no planejamento e acompanhamento das obras de edificações de responsabilidade do Estado, visando a transparência e controle do processo.

21.2 Coordenação de Modernização Institucional (CMI)

A CMI coordena e supervisiona as atividades e projetos relativos à racionalização, modernização e reestruturação da Administração Pública Estadual, garantindo perenidade ao processo de inovação da gestão institucional em sintonia com mudanças administrativas.

Principais ações:

- Reestruturação, Regulamentação e Regimento Interno das Secretarias de Estado da Administração e da Previdência; da Família e Desenvolvimento Social; da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos; da Segurança Pública e Administração

Penitenciária; da Comunicação Social; da Fazenda; da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR); da instituição do Programa Brigada Escolar - Defesa Civil na Escola; da Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR); do Departamento Penitenciário (DEPEN); dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs); do Instituto Ambiental do Paraná; da Coordenadoria de Segurança e Saúde Ocupacional (CSO/SEAP); da Escola de Governo (EG/SEAP).

- Elaboração de Anteprojeto de Lei para: a) alteração da Lei Estadual n.º 17.425/2012, que instituiu o Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná (CPICT/PR), no âmbito da SEJU; b) alteração da composição do Conselho da Polícia Civil; c) criação de cargos de provimento em comissão no âmbito da Junta Comercial do Paraná; d) alteração da Lei Estadual n.º 17.244, de 17 de julho de 2012, que instituiu o Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas (FESD); e) novo Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná.
- Estudos para criação da Delegacia da Mulher em Cornélio Procópio e em União da Vitória; do Grupamento de Operações Aéreas (GOA), no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária; do Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (CEIM); do Programa SOS - Racismo no âmbito do Estado do Paraná; Disque Denúncia 181 no Estado do Paraná.
- Estudos que visam estabelecer a descrição dos cargos de provimento em comissão e funções de gestão pública no âmbito do Poder Executivo Estadual.
- Manutenção do Sistema Estrutura Organizacional do Estado do Paraná (e-ORG).

21.3 Coordenação de Desenvolvimento Governamental (CDG)

A CDG é a unidade responsável pela coordenação, elaboração e negociação de projetos multissetoriais e pela interface com as instituições nacionais e internacionais de crédito. Principais ações:

21.3.1 Projetos e Programas em Desenvolvimento e em Negociação

Em execução direta pela CDG:

- Banco Mundial/Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná (Acordo Empréstimo n.º 8.201-BR) - em 05 de janeiro ocorreu a primeira reformulação do Acordo de Empréstimo. O Projeto desembolsou US\$ 200,8 milhões (57,4% do montante global previsto durante a execução do contrato que é de US\$ 350,0 milhões). Deve desembolsar nos próximos meses mais US\$ 30,0 milhões. Com

relação ao Componente 2 (Assistência Técnica) estão em processo final de contratação 17 processos de serviços e consultorias com o objetivo de tornar a gestão pública do Estado mais eficiente e eficaz e cuja execução deverá comprometer os US\$ 35,0 milhões previstos. O término do Acordo está previsto para 30 de novembro de 2017. O Estado está pleiteando junto ao Governo Federal (COFIEX, STN e PGFN) a prorrogação até novembro de 2019 para que os investimentos previstos, principalmente os estudos e consultorias, possam ser executados e tenham sua finalização e maturação dentro do prazo de execução.

- Banco do Brasil S.A./PROINVESTE (Contrato de Empréstimo de 30/12/2013) - investido o total de R\$ 810,4 milhões faltando a finalização de duas obras rodoviárias com valor remanescente de R\$ 6,4 milhões. O Estado protocolou junto ao Banco do Brasil S.A. pedido de prorrogação de prazo do contrato de empréstimo por mais 12 meses em função do atraso da execução de duas obras rodoviárias que se encontram em estágio final de execução.

Em execução acompanhada pela CDG:

- Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná (PROFISCO) e Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana (Família Paranaense), firmados com o BID, em 06 de agosto de 2014.

Programas em fase de negociação:

- BID/Paraná Seguro - em fase final de negociação entre o Estado, o Governo Federal e o BID, com assinatura do contrato de empréstimo e início da aplicação dos recursos previstos para 2016, no valor de US\$ 67,2 milhões.
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhoria de Infraestrutura Municipal - Paraná Urbano III/PROSFM - BID - em fase final de negociação entre o Estado, Governo Federal e BID, com assinatura do contrato de empréstimo e início da aplicação dos recursos previstos para 2017, no valor US\$ 150,0 milhões.
- Programa de Infraestrutura Rodoviária - BID - Carta Consulta aprovada pela COFIEX, em novembro; finalização do programa e negociação prevista para 2017, no valor de US\$ 235,0 milhões.
- Programa Rotas do Desenvolvimento - em negociação com o Banco do Brasil, no valor de R\$ 150,0 milhões, destinados a infraestrutura rodoviária.

21.3.2 Desenvolvimento Regional

- Regiões de Desenvolvimento (REDES) - coordenação do Programa Ações Integradas em Territórios Priorizados, iniciativa que pretende potencializar as ações do Estado no entorno de empreendimentos localizados em regiões de baixo IDH-M ou de vulnerabilidades sociais e ambientais, ou ainda em regiões com grande potencial de desenvolvimento regional. Estão inseridos: a) Projeto

Puma - Klabin, da região de Telêmaco Borba e imediações, com sede em Ortigueira (fábrica inaugurada em junho); b) Projeto Cimenteiras, da região do Vale do Ribeira, com sede em Adrianópolis, onde estão se instalando quatro empresas do ramo cimenteiro; o Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável do Litoral do Paraná, envolvendo os sete municípios da região e delineando o plano de ocupação de Pontal do Paraná, em fase final de contratação de consultoria para elaboração do plano; c) Projeto de Desenvolvimento Regional da Metrópole Norte, envolvendo 14 municípios das regiões metropolitanas de Maringá e Londrina, além do município de Apucarana; a contratação do Projeto foi autorizada pelo Banco Mundial; d) Trem Pé Vermelho, em fase final de avaliação e contratação, encontra-se em fase de procedimento de manifestação de interesse; três consórcios de empresas foram autorizados a estudar o projeto para implantação do serviço de transporte ferroviário de passageiros entre as cidades de Maringá e Londrina, assim como em seus segmentos urbanos.

- Potencial Energético do Estado - participação em projetos envolvendo ações sustentáveis como a questão da Energia com Fontes Renováveis e Geração Distribuída, que gerou um Relatório Técnico de Diagnóstico e Potencial Energético do Estado; com propostas de inovações tecnológicas e eficiência energética, identificando e quantificando a implantação de usinas hidrelétricas, eólicas, solares e térmicas, a biomassa e biogás que está em análise e complementação junto a outros órgãos do Estado.
- Projeto de Revitalização da Bacia do Iguaçu - envolve 109 municípios, numa área total de 67.462 km². O projeto objetiva usar como modelo inicial melhorias na bacia do Rio Belém. A SEPL participa como integrante do Grupo Gestor de Revitalização do Rio Iguaçu (GGRI) e atua no levantamento dos projetos existentes e na captação de recursos financeiros.
- Projeto Corredor de Exportação Oeste - instituição do grupo de trabalho do Corredor de Exportação do Estado (GT/CE), sob a coordenação da SEPL, que tem por finalidade desenvolver estudos e projetos que visem o aumento da capacidade do modal ferroviário do corredor de exportação do Estado do Paraná. Compõem o GT/CE: SEIL, DER, FERROESTE, APPA, FIEP, FAEP e OCEPAR.
- Projeto de Revitalização da área do Bairro Rebouças com a implantação de Estação Intermodal para integração da Mobilidade Urbana com a Região Metropolitana - o projeto aproveita a localização central e estratégica do bairro com ramais de ferrovia, ruas e viadutos, ciclovias, Rio Belém e áreas ociosas. Estuda-se a implantação de estacionamentos compartilhados nas extremidades modais, aproveitar imóveis desocupados de baixo custo, implementar infraestruturas e equipamentos urbanos com autossuficiência de serviços, incentivar a vocação

cultural e a reocupação habitacional, praça temática e paisagismo integrado. Propõe-se aplicar conceitos de *Smart City*: Centro de Controle de Operações (CCO), *Smart Grid*, Energia Renovável, centro de logística de processamento de *Remote Surveillance Unit (RSU)*, integrar e padronizar Serviços Institucionais e redes de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), de conhecimento, de cadeias produtivas/comerciais e tecnológicas.

- Projeto Angra Doce - amparado pelo projeto de Lei Federal n.º 3.031/2015, tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável por meio do turismo, garantindo a conservação dos recursos naturais, fomentando o empreendedorismo e a geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida da população. Engloba cinco municípios do Paraná e 10 de São Paulo, lindeiros à represa da Usina Hidrelétrica Chavantes. A SEPL, em parceria com o Programa Cidades do Pacto Global da ONU, iniciou um trabalho de engajamento e construção coletiva de um projeto multissetorial no Norte Pioneiro, envolvendo Estado, setor privado, setor acadêmico e sociedade civil. Foi assinada a Resolução SEPL n.º 007/2016 que institucionalizou o grupo de trabalho.

21.3.3 Projetos Estruturantes e Captação de Recursos junto ao Governo Federal

A CDG iniciou a operação do Sistema de Convênios (SICONV), do Governo Federal, que visa acompanhar e administrar as transferências voluntárias de recursos transferidos da União, por convênio, ao Estado do Paraná e municípios. O sistema permitirá agilidade na efetivação dos contratos, transparência no repasse do dinheiro público, qualificação da gestão financeira, desburocratização da máquina pública e viabilizará o acompanhamento dos investimentos em todos os setores.

21.4 Coordenadoria de Promoção Industrial e Comercial (CIC)

A CIC deu continuidade às ações de apoio aos potenciais empresários com interesse em se instalar no Estado e no fortalecimento das empresas paranaenses, com atendimento personalizado, disponibilização de dados estatísticos, agilidade à tramitação de processos e facilitação de contatos com entidades estaduais e/ou federais envolvidas com o desenvolvimento econômico do Estado.

Em articulação com a Agência Paraná de Desenvolvimento (APD) conseguiu resultados positivos nos processos de atração de investimentos e na minimização dos efeitos deletérios no estoque de empregos no Estado.

21.4.1 Programa Paraná Competitivo

O exercício de 2016, refletindo os efeitos da crise econômica de 2015, continuou não favorecendo o Programa Paraná Competitivo, tendo sido firmados cinco Protocolos de Intenção com empresas instaladas, em processos de expansão e reconstrução.

Merecem destaque:

- Polo cimenteiro - em Adrianópolis, no Vale do Ribeira, com vistas à exploração das jazidas de calcário, sofreu desaceleração por conta da retração da demanda de cimento pela construção civil e pesada. Uma empresa foi inaugurada no final de 2015 e encontra-se em produção. Os outros três projetos sofreram revisão de cronogramas, e tiveram pequena evolução. Outra unidade cimenteira pretende instalar-se na região de Ponta Grossa/Campo Largo, e encontra-se em fase de licenciamento ambiental, avaliação do potencial da jazida e avaliação econômica do empreendimento.
- Na região de Ponta Grossa-Castro, no segmento de cervejaria e de produção de malte, foi ampliada uma fábrica e inaugurada uma nova e grande unidade multinacional do ramo.
- Continuidade das obras de implantação da nova unidade da Klabin, em Ortigueira, maior investimento privado da história do Paraná.
- No setor de petróleo e gás foi inaugurada nova fábrica de equipamentos para a exploração e produção em águas profundas, de empresa tradicional no Estado, líder na tecnologia e que se firma como das mais avançadas no segmento em nível mundial.
- Outros projetos, de menor envergadura, principalmente no setor de alimentos, tiveram continuidade em seus empreendimentos de implantação e/ou expansão em diversos municípios.

Outras atividades:

- As medidas de ajuste fiscal, implementadas no Estado, necessárias ao equacionamento financeiro e orçamentário, provocaram reações e pleitos pontuais, por parte das Federações e entidades representativas dos diversos segmentos econômicos, quando procedentes, foram encaminhados à consideração da Secretaria da Fazenda, com recomendações e/ou solicitações. Muitos pleitos foram aceitos e receberam tratamento visando corrigir eventual desequilíbrio competitivo das empresas paranaenses frente a concorrentes de outras unidades federadas.
- Operacionalização do Programa de Reativação do Setor Sucroenergético do Estado - articulação para obtenção do apoio do BNDES para concessão dos financiamentos necessários à renovação dos canaviais e das unidades de geração termoelétrica, e da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) para escoamento da energia excedente mediante acesso físico às redes da Companhia.

- Unidade de Xisto de São Mateus do Sul - o Instituto Ambiental do Paraná concedeu licenciamento para um rol de atividades operacionais que poderão contribuir para melhoria dos resultados econômicos da unidade. A SEPL participou das discussões, da elaboração de sugestões e da proposição de alternativas para diversificação da economia local.
- Programa Brasil Produtivo - lançado em outubro, em parceria com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, com o objetivo de aumentar em 20,0% a produtividade das empresas industriais até 2017.
- Implantação de nova rota aérea comercial ligando Ponta Grossa a Campinas (SP), mediante proposta de redução gradual na alíquota do ICMS incidente no querosene de aviação para as novas rotas que se implantarem no Estado.
- Diversas empresas foram atendidas em termos de consultas e/ou necessidades de ações junto a órgãos do Estado, visando crescimento industrial/comercial para criação de riqueza e empregos.
- Manutenção do apoio às administrações municipais e às Agências Regionais de Desenvolvimento e órgãos da administração direta estadual, na articulação com órgãos oficiais estaduais e/ou federais, para viabilização de projetos industriais ou comerciais, em concordância com as vocações e possibilidades locais.

21.5 Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CDI)

Na execução de suas atribuições, que envolvem a articulação e coordenação de ações e proposições de políticas públicas para o fortalecimento econômico e social do setor empresarial, e visando contribuir para a competitividade e desenvolvimento sustentável do Estado, a CDI realizou as seguintes ações:

- Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná (FOPEME), a Associação dos Municípios do Paraná (AMP) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná (SEBRAE).
- Programa Bom Negócio - capacitação de 4.053 micro e pequenos empreendedores, por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, sendo 3.396 presenciais e 657 a distância.
- Acompanhamento do processo de capacitação de servidores públicos municipais em compras governamentais (Lei Complementar n.º 147/2014) - cursos realizados por microrregião: AMUSEP/Maringá, AMOP/Cascavel, ASSOMECC/Curitiba, AMCG/Ponta Grossa, com 2.659 servidores capacitados.

- Participação na elaboração de manual de licitação com a chancela do TCE/PR e apoio do FOPEME e SEBRAE/PR, com ênfase nas restrições e imposições da Lei Complementar n.º 147/2014, para distribuição aos 399 municípios do Estado.
- Fundos Estaduais (Regulamentação da Lei Complementar Estadual n.º 163/2013) - encaminhamento à Casa Civil de minuta de Anteprojeto de Lei do Fundo de Aval para Micro e Pequenas Empresas; Minuta de Anteprojeto de Lei do Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná; Minuta de Anteprojeto de Lei do Fundo de Capital de Risco das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná.
- Reuniões Plenárias, Ordinárias e Extraordinárias do FOPEME - realizadas reuniões plenárias e ordinárias em Curitiba; extraordinárias nas Microrregiões de Curitiba (ASSOMEC), de Apucarana (AMUVI), de Campo Mourão (COMCAM), de Cianorte (AMENORTE), de Pinhais (ASSOMEC) e de Pontal do Paraná (AMLIPA), totalizando 14 reuniões.
- Portal Paranaense da Micro e Pequena Empresa (MPE) - criado em março, tem por objetivo centralizar o acesso aos usuários dos serviços e programas relativos ao segmento, promovidos pelo Estado, seja pela sua administração ou pelas instituições de apoio e fomento. O Portal disponibiliza aos usuários, de forma simples e rápida a política estadual referente às MPE (www.portalpme.pr.gov.br).
- Participação na elaboração do termo de referência para implantação de escritórios de compras padronizados e integrados nos municípios do Paraná (FOPEME, SEBRAE/PR E FACIAP).
- Subcomitê Estadual do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e para Legalização de Empresas e Negócios (Subcomitê CGSIM/PR) - reuniões para o acompanhamento da implantação da REDESIM/PR no Paraná com FOPEME, JUCEPAR, SEBRAE/PR, FAMPEPAR, CELEPAR, Receita Federal, SEFA, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária da SESA, Secretaria Municipal de Urbanismo de Curitiba, SESC/PR, FIEP/PR e SEDS.
- Rodada de Negócios – em parceria com o SEBRAE, foram realizados encontros comerciais para oportunizar aos empresários a apresentação de seus produtos ou serviços, visando gerar novas parcerias, novos negócios e oportunidade de integração com a comunidade empresarial local. Foram realizadas sessões de negócios em Andirá e em Foz do Iguaçu.
- III Semana da Micro e Pequena Empresa - realizado Seminário Ambientes Favoráveis para o Desenvolvimento dos Pequenos Negócios, em Apucarana, Cianorte, Pinhais, Curitiba e Pontal do Paraná; e Sessão de Negócios em Paranaíba e Maringá.

21.6 Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI)

A CAI atua visando a internacionalização da economia do Paraná, por meio de incentivo à exportação dos produtos paranaenses e da atração de investimentos, seja por meio de programas próprios ou de ações integradas com outras entidades. Atua em parceria com entidades paranaenses melhorando sua gestão, elevando o grau de internacionalização das mesmas, buscando avanços financeiros e tecnológicos para alavancar o desempenho da balança comercial do Estado. Algumas das ações realizadas:

- Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) - condução do plano, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), que tem por objetivo aumentar o número de empresas que operam no comércio exterior, além de promover o crescimento das exportações. Deu-se continuidade ao PNCE difundindo a cultura exportadora por meio da capacitação de gestores públicos, empresários e profissionais do comércio exterior. Mantido contato com o MDIC e coordenadores federais e realizadas reuniões mensais com os parceiros locais articulando, fomentando e apoiando as ações a serem realizadas. Os parceiros estaduais são: SEBRAE, APEX, CIN/PR, BRDE, Banco do Brasil, SENAC, BNDES, Correios, CAIXA.
- Recepção de comitivas internacionais da Holanda, Belarus, Asean, Croácia, Mongólia, Canadá, Rússia, Países Árabes, China, Paraguai, Angola, Taiwan e Coreia, dentre outras, em conjunto com as demais Secretarias.
- Preparação de relatórios para o atendimento de missões internacionais bem como para viagens internacionais de representantes do Governo do Estado. Acompanhou o andamento dos protocolos de intenções e acordos de cooperação, bem como oportunidades para futuras parcerias.
- Acompanhamento de feiras e missões das entidades do Estado, visando identificar oportunidades para os empresários paranaenses e oportunidades de investimentos para o Paraná.
- Manutenção do Sistema de Registro de Atos Internacionais com o objetivo de centralizar e disponibilizar às demais Secretarias, informações referentes a ações internacionais do Estado.

21.7 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)

O IPARDES produz estatísticas e estudos socioeconômicos com o objetivo de subsidiar ações governamentais e suprir a sociedade com informações e análises relevantes sobre a realidade paranaense. Entre outras atividades, mantém a Base de Dados do Estado (BDE), que integra o Sistema Estadual de Informações, e produz estudos em áreas como demografia e conjuntura econômica do País e do Estado.

21.7.1 Diretoria do Centro de Pesquisa

Em suas atribuições está o desenvolvimento de pesquisas e estudos socioeconômicos, com foco no Estado do Paraná, incluindo a análise de conjuntura, a avaliação dos movimentos demográficos, o exame do contexto ambiental, o acompanhamento da questão rural, cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), o monitoramento de políticas públicas, entre outros:

- Publicações - Boletim de Análise Conjuntural, Revista Paranaense de Desenvolvimento (RPD), Caderno IPARDES - Estudos e Pesquisas, Boletim de Comércio Exterior.
- Participação técnica no Plano Estadual de Saúde da Secretaria do Estado da Saúde (SESA), lançado em 2016.
- Manutenção das atividades de projeções demográficas do Estado do Paraná e dos municípios paranaenses.
- Elaboração e divulgação, em conjunto com o IBGE, do PIB do Paraná e de seus municípios.
- Estudos e atualização de indicadores na área de desenvolvimento regional e de meio ambiente do Paraná.
- Pesquisa qualitativa em campo, relativa à avaliação de impacto do Programa de Regularização Fundiária no âmbito do Pró-Rural, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SEAB), e integrante do Projeto Multissetorial (BIRD).
- Implantação e execução de projeto de avaliação de impacto do Programa Família Paranaense, da SEDS.
- Monitoramento e avaliação dos programas do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, financiado pelo Banco Mundial e coordenado pela SEPL.
- Outras atividades - apoio em diversos estudos e indicadores socioeconômicos; elaboração de cenários econômicos para empresas estatais do Paraná; apresentações sobre a economia paranaense e brasileira para diversas entidades; apoio a atividades do Programa Família Paranaense e ao trabalho de editoração dos documentos de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do

Paraná; palestras em seminários promovidos pela SEAB; participações em Conselhos Estaduais.

21.7.2 Diretoria do Centro de Estatística (CEE)

Tem por objetivo o levantamento, a organização e a disponibilização de estatísticas socioeconômicas referentes ao Estado do Paraná, sendo ainda responsável pela gestão da Base de Dados do Estado (BDE); pela geração mensal do Índice de Preços ao Consumidor do Município de Curitiba (IPC), pela elaboração do Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM) e realização de palestras sobre os temas relacionados às informações estatísticas de cunho socioeconômico. Realizou as seguintes atividades:

- Núcleo de Pesquisas Periódicas - levantamento em campo de informações do IPC; elaboração e divulgação de boletins mensais do IPC; execução da Pesquisa de Preços de Materiais de Construção em cooperação técnica com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL), com ampliação do número de produtos pesquisados; e elaboração e entrega dos resultados à SEIL e cálculo da valoração da Cesta Nutricional para Curitiba.
- Núcleo de Base de Dados - manutenção da BDE, com levantamento e atualização de dados, disseminação de informações e geração de produtos (Perfil das Regiões e Cadernos Municipais, entre outros); conclusão e disponibilização, no *site* do IPARDES, do Anuário Estatístico do Paraná - 2015 e elaboração da mídia eletrônica; atendimentos diversos sobre a BDE; atualização permanente do acervo de informações estatísticas do Estado do Paraná, que alimenta recursos correlatos de consulta pelo usuário como a BDEweb, Cadernos Municipais, Perfil dos Municípios e Anuário Estatístico, entre outros; inclusão de novas variáveis na Base de Dados nas áreas de exploração mineral, educação, cobertura vacinal, valor adicionado fiscal e PIB; criação da nova estrutura dos cadernos municipais; criação dos perfis das Regiões Turísticas e implantação das regiões na BDEweb; Implantação de novos indicadores para atender a Casa Civil e demais órgãos do Estado; geração de novos mapas para os Perfis das Regiões; Detalhamento de informações estatísticas para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná; Assessoria à Paraná Turismo em relação à regionalização do Turismo no Estado do Paraná; assessoria e implementação da Base de Dados do Parque Tecnológico Itaipu; Assessoria na criação do Observatório de Desenvolvimento da Prefeitura de Colombo; apresentações e orientações de uso da BDEweb a usuários e instituições diversas.
- Núcleo de Métodos Quantitativos - análise estatística e acompanhamento da Pesquisa de Preços de Materiais de Construção em cooperação com a SEIL; elaboração do Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM) para o ano de 2014; apoio estatístico aos projetos do Banco Mundial e BI, sob responsabilidade

da Diretoria de Pesquisa; desenvolvimento, em parceria com a Assessoria Especial da Juventude, do Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ).

- Núcleo de Informática - desenvolvimento de melhorias no sistema BDE; implantação do sistema de levantamento de informações e atualização tecnológica do sistema de coleta de dados do IPC; manutenção do sistema de gestão do acervo da biblioteca do IPARDES; apoio em tecnologias de informação às diversas áreas; gestão de processos de aquisição de equipamentos e itens de informática; desenvolvimento de sistema para as pesquisas do Banco Mundial; desenvolvimento de *software* de pesquisa de preços para uso via *smartphone* e de sistema de controle de acesso à instituição.

21.8 Instituto de Pesos e Medidas do Estado (IPEM)

O IPEM é uma Autarquia Estadual, subordinada administrativamente ao Estado do Paraná, por meio da SEPL; técnica e financeiramente ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), de quem recebe a delegação para o exercício de suas atividades relativas à avaliação da conformidade, verificação metrológica, calibração e ensaios, que beneficiam todos os segmentos da sociedade envolvendo os setores comerciais, industriais e de defesa do consumidor.

- Verificação metrológica - foram realizadas cerca de 220.000 verificações em instrumentos de medir e medidas materializadas.
- Verificação quantitativa em produtos pré-embalados - foram realizados cerca de 37.000 exames em produtos pré-embalados.
- Fiscalização de produtos têxteis - foram realizadas cerca de 2.000 ações de fiscalização em produtos têxteis.
- Fiscalização de produtos e serviços com a conformidade avaliada - foram realizadas cerca de 62.000 ações de fiscalização em produtos com a conformidade avaliada.
- Calibração de instrumentos de medir e medidas materializadas - foram realizadas cerca de 1300 calibrações em instrumentos de medir e medidas materializadas.
- Verificação nos Processos de Registro de Empresas - foram realizadas cerca de 350 verificações em processos de registro de empresas.
- Ensaios Têxteis - foram realizados cerca de 1.800 ensaios em produtos têxteis.

21.9 Contrato de Gestão - Serviço Social Autônomo Agência Paraná de Desenvolvimento (APD)

O Serviço Social Autônomo Agência Paraná de Desenvolvimento (APD) vincula-se por cooperação à SEPL, a quem cabe à supervisão e interveniência do Contrato de Gestão.

Em 2016, na execução de sua missão, na melhoria de sua gestão e controles, suas principais ações foram:

- Promoção da imagem do Estado como destino de investimentos - realizadas no Brasil e no exterior, missões prospectivas, apresentações institucionais (com a participação do Governador e Vice-Governadora), participação em feiras, congressos e eventos setoriais, recepção de missões empresariais, e forte atuação junto às mídias sociais e *internet* promovendo a marca e imagem do Estado.
- Articulação e intercâmbio entre entes públicos e privados, nacionais ou estrangeiros - liderou iniciativas que resultaram em acordos de cooperação e intercâmbio, alavancando oportunidades e fortalecendo vínculos de cooperação e negócios entre o Paraná e governos e instituições do Brasil e do exterior. Dentre as mais de 30 parcerias, se destaca a implantação e execução dos acordos com as províncias de Hubei, Anhui e Zhejiang na China, Baden-Württemberg na Alemanha, Lyon na França, Hyogo no Japão, além de parcerias com instituições como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Agência Brasileira de Promoção de Investimentos (APEX) e agências de promoção de investimentos e desenvolvimento do Japão (JETRO), Coreia (KOTRA), França (AFI, Lyon), Reino Unido (UKTI), Alemanha (BWI), Itália (ICE), entre outras.
- Programa Municipal de Atração de Investimentos (PMAI) - auxílio aos municípios paranaenses no desenvolvimento do ambiente de negócios - executado em vários municípios como Maringá, São José dos Pinhais, Jaguariaíva, focado na melhoria e na promoção da atratividade do Paraná e de seus municípios como destino de investimentos.
- Atração de novos investimentos e atendimento as empresas instaladas no Estado - mais de 500 empresas prospectadas, mais de 70 projetos potenciais de investimento e mais de 40 protocolos de investimento dentro do Programa Paraná Competitivo junto a Secretaria da Fazenda. Atuou junto às empresas instaladas apoiando suas demandas junto ao Governo local, estadual e federal, além de prospectar novas expansões e investimentos. Atendeu mais de 290 empresas e todos os protocolos e atendimentos que estavam pendentes no Programa Paraná Competitivo.
- Desenvolvimento das atividades econômicas das cadeias produtivas - atuou no desenvolvimento dos setores estratégicos do Estado e em parceria com demais órgãos de governo e da indústria. Foram realizadas ações de inteligência setorial, produção de materiais de promoção e missões prospectivas junto as principais regiões, polos produtivos e empresas investidoras. No automotivo, foram contatadas as empresas-âncora, realizadas ações de inserção de novas empresas na cadeia automotiva, prospectadas novas montadoras e fornecedores estratégicos. No setor aeroespacial e defesa, a APD avançou no posicionamento

do Estado como local prioritário no Brasil, após São Paulo, atuando no desenvolvimento do Polo Aeroespacial de Maringá e executando importantes parcerias com empresas multinacionais com o potencial de geração de negócios da ordem de R\$ 6,0 bilhões por ano no fornecimento de peças, componentes e serviços para grandes companhias fabricantes de aeronaves e equipamentos do Brasil e do exterior. No segmento de eletroeletrônico, ciências da vida e TIC foram realizados eventos e reuniões com investidores, resultando em novos protocolos de investimento. No segmento de tecnologia de agronegócio, estabeleceu um acordo histórico com a OCEPAR a fim de colaborar para a expansão e internacionalização das cooperativas do Estado.

- Investiu na renegociação de contratos e trocas de fornecedores reduzindo seus custos operacionais. Prosseguiu com a regularização de pendências como a realização de processo seletivo de seu quadro de pessoal (em andamento), bem como na melhoria de seus controles internos, novos sistemas de gestão e sistemas contábeis, em linha com as melhores práticas de outras agências de promoção de investimentos e de serviços sociais autônomos do Paraná e do Brasil. Investiu na venda de serviços ao setor privado, gerando receitas independentes e contribuindo para a sustentabilidade financeira da agência, contribuindo para a previsibilidade de caixa e acabando com situações de risco de incidência de multas e juros.

21.10 Contrato de Gestão - Serviço Social Autônomo Paraná Projetos

O Serviço Social Autônomo Paraná Projetos vincula-se por cooperação à SEPL, a quem cabe à supervisão e interveniência do Contrato de Gestão. Suas principais ações foram:

- Estruturação de Usos Múltiplos nas Represas da SANEPAR (Região Metropolitana de Curitiba): a) elaboração de estudo conceitual e viabilidade técnica de estruturação dos usos múltiplos da Represa do Piraquara II; b) articulação para implementação - vídeo promocional, estudo de viabilidade financeira, parceria com iniciativa privada e SANEPAR.
- Fortalecimento do Transporte Hidroviário do Litoral Norte do Paraná Litoral - coleta, análise de gabinete e *in loco* e elaboração de caderno de diretrizes que fundamentam macro propostas de fortalecimento das conexões hidroviárias entre as comunidades do Litoral Norte.
- Parque Newton Freire Maia: a) elaboração de estudo conceitual e de alternativas de gestão no município de Pinhais com vistas à implantação de parque público; b) articulação, pesquisa e elaboração de documentação para viabilização de

contratação de projeto arquitetônico, complementares de engenharia e demais estudos visando à implantação do referido documento.

- Parques Paraná - elaboração de mapas temáticos de meio ambiente, turismo e infraestrutura dos parques estaduais de Vila Velha, Guartelá e Monge como parte integrante do Programa Parques Paraná, coordenado pela SEMA/IAP, com base em informações coletadas em campo, entrevistas com gestores e análise dos respectivos de Planos de Manejo.
- Apoio à elaboração do Estudo de Viabilidade (Ilha do Mel) - elaboração de diretrizes arquitetônicas e demais informações técnicas para o Estudo de Viabilidade de infraestrutura de apoio à gestão do uso público do Parque Estadual da Ilha do Mel.
- Parque Estadual de Vila Velha - Gestão do uso público: atendimento aos visitantes e manutenção das áreas de uso; implantação de novo produto (cicloturismo); captação de recursos para realização de evento; realização da Semana Olímpica e Revezamento da Tocha Olímpica.
- Região de Angra Doce - participação em grupo de trabalho interinstitucional, coleta e análise de informações; elaboração de diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo.
- Acompanhamento da contratação de obra pública referente ao projeto do entorno do Aquário de Paranaguá.

Secretaria da Saúde



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

22 Secretaria de Estado da Saúde

A Secretaria de Estado da Saúde (SESA) desenvolveu suas ações com base em seu Mapa Estratégico e nas Diretrizes do Plano Estadual de Saúde do Paraná 2016-2019.

Na organização da atenção à saúde materno-infantil, por meio do Fortalecimento da Rede Mãe Paranaense, prestou apoio técnico e financeiro aos municípios para a melhoria da estrutura dos serviços de Atenção Primária em Saúde (APS), destinando R\$ 14,3 milhões, para construção, ampliação e reforma de Unidades de Saúde da Família (USF). No Incentivo de Custeio do Programa de Qualificação da Atenção Primária em Saúde (APSUS), foram repassados R\$ 23,8 milhões. Foram concluídas obras de 100 Unidades Básicas de Saúde, no valor aproximado de R\$ 26,8 milhões e distribuídos 491 *kits* para Unidades Básicas de Saúde, no valor de R\$ 56,5 milhões.

A SESA complementou o valor das diárias para leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Neonatal, UTI Pediátrica e UTI Adulto ofertados ao Sistema Único de Saúde (SUS), ainda não habilitados pelo Ministério da Saúde, totalizando R\$ 24,8 milhões.

Foram distribuídos 15 equipamentos de cardiocógrafos para: secretarias municipais de Saúde de Ponta Grossa, Capanema, Terra Boa e Imbituva; Consórcios Intermunicipais de Saúde de Cornélio Procopio, Paranavaí e Londrina; Hospital Municipal de Fazenda Rio Grande; Hospital de Clínicas da UFPR; Hospital Universitário dos Campos Gerais; Hospital Evangélico de Curitiba; Associação Beneficente de Saúde do Noroeste do Paraná (NOROSPAR) de Umuarama, que recebeu ainda duas incubadoras para UTI Neonatal.

O V Encontro Estadual da Rede Mãe Paranaense, realizado em Curitiba, em maio, reuniu 1.600 profissionais. Foram realizadas oficinas entre médicos, enfermeiros da Atenção Primária em Saúde, dos Centros Mãe Paranaense e Hospitais da Rede Mãe Paranaense, com as temáticas: Atenção Humanizada ao Recém-Nascido; Pré-natal, Estratificação de Risco e Protocolos Clínicos de Hipertensão e Diabetes; Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância; Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil; Qualificação da APS no processo de investigação, tratamento e acompanhamento de gestantes em Unidades de Terapia Intensiva.

Merece destaque os resultados da Rede Mãe Paranaense: 82,4% das gestantes SUS realizaram o pré-natal com sete ou mais consultas; o Coeficiente de Mortalidade Materna ficou em 20,5%, apresentando redução em relação a 2014; c) redução do Coeficiente de Mortalidade Infantil, em relação a 2014, que apresentou 4,3%.

Na Rede Paraná Urgência, as duas metas propostas apresentaram redução das taxas de mortalidade por causas externas (exceto violência) e de mortalidade por doenças cardiovasculares na faixa etária entre 0 e 69 anos, superando o esperado para 2016, que reflete os efeitos positivos da implantação da Rede e das políticas intersetoriais.

Entre as ações de Fortalecimento da Rede Paraná Urgência, destaca-se: a) inauguração do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional Norte Novo, em

Maringá, com abrangência de 30 municípios da região; b) cessão de dois veículos de Intervenção Rápida (camionetes) para os SAMUs Oeste/Cascavel e Norte/Londrina e dois para o SAMU Curitiba, totalizando R\$ 715,7 mil; c) cessão de ambulâncias para os SAMUs Regionais - Noroeste/Umuarama (03), Centro Norte/Apucarana (01), Campos Gerais/Ponta Grossa (01), Norte Novo/Maringá (06), no valor de R\$ 1,0 milhão; d) cessão de equipamentos de radiocomunicação para os SAMUs Oeste/Cascavel, Norte Novo/Maringá, Litoral/Paranaguá, Metropolitano/Fazenda Rio Grande e Norte Londrina, totalizando R\$ 952,8 mil; e) repasse de R\$ 33,2 milhões a municípios, como contrapartida estadual para o custeio do SAMU; f) distribuição de ambulâncias simples remoção a 120 municípios, no total de R\$ 13,1 milhões; g) entrega de 58 *kits* de equipamentos de urgência e emergência para hospitais do Programa de Apoio aos Hospitais Públicos e Filantrópicos do Paraná (HOSPSUS) - Fases I e III, no valor total de R\$ 5,9 milhões; h) manutenção do atendimento e resgate aeromédico em Cascavel (helicóptero) e Curitiba (avião), com 543 atendimentos de janeiro a agosto.

Na Operação Verão Saúde - 2015/2016 foram realizados 5.203 plantões médicos e de enfermagem; 38.714 atendimentos ambulatoriais de urgência, com 1.470 internamentos; 4.549 atendimentos do SAMU Regional Litoral; 405 atendimentos do SIATE; 39 resgates aéreos; 40.000 abordagens e 1.200 pesquisas de satisfação de usuários pela Ouvidoria; 24.487 procedimentos realizados pela Vigilância em Saúde.

Em agosto, o Mutirão Paranaense de Cirurgias Eletivas (SESA) completou um ano e superou em 50,0% a meta inicial de 30.000 cirurgias. Durante um ano, foram realizadas 45.000 cirurgias eletivas, sendo 20.000 de catarata. O mutirão foi prorrogado até dezembro. O Paraná é o único Estado do País a aplicar recursos próprios nessa área.

No Fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde Mental, ressaltam-se os repasses: R\$ 3,0 milhões aos Serviços Integrados de Saúde Mental do Paraná (SIMPR); R\$ 3,6 milhões referentes ao Incentivo Financeiro de Custeio da Rede de Atenção à Saúde Mental/Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF); R\$ 7,6 milhões para a complementação de diárias de internação em Hospital Especializado, aumentando de 81,0% para 100,0% do valor da diária.

Quanto ao Fortalecimento da Rede de Saúde Bucal, os destaques foram a manutenção do Programa de Bochecho com Flúor para escolares com distribuição de sachês para o bochecho; a qualificação do Programa de Detecção Precoce do Câncer Bucal com a distribuição de *kits* de rastreamento e a definição de referência estadual para diagnóstico; a elaboração de Protocolo de Atendimento Odontológico à Pessoa com Deficiência e a manutenção de atendimento odontológico sob anestesia geral em ambiente hospitalar.

Na Implantação da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência (PCD), as principais ações foram: a criação do Incentivo Financeiro de Investimentos para Aquisição de Equipamentos de Fisioterapia ou Reabilitação, na modalidade Fundo a Fundo (com repasses programados para 2017); a definição de fluxo de atendimento dos pacientes com microcefalia e/ou malformação congênita para estimulação precoce, identificadas pelo

Grupo Técnico de Avaliação de Prontuários - Vírus Zika da SESA. Em relação à produção de serviços, foram realizados 19.171 atendimentos pelo Centro de Atendimento Integrado ao Deficiente (CRAID) e 38.209 atendimentos pelo Centro de Atendimento Integral ao Fissurado Lábio-Palatal (CAIF). Na dispensação de Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção prestou 59.487 atendimentos.

No que se refere à Implantação da Rede de Atenção à Saúde do Idoso, as três metas na Programação Anual de 2016 foram superadas, destacando-se a redução de 45,1% na taxa de mortalidade prematura (pessoas de 30 a 69 anos) e a implantação da estratificação de risco para a fragilidade de idosos.

No processo de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, foram repassados R\$ 32,9 milhões a 191 municípios, referentes às parcelas do Incentivo Financeiro de Investimento para Implantação do Transporte Sanitário na modalidade fundo a fundo, que permitiu aos municípios a aquisição de veículos utilitários, ambulâncias ou ônibus. Os demais investimentos em custeio e capital, por meio de repasses fundo a fundo ou por convênio, foram contemplados na Rede Mãe Paranaense. A manutenção do fornecimento de Oxigenoterapia Domiciliar Prolongada (ODP) e Ventilação Não Invasiva Domiciliar atendeu mais de 1.000 pessoas. Destaca-se a ampliação da cobertura populacional estimada pelas equipes da Atenção Primária para 87,7% e a redução de 2,8% na taxa de internações por causas sensíveis da Atenção Primária (em relação a 2015).

Quanto à Melhoria do Acesso e do Cuidado às Áreas de Atenção Inclusivas, a SESA repassou: R\$ 180,6 mil a 17 municípios, como Incentivo Financeiro Estadual para municípios com Comunidades Remanescentes de Quilombo e/ou Terras Negras Tradicionais; e R\$ 252,0 mil relativos ao Incentivo Financeiro Estadual para 12 municípios sedes de Centro de Socioeducação (CENSE), visando o desenvolvimento de ações de atenção integral à saúde dos adolescentes em conflito com a Lei. Alcançou-se 100% de aproveitamento no acompanhamento das gestantes indígenas com Gestão de Caso implantada.

No Fortalecimento das Ações de Promoção da Saúde, destaca-se a realização de iniciativas voltadas para usuários do sistema de saúde, gestores e profissionais de saúde, entre elas as desenvolvidas durante o Agosto Azul, Outubro Rosa, Novembro Azul.

Quanto ao Fortalecimento da Regulação do Acesso aos Serviços do SUS, ressalta-se a implantação dos Módulos do Sistema Operacional de Regulação: a) leitos em 100% das Regionais de Saúde da SESA, 88,0% dos municípios, 704 estabelecimentos utilizando; b) consultas e exames em 100% das Regionais de Saúde, 95,0% dos municípios, 830 estabelecimentos; c) Autorização de Internação Hospitalar (AIH) em 100% das Regionais de Saúde e 249 estabelecimentos; d) Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade (APAC) em 91,0% das Regionais de Saúde e 70 estabelecimentos; e) SAMU em 67,0% das Regionais de Saúde e 08 SAMUs Regionais.

Referente ao Fortalecimento do Desenvolvimento Regional da Atenção à Saúde, ocorreram repasses aos Consórcios Intermunicipais das Regiões de Saúde de Foz do Iguaçu, Apucarana, Campo Mourão, Toledo e Londrina, totalizando R\$ 3,4 milhões para aquisição de

equipamentos. Novos convênios do Programa Estadual de Apoio aos Consórcios Intermunicipais de Saúde (COMSUS) foram firmados com 19 Consórcios Intermunicipais de Saúde, para apoio ao custeio, totalizando R\$ 12,7 milhões empenhados em 2016.

Em relação ao Fortalecimento da Governança Regional e Macrorregional, foram realizadas quatro reuniões da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) Estadual e 139 reuniões das CIBs Regionais. Em junho, foi implantado o Comitê Executivo da Macrorregião Norte para Governança da Rede Mãe Paranaense, com três reuniões realizadas. Encontra-se em funcionamento, desde 2015, o Comitê da Macrorregião Noroeste.

Sobre o Fortalecimento da Gestão dos Serviços Próprios da SESA destacam-se as obras: a) Hospital Zona Oeste de Londrina - formalizada a doação do terreno que viabiliza a realização da licitação dos projetos; b) Hospital Regional de Ivaiporã - em tramitação o processo para licitação da obra; c) construção do Hospital de Guarapuava - obra com 21,8% de execução física em 03 de novembro, com valor total empenhado de R\$ 47,9 milhões e R\$ 9,2 milhões pagos; d) conclusão e ampliação do Hospital de Telêmaco Borba - obra com 25,0% de execução em 10 de outubro, com valor total empenhado de R\$ 9,9 milhões e R\$ 2,4 milhões pagos; e) reforma da maternidade do Hospital Regional do Litoral - obra com 46,8% de execução física em 03 de agosto, com valor empenhado de R\$ 2,2 milhões e R\$ 771,7 mil pagos; f) construção do Anexo da Mulher no Hospital do Trabalhador - obra com 20,7% de execução física em 26 de novembro, com valor contratado de R\$ 13,5 milhões e R\$ 2,1 milhões pagos.

Na área hospitalar, as metas de aprimoramento dos processos de trabalho foram superadas: mínimo de 70,0% de taxa de ocupação hospitalar; 70,0% de taxa de produtividade hospitalar; 56,0% do Programa de Segurança do Paciente implementado. Foram realizados: o 5.º Seminário da Qualidade em Hospitais Públicos, em junho, com 325 participantes e a apresentação de 21 experiências exitosas dos hospitais na sessão pôster; e o Curso de Liderança Estratégica para os gestores dos hospitais próprios, em três turmas, com 230 participantes. Foram encaminhados processos (concluídos e instruídos em 2016) para a aquisição de equipamentos, totalizando R\$ 15,3 milhões.

A SESA e a Fundação Estatal de Atenção à Saúde do Paraná (FUNEAS) assinaram o Contrato de Gestão em 23/08/2016 (publicado no DIOE em 01/09/2016), contendo metas plurianuais e anuais a serem desenvolvidas. A SESA avaliará trimestralmente o cumprimento das metas e realizará fiscalização e monitoramento da execução. Entre as parcerias estão as realizadas com os Consórcios Intermunicipais de Saúde para a gestão de cinco unidades da hemorrede pública estadual (Cianorte, Ivaiporã, União da Vitória, Francisco Beltrão e Paranaíba), com o repasse de R\$ 760,0 mil em 2016. O repasse por meio de convênios para a complementação dos serviços em saúde nas unidades hospitalares próprias para apoio ao custeio perfizeram R\$ 43,9 milhões até 11 de novembro.

Por meio da Lei Estadual n.º 18.806, de 16 de junho de 2016, foi criado o Selo Paraná pela Vida, destinado ao reconhecimento da contribuição para o aumento de doadores de órgãos e tecidos e desenvolvimento tecnológico-científico em transplantes.

Referente ao Fortalecimento da Política de Assistência Farmacêutica, foram distribuídos 70,5% dos medicamentos previstos para o ano, até agosto, conforme tabela a seguir:

COMPONENTES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	N.º DE UNIDADES DISTRIBUÍDAS	VALOR (R\$)
Componente Básico	1.959.239	8.806.967,50
Componente Estratégico	33.184.089	166.232.622,49
Componente Especializado	45.635.010	281.480.875,53
Oncologia	223.457	20.120.898,06
Elenco Complementar da SESA-PR	38.104.245	122.017.766,53
TOTAL	119.106.040	598.659.130,11

FONTE: SESA-PR/DEAF e CEMEPAR

NOTA: Dados preliminares

Nos Convênios com o Consórcio Paraná Saúde, para aquisição e distribuição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, foram repassados R\$ 24,4 milhões da contrapartida federal e R\$ 6,5 milhões da contrapartida estadual. Como contrapartida estadual para municípios não consorciados foram destinados R\$ 4,8 milhões, correspondente a 77,0% do previsto, até agosto.

Quanto à implantação do Projeto de Consulta Farmacêutica, após videoconferência com as 22 Regionais de Saúde (RS) para sensibilização dos farmacêuticos para adesão, seis farmácias regionais se candidataram para implantar o serviço de cuidado farmacêutico: 4.^a RS Irati, 9.^a RS Foz do Iguaçu, 10.^a RS Cascavel, 11.^a RS Campo Mourão, 12.^a RS Umuarama e 13.^a RS Cianorte. A farmácia da 2.^a Regional de Saúde com sede em Curitiba foi o ponto de atenção à saúde escolhido para o desenvolvimento inicial do Projeto e, a partir de 2016, oferece o serviço de consulta aos seus usuários.

Encontra-se em andamento as obras das Farmácias Regionais e Centrais de Abastecimento Farmacêutico da 1.^a RS - Paranaguá, 4.^a RS - Irati e 14.^a RS - Paranavaí, bem como a sede do Centro de Medicamentos do Paraná (CEMEPAR) em Curitiba.

No Fortalecimento da Política de Vigilância em Saúde foi destaque o Programa de Qualificação da Vigilância em Saúde no Paraná (VIGIASUS), que atingiu 75,6% das metas pactuadas pelos municípios até abril, e os seguintes valores totais de incentivos repassados: a) R\$ 21,3 milhões para custeio; b) R\$ 14,1 milhões para capital; c) R\$ 35,5 milhões para os 399 municípios.

A Vacinação contra Dengue, lançada em agosto, é uma estratégia inovadora no combate à dengue, com o objetivo de reduzir a circulação viral e consequentemente a incidência da doença, o número de casos graves, as complicações, hospitalizações e mortes. Foram elencados 30 municípios prioritários para receber a vacina, com base no perfil e critérios epidemiológicos, sendo: 28 municípios na faixa etária entre 15 e 27 anos, de maior ocorrência de casos; 02 municípios (Paranaguá e Assaí), na faixa de 09 a 44 anos

devido à incidência. Até o encerramento da campanha, em 24 de setembro, foram vacinadas mais de 200.000 pessoas.

No Fortalecimento da Gestão do Trabalho e da Educação Permanente em Saúde foram realizados: a) 03 cursos de especialização, com 04 turmas, iniciados em abril, com 152 alunos; b) 10 turmas de formação inicial do Curso de Cuidador de Idosos, com 256 alunos, na 2.^a RS Metropolitana e na 18.^a RS Cornélio Procópio; c) 07 turmas do Curso Técnico em Saúde Bucal (TSB) - Módulos I, II e III, com 225 alunos; d) 138 profissionais certificados no Curso de TSB - Módulo III; e) 701 profissionais certificados no Curso de Formação Inicial para Agente Comunitário de Saúde; f) 99 Projetos de Educação Permanente em Saúde (EPS), distribuídos nas quatro macrorregiões, apoiados pela Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPP).

A Escola de Saúde Pública do Paraná/Centro Formador de Recursos Humanos (ESPP/CFRH) e a FUNEAS constituíram grupo de trabalho para a implantação do Núcleo de Educação a Distância (EAD), que possibilitará a oferta dos primeiros cursos de EAD. A ESPP estabeleceu parceria com a Escola de Gestão do Governo para oferta de cursos *in company*.

Foi realizado o 3.^o Congresso Paranaense de Saúde Público-Coletiva, em Matinhos, em julho, com 1.269 inscritos, de 132 municípios paranaenses, além de participantes de 13 estados e do Distrito Federal. No encerramento ocorreu a promoção do 1.^o Prêmio Inova Saúde Paraná.

Realizado concurso público (Edital n.º 73/2016) ofertando 969 vagas, com previsão de chamamento de 633 novos servidores aprovados, em 2016, para lotação em todas as Unidades da SESA no Estado.

Sobre a Ouvidoria como Instrumento de Gestão e Cidadania, foram implantadas 42 Ouvidorias Municipais de Saúde (meta prevista anual de 15); ampliação das Ouvidorias na Rede de Hospitais Próprios para 20 (programadas 18) e 17 Ouvidorias nos Consórcios Intermunicipais de Saúde em funcionamento. Dos hospitais contratualizados ao Programa HOSPSUS - Fase 1, 45 renovaram contrato com cláusula prevendo a implantação de Ouvidoria, assim como 20 Consórcios Intermunicipais de Saúde renovaram seus contratos com cláusula prevendo a implantação de Ouvidoria. Por meio da Ouvidoria da SESA, no 1.^o e 2.^o quadrimestres, foram acolhidas 7.228 manifestações na rede do Estado e 2.500 manifestações registradas na Rede Paranaense de Comunicação (RPC), sobre: suspeita de dengue, terrenos baldios com lixo, entre outras, encaminhadas aos gestores municipais de saúde, referentes aos 30 municípios atingidos pela epidemia do mosquito *Aedes aegypti*.

No Fortalecimento do Controle Social no SUS destaca-se o repasse do Incentivo de Qualificação dos Conselhos Municipais de Saúde, no valor total de R\$ 3,4 milhões (custeio e capital), com adesão de 393 municípios. Durante o primeiro semestre, o Conselho Estadual de Saúde do Paraná (CES/PR) discutiu e aprovou o Plano Estadual de Saúde 2016-2019 (Resolução n.º 033/2016 de 24/06/2016).

Foram realizadas as formaturas dos Cursos de Capacitação de Conselheiros Municipais, Estaduais e Secretários Executivos nas seguintes Regionais de Saúde: 4.^a RS - Irati, 5.^a RS - Guarapuava, 6.^a RS - União da Vitória, 7.^a RS - Pato Branco, 8.^a RS - Francisco Beltrão, 11.^a RS - Campo Mourão, 13.^a RS - Cianorte, 14.^a RS - Paranavaí, 18.^a RS - Cornélio Procópio, 19.^a RS - Jacarezinho, 20.^a RS - Toledo e 21.^a RS - Telêmaco Borba; com 1.395 alunos formados, totalizando 3.000 alunos capacitados.

Referente à Qualificação da Gestão do Financiamento em Saúde, em 2016, alcançou-se a execução de 88,5%, correspondendo a R\$ 3,9 milhões empenhados em relação ao orçamento anual liberado para a SESA de todas as fontes (até 18 de novembro); e o percentual de aplicação em ações e serviços públicos de saúde atingiu 12,0% (janeiro a outubro).

A SESA criou o Grupo de Monitoramento e Avaliação do Projeto Multissetorial para Desenvolvimento do Paraná, referente ao Acordo de Empréstimo 8201-BR entre o Estado do Paraná e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). No período de novembro de 2015 a abril de 2016, foram realizadas duas capacitações presenciais em Londrina, duas em Maringá, uma em Curitiba, uma em Ponta Grossa e uma em Foz do Iguaçu, abrangendo municípios das macrorregiões. Além de duas videoconferências para todos os municípios do Paraná, capacitando 1.180 técnicos das regionais de saúde e das áreas de licitações e saúde de 381 municípios.

Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

23 Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP) realizou investimentos em todas as unidades vinculadas, totalizando mais de R\$ 100,0 milhões, e intensificou o trabalho preventivo e ostensivo nas ruas, além de promover operações policiais que resultaram na prisão de criminosos em todo o Estado.

Para o cumprimento de sua missão, foram compradas armas, viaturas e coletes balísticos; contratados policiais militares, delegados da Polícia Civil, bombeiros, agentes penitenciários, médicos legistas e peritos para a Polícia Científica. Foram nomeados quase 3.000 novos homens das forças de segurança paranaense, totalizando mais de 10.000 policiais contratados desde 2011.

A Secretaria comandou a Operação Impacto, com o apoio de todas as forças de segurança do Estado, para combater os crimes patrimoniais que assolaram praticamente todos os estados do Brasil - alguns registraram aumento de 60,0% nessas atividades criminosas. Visando reduzir o índice de furtos e roubos no Paraná, a operação foi planejada e executada pela SESP, contou com o reforço de quase 800 novos policiais militares, em Curitiba e Região Metropolitana, e a locação de 200 novas viaturas para a Polícia Militar (PM). O roubo de veículos em Curitiba caiu 3,5%; 850 pessoas foram conduzidas à delegacia em Curitiba e 6.890 em todo o Estado. A Secretaria estuda ampliar o projeto de locação para os grandes centros urbanos, para reforçar o trabalho ostensivo e preventivo.

Encontra-se em construção 14 novas unidades prisionais no Paraná - 10 com previsão de conclusão em 2017 e quatro em 2018 - com investimento de cerca de R\$ 30,0 milhões como contrapartida e o restante do Governo Federal. Com a conclusão das obras serão abertas quase 7.000 novas vagas, o que permitirá a retirada dos presos das delegacias do Paraná.

O Paraná assumiu o protagonismo no País como um dos estados com o maior índice de uso de tornozeleiras eletrônicas, consideradas pelo Conselho Nacional de Justiça uma importante ferramenta de ressocialização do preso. Cerca de 4.000 pessoas são monitoradas por agentes penitenciários no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC).

A Polícia Militar recebeu, em dezembro, 865 armas *Glock* - armamento usado pela Polícia Federal e pelo *Federal Bureau of Investigation* (FBI), e será a primeira do País a trabalhar com esse armamento. A Polícia Civil também adquiriu o mesmo armamento, que será utilizado pelas unidades de elite das polícias Civil e Militar. Além disso, foram comprados fuzis, escopetas, submetralhadoras, entre outras.

Em dezembro, foram compradas 1.200 viaturas para atendimento das polícias e locados 50 veículos para a Operação Verão. Assim, não há necessidade do deslocamento de viaturas de outros municípios para atendimento aos veranistas.

As polícias do Paraná e o Departamento Penitenciário (DEPEN) receberam mais de R\$ 2,0 milhões em equipamentos de segurança da Força Nacional, em troca do trabalho realizado na Olimpíada. Mais de 250 homens se deslocaram para o Rio de Janeiro para garantir a segurança durante o evento. Os carros, micro-ônibus, fuzis, escopetas, coletes balísticos, espingardas, munição de diversos calibres recebidos foram redistribuídos para as Polícias Civil e Militar. O Departamento Penitenciário Nacional encaminhou 12 aparelhos de revista utilizados nos Jogos Olímpicos, que foram distribuídos para as unidades prisionais de Maringá, Francisco Beltrão, Curitiba, Região Metropolitana, Londrina, Cascavel, Ponta Grossa e Cruzeiro do Oeste. Ao todo serão doados mais de 60 equipamentos ao Paraná, sendo 30 portais detectores de metais, 18 raquetes manuais e 13 Raio-X.

O reconhecimento de que as Polícias Civil e Militar do Paraná são extremamente técnicas e preparadas foi um dos motivos principais para a presença dos policiais e agentes do Estado nas Olimpíadas do Rio de Janeiro. Unidades de elite das duas polícias paranaenses ministraram cursos para forças de segurança de outros estados.

A capacitação e a qualificação do trabalho policial são contínuas. Agentes do Departamento de Inteligência do Estado do Paraná (DIEP) passaram por cursos na área de inteligência para aperfeiçoamento do trabalho policial propiciando troca de informações com outras unidades policiais do Brasil e de fora do País.

Além dos cursos de formação e aperfeiçoamento, os policiais passaram por cursos especializados ministrados pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e Centro de Operações Policiais Especiais (COPE) - unidades de elite da Polícia Militar e Civil, respectivamente. Foi realizado o curso de socorrista para bombeiros militares e para integrantes do Setor de Operações Policiais (SOE) do DEPEN, responsáveis pela primeira intervenção em caso de motins nas penitenciárias. A Secretaria propiciou cursos com a Embaixada dos Estados Unidos com o enfoque em pedofilia e lavagem de dinheiro.

23.1 Departamento de Inteligência do Paraná (DIEP)

- Criação da Divisão de Ações sobre Organizações Criminosas (DASOC) e da Divisão Antiterrorismo (DAT).
- Triplicado o efetivo e o número de veículos.
- Conclusão das obras da nova sede do DIEP.
- Tramitação na Assembleia Legislativa do Projeto de Lei do subsistema de inteligência de Segurança Pública do Paraná.
- Cursos de capacitação de inteligência junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e instituições estrangeiras.
- Projeto Satélite - atividades de inteligência no sistema prisional, com monitoramento realizado por agentes treinados, em todas as unidades, para

gerar informações, auxiliar no processo decisório e colaborar com ações de segurança pública.

- Disque Denúncia 181 - passou a receber todos os tipos de denúncias, não apenas envolvendo o narcotráfico, que são repassadas para a unidade policial responsável. Com absoluto sigilo, qualquer cidadão pode fazer denúncias por telefone, *internet* e no *site* www.181.pr.gov.br.
- Núcleos de Repressão às Ações Criminosas Organizadas - criação dos núcleos em Curitiba, Foz do Iguaçu e Maringá. Foram apreendidas mais de 10 toneladas de drogas e presas cerca de 200 pessoas em decorrência de operações.

23.2 Polícia Militar

- Contratação de 2.222 novos policiais militares estaduais e convocação de 91 policiais cadetes para o Curso de Formações de Oficiais.
- Cursos de Carreira para os praças da PM - Cabos, Sargentos.
- Projeto piloto de locação de 200 viaturas para atender os municípios de Curitiba e Região Metropolitana. Encontra-se em estudo para implantação nos grandes centros urbanos.
- Locação de viaturas para a Operação Verão 2016/2017.
- Criação da Defensoria Pública junto a Vara da Auditoria Militar e do 26.º Batalhão da PM em Telêmaco Borba e do 27.º Batalhão da PM em União da Vitória.
- Novas sedes: Destacamento da PM, em Fernandes Pinheiro; Rondas Ostensivas Tático Móvel (ROTAM) do 3.º Batalhão da PM, em Pato Branco; Comandos e Operações Especiais (COE); Corregedoria da Polícia Militar.
- Implantação da 3.ª Companhia Independente da PM em Loanda.
- Desocupação de 850 escolas de forma pacífica.
- Inauguração da nova sede do 23.º Batalhão da Polícia Militar, no bairro CIC, em Curitiba; e da Companhia de Atendimento ao Turista em Foz do Iguaçu.

23.3 Corpo de Bombeiros

- Contratação de 609 novos bombeiros militares estaduais e convocação de 11 bombeiros cadetes para o Curso de Formações de Oficiais.
- Inauguração do Posto do Corpo de Bombeiros da Lapa; da unidade do Subgrupamento de Bombeiros Independente.
- Investimento de R\$ 5,2 milhões em veículos e equipamentos para bombeiros.

23.4 Polícia Civil

- Início das obras das delegacias Cidadã de Fazenda Rio Grande e de Matinhos.
- Inauguração da Delegacia de Furtos e Roubos de Cargas; das Delegacias da Mulher de Cianorte, de Francisco Beltrão e de União da Vitória; da Sede do Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (NUCRIA) de Cascavel; da nova sede da Delegacia de Barracão; de um posto do Instituto de Identificação em Cianorte.
- Instalação do Setor de Atendimento a Vulneráveis na Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).
- Contratação de 65 novos delegados.
- Cursos de Formação Profissional para 188 investigadores, 201 escrivães e 47 papiloscopistas.
- Aquisição de 200 novas armas *Glock* para as unidades de elite.
- Realização de cursos operacionais do Centro de Operações Policiais Especiais (COPE) e do Tático Integrado Grupo de Repressão Especial (TIGRE).
- Início dos trabalhos do Grupamento de Operações Aéreas (GOA), que integra a Divisão Estadual de Narcóticos (DENARC). Um helicóptero Robinson R440 apreendido com criminosos, repassado pela Justiça, está sendo utilizada em ações policiais e no transporte de órgãos.
- Regulamentação do sistema de videoconferência e gravação audiovisual em mais de 150 Comarcas.
- Formatura de 89 alunos do Curso Técnico-Profissional de Escrivães de Polícia.
- Revitalização da Delegacia de Campina da Lagoa.
- Lançamento de uma ferramenta *online* pelo Instituto de Identificação para a emissão de novos atestados, com o objetivo de facilitar o requerimento para a emissão de documentos sem se deslocar até um posto do Instituto; e da Via Rápida da carteira de identidade pela *internet*.
- Início do serviço de solicitação da segunda via da carteira de identidade pela *internet*.

23.5 Polícia Científica

- Contratação de 120 servidores para o Instituto Médico Legal (IML), por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS), atendendo todas as unidades no Estado.
- Abertura de concurso público para 240 vagas.
- Inauguração do IML de Maringá e do Instituto de Criminalística de Pato Branco.
- Reforma do Instituto Médico Legal de Curitiba e do Instituto de Criminalística de Curitiba.

- Gestor de Documentos e Laudos (GDL) - instalado nas seções técnicas do Instituto de Criminalística e laboratórios do IML. Permite a inserção do arquivo digital do laudo, bem como ofícios e outros documentos, trazendo segurança, eficiência e economia aos cofres do Estado.
- Investimento em insumos para o banco de dados de Identificação genética nacional.
- O Instituto de Criminalística de Curitiba recebeu 12 novos veículos oriundos da SENASP.
- Construção de nova sede para os IMLs de Curitiba e Londrina (em fase final).

23.6 Departamento de Execução Penal (DEPEN)

- Início das obras de construção e ampliação de unidades prisionais (10 com previsão de entrega em 2017 e quatro em 2018) que, concluídas contribuirão com cerca de 7.000 novas vagas no sistema prisional do Paraná.
- Contratação de 30 agentes penitenciários e de 1.201 agentes de cadeia por meio de PSS.
- Início do esvaziamento das delegacias de Londrina com a transferência de presos para o sistema prisional.
- Aquisição de 60 pistolas e 12 escopetas para o Setor de Operações Especiais (SOE).
- Inauguração da base física do Setor de Operações Especiais (SOE) em Maringá e em Cascavel; da nova sede do DEPEN.
- Ampliação do uso de tornozeleiras eletrônicas - mais de 3.600 presos monitorados.
- Instalação do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do DEPEN.
- Participação de agentes penitenciários nos Jogos Olímpicos, que permitiu o recebimento de 60 equipamentos (30 portais detectores de metais, 18 raquetes manuais, 13 Raio-X para revista de sacolas), distribuídos para as unidades de Maringá, Francisco Beltrão, Curitiba e Região Metropolitana, Londrina, Cascavel, Ponta Grossa e Cruzeiro do Oeste.
- Melhorias na carceragem da Cadeia Pública de São Mateus do Sul e revitalização da fachada da Casa de Custódia de São José dos Pinhais.

23.7 Operações Sistemáticas

As polícias Civil e Militar desencadearam diversas operações policiais de vulto, em todas as regiões do Estado, para reprimir a criminalidade e garantir segurança à população. Entre elas, destacam-se:

- Castra - prendeu uma organização criminosa formada por integrantes do Movimento Sem Terra (MST); oito pessoas foram detidas suspeitas de

cometerem crimes como furto e dano qualificado, roubo, invasão de propriedade, incêndio criminoso, cárcere privado, lesão corporal, porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e permitido e constrangimento ilegal na Região Oeste do Estado.

- Impacto - a ação foi planejada e deflagrada pela SESP e reuniu todas as forças de segurança do Estado. Foram locadas 200 viaturas para reforçar o trabalho preventivo e ostensivo da PM e incorporados quase 800 policiais militares que foram para as ruas de Curitiba e Região Metropolitana objetivando reduzir o índice de crimes patrimoniais. A operação freou a atividade criminosa na Capital.
- Libertas - a Polícia Civil, em conjunto com a Guarda Municipal, prendeu 15 pessoas de uma quadrilha suspeita de homicídios, tráfico e extorsão; um adolescente de 16 anos foi apreendido, além de seis armas (quatro de calibre 12, um revólver 38 e uma espingarda calibre 22 de uso restrito), drogas e munições no Jardim Independência, em São José dos Pinhais. Foram recuperados uma motocicleta CG e um veículo Duster, com alerta de roubo.
- Cope - apreendeu mais de 1.000 pedras de *crack* e moto BMW com mais de R\$ 4,0 mil em multas; duas mulheres foram presas em flagrante com a droga embalada e pronta para a venda, que poderia render até R\$ 15,0 mil.
- Resgate - em Londrina e região, a PM recuperou 240 veículos roubados ou furtados em menos de 90 dias e 32 pessoas foram encaminhadas à delegacia. O resultado faz parte de uma atividade do Serviço de Inteligência da unidade que identificou os locais onde os automóveis eram deixados após o crime.
- Face Norte - prendeu 13 pessoas de uma quadrilha suspeita de roubar mais de 100 carros em Curitiba, em seis meses. Os carros escolhidos eram dos mais variados modelos: de carros populares até carros de luxo como BMW.
- Têmis - a DENARC prendeu 10 pessoas suspeitas de integrar uma quadrilha que fornecia cocaína para motoristas de ônibus e caminhões. Além de sete armas, foram apreendidos cerca de dois quilos de cocaína, 100 munições, cinco balanças de precisão, R\$ 100,0 mil e oito veículos utilizados para distribuição de droga.
- Anjo da Guarda - dois homens foram presos pelo NUCRIA, em Curitiba, com o intuito de reprimir crimes relacionados à pedofilia e estupro de vulnerável.
- Zona Leste - a DENARC prendeu 26 pessoas suspeitas de tráfico de drogas no Centro e nos bairros Boqueirão e Hauer, em Curitiba.
- Zero Hora - 17 pessoas foram presas por tráfico de drogas, em Maringá. Quatro veículos utilizados pela quadrilha foram apreendidos na ação, além de drogas, munições e celulares receptados.
- Torrone - a Polícia Militar prendeu quadrilha suspeita de 11 roubos a banco na região de Apucarana.
- Tocha Olímpica - a SESP, por meio do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), fez o planejamento de segurança durante a passagem da tocha olímpica

pelas cidades do Paraná. Foram utilizados recursos como videomonitoramento e caminhões de Comando e Controle, usados na operação de segurança na Copa do Mundo 2014. As equipes policiais fizeram varreduras e vistorias prévias pelos locais por onde a tocha passou, além de operação padrão nos aeroportos, serviço de escolta e batedores, ordenamento de trânsito e operações especiais nos dois parques pelos quais a tocha passou.

- Cangaço - deflagrada em duas fases, deu respostas aos crimes cometidos contra o sistema bancário: explosões de caixas eletrônicos e roubos a bancos. Com a coordenação operacional da SESP, uma quadrilha com 56 pessoas foi presa, suspeita de roubar e explodir mais de 20 agências bancárias em diversas cidades paranaenses. Considerada audaciosa, a organização criminosa chegou a fechar entradas de cidades do interior para cometer roubos e usou retroescavadeira para destruir equipamentos bancários. Armas de longo calibre foram tiradas de circulação.
- GPS I - foram presas 34 pessoas monitoradas com tornozeleira eletrônica. A ação, coordenada pelo CICC, com apoio das polícias Civil e Militar, cumpriu mandados contra pessoas monitoradas com as tornozeleiras desligadas.
- GPS II - em dezembro, foi deflagrada a segunda fase da operação. Foram presas 24 pessoas monitoradas com tornozeleira eletrônica.
- Mercúrio - culminou com a prisão do líder de uma quadrilha que aplicava golpes milionários; outros 16 mandados de busca e apreensão e oito de condução coercitiva foram cumpridos. A investigação começou após a fraude na compra de um terreno em São José dos Pinhais, avaliado em R\$ 600,0 milhões. Comandada pela Delegacia de Furtos e Roubos de Curitiba, a operação ocorreu em dez cidades de cinco estados e no Distrito Federal, com a participação de cerca de 70 policiais.
- *Armlock* (UFC) - deflagrada pela Delegacia do Consumidor, após os ingressos para a edição do *Ultimate Fighting Championship* (UFC), em Curitiba, terem se esgotado e começarem a se multiplicar as vendas de entradas irregulares, principalmente em redes sociais, por valor até quatro vezes maior do que o inicial. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão e dois *sites* foram proibidos de comercializar as entradas.
- Aladim - oito pessoas foram presas responsáveis pelo tráfico de drogas nos municípios de Mauá da Serra e Marilândia do Sul. A quadrilha estava sendo investigada há quatro meses pela Polícia Civil de Apucarana.
- Ressurreição - 13 pessoas foram presas suspeitas de aplicar dois tipos de golpe: fraudar a obtenção do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) e rodízio de empresas funerárias em Curitiba. Um médico da Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) de Colombo, um

advogado e um gerente de banco foram alvos de mandados de condução coercitiva. Em 14 mandados de busca e apreensão, foram apreendidas munições, cinco armas e R\$ 4,8 mil. Em ao menos três casos os filhos fraudavam a morte do próprio pai para obter o valor do seguro, cerca de R\$ 13,5 mil.

- Voz do Povo - a Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos de Curitiba fiscalizou lojas de autopeças e ferros-velhos. Em um mês foram vistoriados 88 estabelecimentos em Curitiba e Região Metropolitana, recuperando 29 veículos roubados ou furtados e com a prisão de 15 pessoas.
- Estratégema - oito integrantes da torcida Os Fanáticos, do Atlético, foram presos em ação da Delegacia Móvel de Atendimento ao Futebol e Eventos (DEMAFE) para combater a violência praticada por membros de torcidas uniformizadas. Foram cumpridos 11 mandados de busca e apreensão, e outra pessoa acabou presa por porte ilegal de arma. A investigação durou 90 dias.
- Rastro - combate a quadrilhas especializadas que desviavam cargas dos operadores portuários que exportam grãos pelo Porto de Paranaguá. Foram cumpridos 17 mandados de busca e apreendidas 35 toneladas de produtos desviados, entre grãos e fertilizantes; sete pessoas foram presas em flagrante.
- Obrigação - 18 devedores de pensão alimentícia foram presos, com dívidas de R\$ 1,0 mil até R\$ 75,0 mil, em ação conjunta entre a Polícia Civil e o Poder Judiciário, após a entrada em vigor das alterações referentes ao tema no Código de Processo Civil. Entre as principais mudanças está a possibilidade de pedir a prisão do devedor em 30 dias após o atraso - anteriormente eram três meses.
- Quadro Negro - o núcleo de Repressão a Crimes Econômicos (NURCE) apurou supostos desvios de recursos públicos por meio de contratos com empresas para obras em escolas da rede estadual. Cinco pessoas foram presas. Na segunda fase da operação, cumpriu mandados de busca em quatro estados (Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Bahia), em que os alvos foram bens da empresa envolvida. A investigação foi iniciada após auditoria da Secretaria de Estado da Educação.
- Mulher Segura - foram presos 34 homens em operação da Delegacia da Mulher, por descumprimento à medida protetiva imposta pelo Poder Judiciário, com base na Lei Maria da Penha, em Maringá, Curitiba e Região Metropolitana. Os alvos da ação também estavam envolvidos em crimes de ameaça, injúria e lesão corporal.

Secretário Especial para Assuntos Estratégicos



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

24 Secretário Especial para Assuntos Estratégicos

O Secretário Especial para Assuntos Estratégicos tem como objetivo a articulação de projetos e programas estratégicos selecionados pela Governadoria. O grande desafio do trabalho concentrou-se em estimular e acompanhar atividades de natureza transversal em conjunto com as Secretarias de Estado e vinculadas, e com os poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

Em 2016, foram desenvolvidas atividades em quatro eixos: Programa Paranaense de Energias Renováveis, Cidadania Digital, Relações com a Sociedade e Parcerias Internacionais.

24.1 Energias Renováveis

Responsável pela coordenação do Programa Paranaense de Energias Renováveis, que incentiva a geração e a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis (solar fotovoltaica, eólica, biomassa, biogás e hidráulica), estabeleceu como prioritárias as seguintes ações: a) ampliação e modernização dos marcos regulatórios para o licenciamento ambiental, em discussão junto ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); b) definição de segmentos para a concessão de incentivos fiscais previstos para a geração distribuída de energia elétrica; c) implantação do Centro de Desenvolvimento de Energias Limpas - projeto de cooperação técnica com a Província de Hyogo, Japão; d) parcerias com os municípios paranaenses para a utilização dos benefícios previstos na Portaria n.º 687 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

24.2 Cidadania Digital

O Programa, composto pelo Rede 399 e Espaço Cidadão, dispõe sobre o acesso à *internet*, qualificação dos cidadãos, fomento e expansão da infraestrutura de bens e serviços relativos à tecnologia da telecomunicação nos municípios paranaenses, por meio de políticas de incentivo e apoio técnico do Estado do Paraná.

24.2.1 Rede 399 - *Internet* para Todos

Visa assessorar os municípios na definição das melhores soluções tecnológicas que permitam a implantação de uma *internet* cidadã e de baixo custo, numa ação conjugada entre os agentes governamentais, o setor privado e a sociedade civil. Principais avanços:

- Revisão operacional e institucional - passou a fazer parte do Programa Cidadania Digital.
- Categorização do projeto por etapas do processo para concretizar a cidadania digital do município.

- Definição da estratégia para fortalecer e ampliar as ações rurais em conjunto com a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) no andamento do processo de implantação do Rede 399.
- Criação de um eixo exclusivo para a profissionalização em diversas áreas de atuação no mercado de trabalho e de acordo com os arranjos produtivos locais e a vocação regional.
- Aprimoramento do levantamento básico em telecomunicação (elaboração do resumo, previsão de consumo e modelo proposto de edital).
- Acompanhamento e apoio aos municípios participantes, no processo de levantamento em telecomunicações, relatório, orçamento e licitação.
- Evolução do processo de diagnóstico, com metodologia que possibilita a sugestão de banda de consumo conforme elementos que comporão a rede municipal, permitindo a elaboração de proposta de orçamento para licitação.
- Definições para continuidade das ações de financiamento dos equipamentos das redes municipais, trâmite de solicitação de crédito dos provedores do Paraná e fundo garantidor, por meio do Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM), em conjunto com a FOMENTO PARANÁ, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) e o PARANACIDADE.
- Análise de possibilidade do uso da banda extra das antenas 4G, para distribuição de *link* de *internet* no parque de monitoramento da região dos lagos de Itaipu.
- Avaliação do programa com associação de provedores paranaenses.

24.2.2 Espaço Cidadão

Presente em 338 municípios, conta com 396 espaços em funcionamento levando a inclusão digital e a qualificação em um só lugar para o cidadão. Atua interligando pessoas e disseminando conhecimento, criando uma grande rede de informações, formação e qualificação. Em 2016, três pilares estruturais nortearam o programa: a) promoção da inclusão e da emancipação digital, levando aos cidadãos informação e conhecimento para utilização dos equipamentos e da rede; b) disseminação orientada e uso de serviços de governo à população via *internet*; c) promoção de qualificação profissional nas modalidades presencial e à distância.

Destacam-se a manutenção e a adequação da operacionalidade do sistema e o desenvolvimento dos trabalhos requeridos pelo diagnóstico, que produziram:

- Área Administrativa - melhorias nas funcionalidades e remodelagem do Sistema Gestor do Programa (SGP).
- Área Operacional - 628 atendimentos realizados a partir de 456 solicitações de serviços ativadas no sistema Serviços e Ocorrências CELEPAR (SOC), com 81,8% de visitas técnicas presenciais e 18,2% de atendimentos remotos.

- Área de Atendimento - utilização do espaço por 71.582 cidadãos para treinamentos e cursos, perfazendo mais de 35.000 horas (23,0% de aumento em relação ao exercício de 2015); 26.617 pessoas acessaram os serviços eletrônicos do governo; 16.366 paranaenses usaram sites em busca de emprego e 33.698 estudantes realizaram pesquisa escolar.
- Área de Qualificação Profissional - realizada formação dos gestores dos Espaços Cidadãos, com 531 inscritos, na modalidade a distância, em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), por meio do Núcleo de Educação a Distância e com o Programa Paranaense de Práticas e Recursos Educacionais Abertos (REA PARANÁ). O curso, composto de cinco módulos com cerca de 50 horas de carga horária, objetiva promover o desenvolvimento das competências e habilidades nas seguintes áreas: gestão do uso do Espaço Cidadão, atendimento ao cidadão, acesso à formação e qualificação, uso e disseminação dos serviços eletrônicos do governo e Cidadania Digital - segurança na internet, inclusão digital para o idoso, entre outros.

24.3 Relação com a Sociedade

Conjunto de programas, projetos e ações priorizadas para a área social, com destaque para:

- Mobilização pelos Desaparecidos - coordenação do Grupo de Trabalho, com a participação da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS), Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU), Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP), Secretaria de Estado da Educação (SEED), Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Secretaria de Estado da Saúde (SESA), Assessoria Especial para Assuntos da Juventude (AEJ) e representantes de familiares de pessoas desaparecidas. Em 2016, promoveu a integração e a articulação entre os atores. O trabalho prevê a construção de ritos processuais que superem as dificuldades de ordem burocrática e permitam propor uma política de Estado que atenda os anseios da população. Foram realizadas reuniões mensais entre as equipes técnicas do Grupo de Trabalho, em que foram definidos: a) aprimoramento dos sistemas de comunicação entre os setores da SESP que participam do grupo (Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa, Instituto de Identificação, Instituto Médico Legal, Instituto de Criminalística e Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas); b) Plano de Trabalho geral; c) sugestões de melhorias do sistema de comunicação, tais como as implementadas na elaboração de Boletins de Ocorrência; d) integração das bases de dados cadastrais das Secretarias para apoiar a localização de desaparecidos; e) plano de comunicação para a sociedade com as informações sobre a área, em elaboração.

- Ações Intersecretariais de Saúde Mental - o Comitê Gestor Intersecretarial de Saúde Mental do Estado do Paraná (CISMEEP), é composto por representantes da SESA, SEDS, SEJU, SESP, SEED e do Secretário Especial para Assuntos Estratégicos. O CISMEEP faz a articulação entre os órgãos envolvidos e trabalha na Prevenção de Agravos e na Promoção da Saúde Mental. Os principais avanços: a) descentralização das ações nas regiões administrativas do Estado, com a criação dos Comitês Regionais Intersetoriais de Saúde Mental, com 17 Comitês Regionais implantados; b) publicação do Guia para Implantação e Fortalecimento dos Comitês Regionais e Municipais Intersetoriais de Saúde Mental; c) incentivo à criação e estímulo ao funcionamento de Comitês Municipais Intersetoriais de Saúde Mental, com 119 Comitês Municipais em funcionamento; d) participação na organização de eventos da Semana Estadual da Conscientização sobre a Depressão (Compreendendo a Depressão na Intersetorialidade), do Dia Mundial de Saúde Mental, do Setembro Amarelo, mês de prevenção ao suicídio; e) atualização da página eletrônica do CISMEEP, localizada no site <<http://www.seae.pr.gov.br/>>.
- Formação de Gestores para o Terceiro Setor - objetiva qualificar a gestão de entidades do Terceiro Setor e aprimorar a relação dessas organizações com o poder público diante de novas exigências formais necessárias para o estabelecimento de parcerias. A capacitação tem conteúdos adequados às necessidades das organizações, resultado de uma ação integrada com a Secretaria de Estado da Administração e Previdência (SEAP), a Vice-Governadoria, o Tribunal de Contas do Paraná e organizações do setor privado. Desde seu início, em 2013, foram qualificados mais de 3.000 gestores de entidades em todo o Paraná, na modalidade de Ensino a Distância (EAD).

24.4 Parcerias Internacionais

Em 2016, concentrou os trabalhos no assessoramento ao Governador, na promoção de ações de integração e desenvolvimento de parcerias internacionais de forma integrada com o Secretário Especial do Cerimonial e Relações Internacionais e a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL).

As principais atividades foram: participação em diversos eventos, reuniões, visitas técnicas e videoconferências; recepção de delegações estrangeiras; criação do Informativo de Parcerias Internacionais divulgado mensalmente e da nova página do *site* de Parcerias Internacionais; coordenação do primeiro curso de Parcerias Internacionais com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Escola de Gestão do Governo do Estado; assinados acordos com Angola, China-Zhejiang, China-Anhui, Itália, ONU-Pacto Global das Nações Unidas, Paraguai e Polônia; entre outras.